

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TERAPIA OCUPACIONAL

ROBERTA JUSTEL DO PINHO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O MUNDO DO  
TRABALHO: (im)possibilidades de transposição da linha abissal?**

SÃO CARLOS/SP

2020

ROBERTA JUSTEL DO PINHO

**POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O MUNDO DO  
TRABALHO: (im)possibilidades de transposição da linha abissal?**

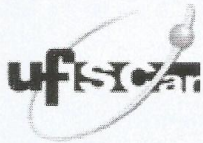
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional, da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do Título de Doutor em Terapia Ocupacional.

Área de Concentração: Processos de Intervenção em Terapia Ocupacional.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Isabela Ap<sup>a</sup> de Oliveira Lussi.

SÃO CARLOS/SP

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Ciências Biológicas e da Saúde  
Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional

Folha de Aprovação

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado da candidata Roberta Justel do Pinho, realizada em 20/02/2020:

*Isabela Ap. O. Lussi*

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi  
UFSCar

*Isabela Ap. O. Lussi*

PI Profa. Dra. Anita Guazzelli Bernardes  
UCDB

*Carla Regina Silva*

Profa. Dra. Carla Regina Silva  
UFSCar

*Débora Galvani*

Profa. Dra. Débora Galvani  
UNIFESP

*Isabela Ap. O. Lussi*

PI Profa. Dra. Regina Célia Fiorati  
USP

Certifico que a defesa realizou-se com a participação à distância do(s) membro(s) Anita Guazzelli Bernardes, Regina Célia Fiorati e, depois das arguições e deliberações realizadas, o(s) participante(s) à distância está(ão) de acordo com o conteúdo do parecer da banca examinadora redigido neste relatório de defesa.

Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi

“O paradoxo está em que, se por um lado hoje parecem, mais do que nunca, reunidas as condições técnicas para cumprir as promessas da modernidade ocidental, como a promessa de liberdade, da igualdade, da solidariedade e da paz, por outro lado, é cada vez mais evidente que tais promessas nunca estiveram tão longe de serem cumpridas como hoje”.

(Boaventura de Sousa Santos. In. Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. 2005).

Ao Pingo (R.), Sultão (R.), Gordo (M.) e Pirata (M.) que, compartilhando seus saberes e histórias, foram fundamentais para construção desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Renata e Antonio, e ao meu irmão, Rafael – os meus maiores presentes nessa vida.

Ao Caio, por compartilhar a vida, pela compreensão, preocupação, cuidado e amor.

À querida orientadora, Profª Drª Isabela Lussi (Bel), pelo aprendizado, respeito, acolhida e compreensão dos meus limites, mas também por me fazer enxergar minhas potências.

Às Profªs Drªs Anita Guazzelli Bernandes, Carla Regina Silva, Débora Galvani e Regina Célia Fiorati pelo aceite em participar da Banca de Qualificação e pelas contribuições essenciais para o término deste trabalho

À “High Society”: Giovana Morato, pela alegria, sabedoria e humor contagiantes, Marina Jorge (e Gergs), pela parceria em todos os assuntos, quase uma irmã gêmea e à Marina Leandrini, pela delicadeza e parceria que trouxe desde o começo desta jornada. A amizade e o afeto de cada uma foram fundamentais.

Aos colegas e professores do PPGTO, à turma do Doutorado de 2016 e, especialmente, ao Grupo de Pesquisa La Follia, que me recebeu. Gratidão especial à Lisabelle Mazaro (Belle) pela amizade, carinho e por muitas vezes me localizar em meio ao caos

À Ana Paula Barão pelo auxílio cuidadoso em várias etapas da pesquisa.

À Gisele Santos, às “Enroladas” (Leila, Tininha e Vanessa), à Silvana Jayme, à Juliane e Ana Carolina, à Vanda Pallone e à Priscila Cardoso! Perto ou longe, cada uma ao seu modo, fez muita diferença nesse percurso.

À amiga Denise Santos, que com seu humor e amizade sem iguais, me animava a seguir em frente quando batia o cansaço. Agora sim, acabou!

À Larissa, Plínio, Cássia e Fátima, do Centro Pop de São Carlos, que acompanharam grande parte dessa história e sempre me faziam aprender, refletir ou simplesmente eram colo quando precisei. Também aos usuários desse equipamento, que me desafiavam ressignificar a minha prática profissional a todo instante.

E aos outros colegas de trabalho que fui fazendo ao longo do caminho, com quem aprendo sempre, e muito, com especial carinho à Drieli Ribeiro, Glaziela Solfa, Graziela Campos e Luciano Oliveira e a toda Equipe do CREAS de São Carlos.

Ao apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

E, por fim, gratidão às circunstâncias que me conduziram à possibilidade de ter feito esse trabalho. E às que me fizeram sustentá-lo. Insistir não foi fácil, mas me fez crescer e aprender a cada leitura, cada conversa, cada etapa, do início ao fim.

*“Olhar para trás após uma longa caminhada pode fazer perder a noção da distância que percorremos, mas se nos detivermos em nossa imagem, quando a iniciamos e ao término, certamente nos lembraremos o quanto nos custou chegar até o ponto final, e hoje temos a impressão de que tudo começou ontem (...).”*

(Guimarães Rosa)

## RESUMO

A população em situação de rua caracteriza-se pelo uso da rua como espaço de sobrevivência e moradia, pela pobreza extrema, heterogeneidade e vínculos familiares interrompidos/fragilizados, sendo que o desemprego parece contribuir para essa situação, de modo que a inclusão produtiva é apontada como uma das estratégias para conquista da autonomia, participação social e superação da situação de rua. A obra de Boaventura de Sousa Santos constituiu o suporte teórico e de análise deste trabalho, cujo objetivo geral foi compreender as relações da população em situação de rua e o mundo do trabalho, na atualidade, por meio da identificação e caracterização de ações e experiências de inclusão produtiva junto a essa população bem como de suas próprias histórias pessoais e de trabalho. Tratou-se de pesquisa qualitativa, dividida em Estudos 1 e 2. O Estudo 1 foi realizado junto a coordenadores de 13 Centros Pop (Centros de Referência Especializado para População em Situação de Rua) do estado de São Paulo, por meio de aplicação de questionário semiestruturado, contendo um protocolo de questões pessoais e profissionais dos participantes, questões para caracterização dos equipamentos e questões específicas sobre o tema da inclusão produtiva. Os dados pessoais, profissionais e os dados dos equipamentos foram analisados descritivamente e para as questões abertas utilizou-se a Análise Temática. O Estudo 2 foi realizado com 4 usuários de um dos Centros Pop participantes no Estudo 1 e utilizou-se de entrevistas semi-abertas, diário de campo e observação participante. Os resultados do Estudo 1 mostraram que o acesso ao trabalho permeia a construção dos Planos de Acompanhamento Individualizados na maioria dos Centros Pop, sendo as ações que visam a inclusão produtiva centradas em encaminhamentos e cadastros para capacitação e qualificação profissional. A análise temática identificou que se por um lado o trabalho parece ter importante papel na conquista de autonomia e pertencimento social para a população em situação de rua, são colocadas inúmeras dificuldades, atribuídas ou não aos sujeitos para esse acesso, que tem se dado essencial e precariamente na informalidade. A intersetorialidade é colocada como estratégia fundamental para garantia desse acesso, mas os critérios e as exigências para essa inclusão tendem a excluir ainda mais os sujeitos desse cenário. No que se refere ao Estudo 2, as narrativas e histórias dos quatro participantes mostraram que o trabalho atravessa suas trajetórias de diferentes formas e, embora vejam no trabalho formal uma expectativa para retomada dos projetos de vida e saída da rua, vivenciam dificuldades concretas para essa inclusão, recorrendo à diferentes formas de resistência e sobrevivência frente ao desemprego. Concluímos que as respostas institucionais para a inclusão produtiva têm se limitado à ações de qualificação profissional, com foco nos sujeitos individuais incapazes de garantir acesso ao trabalho. O trabalho hegemônico na modernidade é incompatível com a emancipação social, impondo limites concretos na transposição da linha abissal e exigindo a criação de alternativas contra-hegemônicas, pautando-se numa ecologia de saberes, que permitam o acesso à formas emancipatórias de trabalho para as populações dele excluídas radicalmente, como é o caso da população em situação de rua.

**PALAVRAS-CHAVE:** Pessoas em Situação de Rua; Trabalho; Serviços de Assistência Social; Terapia Ocupacional.

## ABSTRACT

The homeless population is characterized by the use of the street as a space for survival and housing, by extreme poverty, heterogeneity and broken/weakened family ties. Unemployment seems to contribute to this situation; thus productive inclusion is pointed out as one of the strategies for achieving autonomy, social participation and overcoming the homeless situation. The work of Boaventura de Sousa Santos constituted the theoretical support and analysis of the work, whose general objective was to understand the relationships of the homeless population and the world of work, today, through the identification and characterization of actions and experiences of productive inclusion with this population as well as their own personal and work histories. This work was a qualitative research divided into Studies 1 and 2. Study 1 was carried out with the coordinators of 13 Centros Pop (Centers of Specialized Reference for Homeless People) in the state of São Paulo, through the application of a semi-structured questionnaire, containing a protocol of personal and professional issues of the participants, questions for the characterization of the equipment and specific questions about productive inclusion. The personal, professional, and equipment data were analyzed descriptively and Thematic Analysis was used for the open questions. Study 2 was conducted with 4 users from one of the Centros Pop participating in Study 1 and it consisted of semi-structured interviews, field notes, and participant observation. The results of Study 1 showed that access to work permeates the construction of Individualized Plan of Care in most Centros Pop, with actions aimed at productive inclusion centered on referrals and registrations for training and professional qualification. Thematic Analysis identified that whether, on the one hand, work seems to have an important role in achieving autonomy and social belonging for the homeless population, on the other hand, numerous difficulties are posed, attributed or not to the subjects' access to work, one that has been done essentially and precariously by informal means. Intersectoriality is seen as a fundamental strategy to guarantee this access, but the criteria and requirements for this inclusion tend to further exclude subjects from this scenario. In Study 2, the narratives and histories of the four participants showed that work crosses their trajectories in different ways and, although they see in formal work an expectation for resuming life projects and leaving the street, they experience concrete difficulties for this inclusion, resorting to different forms of resistance and survival in the face of unemployment. We conclude that the institutional responses to productive inclusion have been limited to professional qualification actions, focusing on individual subjects unable to guarantee access to work. The hegemonic work in modern times is incompatible with social emancipation, imposing concrete limits on the transposition of the abyssal line and requiring the creation of counter-hegemonic alternatives, based on an ecology of knowledge, which allow access to emancipatory forms of work for the populations radically excluded from it, as is the case of the homeless population.

**KEYWORDS:** Homeless people; Work; Social Welfare Services; Occupational Therapy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Quadro 1</b> - Devolutiva obtida a partir dos contatos com os municípios que possuíam Centro Pop no Estado de São Paulo, a partir dos dados do Censo SUAS 2015.....	83
<b>Quadro 2</b> - Caracterização dos participantes de acordo com sexo, idade, formação profissional, tempo de formação (em anos) e maior nível de formação.....	93
<b>Quadro 3</b> - Caracterização dos participantes de acordo com tempo de trabalho no Centro Pop pesquisado, cargo atual/outros cargos exercidos, atividade profissional exercida e tempo em que trabalha com a população em situação de rua.....	95
<b>Quadro 4</b> - Centros Pop participantes e a localização do município em que estão inseridos, de acordo com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS).....	96
<b>Quadro 5</b> - Número de profissionais nas equipes dos Centros Pop (somados níveis fundamental, médio e superior).....	100
<b>Quadro 6</b> - Composição das equipes, conforme categorias de nível superior.....	101
<b>Quadro 7</b> - Atividades Técnicas realizadas.....	102
<b>Quadro 8</b> - Momento em que é realizada a coleta de informações acerca do percurso de trabalho do usuário.....	104
<b>Quadro 9</b> Como o assunto da inclusão produtiva é abordado com os usuários nos Centro Pop.....	106
<b>Quadro 10</b> - Áreas de qualificação para as quais os usuários dos Centros Pop são encaminhados para realização de cursos de capacitação.....	109
<b>Figura 1</b> – Mapa das Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social do Estado de São Paulo.....	98

## LISTA DE SIGLAS

- CADÚNICO** – Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
- CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial
- CAS** – Coordenadoria de Ação Social
- CENTRO POP** – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua
- CnR** – Consultório na Rua
- CRAS** – Centro de Referência de Assistência Social
- CREAS** – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
- CTPS** – Carteira de Trabalho e Previdência Social
- EES** – Empreendimento Econômico Solidário
- DETRAN** – Departamento Estadual de Trânsito
- DRADS** - Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MNPR** – Movimento Nacional da População de Rua
- OAF** – Organização do Auxílio Fraternal
- PAT** – Posto de Atendimento ao Trabalhador
- PNAD** - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
- PNAS** – Política Nacional de Assistência Social
- PNPR** - Política Nacional para a População em Situação de Rua
- PSB** – Proteção Social Básica
- PSE** – Proteção Social Especial
- SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SEDS** – Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social
- SENAC** - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
- SENAI** - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
- SERT** – Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho (Estado de São Paulo)
- SPA** – Substância Psicoativa
- SUAS** – Sistema Único de Assistência Social
- SUS** – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1. CONCEITOS E REFLEXÕES DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS COMO SUPORTE TEÓRICO E DE ANÁLISE</b> .....	27
1.1 TRABALHO COMO INCLUSÃO? O TRABALHO (E SEUS LIMITES) NA MODERNIDADE.....	33
1.2 CRIANDO ALTERNATIVAS - AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL.....	42
1.3 O QUE TORNA POSSÍVEL NOVAS ALTERNATIVAS E EXISTÊNCIAS? A SOCIOLOGIA DAS AUSÊNCIAS E AS SOCIOLOGIAS DAS EMERGÊNCIAS, O TRABALHO DE TRADUÇÃO E A ECOLOGIA DE SABERES.....	47
<b>2. NÃO SOU MORADOR DE RUA, SOU TRABALHADOR! ATRAVESSAMENTOS E RELAÇÕES DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O TRABALHO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS</b> .....	53
<b>3. PRODUZINDO RESPOSTAS INSTITUCIONAIS: BREVE HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA RECENTE À POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL</b> .....	62
3.1 OS CENTROS DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADOS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTROS POP): MATERIALIZANDO RESPOSTAS NO ÂMBITO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	69
<b>4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS</b> .....	78
<b>5. PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	80
5.1 ESTUDO 1.....	81
5.2 ESTUDO 2.....	85
<b>6. ASPECTOS ÉTICOS</b> .....	91
<b>7. ESTUDO 1 - RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	92
7.1 CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES.....	92

7.2 CARACTERIZAÇÃO DOS CENTROS POP.....	96
<b>7.2.1 Caracterização de acordo com o porte do município onde estão inseridos.....</b>	<b>96</b>
<b>7.2.2 Caracterização de acordo com a localização segundo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social.....</b>	<b>96</b>
<b>7.2.3 Caracterização de acordo com o Tempo de Funcionamento, Capacidade de Ações Desenvolvidas.....</b>	<b>99</b>
7.3 ASPECTOS RELACIONADOS À INCLUSÃO PRODUTIVA.....	104
7.4 AÇÕES ESPECÍFICAS VOLTADAS À INCLUSÃO PRODUTIVA REALIZADAS NOS CENTROS POP.....	108
<b>7.4.1 Encaminhamento para capacitação profissional ou curso profissionalizante.....</b>	<b>108</b>
<b>7.4.2 Cessão de espaço físico para realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições.....</b>	<b>110</b>
<b>7.4.3 Cadastramento para participação em programas de qualificação profissional.....</b>	<b>110</b>
<b>7.4.4 Encaminhamento para programas de geração de renda e trabalho.....</b>	<b>112</b>
<b>7.4.5 Assessoramento para formação de cooperativas ou associações (unidades produtivas).....</b>	<b>113</b>
<b>7.4.6 Disponibilização de informações atualizadas sobre vagas no mercado de trabalho.....</b>	<b>113</b>
7.5 ANÁLISE TEMÁTICA.....	119
<b>7.5.1 O Significado de Inclusão Produtiva da População em Situação de Rua.....</b>	<b>120</b>
<b>7.5.2 Ações estratégicas para o acesso da População em Situação de Rua à inclusão produtiva.....</b>	<b>138</b>
<b>7.5.3 Critérios e Atributos considerados na População em Situação de Rua para Participação em Ações de Inclusão Produtiva.....</b>	<b>157</b>
<b>7.5.4 Dificuldades e Desafios para a Inclusão Produtiva da População em Situação de Rua.....</b>	<b>166</b>

<b>8. ESTUDO 2</b> .....	186
8.1 A (RE)APROXIMAÇÃO COM O CAMPO DE TRABALHO/PESQUISA ONDE SE É TÉCNICO E PESQUISADOR.....	186
8.2 CONTEXTUALIZANDO O CAMPO DO ESTUDO 2.....	191
8.3 HISTÓRIAS, TRAJETÓRIAS E PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS DE UM CENTRO POP ACERCA DO TRABALHO E DA INCLUSÃO PRODUTIVA.....	196
<b>8.3.1 Sultão</b> .....	196
<b>8.3.2 Pingo</b> .....	204
<b>8.3.3 Gordo</b> .....	211
<b>8.3.4 Pirata</b> .....	215
8.4 DISCUSSÃO E ANÁLISE.....	225
<b>9. REFLEXÕES PARA A TERAPIA OCUPACIONAL</b> .....	254
<b>10. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	262
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	269
<b>APÊNDICES</b> .....	286
<b>ANEXOS</b> .....	299

## APRESENTAÇÃO

Formei-me em 2008 como Terapeuta Ocupacional, pela Universidade Federal de São Carlos. Determinada a seguir no campo da Saúde Mental, em 2009, ingressei no Aprimoramento Profissional em Terapia Ocupacional em Atenção Psicossocial, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP/Campus Botucatu), local onde pude conhecer, pela primeira vez, uma iniciativa de inclusão pelo trabalho de pessoas em sofrimento psíquico, a partir da perspectiva da Economia Solidária.

Já naquele momento, chamava-me atenção a importância dessa atividade na vida daquelas pessoas com vivências tão significativas de exclusão e vulnerabilidade. Mas também as dificuldades de acessar o mundo do trabalho para além das oficinas de trabalho protegido. Também na UNESP/Botucatu, cursei o mestrado acadêmico em Saúde Coletiva, concluído em 2012, na linha de pesquisa “Epidemiologia da Terceira Idade”. Paralelas ao mestrado, tive experiências profissionais com adolescentes, em um serviço da política de saúde, da Prefeitura Municipal de Araraquara/SP e também como docente do Ensino Superior, no curso de Terapia Ocupacional da Universidade do Sagrado Coração, em Bauru/SP.

Ainda em 2012, próximo à finalização do mestrado, ingressei na Prefeitura Municipal de São Carlos como terapeuta ocupacional, e desde então, tenho desenvolvido meu trabalho junto ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS), inicialmente em dois Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e, por quase cinco anos, no Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), onde compus a equipe técnica na realização do trabalho junto a essa população e à rede de serviços socioassistencial e intersetorial que também a acompanha/atende<sup>1</sup>.

Nesse ínterim, entre os anos de 2014 e 2015, também fui aluna do curso de especialização em Gestão em Economia Solidária, o primeiro oferecido pelo Núcleo

---

<sup>1</sup> Em Março/2019, deixei a equipe do Centro Pop e passei a compor o trabalho de gestão da política de Assistência Social, atuando junto à Proteção Social Especial de Média Complexidade, desempenhando o apoio técnico ao próprio Centro Pop, ao Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS) e às Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.

Multidisciplinar Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NUMI-Ecosol/UFSCar). Quantos aprendizados valiosíssimos sobre formas alternativas de produzir, consumir e estar no trabalho, numa sociedade hegemonicamente constituída a partir do lucro, da exploração e do consumo. E extremamente desigual.

Foi, portanto, a partir da minha vivência e prática profissional e da minha aproximação com a Economia Solidária que algumas das questões que permeiam essa pesquisa surgiram. Como terapeuta ocupacional, trabalhadora do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a partir de um trabalho diário com a população em situação de rua por vários anos que, diante das desigualdades sociais e a vulnerabilidade social decorrente delas, que restringem a participação social e o acesso aos direitos das populações-alvo da política de assistência social – o que é ainda mais evidente para a população em situação de rua - vi meu interesse despertar e crescer pela compreensão dos aspectos sociais, que muito para além do sujeito, estão enraizados na sociedade, produzindo distâncias e uma exclusão social aparentemente inalcançáveis e insolúveis. Ou seja, abissal.

Especialmente porque, por muitas vezes, eu e meus colegas nos questionamos sobre nosso papel, nossas dificuldades e os desafios nas proposições das respostas institucionais esperadas para promover alguma inclusão no trabalho das pessoas em situação de rua acompanhadas e que desejam entrar ou retornar ao mundo do trabalho. É claro que muitos trabalham, dia a dia, nas ruas, nas “virações”, fazendo bicos, olhando carros, limpando terrenos, vendendo balas – trabalhos que, geralmente, oportunizam a sobrevivência momentânea, mas que, em longo prazo, oferecem poucas condições de autonomia. Inclusão. Reinserção... Além disso, muitos relatavam o desejo de conquistar trabalhos que lhes permitissem superar a situação em que se encontram ou recuperar a identidade de trabalhadores que não localizam nas oportunidades de trabalho presentes no cotidiano da rua.

Foram inúmeras as vezes que ouvi trecheiros ou migrantes contarem que suas andanças solitárias eram impulsionadas pela busca incansável por trabalho. Em outros momentos, soube que, na tentativa de conquistar uma vaga de trabalho, alguns usuários eram levados para outros estados, explorados em ambientes insalubres, com condições desumanas de trabalho e sem a remuneração e o cumprimento de acordos previamente combinados no momento da partida. Muitas foram as perguntas sobre o motivo de

estarem na rua e, em boa parte das vezes, a resposta era o desemprego – prolongado ou recente – que fez com que deixassem de pagar aluguéis, fossem despejados ou dispensados por suas famílias.

Também direcionamos muitos ao Balcão de Empregos, na esperança, junto com eles, de que fossem chamados para entrevistas de empregos. Acompanhei trajetórias de pessoas cursando aulas de qualificação, nas mais diferentes áreas e, ao final, pedindo que guardássemos o certificado em sua pasta de documentos, na expectativa de que, algum dia, esse valioso papel saísse de lá. Questionei-me se há lugar para essas pessoas nesse “mundo”. E se há, de que forma esse lugar é ocupado e, se o é, se pode ser ocupado de forma diferente. Perguntei-me, muitas vezes mais, como outros serviços da rede socioassistencial lidavam com essa demanda e suas respostas institucionais. Também queria saber, a partir das histórias dos sujeitos com quem eu convivia diariamente, como constituíam suas trajetórias de trabalho. Ou de não trabalho. Ou da procura por um. E suas dificuldades...

E é dessa busca por compreensão e construção de algumas respostas para as minhas angústias e perguntas, que decorre o percurso de pesquisa ora apresentado.





## INTRODUÇÃO

Conheço um migrante que veio de Piracicaba e relata estar na cidade buscando trabalho. Sem nenhuma rede de apoio ou suporte. Foi acolhido e nesse dia, almoça e faz os cuidados pessoais. A “política”, de modo geral, é não atender migrantes por longo período. Depois disso, nunca mais tive notícias dele. Esse é mais um exemplo dos tantos sujeitos nessa mesma condição atendidos, cuja demanda se colocava como a necessidade de buscar trabalho. Recordo-me que em 2017 que esse número foi bem maior e, embora venha diminuindo, ainda é muito frequente.

(Diário de Campo– Março/2018)<sup>2</sup>

Vivendo de teimosos. Foi assim, que na década de 1990, a médica e pesquisadora Sarah Escorel, referiu-se àqueles homens e mulheres que, carentes de proteção e cuidados, sem emprego e com vínculos sociais tão fragilizados, faziam da rua seu espaço de moradia, sobrevivência e reprodução social (ESCOREL, 1999). Teimosos porque, mesmo invisibilizados pela sociedade e pelos governantes, insistiam e insistem em viver, criar e ocupar as ruas e o cotidiano das cidades onde sobrevivem.

Tem sido consenso na literatura e na mídia que a população em situação de rua vem aumentando nas últimas décadas, processo que tem se acirrado ainda mais nos últimos anos, especialmente no Brasil. Além disso, o contexto de um novo regime fiscal, a partir da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241/2016, que prevê perdas progressivas e expressivas nos gastos com despesas primárias, deverá ter impacto direto na política de Assistência Social, implicando a descontinuidade da oferta socioprotetiva e diminuindo as proteções já afiançadas por essa política social<sup>3</sup>, tornando ainda mais vulneráveis socialmente grandes contingentes da população.

Ou seja, além do aumento, associado a tantas e diferentes variáveis sociais, os grupos que vivenciam situações de vulnerabilidades e violações de seus direitos sociais, dentre eles, a população em situação de rua, viverão situações ainda mais alarmantes nos próximos anos, diante da diminuição e precarização das proteções sociais.

---

<sup>2</sup> As notas do diário de campo da pesquisa estão identificadas com o termo “Diário de Campo”, seguidas da data em que foram feitas. O relato dos participantes do Estudo 1 foram identificados com “Estudo 1” seguida da numeração do participante, que vai de 1 a 13. Já os do Estudo 2, foram identificados ao seu término, com “Estudo 2”, seguidos do nome fictício atribuído a cada um deles.

<sup>3</sup> Embora seja um contexto preocupante e relevante, não temos a pretensão de aprofundar tal temática nesse momento. Ressaltamos que esse cenário foi debatido e discutido de forma ampliada por Paiva et al (2016).

Apesar da carência de pesquisas censitárias destinadas à quantificação dessa população, que por não ter domicílio é ignorada por esse tipo de levantamento, a última estimativa feita por Natalino (2016)<sup>4</sup> previu 101.854 pessoas vivendo nas ruas por todo o país.

Pelo fato de existirem múltiplos fatores que contribuem para o viver nas ruas, Escorel (1999) afirma não ser adequado estabelecer uma relação direta (e única) entre desemprego e essa situação, muito embora seja impossível negar a importância que o trabalho foi adquirindo na nossa sociedade, em relação aos demais vínculos sociais (SILVA, 2012), o que torna importante compreender o trabalho como uma das causas que levam à vida na rua, mas também como um elemento que mantém os sujeitos nessa situação.

A partir de uma pesquisa documental entre os anos de 1995-2005 referentes à população em situação de rua de quatro capitais brasileiras, Silva (2009) fez duas inferências acerca das relações de trabalho e a população em situação de rua no Brasil. A primeira é de que o fenômeno da situação de rua elevou-se, no Brasil, na década de 1990, coincidindo com as intensas mudanças no mundo do trabalho que ocorriam em todo globo e também no país, além de ter sido, até aquele momento, a época em que houve as taxas mais elevadas de desemprego no Brasil em função das políticas neoliberais que caracterizam aquele período. A segunda inferência refere-se ao fato de que, naquele momento,

[...] as manifestações e efeitos das mudanças recentes no mundo do trabalho, com o aprofundamento do desemprego e do trabalho precarizado e a consequente expansão da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva; a queda na renda real média dos trabalhadores; a regressividade dos direitos sociais derivados e dependentes do trabalho; os limites de abrangência e cobertura das políticas sociais; a elevação dos índices de pobreza e o aprofundamento das desigualdades sociais, refletidos no perfil contemporâneo da população em situação de rua, são fatores que explicam a centralidade das relações com o trabalho, desenvolvidas pela população em situação de rua, no conjunto das determinações do fenômeno (SILVA, 2009, pp. 268-269).

---

<sup>4</sup> De acordo com Natalino (2016), apesar de muitos municípios realizarem pesquisas censitárias para orientar as políticas locais, a primeira e única pesquisa de âmbito nacional sobre o tema foi divulgada em 2008, o que dificulta a proposição de políticas públicas e ações específicas, de acordo com a real demanda dessas pessoas, além de reforçar a invisibilidade desse grupo. Em 2015, a partir de uma estimativa feita com base nos dados do Censo do Sistema Único de Assistência Social (CENSO SUAS) de 1942 municípios, além do número de pessoas em situação de rua cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, foram estimadas 101.854 pessoas vivendo nas ruas, identificando que mais de 90% delas está concentrada nas metrópoles (municípios com mais de 900 mil habitantes) e municípios de grande porte (com mais de 100 mil habitantes).

As transformações econômicas, políticas e sociais das últimas três décadas do século XX, promoveram impactos profundos na estrutura do mercado de trabalho e nas proteções e direitos ligados ao mesmo, sinalizando um aumento do desemprego estrutural e da precarização dos postos de trabalho, com aumento significativo da informalidade, o que, para autores como Silva (2009), estabeleceu relação direta com o recrudescimento da população em situação de rua enquanto um fenômeno urbano.

Para Escorel (1999), a década de 1980 apenas expôs mais claramente as mudanças políticas e econômicas que produzem como desfecho a exclusão social, enquanto na década de 1990, essa última fica evidente com o acirramento da violência urbana e do aumento da população em situação de rua. Não é por acaso, portanto, que essa “abordagem econômica” do fenômeno do viver nas ruas (BÜLL, 2010) intensificasse a partir dos anos 1970, ganhando corpo no Brasil nas décadas seguintes, tendo levado diferentes pesquisadores a pautar, de alguma forma, o tema do trabalho e a vida na rua (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992; ESCOREL, 1999; BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; FARIAS, 2007; MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008; SILVA, 2009; NEVES, 2010; BÜLL, 2010; SCHWEITZER, 2017).

Esse momento, segundo Oliveira (2017) foi crucial no redirecionamento da compreensão acerca da população em situação de rua no país, onde sempre houve predomínio da chave da vadiagem para explicar e justificar sua existência, numa leitura de que essa população é desfecho de escolhas e responsabilidades individuais, especialmente relacionadas ao trabalho, consideradas, desse modo, preguiçosos e vadios. Para o autor, a transição dos anos 1970 e 1980 trouxe à tona, no Brasil, as desigualdades sociais e econômicas decorrentes e intrínsecas ao processo de desenvolvimento capitalista, que naquele momento fechava milhares de postos de trabalho, vitimando os trabalhadores mais pobres e impulsionando movimentos migratórios intensos da região Nordeste para o Sudeste, arrastando milhares de desempregados na expectativa de novos projetos de vida, ocupando as grandes metrópoles, agora inchadas com essa “nova população”.

Relacionadas diretamente à falência do modelo de desenvolvimento adotado e das mudanças do mundo capitalista que se intensificavam naquele momento,

[...] a presença do referido segmento, em proporções numéricas, aliado aos processos econômicos citados, possibilitou a emergência do mote explicativo que se vinculava à migração, associada ao desemprego que provocara a intensificação do número de pessoas que encontravam nas ruas a sua “sobrevivência” (OLIVEIRA, 2017, p. 108).

Essa mudança na chave explicativa do fenômeno a partir dos anos 1970 também reflete nos primeiros estudos<sup>5</sup> acerca da população adulta em situação de rua no Brasil que, além de iniciarem a construção de um campo de saber sobre o tema, rompem com a “explicação liberal” que atribui a vida na rua à consequências individuais e começam a apontar uma enorme diversidade e heterogeneidade dos modos de vida e dos diferentes segmentos dessa população (OLIVEIRA, 2017, pp. 108-109).

Ou seja, compreender a população em situação de rua sobre essa nova perspectiva, como classe trabalhadora, rompeu, segundo Oliveira (2017) com a referência hegemônica e histórica dessa população como um conjunto de indivíduos vadios/vagabundos, possibilitando uma compreensão desse fenômeno como algo coletivo e resultante da desigualdade inerente ao desenvolvimento capitalista.

Segundo Boaventura de Sousa Santos (1999a, pp.17-18), do ponto de vista sociológico, a década de 1980 é um período a ser esquecido, diante da “ordem/desordem autoritária e a opressão social que parecem ir de par com o desenvolvimento capitalista”; é nela que se acentua a crise do Estado-Providência, que segundo Boaventura já vinha da década anterior, o que não só agravou as desigualdades sociais e os processos de exclusão social nos países centrais, mas se acirrou de forma ainda mais dramática nos países periféricos, que já viviam situações bastante precarizadas, como aqueles do continente Africano. Essas “assimetrias” aumentaram não só no interior de cada país, mas, mais ainda, entre os países do Norte e os do Sul – em um cenário em que as desigualdades foram celebradas como “a dor necessária do parto de uma ordem econômica finalmente natural e verdadeira, isto é, neoliberal” (SANTOS, 1999a, p. 18).

Reitera-se, assim, que a escolha em situar nossa discussão a partir da década de 1970, ganha corpo nas modificações globais e no avanço neoliberal que impactaram diretamente o mundo do trabalho e, de certa forma, o início de uma associação da então

---

<sup>5</sup> O autor se refere aos estudos de Stoffels (1978), na cidade de São Paulo, e Neves (1983), no Rio de Janeiro.

“nova” população em situação de rua que surgia, relacionada aos processos de precarização do trabalho e de desemprego que avançavam.

De acordo com o relatório do I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, em 2006, e que deu as bases para a criação da Política Nacional para essa população, em 2009, as reivindicações dos usuários participantes traziam à tona a importância de implementação de estratégias de inclusão produtiva como fundamentais na garantia de condições materiais de vida e recuperação da autoestima. À ocasião, foram apontados como desafio a proposição dessas iniciativas, articuladas às demais políticas sociais, como saúde, moradia etc. Destacou-se o acesso restrito ao trabalho, geralmente caracterizado pelo subemprego ou emprego precarizado. E algo importante

identificou-se que mesmo quando a questão central problematizada não era o trabalho, ela surge articulada a outras necessidades, como alternativa de superar a situação-limite imposta pela vulnerabilização, ou, ainda, como elemento que possibilita a autovalorização (BRASIL, 2006, p.58).

Nesse contexto, o trabalho passou a ser sinalizado nos documentos oficiais como estratégia fundamental de inclusão social da população em situação de rua através da possibilidade de ações como

[...] inclusão da população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho; promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua; incentivo às formas cooperadas de trabalho no âmbito de grupos populacionais em situação de rua; incentivo a ações que visem a inclusão produtiva e reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua, dentre outros (BRASIL, 2008a).

Tornou-se também relevante, nesse processo, elaborar reflexões acerca das relações entre trabalho e população em situação de rua, especialmente sob a perspectiva dos serviços específicos para o atendimento dessa população, a partir da Política Nacional para a População em Situação de Rua (BRASIL, 2009a) e no contexto da Política de Assistência Social e do Sistema Único da Assistência Social (BRASIL, 2005) e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b) que, por meio da intersetorialidade, devem promover ações articuladas em diferentes âmbitos, como saúde, educação e trabalho.

No âmbito da Terapia Ocupacional, uma premissa importante ao pensar o mundo do trabalho para a população em situação de rua e as populações vulneráveis

socialmente é justamente de que não se trata de uma ideia de reabilitar a força disponível para o mercado trabalho, a fim de torná-la (mais) produtiva, ou de adaptá-la às novas formas de trabalho que surgiram nas últimas décadas, mas de garantir acesso e participação naquilo que se constitui um direito coletivo, considerando-se as dimensões sociológicas e econômicas do mundo do trabalho e do mesmo enquanto categoria da vida social (GHIRARDI, 2012).

Além disso, cabe frisar a importância de que as práticas profissionais compreendam e considerem o lugar que o trabalho ocupa nos processos de inclusão/exclusão na sociedade capitalista, para que as ações em Terapia Ocupacional que se pautem em formas alternativas a este modelo hegemônico de organização do trabalho, possam ser desenvolvidas de forma verdadeiramente inclusiva e emancipatória (LUSSI, PEREIRA, 2016).

Parafraseando Farias (2007, p. 94), empreender uma discussão acerca da população em situação de rua e sua (possível) inclusão no/pelo trabalho, nesse modelo de sociedade excludente, e pensar formas de acesso dessas pessoas ao mundo do trabalho e à renda, é “no mínimo, um debate corajoso”, uma vez que desafia a lógica produtiva hegemônica presente na sociedade em que vivemos.

Ao mesmo tempo, foi justamente por tratarmos da população em situação de rua, na sua relação extrema com o mundo do trabalho que, ao longo do percurso de pesquisa, percebemos que essa escolha foi fundamental para compreender a relação com o mundo do trabalho atual, os limites dessa inclusão e, conseqüentemente, de determinadas ações públicas/institucionais etc. A população em situação de rua, por suas especificidades e singularidades tão radicais foi, então, o grupo social que permitiu as reflexões e as compreensões que fizeram a pesquisa “acontecer”, atuando como fio condutor diante daquilo que nosso referencial teórico e de análise sensibiliza acerca dos processos de inclusão/exclusão na modernidade, suas (im)possibilidades e as alternativas disponíveis e possíveis para a inclusão e a emancipação social.

Do ponto de vista dos números relacionados ao trabalho e emprego, vivemos um cenário dramático. Segundo Lameiras e colaboradores (2019), a partir dos dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), apesar da geração de empregos mesmo diante de indicadores ruins de atividade econômica, o mercado de trabalho brasileiro ainda se encontra num cenário muito desfavorável, tendo em vista o grande

número de desocupados, desalentados e subocupados, além do crescimento do número de desempregados de longo prazo (pessoas desocupadas há mais de dois anos).

Os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios contínua (PNAD contínua), que abrangeu o segundo trimestre de 2019 (maio a julho), mostram que a taxa de desocupação no país, apesar de ter diminuído em relação ao primeiro trimestre, alcança os 11,8%. O número de desocupados passa dos 12,8 milhões, enquanto aqueles considerados “subutilizados” alcançam os 28,1 milhões. Tanto o número de empregados sem carteira assinada (11,7 milhões de pessoas) quanto o número de trabalhadores por conta própria (24,2 milhões) bateram recordes comparados ao primeiro trimestre de 2019 e ao mesmo período em 2018 (IBGE, 2019)<sup>6</sup>, ou seja, a informalidade segue aumentando. Em 2018, a informalidade bateu seu recorde histórico, atingindo 38,42 milhões de pessoas, o que demonstra que, apesar de as pessoas estarem conseguindo se ocupar, estão longe das garantias que ainda estão atreladas ao emprego formal<sup>7</sup>.

Ou seja, fazemos essa discussão num cenário nacional, e de certa forma global, em que o trabalho quando existe, está cada vez mais precarizado e menos acessível a grandes contingentes da população, colocando-as em situações de vulnerabilidade e de incerteza diante das possibilidades de autonomia, de garantia de renda e de materialização, ou mesmo, planejamento de seus projetos de vida.

Partimos de uma compreensão de que o trabalho carrega consigo potências, do resgate da autoestima e da identidade de muitos enquanto trabalhadores à ampliação da participação social e da autonomia. Por outro lado, esse mesmo trabalho, tal qual se configura na sociedade contemporânea, parece apresentar limites nessa inclusão e no acesso à cidadania pelos sujeitos. Afinal, parece haver cada vez menos lugar no mundo do trabalho, especialmente formal, e possibilidade de inclusão por meio dele para diferentes grupos, especialmente os mais vulneráveis socialmente.

---

<sup>6</sup> Os dados também foram obtidos a partir da página oficial Agência Notícias IBGE, em matéria publicada em 30/08/2019, disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25315-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-11-8-e-taxa-de-subutilizacao-e-de-24-6-no-trimestre-encerrado-em-julho-de-2019>. Acesso em 08 Set 2019.

<sup>7</sup> Informações organizadas na matéria jornalística “Informalidade bate recorde ao atingir 35,42 milhões de trabalhadores em 2018”, publicada em 31/01/2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/informalidade-bate-recorde-ao-atingir-3542-milhoes-de-trabalhadores-em-2018-1-23416920>. Acesso em 08 Set 2019.



Foi então que, proveniente do desejo de conhecer melhor sua realidade na interface com o trabalho que tomamos a população em situação de rua como ponto de partida para, ao final, identificarmos as (im)possibilidades de inclusão no/pelo trabalho no contexto atual, a partir das experiências junto a uma população que vivencia, mais intensamente desde a década de 1980, as consequências perversas das transformações do mundo do trabalho contemporâneo, a partir da reestruturação produtiva e os demais processos advindos desse cenário.

Partimos, assim, das mudanças ocorridas desde os anos 1970 nos países industriais e nos anos 1980/1990, no Brasil, a partir da crise do Fordismo e do início da Reestruturação Produtiva, que produziram impactos fundamentais na estrutura do trabalho, nos direitos a ele atrelados e até mesmo nos processos de subjetivação contemporâneos dos trabalhadores frente esse contexto (NARDI, 2002).

Desta forma, o objetivo geral desse trabalho foi compreender as relações da população em situação de rua e o mundo do trabalho, na atualidade, por meio da identificação e caracterização de ações e experiências de inclusão produtiva junto à essa população bem como de suas próprias histórias pessoais e de trabalho.

Estruturamos esse trabalho de modo que o primeiro capítulo dessa tese foi dedicado à apresentação do referencial teórico e de análise utilizado, baseado na obra do português Boaventura de Sousa Santos que, a partir da compreensão dos processos de exclusão e invisibilidade na sociedade contemporânea, defende a necessidade de pensarmos outras estratégias de fazer ciência, produzir conhecimento e vida, de forma a contrapor aos processos hegemônicos presentes na nossa sociedade que produzem distâncias e desigualdades entre aqueles que compõem o Norte e os que ocupam o outro lado, o Sul, utilizando-se da metáfora da linha abissal que divide o mundo. Destacamos os elementos relacionados à emancipação social e de tudo aquilo que, em contrapartida, produz desigualdade e exclusão na sociedade moderna, especialmente os conhecimentos hegemônicos que produzem distanciamentos, invisibilidade e inexistência daquilo que se considera inferior.

A população em situação de rua seria uma das expressões máximas da metáfora criada por Santos no que se refere ao Sul abissal, excluída pela ausência de relações familiares, de possibilidades de autonomia, distanciamento do trabalho/emprego etc. Foi também a partir de Santos (1999b; 2010) que foi possível, ainda, estabelecer relações e

ampliar a compreensão acerca das mudanças recentes no mundo do trabalho, especialmente a partir dos anos 1970 e dos impactos das transformações econômicas, políticas e sociais no aumento do desemprego e da intensificação da vulnerabilidade e exclusão social de determinados grupos sociais.

O segundo capítulo adentra na especificidade das relações da população em situação de rua com o trabalho, pontuando o início dessa associação no Brasil, os atravessamentos que se impõem nas relações do trabalho e esses sujeitos, permeando as (im)possibilidades de inclusão pelo trabalho - que serão aprofundadas na análise - especialmente num cenário de modificação do trabalho, de aumento da informalidade, de precarização das relações trabalhistas, vislumbrando um futuro próximo em que as reformas trabalhistas e da previdência<sup>8</sup> tendem a acirrar, senão, tornar ainda mais dramático esse cenário. Especialmente para outros e diferentes grupos sociais que ainda não saíram do contrato social regulado pelas relações de trabalho (SANTOS, 2010), mas que têm esse pertencimento cada vez mais ameaçado.

No terceiro capítulo traçamos um panorama geral dos principais conceitos e compreensões acerca da população em situação de rua e seu caráter heterogêneo e multifacetado, além de um breve resgate histórico da atenção a essa população no Brasil, especialmente nas últimas décadas, em que o caráter assistencialista, segregacionista e de tutela tenta ser substituído pelo olhar às pessoas em situação de rua como sujeitos de direitos, a serem garantidos por uma política pública específica, baseada na intersetorialidade como premissa fundamental. Isto é, também fazemos essa discussão em um cenário em que as ações para essa população vêm tentando romper com o caráter hegemônico de repressão e higienização a que estes sujeitos sempre estiveram expostos.

Este estudo foi dividido em duas partes. A primeira (Estudo 1) foi realizada junto aos Centros Pop do Estado de São Paulo que aceitaram participar da pesquisa e a segunda (Estudo 2), tratou da observação e acompanhamento de trajetórias/histórias de trabalho, atravessadas pela discussão do mundo do trabalho, de quatro usuários de um

---

<sup>8</sup>Apesar de extremamente relevante e determinante no contexto atual, não pretendemos nesse momento ampliar essa discussão. Esse tema vem sendo amplamente discutido e abordado pela mídia, em seus mais diferentes vieses. De forma geral, ver mais em <https://oglobo.globo.com/economia/reforma-da-previdencia-futuro-da-aposentadoria-23376613>. Acesso em 08 Set. 2019.

desses Centros Pop, ao longo de todo o ano de 2018, o que também implicou na observação e apreensão de cenas, experiências e falas acerca do tema, no cotidiano do equipamento e em espaços coletivos de discussão, como assembleias, reuniões do movimento social da população em situação de rua do município em questão etc. Dito isso, ressalta-se que a pesquisa ora apresentada pautou-se numa abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico.

Os resultados foram apresentados, separadamente, em Estudo 1 e Estudo 2. No que se refere ao Estudo 1, foram apresentados os resultados referentes à aplicação do questionário semi-estruturado com coordenadores de 13 Centros Pop do estado de São Paulo, seguida da análise descritiva dos dados provenientes do protocolo de identificação pessoal e profissional e da caracterização dos equipamentos e suas ações, bem como da análise temática das questões abertas e a discussão do referencial teórico e de análise e da literatura disponível a respeito. Já nos resultados do Estudo 2, foram apresentados o campo e os quatro participantes, sendo que a partir da apresentação dos mesmos e de suas narrativas, também foram tecidas reflexões acerca do material levantado, seguidas também de análise fundamentada no referencial teórico e que dialogasse com os resultados do Estudo 1.

Por fim, apresentamos uma construção de reflexões na Terapia Ocupacional que dialoguem com o referencial teórico aqui adotado, não somente para produção de conhecimento para o campo, mas de forma que esse conhecimento informe práticas e ações técnicas que possam mirar a emancipação social dos sujeitos com quem materializamos nossas ações.

Práticas profissionais que possam tensionar e enfrentar os processos de dominação contemporâneos, que promovem desigualdades, invisibilidades e exclusões cada vez maiores de diferentes grupos sociais, e que possam promover “a partir de baixo”, a partir dos saberes plurais e compartilhados por sujeitos que estão no Sul abissal, processos ecológicos de constituição de novos saberes, que sustentem perspectivas de participação social, visibilidade e ressignificação cotidiana, na construção de possibilidades de projetos de vida ocultados pelas impossibilidades que se impõem pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado.

## CAPÍTULO 1

### 1. Conceitos e reflexões de Boaventura de Sousa Santos como suporte teórico e de análise

Como antecipamos, o referencial teórico deste trabalho apoiou-se em alguns dos principais elementos da obra do autor Boaventura de Sousa Santos, especialmente aqueles que fundamentam a discussão das Epistemologias do Sul e dos procedimentos sociológicos que dela decorrem, como a Sociologia das Ausências, a Sociologia das Emergências, o Trabalho de Tradução e a Ecologia dos Saberes, além de conceitos abordados direta ou indiretamente ao longo de sua produção, como desigualdade, exclusão, cidadania e emancipação.

Em linhas gerais, buscamos produzir uma compreensão do tema e análise do material ora produzido, a partir das reflexões de Boaventura Sousa Santos acerca dos diferentes processos de exclusão e invisibilidade na sociedade moderna bem como os processos de emancipação social, transpondo essas discussões para a população em situação de rua e o mundo do trabalho – isto é, para as (im)possibilidades de emancipação social, visibilidade e de inclusão no/pelo trabalho para essas (e outras) pessoas que vivem radicalmente o Sul abissal ou as possibilidades de tocar a linha abissal, ou mesmo transpô-la, por meio do acesso ao mundo do trabalho. Aspectos, inclusive, que puderam ser melhor compreendidos a partir das trajetórias, necessidades e dificuldades sinalizadas com (e pelas) pessoas em situação de rua que participaram e possibilitaram a construção desse trabalho.

Fizemos, portanto, uma incursão naquilo que Boaventura registra sobre a construção do conhecimento científico e dos processos de dominação hegemônicos que se acirram na sociedade moderna e afiançam o Norte, bem como nos movimentos contra-hegemônicos e nas alternativas emancipatórias a partir do Sul abissal, que sustentariam a ruptura da invisibilidade dos grupos sociais vítimas dos processos de exclusão e de não-existência, dos quais a população em situação de rua é forte exemplo.

No final dos anos 1990, Santos intensifica o debate acerca das Epistemologias do Sul, apresentando-as como uma alternativa à racionalidade ocidental moderna, capazes de apreender a diversidade da experiência social do mundo, especialmente aquelas invisibilizadas e produzidas como não existentes pela Ciência e pelo Direito –

os dois motores da racionalidade moderna - e os processos de dominação existentes na sociedade moderna segundo o autor - o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Ao longo de sua obra, Santos afirma que a racionalidade e o Direito ocidentais consideram como legítimos somente os conhecimentos, as experiências e as práticas sociais que compõem e são provenientes do Norte e que, por ser assim, estabelecem-se como hegemônicos, reiterando os processos de dominação contemporâneos (SANTOS, 2010).

O “Sul”, em oposição ao Norte, para além de um conceito geográfico, consiste numa metáfora do sofrimento humano produzido na sociedade moderna, referindo-se a todos os países, regiões, segmentos e/ou grupos que sofrem processos de exclusão, opressão e discriminação, invisibilizados e radicalmente distantes do Norte (CARVALHO, 2009; SANTOS, 2010). Ou seja, o Sul é tudo aquilo que é provocado pela modernidade capitalista, produzindo “(...) vítimas, daqueles que só foram parte da modernidade pela violência, exclusão e discriminação que esta lhes impôs” (SANTOS, 2010, p.28).

Não é por acaso, portanto, que os momentos de crise do capital são momentos favoráveis ao crescimento da população em situação de rua (SILVA, 2009) como, por exemplo, nas décadas de 1930 e 1970 nos Estados Unidos<sup>9</sup>. Assim como afirma Silva (2009), a população em situação de rua é um produto indesejável, mas necessário ao desenvolvimento capitalista, desde seus primórdios, e o que se intensifica mais recentemente, com as crises recentes desse modo de produção e também com o avanço neoliberal e as metamorfoses do mundo do trabalho, abordadas por diferentes autores, no Brasil, especialmente por Antunes (2005; 2006; 2015).

Para autores como Silva (2009, p. 13), portanto, o fenômeno de viver nas ruas, apesar de suas múltiplas determinações, seria algo intrínseco à sociedade capitalista e

---

<sup>9</sup> A história do “desabrigo” nos Estados Unidos, tal qual é nomeado na tradução para o português, foi cuidadosamente descrita por Snow e Anderson em seu livro “Desafortunados” (1998), fruto de um estudo etnográfico realizado no país ao longo da década de 1980. Segundo os autores, desde o século XIX os “andarilhos” tiveram papel fundamental na mão de obra americana para a construção do país. Os 1930, que seguiram à Grande Depressão, e a década de 1980 foram elencadas pelos autores como os momentos em que houve aumento significativo de pessoas vivendo nas ruas no país, com o detalhe de que os 1980 carrega consigo também uma mudança no perfil desses sujeitos: pessoas mais jovens, etnicamente diversificadas, com aumento da proporção de mulheres e famílias e, apesar das inúmeras razões para seu desabrigo, chamando a atenção para “mudanças econômicas e institucionais que empurram para a rua (SNOW; ANDERSON, 1998, p.23).

seu processo de acumulação, e, portanto, “produzido socialmente no contexto de formação de uma superpopulação relativa às necessidades de expansão do capital”, ou seja, embora a constituição da população em situação de rua não seja um fenômeno novo, de certa forma, ela se acirra diante dos processos econômicos vinculados ao modo de produção capitalista, agravando-se, mais recentemente, conforme esse modo entra em crise e se reestrutura nas últimas décadas.

O paradigma moderno, portanto, baseado no capitalismo, estaria esgotado e não responderia mais às necessidades “modernas”, demandando um paradigma pós-moderno, que vá para além dele e se baseie nas alternativas a esse modelo também já esgotado (SANTOS, 2010). A partir da década de 1990, que acumulou as crises do capitalismo e do socialismo nos países do Leste Europeu, amplia-se, segundo Santos, os conceitos de pós-moderno e de pós-modernidade, demandando novos paradigmas não só epistemológicos, mas também sociais e políticos, capazes de “(...) pensar a transformação social para além do capitalismo e para além das alternativas teóricas e práticas ao capitalismo produzidas pela modernidade ocidental” (SANTOS, 2010, p. 26).

Seria necessária, portanto, uma transição social para além do capitalismo e dos seus limites, que reduzem as possibilidades de emancipação social para aquilo que lhe escapa, isto é, uma “necessidade de reinventar a emancipação social” (SANTOS, 2010, p. 27). Esse modelo, já esgotado, parece não oferecer alternativas às pessoas como as que investigamos nesse estudo. O modelo neoliberal, capitalista e o emprego, baseado nesses preceitos, não dão conta da diversidade e das necessidades de contingentes cada vez maiores da população, tampouco, para sujeitos tão excluídos e vilipendiados por essa mesma lógica produtiva, como a população em situação de rua.

Diante das exclusões e dos processos que produzem invisibilidade, Santos vê como saída o desenvolvimento de novas formas de produzir conhecimento (e fazer ciência), de produzir vida e valor, que se construam a partir das demandas e experiências sociais do Sul, contra-hegemônicas, normalmente invisibilizadas cotidianamente (CARVALHO, 2009). Logo, uma das formas de produzir emancipação social passa pela formulação de outra racionalidade, comprometida com os processos de visibilidade dos grupos sociais excluídos, cujas experiências sociais não sejam desperdiçadas simplesmente porque não condizem com a racionalidade hegemônica.

Tema relevante na obra de Boaventura de Sousa Santos, a emancipação social surge, portanto, vinculada aos processos de visibilidade e produção de existência dos grupos que vivenciam/experimentam contextos de desigualdade e exclusão social, muitas vezes privados de seus direitos e da cidadania que, apesar de supostamente universal, segundo Santos (1999a; 2012), configura-se como um privilégio de poucos.

Ao falarmos de grupos que vivenciam processos de exclusão, como aqueles que sobrevivem na/da rua, estamos falando daquilo que integra o Sul, como deslegitimado, desconsiderado, desvalorizado e ignorado pelos valores, práticas e conhecimentos hegemônicos. Muitas vezes, são sujeitos ignorados ou atendidos apenas parcialmente pelas políticas sociais, invisibilizados na sua existência, em suas reais demandas, necessidades e direitos, visíveis apenas quando ameaçam tocar a linha e quem está do outro lado. Tornam-se visíveis através do incômodo que produzem. Quando ocupam o espaço público, abordam e “constrangem” os (outros) cidadãos, demandando intervenções da Segurança Pública, a partir de práticas higienistas que forçam sua invisibilidade, não só simbólica, como também concreta. Permanecem, assim, invisíveis em suas necessidades frente às políticas públicas e seus direitos sociais.

Após uma grande luta social para que se tornassem sujeitos de direitos, na prática, as pessoas em situação de rua ainda sofrem com as mais diferentes negações de seu lugar social de cidadãos. Direitos como a mobilidade, o ir e vir, a ocupação da cena urbana, o acesso, sem discriminações, às políticas que garantam sua sobrevivência, como a saúde, educação e o próprio trabalho, são direitos cotidianamente negados, o que reafirma e intensifica sua exclusão social. O trabalho, por sua vez, parece reiterar seu lugar no Sul abissal, onde são ainda frequentemente rechaçados pelo Norte, fazendo-nos questionar se ainda haverá possibilidades de acesso e transposição da linha abissal por meio das referências hegemônicas de trabalho ainda que, na modernidade, esse mesmo trabalho venha sendo drasticamente modificado.

Tais transformações, que se estabeleceram em torno do trabalho após a década de 1970, decorreram das profundas mudanças econômicas e políticas, de ordem mundial, em que o trabalho pareceu ser o centro das transformações provocadas pelo capitalismo ao final do século XX e início do século XXI. Tiveram como consequências o aprofundamento do desemprego, da precarização do trabalho e da onda regressiva referente aos direitos derivados e dependentes do mesmo (ANTUNES, 2005; 2006;

2015; HARVEY, 2005; SENNETT, 2006; NARDI, 2002; SILVA, 2009; SINGER, 2012).

O início dos anos 1970 inaugurou, com a crise do petróleo que se instalava, segundo Bursztyn (2003, p. 32), um “marco notável que (...) mudou o sistema de relações internacionais, a ótica da competição e da cooperação entre as nações e o papel do Estado na qualidade de provedor de bem-estar” deflagrando, assim, uma crise estrutural dos sistemas produtivos e do próprio capitalismo como modo de produção, forçando um processo de reestruturação produtiva, com a adoção de novos mecanismos de acumulação e produção, que pudessem dar conta das novas necessidades do capital. A década seguinte (1980) consolida-se, então, como marco fundamental de profundas transformações no mundo do trabalho, especialmente nos países de capitalismo avançado, revelando impactos fundamentais na classe trabalhadora, através da destruição, precarização e eliminação de postos de trabalho, resultando em um enorme contingente atingido pelo desemprego estrutural (ANTUNES, 2005; 2015).

A globalização como nova configuração econômica, bem como as mudanças de caráter global que suscitou foram, segundo Harvey (2005), um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica mundial, especialmente nas grandes potências (China, Estados Unidos e Inglaterra), onde as tentativas de conter a inflação e impulsionar a economia ocorreram mesmo em detrimento do trabalho e dos trabalhadores, implicando também profundas mudanças nos processos produtivos, antes centrados no padrão taylorista/fordista e no papel do Estado, até então caracterizado pelo modelo de Bem-Estar Social (*Welfare State*)<sup>10</sup>, especialmente nos países da Europa (ANTUNES, 2006).

No bojo da reestruturação produtiva, de todas as transformações no mundo do trabalho e do avanço neoliberal, a globalização econômica (e hegemônica) apresenta-se como consequência fundamental dos processos de transformação ocorridos após a década de 1970, intensificando claramente os processos de desigualdade e exclusão.

Com o avanço do Estado Neoliberal, as políticas emancipatórias entram cada vez mais em declínio, pois, se antes, mesmo lutando contra esse tipo de reivindicação, o Estado-Providência produziu políticas de regulação e emancipação que visavam

---

<sup>10</sup> Para definir esse modelo de Estado, Boaventura usa o termo Estado-Providência como amplamente visto em Santos (2010).



controlar as “classes perigosas” (SANTOS, 2001; 2003), na modernidade ocidental, em que o Estado assume função cada vez mais minimalista, avança a tensão entre regulação e emancipação social, em que a discussão desta última se vê suprimida pela globalização neoliberal e hegemônica (SANTOS, 2003).

De acordo com Harvey (2005), a doutrina do neoliberalismo, que passou a ser a diretriz central do pensamento e da administração econômica nas últimas décadas, configura-se como a

[...] teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p. 12).

Assim, na Política Neoliberal, a concepção de mercado é força reguladora por excelência, em que a desregulamentação do trabalho e enxugamento do Estado são os pilares fundamentais, além da concepção de que os direitos sociais impedem o avanço da economia (NARDI, 2002). Em prol da propriedade individual e do funcionamento apropriado dos mercados, o neoliberalismo tornou-se aos poucos hegemônico, impondo novas formas de relação social e com o trabalho, e implicando um importante papel do Estado na criação e preservação de uma estrutura institucional na garantia de cumprimento dessas práticas, mas restringindo/encolhendo sua ação frente às políticas sociais, deixando segmentos crescentes da população expostos ao empobrecimento e à desigualdade, tendendo a responsabilizar individualmente os sujeitos por seu próprio bem-estar, como também seus fracassos e falhas, produzindo efeitos significativamente deletérios (HARVEY, 2005).

O resultado desse processo de consolidação da globalização e das transformações no processo produtivo se expressa das mais diferentes formas, no mercado, na economia e na sociedade contemporânea, materializando-se no desemprego estrutural e na precarização cada vez maior dos postos de trabalho, no achatamento salarial e na perda de direitos sociais, especialmente àqueles vinculados ao trabalho, tornando-o cada vez mais informal (ANTUNES, 2005; 2006; 2015).

Na ausência de um Estado regulador, os mais fortes, sejam países ou grupos sociais, aprofundam-se nos mecanismos de exclusão (SANTOS, 2003). É nesse sentido, de acordo com Santos, que o conhecimento e o direito, enquanto pilares da sociedade

ocidental hegemônica, podem tanto reforçar processos hegemônicos e reguladores da emancipação social, quanto, de forma contra-hegemônica, pensar a emancipação social dentro de uma perspectiva que atenda as expectativas dos grupos subalternos, geralmente invisibilizados e privados dos processos de emancipação.

Assim, a presença de formas contra-hegemônicas de produzir conhecimento, política e o direito seriam alternativas fundamentais ao capitalismo e ao neoliberalismo - formas econômica e política de dominação na sociedade moderna. Nelas, a exclusão é justificada pela necessidade de crescimento e é motor para o desenvolvimento do modo de produção hegemônico.

Por essa razão, a globalização hegemônica requer alternativas para sua superação, bem como da exclusão e discriminação que dela decorrem. À essa globalização alternativa e contra-hegemônica, Santos chamou de *cosmopolitismo subalterno* (SANTOS, 2003). O cosmopolitismo subalterno configura-se na luta contra a exclusão social, em nome da globalização alternativa, em nome dos projetos emancipatórios cujas reivindicações e critérios de inclusão social se projetam para além dos horizontes do capitalismo global. Seria uma forma de resistência, de criação de alternativas, capazes de incluir toda a diversidade invisibilizada nos diferentes modos de exclusão da globalização hegemônica, produto do avanço do capitalismo e acompanhada de mudanças intensas no mundo do trabalho (SANTOS, 2003).

Essa globalização alternativa implica ser construída “de baixo para cima”, a partir de diferentes estratégias contra-hegemônicas, na política, no mercado, nos direitos etc., em que o a partir de “baixo”, dá-se a partir do Sul colonizado, numa reinvenção da emancipação a partir do Sul, de quem é excluído e oprimido, dando condições à luta contra a exclusão econômica, social, política e cultural engendrada pelo movimento capitalista global das últimas décadas (SANTOS, 2002; 2007; 2010).

### 1.1 Trabalho como inclusão? O trabalho (e seus limites) na modernidade

Embora não haja um conceito único de emancipação social na obra de Boaventura de Sousa Santos, ao longo da mesma é possível apreender diferentes elementos que integram o que o autor compreende em relação ao termo e o que implica,

na prática social, a busca da emancipação social dos diferentes grupos oprimidos e invisibilizados.

Uma das formas como Santos (1999a; 2010) compreende a emancipação na vida social moderna, é por meio de uma composição de princípios como a liberdade, a igualdade e a cidadania. Compreensão que, para o autor, contempla em si mesma uma importante contradição uma vez que o paradigma da modernidade, reduzido basicamente àquilo que orienta o desenvolvimento capitalista, pressupõe mecanismos de regulação social que, para garantirem a reprodução do modo de produção hegemônico, produzem inevitáveis desigualdades e exclusão, negando, por essa razão, os princípios voltados à igualdade, à integração social e à emancipação (SANTOS, 2010). Ou seja, a emancipação social seria contraditória, ou até mesmo impossível, no capitalismo.

Na concepção de Santos (1999a; 2010), apesar de configurarem-se como sistemas de pertença hierarquizada, a desigualdade e a exclusão diferem-se entre si, pois, enquanto na desigualdade pressupõe-se minimamente uma integração social, tornando a presença daquelas pessoas, mesmo em níveis mais baixos da escala social, indispensáveis para o desenvolvimento da sociedade, no sistema de exclusão, isso não ocorre – a pertença dá-se pela própria exclusão, deixando de fora e tornando supérfluo quem está embaixo.

Baseado em referenciais marxistas, Santos (1999a; 2010) afirma que o grande princípio da integração social na sociedade capitalista baseia-se na relação capital/trabalho, assentada, portanto, no princípio da integração pelo trabalho, em que a desigualdade sustenta-se entre aqueles detentores do capital e dos meios de produção e daqueles que dispõem apenas de sua força de trabalho para sobreviver - uma desigualdade de classes, baseada na exploração, segundo o autor. Se com o modelo de Estado-Providência, ao final dos anos 1950, houve tentativas de regulação dessa relação, garantindo proteções aos trabalhadores e políticas redistributivas que pudessem garantir seu desenvolvimento, as mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas nas últimas décadas, dando vez ao Estado Neoliberal, isentaram o Estado do papel de garantir proteções, passando a trabalhar, em vez disso, em função das exigências econômicas, acirrando os processos de desigualdade e fragilização da classe

trabalhadora, que não vê mais no trabalho as garantias de integração e proteção social (SANTOS, 1999a).

Por outro lado, no que se refere à exclusão, a partir da perspectiva do filósofo Michel Foucault, Santos (1999a) afirma que enquanto a desigualdade é um fenômeno socioeconômico, a exclusão é, sobretudo, um fenômeno cultural e social, tratando-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por meio de um discurso que se impõe como verdade, impõe também a interdição social de toda pessoa que escapa à norma estabelecida e, por ser assim, devendo ser exposto a mecanismos de normalização, a fim de romper com a periculosidade a que estão associados os “desviantes”.

Vale dizer, aqui, que a população em situação de rua, apartada das normas e referências hegemônicas da sociedade, especialmente da relação de exploração capital/trabalho, pois já não está mais passível de ter sua força de trabalho utilizada dada a lógica produtivista, é objeto direto da exclusão social, de normatização, interdição social e, até mesmo, de limpeza social, a partir das práticas higienistas que pretendem invisibilizá-la, ainda mais, da cena urbana.

Nesse contexto, a emancipação social somente seria possível na sociedade capitalista globalizada por meio das formas de regulação que essa última dispõe, a fim de evitar extremos de desigualdade (a escravidão, por exemplo) e de exclusão (o extermínio); sob essa lógica, a “integração pelo trabalho” sustentaria as políticas redistributivas que pretendem reduzir as “desigualdades mais chocantes geradas por vulnerabilidades que ocorrem quase sempre ligadas ao trabalho” (SANTOS, 1999a, p. 26). Entretanto, as diferentes transformações econômicas e do próprio trabalho que levaram ao acirramento do desemprego estrutural nas últimas décadas, como vimos, parecem dificultar esse cenário, na medida em que

[...] o trabalho passa a definir mais as situações de exclusão do que as situações de desigualdades. Acresce que a informalização, a segmentação e a precarização ou flexibilização da relação social faz com que o trabalho, longe de ser uma garantia contra a vulnerabilidade social, torna-se ele próprio a expressão dessa vulnerabilidade. A precariedade do emprego e do trabalho fazem com que os direitos do trabalho, os direitos econômicos e sociais, decorrentes da relação salarial e sede das políticas redistributivas do Estado Providência, se transformem numa miragem. O trabalho perde eficácia como mecanismo de integração num sistema de desigualdade para passar a ser um mecanismo de reinserção, num sistema de exclusão. Deixa de ter virtualidades para gerar redistribuição e passa a ser uma forma precária de reinserção sempre à beira de deslizar para formas ainda mais gravosas de

exclusão. De mecanismo de pertença pela integração passa a mecanismo de pertença pela exclusão (SANTOS, 1999a, p. 27).

Assim, na medida em que o trabalho se transforma, deixa de exercer seu potencial integrador, passando, ao contrário, a se associar aos mecanismos de exclusão social, tornando inúteis contingentes cada vez maiores de trabalhadores que, uma vez desempregados não deverão mais retornar ao “contrato social” e aos direitos vinculados ao trabalho, ou ainda, nem adentrarão ao “contrato social”, isto é, nunca exercerão o papel social de trabalhadores em suas vidas; todos esses, independentemente de seus saberes e qualificações, tornando-se descartáveis (SANTOS, 1999a; 2012a), o que se torna ainda mais dramático, uma vez que o trabalho ainda parece ser – na verdade a ele é atribuído, o grande caminho para o acesso aos direitos e a grande via de acesso à cidadania (SANTOS, 2012a).

Do ponto de vista econômico, as manifestações mais recentes da exclusão social, a partir do final do século XX, estariam relacionadas justamente à “capacidade da sociedade em criar emprego para seus membros ou a eles atribuir renda mínima de vida”, em que os excluídos agora são compreendidos como vítimas do desemprego estrutural, em que a não inserção no mundo do trabalho, complementa-se e agrava-se, muitas vezes, com a não inserção social (NASCIMENTO, 2003, p. 66). Muitas pessoas já não são mais incorporadas no mundo do trabalho, pois não têm trabalho nem capacidade para entrar nele e pouco a pouco, a ameaça à coesão social que isso configura, desperta representações sociais que consideram esses sujeitos “desnecessários economicamente” (um peso econômico para a sociedade e governos), como “socialmente ameaçadores e incômodos politicamente” (na medida em que são responsabilizados pelas mazelas da política), tornando-se “passíveis de repressão e eliminação física” (NASCIMENTO, 2003, p. 66). Justamente, e não por coincidência, as representações normalmente dispensadas à população em situação de rua.

Esse processo de pauperização, de acordo com Escorel (2009), atinge, inclusive, aqueles sujeitos que, mesmo nas margens do sistema produtivo, tinham algum tipo de inserção social e econômica, além do amparo do sistema de proteção social governamentais; passando a se configurar como os novos pobres, vítimas de uma *nova exclusão social* (WANDERLEY, 2008; CASTEL, 2013).

Nessa mesma perspectiva, Castel (2013) parte da ideia da centralidade do trabalho como eixo das relações sociais e como processo que origina as configurações culturais, simbólicas e identitárias na nossa sociedade. A perda das regulações do trabalho e do papel integrador do mesmo<sup>11</sup> nas últimas décadas; a instabilidade da situação salarial, bem como o esgotamento da proteção social, teriam criado condições para a multiplicação de uma nova categoria que marcou a pobreza francesa na década de 1980, especialmente composta por “inválidos de conjuntura”, isto é, sujeitos cuja vulnerabilidade foi criada pela degradação das relações de trabalho e das proteções a ele ligadas e que talvez, em outras condições, conseguiriam se inserir no mundo do trabalho (CASTEL, 2000; 2013).

Se o trabalho se configura como uma importante referência para a vinculação na sociedade e na estrutura social, ou mesmo de acesso à cidadania, como apontou Santos (1999a), analisar a relação das pessoas com ele permitiria compreender o lugar que elas ocupam na dinâmica social. Nesse aspecto, o sentido contemporâneo da exclusão social para Castel (1997), seria a degradação em relação a uma posição anteriormente ocupada, tendo por referência os lugares ocupados nas relações com o trabalho (ou a falta dele) e a inscrição em redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção (ou sua inexistência).

Dáí decorre para o autor a ideia de *zonas de inserção*: a de *integração* (em que a pessoa tem vínculos fortes com o trabalho e com as suas redes sociais de suporte), de *vulnerabilidade* (em que há inserção frágil no trabalho e nos suportes sociais) e, por fim, a *desfiliação social*<sup>12</sup> (em que há a ruptura total com as redes sociais de suporte e com o trabalho). Segundo Castel (1997), a inscrição (e a permanência) nessas zonas é um processo dinâmico, influenciada por diferentes fatores, em que o mais importante está na compreensão do que levou a pessoa a estar onde está.

Diante dos processos de exclusão social (ou desqualificação/desfiliação social, a depender da perspectiva teórica), identifica-se a população em situação de rua como a personificação e um resultado direto dos processos de vulnerabilização e fragilização,

---

<sup>11</sup> Castel (2000; 20013) chamou a degradação das relações de trabalho e das proteções a ele ligadas de “crise da sociedade salarial”.

<sup>12</sup> Castel (2013, p. 32) prefere o termo desfiliação ao termo exclusão social por acreditar que somente o primeiro dá a ideia de processo e de percurso (que leva a uma posição inferior) enquanto a exclusão representaria uma situação estanque, um estado de privação, que, além de homogeneizar diferentes categorias distintas entre si, não é capaz de apreender os processos que levam a essa situação.

em que o esgarçamento das relações sociais e de trabalho, produzem isolamentos e afastamentos cada vez maiores dos circuitos sociais, familiares e do próprio trabalho, em que a rua torna-se um despecho perverso, ao acentuar e reforçar ainda mais essa exclusão/desfiliação.

Num paralelo a essa perspectiva, ao propor o uso do termo abissal, Boaventura o associa à exclusão em que a exclusão “não abissal” (ou não radical) refere-se àqueles que vivenciaram em algum momento a inclusão e a “abissal” (radical) contempla as pessoas que nunca nem foram incluídas ou mesmo pensado em sê-lo (SANTOS, 2012a, SANTOS, 2016). Apesar desses conceitos poderem ser aplicados a vários contextos, são ainda mais coerentes na relação com o mundo do trabalho, exposta por Castel (2013). No contexto da população em situação de rua, estamos falando de uma heterogeneidade que contempla inclusive isso: daqueles que nunca nem chegaram ao mundo do trabalho formal, excluídos abissalmente desse cenário e de tudo aquilo que, mesmo fragilmente, ele proporciona a quem o toca. Nesse aspecto, Melo (2017b) discute a situação dos jovens em situação de rua nos últimos anos, cujo perfil se caracteriza por idades cada vez menores e pelo fato de nunca terem acessado o mercado de trabalho – foram de situações vulneráveis direto para a rua.

O trabalho, portanto, apesar de continuar sendo uma referência hegemônica na nossa sociedade, na sua ausência e precarização, cada vez maiores, alarga ainda mais as fileiras do Sul e a distância desse para o Norte abissal a ponto de, muitas vezes, nem possibilitar que quem está no Sul toque ou se aproxime do outro lado.

Corroborando com essa perspectiva, o sociólogo francês Serge Paugam (2003; 2008), afirma que existe, na nossa sociedade, um processo paulatino de desqualificação social, decorrente da degradação do mercado de trabalho, do aumento dos empregos instáveis e do desemprego prolongado e do simultâneo enfraquecimento dos vínculos sociais, até mesmo para aquelas pessoas que nunca haviam vivido situações de pobreza ou miséria. São pessoas que, ao se afastarem do mundo do trabalho, sofrem um distanciamento comumente acompanhado por perdas de vínculos sociais e familiares, afastamento da vida social e perda de identidade, em que a falta de perspectivas de empregabilidade e o sentimento de inutilidade podem culminar no total rompimento com a sociedade.

Para Paugam (2003; 2008), o trabalho e o lugar social ocupado por meio da inserção nele, configuram-se como um dos elementos cruciais para a integração social, principalmente pelas referências construídas pela vida profissional na vida cotidiana (horários, rotinas e relações de amizade). O desemprego e a instabilidade profissional podem levar, portanto, a um processo que o autor designa como desqualificação social, que vai da fragilização das relações sociais à total marginalização, em as pessoas não se veem nem são mais vistas como úteis à sociedade, o que se intensificaria pela ausência de redes sociais de suporte. Do mesmo modo, para o autor, a precariedade associada ao trabalho estaria diretamente relacionada ao risco de rupturas com as redes familiares e sociais de suporte.

É dessa forma também que Bursztyn (2003, p. 51-52) sintetiza a realidade de muitos dos sujeitos em situação de rua, particularmente nas últimas décadas do século XX, em que

[...] as pessoas vão sendo conduzidas no sentido do rebaixamento na hierarquia social. Acabam perdendo vínculos que possam permitir uma reinserção. Perdem a proteção social, perdem a referência do lar, frequentemente perdem os vínculos familiares, perdem autoestima. Dificilmente conseguem um caminho de volta. Deixam de pertencer ao mundo oficial e passam a ser vistos como ‘problemas’. E, nessa categoria, são objeto, na melhor das hipóteses, da caridade (BURSZTYN, 2003, p. 51-52).

Além de serem excluídas das principais relações e fontes de renda, do convívio familiar, são pessoas forçadas

ganhar a vida em ocupações precárias como atividades sazonais ou trabalhos semiclandestinos: vendedores ambulantes, lavadores de carro, guardadores auto nomeados de carros estacionados em lugares públicos etc. Eles participam não somente do assim chamado *mercado de trabalho informal* como produtores, mas também dos chamados *assentamentos informais* como moradores; o que implica a utilização de todo o tipo de mercados de consumo *informal*, como os camelôs, atendimento informal de saúde e coisas do gênero (SINGER, 2012, p. 64, grifos do autor).

São inúteis à nova ordem social. E essa produção da inutilidade torna-se, portanto, a nova face da exclusão, marcada não mais culturalmente (ou apenas), mas principalmente, social e economicamente (SANTOS, 1999a), centrada na perda do status do trabalho, eixo central do sistema capitalista, como elemento de inclusão, passando a ser fator responsável por exclusões ou inclusões muito precarizadas (CARVALHO, 2009).



Assim, no cenário neoliberal, a estabilidade dos mercados ocorre às custas da estabilidade do trabalhador, perdendo o trabalho seu papel de servir como suporte à cidadania e vice-versa (SANTOS, 2003). Logo, muitos grupos sociais, em diferentes sociedades, mas sobretudo nos países periféricos, vivenciam uma mobilidade descendente, enquanto trabalhadores não qualificados e para quem o trabalho deixou de ser expectativa realista, concreta (SANTOS, 2003).

De acordo com Carvalho (2009), nesse momento os sistemas de desigualdade e exclusão se imbricam na construção das “populações sobrantes”, supérfluas para o capital e que vivenciam processos perversos de exclusão/inclusão muito precária, em meio a formas de não-existência. É por essa razão que outro conceito possível para esses sujeitos é também o de não-cidadãos, isto é, aqueles que já vivenciaram processos de inclusão e foram jogados “para fora” ou tampouco estiveram incluídos (SANTOS, 2003).

Corroborando a ideia de que no Brasil a situação difere em muitos aspectos das experiências europeias, Yazbek (2012) reitera que os direitos sociais foram tardiamente construídos no país, já em um contexto de avanço neoliberal e que a “não-cidadania” sempre foi a maior realidade brasileira, especialmente dos pobres, privados frequentemente de seu acesso aos direitos sociais, além de serem alvos frequentes de estigma, preconceitos e discriminações, num movimento de culpabilização e responsabilização por sua condição o que é, notadamente, uma realidade para a população em situação de rua, para quem o senso comum atribui a culpa e a responsabilidade de sua condição e a superação da mesma, ignorando os fatores históricos, sociais, econômicos e estruturais que concorrem para a realidade de muitos sujeitos nessa situação.

É desse modo que, além da mudança da chave explicativa dos anos 1970 e 1980, da vadiagem para a população em situação de rua como um desfecho das mudanças no mundo do trabalho e segmento da classe trabalhadora, a partir da década de 1990, a exclusão social que avançava também foi importante referência para compreensão do fenômeno da população em situação de rua no Brasil (MELO, 2017a).

Nessa perspectiva, a exclusão social, materializada na ruptura dos vínculos familiares e/ou de trabalho, produziu contingentes cada vez maiores de sujeitos vivendo na/da rua (SCOREL, 1999); se antes o mendigo era o vagabundo, pedinte e aquele que

recusava “voluntariamente” o mundo do trabalho, o desemprego e o avanço da exclusão social faz engrossar as fileiras daqueles que, sem escolhas, caem nas ruas diante da inexistência de outras possibilidades de sobrevivência, tornando-se desnecessários e supérfluos ao sistema produtivo

Dessa forma, a exclusão social designaria o desemprego estrutural associado a mobilidades conjunturais de desvinculação; desemprego temporário que se transforma em permanente; e, ainda, dificuldades crescentes de inserção dos jovens no mercado de trabalho (SCOREL, 1999, p. 169).

As relações limitadas e precarizadas com o mundo do trabalho, portanto, impedindo o acesso à ocupações promotoras de independência e autonomia, levariam esses sujeitos a se desvincularem da família ou se virem impedidos de construir outra, num processo crescente de vulnerabilização e exclusão (SCOREL, 1999).

Nesse sentido, Prates, Prates e Machado (2011, p.198) ainda chamam atenção para dois importantes elementos no processo dessa exclusão social - a vivência da autoexclusão, isto é, o não reconhecimento de si próprios como sujeitos de direitos ou mesmo como parte integrante da sociedade, em que a imagem desqualificada, é reiterada pelo estigma social hegemônico, levando por vezes, a um isolamento quase absoluto dos sujeitos que vivenciam a exclusão, além da tendência à responsabilização individual e a autculpabilização em relação às vivências de exclusão, ao não reconhecer situações como o desemprego, como uma expressão da questão social, muito para além de fatores individuais, mas notadamente um reflexo do cenário estrutural e conjuntural.

A existência da população em situação de rua remete, portanto, dentre outros fatores, à grande desigualdade vivida no país, em que a riqueza produzida não é distribuída e os direitos de cidadania não são vivenciados em sua completude. Apesar disso, haveria uma tendência de culpabilização dos sujeitos pelo seu fracasso individual e econômico, quando na verdade, existe um imenso fracasso social da sociedade e do Estado, provocando e intensificando as desigualdades (VALENCIO et al, 2008), ou como vimos, do próprio contexto global, capitalista que é incompatível com a emancipação e a igualdade social.

## 1.2 Criando alternativas – As Epistemologias do Sul

A atual crise global e a hegemonia continuada dos padrões econômicos, sociais, culturais e políticos que conduziram o mundo a este momento histórico têm sustentado um discurso de ausência de alternativas, frequentemente envolto num pessimismo conformado. As Epistemologias do Sul são uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 15).

Como visto, na perspectiva de Santos, os dois grandes motores da racionalidade moderna ocidental são a Ciência e o Direito que se constituem como saberes hegemônicos, regulando todos os contextos da sociedade contemporânea, desconsiderando a existência de outras racionalidades e saberes elaborados a partir das experiências sociais, políticas e culturais de todo o mundo e que “fogem” à razão dominante (SANTOS, 2010).

Como vimos, a racionalidade hegemônica e todo contexto de dominação cultural, política, econômica e social, Santos (2010) atribui, metaforicamente, ao Norte que, por suas características, desperdiça e limita-nos na compreensão das diferentes experiências sociais, políticas e culturais do Sul, que representa tudo que é desconsiderado, inferior e contra-hegemônico.

A racionalidade ocidental hegemônica impõe o “discurso dos vencedores”, o discurso do Norte a todo o restante, deslegitimando todo conhecimento, legalidade e cultura construída pelos grupos sociais do Sul, o que só pode ser superado por outra forma de fazer conhecimento, por outra epistemologia, que ofereça alternativas e possibilite validar as práticas, os valores e as experiências dos grupos sociais produzidos como “não-existentes” por escaparem à lógica hegemônica. À essa nova forma, Santos (2010) nomeou de Epistemologias do Sul.

Para Santos (2010, p.155), a modernidade ocidental se constituiu na base de duas epistemologias, designadas por ele por “conhecimento-regulação” e “conhecimento-emancipação”. No “conhecimento-regulação”, a ignorância é concebida como caos e conhecimento como ordem; já no “conhecimento-emancipação”, a ignorância é concebida como colonialismo e o saber como solidariedade.

Como é sabido, a modernidade reduziu as possibilidades de emancipação apenas àquelas ligadas ao capitalismo, tendo o conhecimento-regulação adquirido total preponderância, neutralizando o conhecimento-emancipação e encarando a solidariedade como caos e colonialismo como ordem (SANTOS, 2010). Nesse cenário, a ciência moderna assume preponderância total reclamando para si o monopólio do conhecimento, consagrando a epistemologia positivista e negando todas as demais, arrasando todos os conhecimentos alternativos a ela, seja no Norte ou no Sul, trabalhando a serviço do projeto de desenvolvimento capitalista (SANTOS, 2010).

De forma geral, toda Ciência produzida no Norte é tida como se fosse única ciência produzida no mundo, tornando o conhecimento científico a forma privilegiada de conhecimento na sociedade moderna, o que se agrava pelo fato de que toda forma privilegiada do conhecimento confere vantagens, de diferentes tipos, a quem os detém. Além disso, quanto maior o privilégio epistemológico, mais concentrado e menos distribuído na sociedade determinado conhecimento é, ou seja, poucos detêm essa prerrogativa. Assim, a ciência moderna é a forma de conhecimento que vem sendo privilegiada epistemologicamente e sociologicamente desde o século XVII, destituindo todas as outras formas de conhecimento (SANTOS, 2010).

Essa razão indolente encontra contexto para seu desenvolvimento no avanço neoliberal, no desenvolvimento do capitalismo e dos demais processos de dominação do capital, como o colonialismo, o imperialismo e a Revolução Industrial, uma vez que todos eles excluíram do debate qualquer conhecimento, cultura ou saber que não fossem provenientes do seu próprio sistema de saberes, tão necessário para sua reprodução, excluindo todo saber exterior a ele (SANTOS, 2002; 2010). Tudo é visto, entendido e analisado em relação àquilo que é dominante/hegemônico, o que produz uma visão de mundo bastante seletiva, relegando à marginalidade/subalternidade tudo o que não contempla ou responde aos interesses hegemônicos; tudo o que “está fora” é desperdiçado, desvalorizado e, portanto, inexistente (SANTOS, 2002).

Santos (2007) também se refere a esse pensamento hegemônico como um pensamento abissal, separado do restante pelas linhas abissais que, se no período colonial demarcavam o Velho e o Novo Mundo, hoje determinam as relações políticas, econômicas, sociais e culturais excludentes que vivenciamos, relegando o que está “do

outro lado da linha”, o Sul, à inexistência, ao desaparecimento como realidade, como legitimidade, tornando-se exclusão (SANTOS, 2007).

O processo de colonialismo, no qual se insere o pensamento abissal, utiliza-se da apropriação (incorporação, cooptação, assimilação) e da violência (destruição física, material, cultural e humana), para se tornar hegemônico e, portanto, as colônias representam tudo aquilo que é excluído radicalmente (SANTOS, 2007). As epistemologias do Norte ainda permanecem a serviço desse colonialismo histórico dos modos de saber, da política, bem como do capitalismo e do patriarcado, impedindo que grande parte da população do mundo possa representar o mundo como seu, exilando-os em seu próprio lugar (SANTOS, 2016).

A linha abissal, portanto,

assenta na ideia de que uma linha radical impede a copresença do universo “deste lado da linha” com o universo “do outro lado da linha”. Do lado de lá, não estão os excluídos, mas os seres sub-humanos não candidatos à inclusão social. A negação dessa humanidade é essencial à constituição da modernidade, uma vez que é condição para que o lado de cá possa afirmar a sua universalidade (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016, p. 16).

Ou seja, além de determinar diferentes formas de exclusão, a linha abissal caracteriza-se por não poder ser vista e por impedir de ver o outro lado (SANTOS, 2007; 2012a). Na sua matriz, estão princípios, direitos, valores criados como “universais”, mas que vigoram somente no Norte, nas sociedades “metropolitanas”, criando uma suposta homogeneidade entre as diversas experiências sociais, em função do “todo” que é a razão soberana ocidental (SANTOS, 2001; 2002; 2007; 2016).

A ciência moderna, além de justificar processos de exploração e dominação, possui limites para alterar as injustiças sociais, sendo incapaz de alterar as relações machistas, coloniais e as demais relações de poder presentes na sociedade moderna (SANTOS, 2012b). Não só isso, por ser dominante, abafa as demais formas de conhecimento, especialmente aquele que vem da prática, da experiência, desconsiderando-os e invisibilizando-os e tornando impossível conciliá-los com os conhecimentos do Norte. Essa arrogância também torna o Norte, mesmo diante de seus limites e crises, incapaz de aprender com os conhecimentos e as experiências do Sul.

A resistência a essa forma hegemônica e excludente de pensamento precisa buscar um conhecimento alternativo, um pensamento pós-abissal e, como vimos, um

cosmopolitismo subalterno, configurando-se como os movimentos e lutas da globalização contra-hegemônica, lutando contra a exclusão de todas as formas, promovidas pela globalização neoliberal (SANTOS, 2007).

O cosmopolitismo subalterno envolve uma ruptura radical com o pensamento abissal e qualquer forma de pensamento ou ação ocidental, tornando possível, um pensamento pós-abissal, necessário para dar visibilidade e romper com esses processos de exclusão e negação das realidades que não pertencem ao “outro lado”. Parte, portanto, da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade continua desprovida de uma epistemologia adequada e que o pensamento abissal tende a se reproduzir se não houver resistência epistemológica e política - o pensamento pós-abissal só vem à tona se houver ruptura total com o lado norte da linha (SANTOS, 2007).

Logo, para Santos, faz-se necessário criar alternativas jurídicas, políticas e epistemológicas a partir do Sul, que tragam à visibilidade e à legitimidade tudo aquilo considerado não-hegemônico, logo, tratado como não-existente. Torna-se imperativo, portanto, confrontar e tensionar a razão indolente para que, somente assim, possam haver mudanças profundas na estruturação dos conhecimentos, implicando novos processos de produção de conhecimentos que rompam com a hegemonia da racionalidade ocidental, as monoculturas e o bloqueio das emancipações, recuperando a experiência desperdiçada por sua arrogância e passando a coexistir com outras experiências sociais (SANTOS, 2002; 2010).

É nesse bojo que Santos propõe a teoria das Epistemologias do Sul, que seriam capazes de apreender a diversidade da experiência social de todo o mundo. Como vimos, o Sul não é simplesmente um conceito geográfico, mas refere-se aos países, regiões, segmentos e grupos populacionais que sofrem processos de exclusão, opressão e discriminação (CARVALHO, 2009; SANTOS, 2012b).

Nesse cenário, elas seriam a alternativa e a proposta epistemológica subalterna e resistente ao projeto de dominação moderna e de produção de diferentes formas de injustiça social baseado, de acordo com Santos (2012b), no colonialismo, no capitalismo e no patriarcado. Essa proposta epistemológica subalterna seria composta pelo conjunto de práticas cognitivas decorrentes das experiências dos grupos sociais subalternos e seria a forma possível de interromper o sofrimento imposto a todos que

compõem o Sul. Sem essa alternativa epistemológica a justiça global jamais será possível (SANTOS, 2010; 2012b).

De forma geral, Santos (2016)<sup>13</sup> afirma que as Epistemologias do Sul “são uma intervenção na filosofia e na política do conhecimento, que visa ampliar os processos de criação e compartilhamento do conhecimento”, sendo uma “iniciativa/intervenção epistemológica do conhecimento para criar compartilhadamente conhecimento e compartilhar criativamente conhecimento”. Seu objetivo, portanto, também é político, uma vez que pretende validar os conhecimentos daqueles que sofrem as injustiças sociais, dos oprimidos e excluídos, tendo em vista que os conhecimentos legitimados na nossa sociedade não favorecem a emancipação e a visibilidade desses sujeitos.

Partindo do esgotamento da ciência moderna, especialmente a sociologia, e da necessidade de pensarmos alternativas para além dela, as Epistemologias do Sul pretendem desfamiliarizar aquilo que nos foi ensinado como familiar e como óbvio pela voz dos vencedores, do homem, branco, europeu, “abrindo uma janela para a experiência do mundo, cuja diversidade de saberes, sentidos, afetos é imensa”, criando alternativas (SANTOS, 2012b) e, de certo modo, rompendo com o totalitarismo hegemônico, do campo epistemológico, político e do direito que dominam na sociedade moderna, já que os diferentes modos de conhecer promovem diferentes efeitos no mundo, no sentido de transformação possível do mesmo (SANTOS, 2010).

Ressaltamos, porém, que as Epistemologias do Sul não rompem com a ciência, mas propõe convivência, partilha, relações não hierárquicas com ela – elas são contra sua hegemonia e a invisibilização dos outros saberes que decorre dela. Ou seja, elas são contra a arrogância da (suposta) universalidade conferida à ciência, propondo relações horizontais e não hierárquicas, para a produção de pensamentos pós-abissais, a partir do Sul, superando o pensamento abissal da modernidade (SANTOS; ARAÚJO; BAUGARTEN, 2016).

Assim, as Epistemologias do Sul são necessárias por existirem as do Norte e apesar de não serem uma ruptura completa com o conhecimento já existente, pois

---

<sup>13</sup> Além do material escrito, também acessamos aulas gravadas do professor Boaventura de Sousa Santos disponíveis em uma plataforma de compartilhamento de vídeos. Essa referência trata-se de SANTOS, B.S. Epistemologias do Sul: Desafios Teóricos e Metodológicos. 2016. (1h22m45s). Publicado pelo canal ALICE CES Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q75xWUBI8aY> Acesso em 05 Out. 2018.

também partem dele para construir novos e diferentes, constroem outra visão de mundo que colabora para nos tirar da opressão (SANTOS, 2012a; 2016). São os movimentos sociais, de mulheres, de indígenas, camponeses, que por meio de normas, conhecimentos que não são do Norte, mostram outras maneiras de estar no mundo e existir (SANTOS, 2016).

É imperativo, portanto, na perspectiva de Santos, trazer à tona e dar legitimidade a essas experiências e alternativas provenientes do “Sul” do mundo, uma vez que o desperdício e a ocultação dessas experiências, impostos pela racionalidade ocidental precisam ser extintos, a fim de dar espaço à razão cosmopolita.

Para tanto, Santos (2002) define **três procedimentos** que fundamentam a razão cosmopolita: a **Sociologia das Ausências**, a **Sociologia das Emergências** (ambos instrumentos para provocar a desfamiliarização, trazendo para a realidade outras realidades) e a **Ecologia de Saberes** que consiste no conjunto dos saberes alternativos que emergem desses procedimentos sociológicos. Esta última pressupõe a Tradução Intercultural, que seria a tradução entre esses saberes, para que eles possam transitar e serem inteligíveis em diferentes contextos e culturas, sem destruir nenhum deles (SANTOS, 2012b). Detalharemos cada um desses conceitos a fim de localizar nossas referências para a análise desse trabalho.

### 1.3 O que torna possível novas alternativas e existências? A Sociologia das Ausências e a Sociologia das Emergências, o Trabalho de Tradução e a Ecologia de Saberes

Tais procedimentos surgem, conforme vimos, da necessidade de uma racionalidade mais ampla, mais cosmopolita, que dê conta da diversidade epistemológica e das experiências sociais do mundo, desperdiçadas pela racionalidade moderna ocidental, ou seja, as Epistemologias do Sul. Assim, partem do inconformismo, da indignação buscando privilegiar as experiências, conhecimentos e saberes dos diferentes grupos sociais de forma que possibilitem a transformação e a emancipação social (SANTOS, 2010).

De acordo com Santos (2010), existem diferentes lógicas de produção de não-existência na sociedade moderna ocidental, configurando-se como monoculturas. A **monocultura do saber**, que transforma a ciência moderna em critério único de verdade;



a *monocultura do tempo linear*, que reforça a ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, em que os países centrais estão à frente, por seus conhecimentos, instituições e formas de sociabilidade dominantes, considerando atrasado tudo o que é diferente em relação ao que é considerado avançado; a *lógica da classificação social*, que se dá pela naturalização das diferenças, distribuindo as pessoas por categorias que naturalizam hierarquias (racial/sexual, por exemplo), tendo como consequência uma relação de dominação em que a não existência é produzida sob a forma de inferioridade insuperável, porque é dada como natural; a *lógica da escala dominante*, sendo que as duas escalas na racionalidade ocidental são o universal e o global, produzindo a não existência sob a forma do particular e do local; e por fim, a *lógica produtivista*, baseada nos critérios da produtividade capitalista, produzindo não existência sobre a forma do improdutivo que, aplicada à natureza, é esterilidade e, aplicada ao trabalho, é preguiça ou desqualificação profissional (SANTOS, 2010).

Para cada um desses modos, a *Sociologia das Ausências* opera substituindo monoculturas por ecologias (SANTOS, 2010), tendo por objetivo ampliar e expandir o domínio das experiências sociais já disponíveis/existentes, tentando trazer à tona e dar visibilidade ao que é produzido como não-existente, transformando ausências em presenças e criando condições para ampliar a experiência, questionando, portanto, a “suposta” totalidade hegemônica (SANTOS, 2002; CARVALHO, 2009). Ela parte do pressuposto que há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada, inferiorizada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de modo irreversível; pois tudo que é “inexistente” é “obstáculo” para o que é hegemônico, sendo que essa experiência é desperdiçada (SANTOS, 2002; 2010). Busca, portanto, dar existência a tudo isso, tornando presente e criando condições para ampliar a experiência ocultada, confrontando o tradicional.

A *Sociologia das Emergências*, por sua vez, têm o papel de fazer emergir, de expandir o domínio das experiências sociais possíveis, ou seja, daquilo que tem potência de vir a existir. É a investigação das alternativas que cabem no horizonte das possibilidades concretas; é responsável pela contração do futuro, o que consiste em substituir o vazio do futuro segundo a lógica do tempo linear por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que vão se constituindo no presente por meio das atividades de cuidado (SANTOS, 2010). Para

Santos (2003), a Sociologia das Emergências busca interpretar de maneira expansiva as iniciativas, movimentos, organizações que se mostrem resistentes ao neoliberalismo e à exclusão social.

Em outras palavras, segundo Santos, Araújo e Baumgarten (2016), a partir da linha abissal, o “outro lado” desaparece, tornando-se invisível mediante as monoculturas. As Sociologias das Ausências e das Emergências são fundamentais, justamente, para garantir a superação do pensamento abissal. Enquanto a Sociologia das Ausências traz para o presente o que foi invisibilizado, substituindo monoculturas por ecologias, a Sociologia das Emergências amplia as possibilidades/expectativas, os embriões de um futuro, carregando consigo, portanto, um futuro com esperança, rompendo com o pessimismo e o conformismo do presente.

Assim, enquanto a sociologia das ausências se move no campo das experiências sociais, a sociologia das emergências move-se no campo das expectativas sociais (SANTOS, 2010). As duas formas estão diretamente ligadas, uma vez que quanto mais experiências estiverem disponíveis no presente, no mundo, mais experiências serão possíveis no futuro (CARVALHO, 2009; SANTOS, 2010).

Outro processo fundamental nesse movimento emancipatório seria o *Trabalho de Tradução*. Dado o infinito número de experiências sociais na sociedade contemporânea, visibilizados pelas Sociologias das Ausências e das Emergências, é impossível que tais experiências sejam regidas por uma teoria única ou geral, logo, a tradução, ao articular movimentos e experiências contra-hegemônicos e emancipatórios, pretende criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a identidade de nenhuma delas (CARVALHO, 2009; SANTOS, 2010). Ela é complementar à Sociologia das Ausências e das Emergências, pois enquanto essas últimas visam criar o maior número e diversidade de experiências disponíveis e possíveis, o trabalho de tradução visa criar inteligibilidade, coerência e articulação entre a multiplicidade e a diversidade das experiências sociais (SANTOS, 2010).

O trabalho de tradução parte do princípio de que nenhuma experiência tem totalidade exclusiva e que “todas as culturas são incompletas, e podem ser enriquecidas pelo diálogo e confronto com outras pessoas” (SANTOS, 2002, p. 264). Segundo o autor, quando saberes não hegemônicos se articulam, por meio da inteligibilidade, com outros saberes em igual condição, cria-se uma maior potência de tornarem-se contra-

hegemônicos, uma vez que se fortalecem entre si. Assim, a tradução serve para identificar o que une, o que é coerente, e o que distancia diferentes saberes não hegemônicos, dando-lhes condições para se fortalecerem e se unirem, nas suas igualdades, bem como nas distinções (SANTOS, 2002).

A *Ecologia de Saberes*, então, consiste na pluralidade de todos os conhecimentos que compõem as Epistemologias do Sul, indo além do conhecimento científico, hegemônico, proposto pela racionalidade ocidental moderna, cuja característica, como se sabe, é a monocultura do saber. Ela serve para romper com essa forma de monocultura, dando espaço a outros saberes, legitimando-os (SANTOS, 2002; 2010). Parte do princípio da incompletude de todos os saberes e do pressuposto de “igualdade de oportunidades” a cada um deles, dando condições para o debate de diferentes formas de conhecimento e saber envolvidas nas muitas disputas epistemológicas contemporâneas (SANTOS, 2010).

Tendo por atributo fundamental a tradução cultural, a Ecologia de Saberes, ao abarcar diferentes saberes (e ignorâncias) e ao revelar toda diversidade e pluralidade das práticas sociais, possibilita dar credibilidade, legitimidade e fortalecer todas essas formas de produzir e conceber saberes, especialmente aquelas não visibilizadas pela racionalidade moderna e a globalização hegemônica, abrindo espaço para toda a diversidade epistemológica do mundo. E sendo assim, o pensamento ecológico constitui-se em um pensamento pós-abissal (SANTOS, 2010). Trata-se também de uma **ecologia**, pois, se assenta no reconhecimento da pluralidade de saberes heterogêneos, da autonomia de cada um deles e da articulação sistêmica, dinâmica e horizontal entre os mesmos (SANTOS, 2010, p.157).

A Ecologia de Saberes baseia-se no diálogo, em que saberes plurais precisam ser articulados, bem como suas contribuições, permitindo, assim, tanto uma visão mais ampla do que conhecemos, como do que desconhecemos, pois torna possível o conhecimento daquilo que estava invisível (SANTOS, 2010).

Ela, emerge, portanto, onde a resistência ao capitalismo, ao colonialismo e ao patriarcado possibilita proliferar outros conhecimentos e práticas de resistência (SANTOS, 2010). Além disso, ela procura dar coexistência epistemológica ao saber propositivo (SANTOS, 2010, p. 157), partindo do reconhecimento da pluralidade, da autonomia de cada saber e da possibilidade de sua articulação, em que a tônica é

aprender outros conhecimentos sem esquecer os próprios – logo, saber e ignorância caminham juntos na Ecologia de Saberes.

Não se trata, portanto, de descredibilizar o saber científico, mas credibilizar os demais, possibilitando seu uso contra-hegemônico. Seu pressuposto é de que todo conhecimento tem limites sobre as intervenções que permitem na realidade; o conhecimento científico, além disso, tem limites em reconhecer alternativas. Não basta, portanto, socializar o conhecimento científico, tornando-o mais acessível, mas é necessário recorrer a outros conhecimentos, alternativos. Por isso é ecologia (SANTOS, 2010). A partir da criação de relações mais horizontais entre saberes, a Ecologia de Saberes também tem a potência de desconstruir hierarquias e poderes entre conhecimentos (SANTOS, 2010, p. 159).

Enfim, a Ecologia de Saberes seria, de acordo com Santos (2010), a forma epistemológica das lutas sociais emancipatórias emergentes, sobretudo no Sul, por darem visibilidade aos saberes invisibilizados pelo conhecimento hegemônico, constituindo-se como resistência ao capitalismo global, tornando visíveis as realidades sociais e culturais das sociedades periféricas.

Os conceitos e procedimentos até aqui abordados fundamentaram nossa base para a análise dos resultados deste estudo e foram escolhidos, pois, ao falarmos de aspectos voltados à população em situação de rua, referimo-nos à trajetórias, sejam das políticas e respostas institucionais, sejam das histórias das próprias pessoas - ocultadas, invisibilizadas e reduzidas à exclusão.

Assim, além do suporte teórico para apresentação e compreensão do tema, a obra de Boaventura, em seu recorte das Epistemologias do Sul e das Sociologias das Ausências, Emergências e a Ecologia dos Saberes foram compreendidas como contribuições fundamentais para análise do material produzido nesta tese, especialmente aquele referente às trajetórias trazidas nas narrativas das pessoas em situação de rua que participaram desse estudo, conhecendo os atravessamentos que o trabalho, e o desejo de se incluir nele, impõem às suas vidas e nos possibilitando compreender, a partir dessa população, os processos de invisibilidade, de desigualdade e os possíveis limites à emancipação social a partir do trabalho na sociedade moderna, bem como as estratégias que as situações limites, como a dessas pessoas, mas também como a de muitas outras,

vão sendo construídas a partir das suas experiências e tensões para continuar existindo, reinventando – quando não produzindo - as suas possibilidades de emancipação.

## CAPÍTULO 2

### 2. “Não sou morador de rua, sou trabalhador!” – atravessamentos e relações da população em situação de rua e o trabalho nas últimas décadas.

Hoje conversei com um rapaz, vindo de Franca com a família (mulher e dois filhos), com a promessa de emprego como caseiro em chácara, com garantia de moradia e cesta básica. Porém, ao chegar na cidade, o futuro patrão não cumpriu a promessa, e ele se viu na rua com a família. Vem pedir ajuda, mas afirma que não é morador de rua, é trabalhador!

(Diário de Campo- Julho/2018).

De certa forma, a história da vida nas ruas, quase tão antiga quanto a própria existência das ruas, confunde-se com a trajetória histórica da constituição da pobreza e das primeiras estratégias de gestão e respostas dadas a ela<sup>14</sup>. O nascimento do campo socioassistencial, na perspectiva de algum tipo de proteção frente à pobreza, ganha delineamento ainda na Idade Média, a partir da Igreja Católica que, na tentativa de socorrer a pobreza, cria as primeiras tentativas de classificação dos pobres e de critérios para definir seu merecimento ou não de ações de proteção. O pertencimento comunitário/proximidade (ser originário/pertencente à determinada localidade) e a capacidade para o trabalho passaram a ser as referências para a adoção de estratégias de assistência ou de repressão, a depender do enquadre dos sujeitos frente a esse duplo critério (CASTEL, 2013; OLIVEIRA, 2017).

Criam-se, assim, duas categorias de pobres: os inválidos e os válidos, que carregam consigo a representação de quem pode recorrer à assistência ou quem é obrigado a prover o próprio sustento, sendo que a cada categoria eram destinadas ações e sentimentos diferentes, que iam da caridade e compaixão à repressão e expulsão (OLIVEIRA, 2017).

---

<sup>14</sup> Esse assunto foi extensamente abordado pelo sociólogo francês Robert Castel em seu livro “As metamorfoses da questão social”, retratando a constituição do socioassistencial como resposta à pobreza, a partir da Idade Média, e à questão social na realidade Europeia, especificamente na Inglaterra e na França. Oliveira (2017), por sua vez, resgata diferentes autores, incluindo o próprio Castel, para constituir a gênese da proteção social e da constituição dos paradigmas que influenciaram diretamente na compreensão da população em situação de rua ao longo da história e reverberam, ainda hoje, nas representações dessa população dentro e fora dos espaços institucionais e também na elaboração de respostas a esse fenômeno. Não é nosso objetivo aqui aprofundar a temática, mas trazer elementos, a partir desses dois autores, uma vez que o primeiro aborda a história do socioassistencial de maneira esmiuçada e o segundo, reconstrói a história de maneira genealógica buscando os paralelos com a população em situação de rua, de forma, inclusive, que nos auxiliaram na localização dessa relação do trabalho e essa população ao longo da sua história.

Os pobres inválidos, incapazes de garantir o próprio sustento através do trabalho (como crianças, idosos, pessoas com deficiência) podiam recorrer à assistência como forma de sobrevivência, pois eram considerados merecedores das ações do socioassistencial, em que predominava um modelo assistencial-caritativo (CASTEL, 2013; OLIVEIRA, 2017).

Em contrapartida, os pobres/mendigos válidos, assim considerados por serem aptos ao trabalho, mas desocupados por “opção” (mesmo que estivessem nessa situação por não encontrar trabalho), eram submetidos ao imperativo do trabalho e, portanto, rechaçados para fora da assistência, considerados vagabundos que deveriam ser obrigados a trabalhar para se sustentar (CASTEL, 2013). Quando desconhecidos da localidade, além de não serem alvos da assistência local, tinham seu acesso restrito às cidades, ou seja, os forasteiros (migrantes) eram obrigados a se deslocar, pois além de serem vistos como preguiçosos, sem trabalho e sem bens, também não eram de lugar algum. As condutas diante desses sujeitos eram quase sempre de “eliminação”, sem qualquer tentativa de utilizá-los ou reintegrá-los, “presos entre a obrigação de trabalhar e a impossibilidade de trabalhar segundo as formas prescritas” (CASTEL, 2013, p. 117-118).

Assim, a compreensão acerca dos pobres/mendigos válidos era permeada por uma ambiguidade praticamente insolúvel, pois, se por um lado, carentes de trabalho, demandavam ações de proteção e auxílio, por outro, por serem considerados capazes de trabalhar, atraíam para si somente ações punitivas, de repressão e condenação (CASTEL, 2013); muito embora não trabalhassem por ausência de capacidade ou desejo, mas essencialmente, por não terem trabalho disponível, representando, como afirma Castel (2013, p. 93) “a decadência da miséria trabalhadora ou, pior ainda, dos miseráveis que não têm trabalho”.

Foi desse modo que o “código do trabalho” foi se construindo em oposição explícita ao código da assistência (CASTEL, 2013, p. 99), em que trabalho passa a se configurar uma condenação da vagabundagem, especialmente àqueles que não conseguiam vender sua força de trabalho nas cidades pré-industriais, “e assim, despojados de tudo, até mesmo de moradia convencional regular, fizeram das ruas seu espaço de moradia e sustento” (SILVA, 2009, p. 96).

A pobreza, antes valorizada pelos ideais religiosos na Idade Média, passa a ser vista de modo cada vez mais negativo e condenável com a chegada do século XV, em que o avanço da Reforma Protestante traz novos elementos para compreensão e modos de atuar frente à pobreza. Segundo Oliveira (2017, p. 48), esse contexto, aliado ao crescimento de algumas cidades europeias e o estabelecimento dos Estados nacionais inauguraram uma nova configuração da assistência, baseada na forte repressão/proibição da mendicância, a centralização da assistência pelos Estados e obrigatoriedade do trabalho para os pobres válidos. Para o autor, o século XVI avança com as reformas da assistência, reforçando a tese da proteção próxima e a expulsão dos vagabundos e forasteiros indignos de ajuda.

Além disso, a Reforma Protestante foi um marco/um ponto de ruptura que reconfigurou o valor moral atribuído ao trabalho na sociedade moderna, marcando o início da concepção do trabalho como vocação e o lucro considerado como benção, constituindo o corpo doutrinário necessário para sustentar o que viria a ser o trabalho no capitalismo (NARDI, 2002)<sup>15</sup>. Assim, mais do que nunca, a rejeição pela assistência e a obrigação de trabalhar marca o lugar desses considerados vagabundos na sociedade; são forçados ao trabalho e proibidos de mendigar. Numa luta ferrenha contra essas pessoas, programas e legislações específicas são criadas contra a vagabundagem.<sup>16</sup>

Entendendo essas pessoas como uma ameaça perigosa, sua criminalização passou a ser a resposta mais simples, em que tornar uma questão de polícia era a única resposta que podiam e conseguiam dar, diante da impossibilidade de suportar e transformar profundamente a situação da miséria, em que a vagabundagem expressava e ocultava, na realidade, a questão social na sociedade pré-industrial (CASTEL, 2013, p. 137).

O século XVIII avança, associando cada vez mais o trabalho à riqueza, considerado um esforço individual para sobreviver (NARDI, 2002). Acirram-se os

---

<sup>15</sup> Nardi (2002) recorre à Max Weber acerca da “ética protestante do trabalho” - um elemento indispensável na criação das condições morais para o surgimento do capitalismo, no tocante aos princípios do trabalho como vocação, trabalho como dever e como valor no código moral característico da modernidade.

<sup>16</sup> Tem-se como exemplo a Poor Law (Lei dos Pobres) criada em 1601 na Inglaterra, que proibia a mendicância e obrigava a trabalhar os pobres válidos, prevendo a condenação até mesmo à escravidão àqueles que a desrespeitassem. Segundo Oliveira (2017), essa lei constitui a base jurídica da assistência na Inglaterra até 1834.



mecanismos de punição e medidas como o banimento, condenação à morte e ao trabalho/escravidão. A deportação para colônias também foi outra prática comum no século XVIII, a fim de constituírem uma mão de obra no trabalho forçado e recluso, o que fez com que, durante os séculos XVII e XVIII, muitos sujeitos que viviam nas ruas da Inglaterra fossem mandados para as colônias americanas como trabalhadores e criados (SNOW; ANDERSON, 1998; CASTEL, 2013).

Identifica-se, assim, que

o constrangimento do pobre ao trabalho é, assim, verificado repetidas vezes em períodos históricos distintos na Europa, sobretudo na Inglaterra, alicerçando-se na concepção de que o trabalho é, a um só tempo, direito e dever (BÜLL, 2010, s/p).

Eram adotadas as mais diferentes estratégias e meios para obrigar as pessoas a trabalhar, sendo a indigência punida como crime. Naquele momento, os vagabundos foram postos como inimigos da ordem pública e, assim, eram tratados: romperam com o pacto social e, por isso, mereciam ser punidos. Melo (2017b, p. 69) também reitera essa visão, afirmando que

A relação com o trabalho e as garantias de sobrevivência econômica a partir do “esforço próprio” ganha particular centralidade nesse momento. A criminalização da vadiagem e da mendicância foi fundamental na produção de representações sobre esses modos de vida, que passam a serem compreendidos de forma negativa, símbolo de hostilidade que ofende os costumes e que torna esses indivíduos reconhecidos segundo critérios de poluição, perigo e fracasso.

O século XIX avança e consigo a Revolução Industrial e a criação dos Estados Nacionais, condições fundamentais para afirmar o trabalho como valor moral no conjunto da população trabalhadora. Segundo Nardi (2002), surge nesse momento o trabalho atrelado à essência do homem, tornando-o laço social fundamental, associado à civilização e humanização do mundo, considerado a única possibilidade de emancipação do homem. Por outro lado, avança a “questão social”, vinculada ao Pauperismo, relacionada à condição das pessoas que, ao mesmo tempo, eram agentes e vítimas da Revolução Industrial, em que a pobreza se intensifica e é associada como ameaça à ordem moral e econômica da nova sociedade liberal<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> A questão social torna-se a “questão do lugar que as franjas mais dessocializadas podem ocupar na sociedade industrial” (CASTEL, 2013, p. 31), referindo-se às populações invalidadas pela conjuntura, os inúteis, supérfluos, em número cada vez maior a partir do fim do século XX.

A chegada do século XX fortalece as relações de trabalho na forma de emprego - considerado a forma privilegiada de integração à sociedade salarial - e também de acesso aos direitos e proteções vinculados ao trabalho, no contexto do pacto social do Estado de Bem Estar Social (Estado Providência), do seu pleno emprego e as proteções a ele atreladas (NARDI, 2002) sendo o acesso ao trabalho uma condição histórica para garantia de acesso à seguridade social (BOSCHETTI, 2009) e nesse cenário, o trabalho se transforma na maior garantia de integração e coesão social.

Esse breve resgate nos faz compreender a construção de uma lógica hegemônica, com raízes históricas, que associa a pobreza à responsabilidade individual e que vê no trabalho a resposta para a miséria que, por sua vez, seria fruto da preguiça e da indolência das pessoas, classificadas entre aqueles incapazes e os capazes, vagabundos por opção. Transfere aos sujeitos a culpa por sua condição e, ao mesmo tempo, responsabiliza-lhes pela mudança de sua realidade social, ignorando questões estruturais na nossa sociedade, que sedimentam essas pessoas nesse lugar social do fracasso e periculosidade, e desconsiderando, a ameaça, se não, a perda do papel integrador vinculado ao trabalho, nas últimas décadas (CASTEL, 2013; NARDI, 2002).

Como vimos, ao afetar sensivelmente todos os países, a globalização produziu impactos sociais marcados pela busca das pessoas por novas formas de inserção no mundo do trabalho, sendo que, no Brasil, a urbanização capitalista a partir da década de 1960, fez com que muitas pessoas, em busca de emprego, migrassem do campo para a cidade, onde acabaram se tornando excluídas, devido às dificuldades de inserção no mundo do trabalho, de habitação e de sobrevivência encontradas (VÉRAS, 2008), empurrando para fora do sistema grandes parcelas da população – especialmente aquelas já mais fragilizadas – excluindo-as do emprego e do consumo e “jogando” na rua grupos cada vez mais heterogêneos (SCOREL, 1999; BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; SILVA, 2009).

Naquele momento, o perfil conhecido do “mendigo” deu lugar ao de “trabalhador que não deu certo” (NEVES, 2010) - vítimas da crise econômica que assolou o Brasil nos anos 1980 e 1990, materializada por “trabalhadores expulsos do mercado de trabalho que exercem atividades de caráter informal e temporário e ficam submetidos à intensa violência cotidiana e ao isolamento” (ROSA, 2005, p. 40), cujas vidas e trabalhos se dão nas ruas e cuja existência é considerada inútil e desnecessária.

Apesar desse retrato, seria reducionista afirmar que as determinações da exclusão social e o fenômeno da situação de rua, no Brasil naquele momento estavam associados somente à desvinculação do mundo do trabalho, seja pela complexidade dos fatores que se associam para esse desfecho, seja pela constatação de que os vínculos com o mundo do trabalho desses sujeitos sempre foram muito precários (SCOREL, 1999), revelando que a ausência ou fragilidade de suporte social bem como a escassez de recursos mínimos (materiais, afetivos e sociais) mostra-se determinante para a permanência ou não desses sujeitos no mundo do trabalho (BURSZTYN, 2003; ROSA, 2005; NEVES, 2010).

De acordo Varanda e Adorno (2004, p. 62), as vidas desses sujeitos são atravessadas por “*experiências desestruturantes*”, isto é,

[...] experiências individuais, que em vez de fortalecer os recursos pessoais que capacitam o indivíduo para enfrentar os desafios que a vida lhe oferece, minam seu potencial de organização interna, sua capacidade de articulação com o meio em que vive, sua auto-imagem, auto-estima e sua identidade dentro do grupo; esses eventos se inter-relacionam com as questões estruturais da sociedade.

Ou seja, as experiências de vulnerabilidade pessoal associadas ao contexto macroestrutural de pobreza e desigualdade, podem ter um impacto direto na ida para a rua, no rompimento das redes sociais de suporte e na fragilidade (ou mesmo impossibilidade) no desempenho de papéis ocupacionais.

A rua torna-se, portanto, um desfecho muito provável a esses sujeitos com trajetórias já fragilizadas com o mundo do trabalho e nas suas inscrições relacionais, em que, numa via de mão dupla, a instabilidade do mundo do trabalho contemporâneo torna-se insegurança de vida e de convivência familiar, levando muitos sujeitos para a rua (ROSA, 2005; SCOREL, 1999; NEVES, 2010) e colocando-os em um ciclo de fragilidade, rompimento e impossibilidade de resgatar seus vínculos familiares e mesmo de trabalho, em que esse tem papel singular, pois,

[...] ao lado dessas complexas motivações para a situação de rua originadas na família, muitas vezes associadas a outras situações relacionadas ao trabalho e ao álcool, a pessoa não vivencia a situação de rua se tiver um trabalho que lhe garanta rendimentos estáveis para fixar residência [...] (MATTOS, 2006, s/p).

Segundo Mattos (2006), a fragilidade ocupacional que pauta as trajetórias desses sujeitos começa ainda na infância, a fim de contribuir para a sobrevivência do grupo

familiar, o que tende a impactar sobremaneira a permanência escolar, implicando em baixa escolaridade e qualificação profissional (ROSA, 2005) o que, para o autor, repercutirá em inserções futuras muito precárias no mundo do trabalho.

Assim, as trajetórias ocupacionais e os vínculos com o mundo do trabalho constroem-se de modo fragmentado, vulnerável e precário, sugerindo uma relação de não-fixação no mundo do trabalho pregressa desses sujeitos (SCOREL, 2003), o que também pressupõe compreender esses atravessamentos, não só de acordo com as atividades desenvolvidas antes, durante e fora da rua (SCOREL, 1999), ou seja,

a ida para a rua como processo que implica, necessariamente, a ruptura com o vínculo regular de trabalho; a vivência nas ruas permeada por trabalhos intermitentes, informais e com rendimentos instáveis e a saída das ruas como processo vinculado à aquisição de uma ocupação estável (MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008, p. 106).

Dito isso, mesmo com mudanças no contexto e no caráter da experiência de viver nas ruas ao longo da história, o trabalho parece ser um elemento central na vida de pessoas em situação de rua e apesar da literatura apontar para a confluência de causas que levariam os sujeitos a viverem nas ruas, o desemprego ainda parece fator determinante nos “processos de realização” ou mesmo da manutenção dos sujeitos nessa situação, apontando para uma importância significativa do trabalho nesse cenário, o que já foi apontado por diversos autores (VIEIRA; BEZERRA; COSTA, 1992; SNOW; ANDERSON, 1998; BORIN, 2004; ROSA, 2005; COSTA, 2005; FARIAS, 2007; MATTOS, 2006; VALÊNCIA et al, 2008; SILVA, 2009; PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

Os dados da I Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, realizada no Brasil trazem informações importantes sobre a relação dessa população com o mundo do trabalho, especialmente de que muitos se consideram trabalhadores (70,9% dos entrevistados afirmaram exercer alguma atividade remunerada), destacando-se atividades como coleta de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%), construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%); 58,6% afirmaram ter alguma profissão relacionada à construção civil (27,2%), ao comércio (4,4%), ao trabalho doméstico (4,4%) e à mecânica (4,1%). Interessante que apenas uma minoria pedia dinheiro para sobreviver (15,7%), contrariando o senso comum de que a grande parte dessa população se constitui de pedintes (BRASIL, 2008b).

Outro dado importante proveniente da I Pesquisa refere-se ao fato da maior parte dos trabalhos realizados situar-se na economia informal, uma vez que apenas 1,9% dos entrevistados afirmavam estar trabalhando com carteira assinada à ocasião da entrevista. Corroborando essa informação, ressalta-se que 47,7% dos entrevistados nunca trabalharam com carteira assinada. Já entre os que afirmaram ter trabalhado alguma vez na vida com carteira assinada, a maior parte respondeu que isso ocorrera há muito tempo (50% há mais de cinco anos; 22,9% de dois a cinco anos) (BRASIL, 2008b).

Dados que encontram coerência na literatura, especialmente no que diz respeito à trajetórias frágeis, trabalhos desqualificados, intermitentes, mal remunerados e que permitem, quando muito, a sobrevivência mais imediata (SCOREL, 1999; BURSZTYN, 2003; VALÊNCIO et al, 2008), e que dificilmente favorecerão algum tipo de aquisição, superação ou autonomia. São trabalhos de um dia (SNOW;ANDERSON, 1998) ou, na descrição de Melo (2017a, pp. 14-15) as “virações”, ou seja,

[...] uma série de serviços informais e eventuais prestados a partir de acordos verbais entre a pessoa que vive na rua e um transeunte, um morador de uma residência, um lojista, etc., trabalhos estes que servem para conseguir algum dinheiro em um determinado momento ou dia de trabalho, mas não para a manutenção da vida. Dentre tais trabalhos estão: varrer a calçada da frente da casa de alguém, fazer jardins, lavar carro ou até mesmo o cachorro [...] todos esses tipos de trabalho são remunerados, seja por venda de um produto, um serviço prestado ou uma jornada de trabalho remunerada.

Entretanto, a natureza esporádica (e desmoralizadora) desse tipo de trabalho, parece trazer um forte elemento de desmotivação, uma vez que é preciso muito esforço para trabalhos que duram pouco mais de algumas horas, mal remunerados (por vezes, superexplorados), sem quaisquer garantias de proteção ou benefícios, o que parece estabelecer um padrão de “porta giratória” em que o trabalho regular se torna temporário e cíclico (SNOW;ANDERSON, 1998).

Em síntese, a precarização das relações de trabalho a partir do final do século XX pareceu atuar duplamente no fenômeno da situação de rua: tanto como motivo para ida à rua e, principalmente, como favorecedora da manutenção nessa condição, uma vez que dificilmente os trabalhos realizados por essa população são viabilizadores de autonomia financeira, por serem transitórios, temporários, variados e irregulares, muitas vezes desenvolvidos sob condições insalubres e de risco (SCOREL, 1999; BORIN, 2004; OLIVEIRA, 2007; MATTOS; HELOANI; FERREIRA, 2008).

Assim como afirmou Forrester (1997), são vítimas de uma realidade que lhes é negada, mas, ao mesmo tempo (e perversamente) culpados e responsabilizados por isso, mesmo diante do fato de que o trabalho como conhecemos, ou o emprego, para além do próprio trabalho, fundante do modo de produção capitalista, já não seja mais o mesmo.

As mudanças que o mundo globalizado impôs ao trabalho nas últimas décadas foram irreversíveis e, embora capazes de alimentar esse novo modo econômico, eliminaram do trabalho a referência de elemento fundamental de coesão social na sociedade moderna, marcando lugares de exclusão.

Entretanto, o trabalho não deixa de ser central, e é até mesmo pelo fato de continuar sendo, segundo Forrester (1997), é que faz tanta falta e produz tantas repercussões, desigualdades e exclusões. Empurrou para a rua fileiras cada vez maiores de sujeitos, exigindo do Estado que, mesmo numa perspectiva neoliberal, mas sob a pressão dos movimentos sociais e da sociedade civil, começa a produzir algumas respostas a esses sujeitos. O Brasil, como veremos a seguir, acompanha uma tendência mundial e a virada na chave explicativa da rua como desfecho do desemprego foi determinante, a partir da década de 1970 para produzir, nas décadas seguintes, respostas na perspectiva de alguma proteção e da tentativa de oferecer garantias mínimas de sobrevivência e de direitos a esses sujeitos.

### CAPÍTULO 3

#### **3. Produzindo respostas institucionais – breve histórico da assistência recente à população em situação de rua no Brasil.**

Resgatando a história mais recente voltada às respostas institucionais a essa população, Sposati (2009) ressalta que, a partir da intensificação da presença de pessoas vivendo nas ruas de grandes metrópoles mundiais, como Nova Iorque e Paris, ainda na década de 1970, começaram a ser tomadas as primeiras medidas que contemplassem, minimamente, a questão. A autora salienta, porém, que foi somente nas décadas seguintes (1980-1990) que os governos de grandes cidades passaram a oferecer respostas, fosse pela garantia do abrigo enquanto direito, ou pela proposição de estudos estatísticos para contagem da população em situação de rua local, identificando seu perfil e demandas para elaboração de respostas mais organizadas em relação ao fenômeno crescente.

No Brasil não foi diferente. As profundas transformações econômicas e político-institucionais ocorridas nas últimas décadas do século XX também foram determinantes para a intensificação do contingente de pessoas vivendo nas ruas, enquanto parte de um processo econômico-social contraditório que, para Rosa (2005), provocou o desafio de lidar com demandas sociais com raízes históricas, intensificadas, naquele momento, pela crise internacional do capitalismo e de toda ordem econômica mundial. Segundo Oliveira (2016), porém, foi somente a partir dos anos 1990 que cresceu o debate sobre as pessoas vivendo nas ruas no Brasil, especialmente nas metrópoles; contudo, essa temática só entra, de fato, na agenda pública em meados dos anos 2000.

Assim, no que se refere à assistência à população em situação de rua no Brasil chama a atenção uma ausência histórica de políticas públicas de proteção, em que o Estado assume intervenções voltadas essencialmente à higienização e limpeza, na chave da segurança pública, tendo sido assumida a responsabilidade da assistência a essa população primeiramente pela sociedade civil e organizações não governamentais, fundamentalmente de caráter religioso e especialmente em grandes cidades, como São Paulo (ROSA; 2005; SPOSATI, 2009; OLIVEIRA, 2017).

Destaca-se, nesse contexto, o início do trabalho social nas ruas da cidade de São Paulo, a partir da Organização do Auxílio Fraternal (OAF)<sup>18</sup>, ao longo da década de 1970, redesenhando ações de auxílio e assistência no contexto da rua, a partir da criação de espaços de convívio, de realização de atividades e permanência diurna, além das primeiras iniciativas de moradias coletivas e repúblicas, o que constitui as bases para o fortalecimento das respostas institucionais para a população em situação de rua na cidade de São Paulo, ao final da década de 1980 e início de 1990 (OLIVEIRA, 2017).

Tais ações carregavam consigo a busca pela afirmação da condição de sujeitos de direitos das pessoas vivendo nas ruas, bem como a ruptura do caráter histórico de assistencialismo, tutela e repressão voltados a esses sujeitos, propondo novas metodologias em busca do maior protagonismo, além do resgate dos direitos e cidadania dessa população (BRASIL, 2011a). No contexto da luta pela redemocratização do país, também surgem iniciativas pioneiras de organização da própria população em situação de rua, com apoio de movimentos de igrejas, especialistas, estudiosos e organizações multilaterais, já evidenciando, naquele momento um potencial de luta e mobilização em prol de direitos latente nessa população (BRASIL, 2011a), o que viria a se fortalecer no início do século XXI.

Como vimos, a década 1980 reforça a chave explicativa da situação de rua atrelada às mudanças nos processos econômicos e o avanço da crise do trabalho e das desigualdades sociais, produzindo uma classe trabalhadora cada vez mais precarizada, reforçando a ideia de que quem vive na rua são sujeitos “marginalizados” e “extralaboradores”, reiterando um contexto que favoreceu denúncias acerca da situação cada vez mais degradante desses sujeitos e da urgência na elaboração de respostas mais organizadas e ampliadas em favor dos mesmos (ROSA, 2005, p. 58).

A década de 1990 avança, portanto, evidenciando as relações desses sujeitos com o mundo do trabalho bem como com os serviços (no caso, albergues) que

---

<sup>18</sup> Também foi a partir da OAF que começam a surgir novas formas de se referir a esses sujeitos e nomear a relação com a rua como espaço de moradia, como o termo “população de rua”, referindo-se a uma população com “dificuldade de adaptação em sociedade” (ROSA, 2005), possibilitando a construção de perspectivas mais coletivas a respeito desse fenômeno, para além de compreensões individualizantes, além de começar a tentar romper com o estigma da vagabundagem, por trás de termos como mendigo. Destacamos aqui o trabalho de Rosa (2005) que pesquisou os termos utilizados para se referir a população em situação de rua em documentos e meios de comunicação ao final do século XX, evidenciando que a forma de nomear esses sujeitos foi acompanhando as mudanças nas perspectivas e nos olhares acerca dos mesmos e das respostas institucionais que foram se constituindo no mesmo período.



começavam a surgir; o termo “mendigo” passa a ser cada vez mais rejeitado, uma vez que ele “obscurece a condição de trabalhador” (JORNAL TRECHEIRO, 1996, apud ROSA, 20005, p. 63) mostrando-se inadequado diante das conjunturas que submetem às pessoas ao desemprego, substituindo uma identidade estigmatizada, de forma que esses indivíduos se sentissem como parte de um grupo social. Ainda que limitado, o termo “população de rua” avança, na década de 1990, na tentativa de contemplar a multiplicidade e heterogeneidade de situações encontradas na rua, buscando trazer visibilidade à questão da vida nesse contexto (ROSA, 2005, p. 66).

Dessa forma, de acordo com Melo (2017b, p. 66), além dos termos utilizados na definição da “população de rua” se relacionarem com a produção de intervenção e gestão pública, essas

[...] mudanças de termos e disputas classificatórias têm um lugar importante na compreensão – e na própria fabricação – do que atualmente se refere como população de rua ou população em situação de rua e que parecem relevantes na construção do fenômeno, seja enquanto fato político, problema social ou categoria sociológica.

Ou seja, as mudanças que se sucederam à década de 1970 e que trouxeram consigo uma nova explicação para o fenômeno da vida na rua, a partir da migração e do desemprego, conforme vimos, produziram também novas formas de compreender as relações desses sujeitos com a rua, além da necessidade de reorientar as práticas e os mecanismos de intervenção social (OLIVEIRA, 2017).

Essa mudança paradigmática fundamental, que também possibilitou o debate sobre o acesso dessa população às políticas e aos direitos sociais, também fez com que, mesmo antes da questão ser pautada por políticas sociais em âmbito federal, fossem buscadas respostas em nível municipal para a resolução do problema, em que cada localidade foi construindo e adotando critérios próprios para a gestão do fenômeno (OLIVEIRA; MARTINS JUNIOR, 2013; OLIVEIRA, 2017). Essas ações, que foram se constituindo a partir de modelos municipais das grandes metrópoles ao longo dos anos 1990, viriam a se constituir a referência para as ações materializadas em âmbito nacional, ao final dos anos 2000 (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2017).

A cidade de São Paulo/SP, por exemplo, foi um dos municípios pioneiros na criação de uma rede de serviços para atendimento dessa demanda, especialmente no que tange ao acolhimento noturno, bem como na realização do primeiro levantamento

quantitativo da população em situação de rua, a fim de caracterizar e melhor conhecer o perfil das pessoas vivendo nas ruas (SILVA, 2009; OLIVEIRA; MARTINS JÚNIOR, 2013; SPOSATI, 2009)<sup>19</sup>. Os resultados desse primeiro levantamento foram sistematizados por Vieira, Bezerra e Rosa (1992) que, como lembrado por Oliveira (2017) reforçaram, a partir das trajetórias dos sujeitos entrevistados, o fenômeno da rua como um desfecho coletivo, especialmente determinado pelas mudanças no mundo do trabalho<sup>20</sup>.

Contudo, foi apenas em meados da década de 2000 que começaram a surgir as primeiras iniciativas governamentais de âmbito federal para essa população, no sentido da criação e proposição de políticas na área, impulsionadas também por organizações da sociedade civil, personalidades políticas, técnicos, assessores e gestores governamentais, bem como de movimentos sociais (SILVA, 2009). A autora destaca, por exemplo, o papel do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis que, ao encampar pautas reivindicatórias em prol da população em situação de rua, provocou as primeiras ações do governo Federal referentes a esse grupo populacional.

O ano de 2004 foi o grande marco na luta por políticas e ações para essa população, a partir do assassinato brutal de moradores de rua na região central da cidade de São Paulo/SP, conhecido como o Massacre da Sé, chamando a atenção para a necessidade de organização e fortalecimento de um movimento social, “reivindicando a participação no controle social da política pública de assistência social e, especialmente, na elaboração de uma proposta de política nacional para a população de rua” (BRASIL, 2011a, p. 16). No seu bojo, também surgiu a iniciativa de realizar o levantamento de

---

<sup>19</sup> Destaca-se que a cidade de São Paulo foi a pioneira e única que realizou diferentes levantamentos ao longo das décadas 1990-2000, assim como ampliou sua capacidade de suporte. Além disso, foi a primeira a criar um projeto de lei municipal voltado à garantia de direitos da população em situação de rua, constituindo-se a primeira iniciativa a reconhecer as singularidades e especificidades desse contingente populacional (SPOSATI, 2009), sinalizando, também, o avanço do paradigma do direito nessa compreensão (OLIVEIRA, 2017).

<sup>20</sup> Foi aqui também que as autoras fizeram outra importante distinção, a partir do grau (maior ou menor) de inserção no mundo da rua: aqueles que **ficam** na rua, por uma situação circunstancial ou mesmo provisoriamente; aqueles que **estão** na rua, há mais tempo que os primeiros, mas apenas há algum tempo e aqueles que **são** da rua, isto é, que estão permanentemente nela. Essa diferenciação semântica do ficar/estar/ser representaria, de certa forma, o processo que leva à adaptação do sujeito na rua: o que é transitório acaba se constituindo como uma relação permanente com a rua; contemplando também a ideia de heterogeneidade, que caracteriza os diferentes momentos da vida na rua (GHIRARDI et al, 2005).

informações, junto às cidades com população maior que 300 mil habitantes, acerca do quantitativo e do perfil das pessoas vivendo nas ruas (SILVA, 2009), o que viria a se constituir na primeira e única pesquisa dessa magnitude até o momento.

Embora trágico, segundo Oliveira (2017), o massacre da Sé foi fundamental para a projeção nacional da situação das pessoas vivendo nas ruas no Brasil, passando a impulsionar e tensionar as ações de âmbito federal, no sentido de extrapolar ações somente de organizações religiosas e também dos limites dos níveis municipais das ofertas, iniciando uma

[...] cooperação entre o governo federal e municipal, propiciando além do financiamento para os serviços, uma proposta para o redirecionamento da rede de atenção com a instauração do SUAS e seus níveis de proteção e, posteriormente com a Tipificação e os serviços governamentais, a inserção de outras políticas sociais no escopo da proteção social pública, resultando na instituição de uma Política Nacional para esse segmento social (OLIVEIRA, 2017, p. 158).

Isto é, são lançadas as bases para uma política de âmbito nacional e também para o fortalecimento da perspectiva do direito e da garantia de proteção social para esses indivíduos.

Assim, em 2005, realizou-se o I Encontro Nacional da População em Situação de Rua, a partir da organização da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com pauta voltada a conhecer os desafios e definir estratégias na construção de Políticas para a população de rua, com a participação de diferentes lideranças e movimentos, construindo as bases para a construção da Política Nacional sobre a População em Situação de Rua, culminando na aprovação da Lei 11258/2005, que dispõe sobre a criação de programas específicos de assistência social para as pessoas que vivem nas ruas (BRASIL, 2011a; OLIVEIRA, 2017). Foi também nesse ano que, inspirados no Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, lideranças da luta de pessoas em situação de rua de diversas partes do país, participaram do 4º Festival Lixo e Cidadania, no qual foi lançado o Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) (BRASIL, 2011a).

No âmbito das primeiras respostas institucionais para essa população no que se refere ao trabalho, foi também na metade da década de 2000 que foram realizadas as primeiras seleções públicas de projetos de inclusão produtiva, na perspectiva da geração

de renda e trabalho para esse público, a partir de convênios com estados, municípios e organizações não governamentais para sua execução. Além do financiamento, por meio do então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, para que o Movimento Nacional dos Catadores de Recicláveis realizasse uma pesquisa sobre o custo da geração de postos de trabalho na economia urbana para o segmento de catadores de materiais recicláveis, a partir da “intrínseca relação entre a população em situação de rua e a categoria de catadores de materiais recicláveis” (SILVA, 2009, p.190). Entretanto, segundo a autora, ao longo dos anos 2000, apesar da concentração muito grande de esforços em experiências que propunham a criação de albergues, abrigos, casas de acolhida temporárias ou moradias provisórias, pouco se avançou na geração de trabalho e renda, numa ação intersetorial de políticas sociais e que assegurasse proteção integral a esse público.

Em 2006, instituiu-se um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), a partir de um Decreto Presidencial, com intuito de realizar estudos e apresentar propostas de políticas públicas para inclusão da população de rua, envolvendo representações das políticas públicas referentes aos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, da Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Cidades, Cultura e também da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, além de representantes do MNPR, da Pastoral do Povo da Rua e outros movimentos afins (SILVA; 2009; BRASIL, 2011a). No ano seguinte, deu-se início à discussão e elaboração do texto da Política Nacional para População em Situação de Rua, a partir de seminários em todo o país além de consulta pública realizada em âmbito nacional.

Entretanto, diante da escassez de dados populacionais e da necessidade dos mesmos para balizar a criação de uma política pública de fato, iniciou-se a I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, realizada entre 2007 e 2008, em 23 capitais e 48 municípios com mais de 300 mil habitantes, totalizando 71 cidades. Na ocasião, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já haviam realizado ou estavam realizando pesquisa semelhante, não foram incluídos nessa pesquisa censitária (BRASIL, 2009b).

Segundo Sposati (2009), sua realização foi estratégia fundamental para retirar da invisibilidade milhares de sujeitos em situação de rua e de inúmeras outras violações de direitos e, do ponto de vista da composição das políticas sociais, uma forma de

transformar a questão do plano individual/fenômeno isolado para a dimensão coletiva, de um contingente enorme de pessoas vivendo total desassistência até então.

De posse dos resultados da I Pesquisa e após a realização do II Encontro Nacional da População em Situação de Rua, em 2009, foi estabelecida e consolidada a proposta da Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPR), através do Decreto Presidencial 7053/2009. Além de um marco como arcabouço jurídico nesse âmbito, tal decreto estabeleceu a política para população em situação de rua como essencialmente intersetorial para garantia de proteção integral, determinou a gestão descentralizada e compartilhada entre os três entes federados, além de, pela primeira vez, garantir o reconhecimento da população em situação de rua pelo Estado Brasileiro (BRASIL, 2008a; BRASIL, 2011a; OLIVEIRA, 2017).

O conceito da população em situação de rua trazido pelo decreto ressalta o uso da rua como espaço de moradia e sobrevivência, e na íntegra define como

[...] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009a).

Além de nortear as ações públicas para a população em situação de rua, segundo Oliveira (2017), o decreto 7053/2009 amplia a proteção social para esse público, a partir de diferentes princípios, diretrizes e objetivos; além de definir e reconhecer a heterogeneidade dessa população, propõe uma perspectiva intergovernamental e participativa na sua implementação, além do aspecto intersetorial, pois, segundo o autor, apesar da pauta da população em situação de rua ter entrado na agenda do governo federal via política de Assistência Social, a Política Nacional para a População em Situação de Rua parte da sua complexidade e da necessidade de articulação entre diferentes políticas sociais na garantia de direitos desses sujeitos.

A intersetorialidade deve ser, portanto, a base para o desenvolvimento de serviços, programas, projetos e benefícios que “atendam aos direitos humanos das pessoas em situação de rua nas diversas políticas públicas, de modo a formar uma rede que assegure a efetividade e a qualidade da atenção ofertada” (BRASIL, 2011a, p. 18).

Disso decorre a proposta de criação de *Comitês Gestores Intersetoriais Locais*, que devem contar com representantes das áreas de políticas públicas relacionadas ao atendimento da população em situação de rua, bem como fóruns, movimentos e entidades representativas deste segmento da população, especialmente nas áreas de Assistência Social, Saúde, Habitação, Trabalho e Renda, na tentativa de que essas políticas públicas tenham uma agenda mínima para a população em situação de rua. O gestor de Assistência Social tem papel fundamental na articulação desses Comitês, que devem monitorar, avaliar e garantir que a política para a população em situação de rua, em determinada localidade, seja uma política de Estado (BRASIL, 2011a).

A política de Assistência Social adquire, assim, importante papel tanto na oferta de serviços e ações específicas para essa população como na articulação e no monitoramento das demais políticas públicas na sua oferta de ações frente às demandas que se apresentam nesse escopo. Organizada a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8724/1993) (BRASIL, 1993) e materializada na forma de sistema por meio do Sistema Único de Assistência Social (BRASIL, 2005), prevê, na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), serviços e equipamentos específicos para adultos em situação de rua, a fim de materializar as ofertas correspondentes a essa nova perspectiva de intervenção junto à população em situação de rua, a partir da PNPR. Foi, então, no bojo dessas proposições e de reivindicações da própria população em situação de rua, por meio de seus movimentos sociais, que decorreu a criação dos Centros de Referência Especializados para a População em Situação de Rua (Centros Pop) (BRASIL, 2011a).

### **3.1 Os Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop) – materializando respostas no âmbito da Assistência Social.**

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS), criado em 2005, propõe a divisão da Proteção Social em níveis de complexidade, em que a Proteção Social Básica (PSB), materializada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), tem por função o trabalho social com famílias no sentido de desenvolver sua capacidade protetiva, fortalecer o convívio familiar e comunitário e a garantia de direitos sociais, prevenindo violações desses direitos. Já a Proteção Social Especial (PSE), dividida em

média e alta complexidade, tem a função de trabalhar indivíduos e famílias com vivências de violências bem como ameaça e violações de direitos. A média complexidade materializa-se no trabalho do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do Centro Pop, do Serviço de Abordagem Social e dos Serviços de Atenção aos Adolescentes em Conflito com a Lei. A Alta Complexidade, por sua vez, abarca os serviços que oferecem Acolhimento Institucional, para todos os ciclos de vida, a fim de garantir proteção integral, como no caso das Casas de Passagem e Abrigo Institucional para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2009b).

Os Centros Pop, portanto, compõem a Proteção Social Especial de média complexidade, devendo ofertar obrigatoriamente, o *Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua* e podendo ofertar o *Serviço Especializado em Abordagem Social*. Enquanto esse último tem por finalidade a busca ativa no espaço social da rua, devendo “ser ofertado para diversos segmentos que utilizam espaços públicos – praças, entrocamento de estradas, terminais de ônibus, dentre outros, como espaço de moradia e sobrevivência” (BRASIL, 2011a, p. 42), o Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, determina o trabalho técnico a ser desenvolvido nos Centros Pop que, além de ser espaço exclusivo para esse segmento da população,

Tem a finalidade de assegurar acompanhamento especializado com atividades direcionadas para o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua. Oferece trabalho técnico especializado para a análise de demandas dos usuários, acompanhamento especializado e trabalho articulado com a rede socioassistencial, das demais políticas públicas e órgãos de defesa de direitos, de modo a contribuir para a inserção social, acesso a direitos e proteção social das pessoas em situação de rua (BRASIL, 2011a, p. 67).

Em linhas gerais, o planejamento e a implantação de Centros Pop devem ser feitos pelo órgão gestor municipal, atentando-se para as diretrizes do Governo Federal e levando em conta as demandas locais, o diagnóstico socioterritorial, as especificidades e características das pessoas em situação de rua daquela localidade; a rede de serviços socioassistenciais e a rede intersetorial disponíveis também devem ser mapeadas e consideradas, uma vez que deverão compor diretamente o trabalho junto à população em situação de rua, na perspectiva intersetorial e de garantia de direitos socioassistenciais e sociais (BRASIL, 2011a).

Assim, o Centro Pop tem papel central no desenvolvimento do trabalho social junto às múltiplas demandas apresentadas pelas pessoas em situação de rua atendidas, por meio de ações técnicas especializadas que têm como objetivo principal a garantia de proteção social e de acesso aos direitos sociais pelos sujeitos acompanhados. Seu trabalho, portanto, parte do pressuposto da incompletude institucional diante da complexidade e da heterogeneidade das demandas apresentadas pelos indivíduos em situação de rua, pressupondo a circulação de informações, a definição de fluxos e protocolos de trabalho bem como a definição clara de papéis entre os serviços e o compromisso com a corresponsabilização pela atenção integral à população em situação de rua (BRASIL, 2011a).

De acordo com as Orientações Técnicas para os Centros Pop (BRASIL, 2011a), a articulação em rede deve acontecer para além de encaminhamentos dos usuários para as demais políticas setoriais e intersetoriais, implicando o planejamento e o desenvolvimento de estratégias conjuntas. Nessa articulação, que deve ser cotidiana, “a construção de novas trajetórias de vida e saída da situação de rua constitui um processo, em que cada um dos serviços possui um papel importante na construção desse percurso” (BRASIL, 2011a, p. 97).

Logo, entendendo que o escopo protetivo à população em situação de rua deve ir para além da política de assistência social (OLIVEIRA, 2017), o trabalho em rede e a articulação com as políticas setoriais são premissas fundamentais, destacando-se as parcerias com a política de saúde, habitação, educação, segurança alimentar e nutricional, acesso à documentação e geração de trabalho e renda (BRASIL, 2011a, p. 71). Sobre essa última, destaca-se que

[...] as articulações com as políticas de geração de trabalho e renda pode contribuir sobremaneira, para a construção concreta de possibilidades de saída da situação de rua. Assim o Serviço deve manter articulação com os diversos recursos desta política disponíveis no território, como programas que ofertem preparação/capacitação profissional, projetos de inclusão produtiva, cooperativas sociais, agências de encaminhamento para postos de trabalho, entre outros (BRASIL, 2011a, p. 96).

Vimos destacando que as respostas institucionais até esse momento materializadas no Brasil só foram possíveis a partir da perspectiva do direito e da compreensão da população em situação de rua para além da chave da vadiagem e da vagabundagem, mas como uma resultante de um complexo conjunto de fatores sociais que associados a algumas trajetórias de vulnerabilidade, acabam levando sujeitos a viver



nas ruas. Logo, essa mudança na chave compreensiva foi condição fundamental para ampliar o rol de ofertas e entender esses sujeitos como sujeitos de direitos, incluindo o acesso ao trabalho nesse conjunto de proteções e garantias sociais.

Ou seja, a inclusão produtiva está implícita nas referências atuais em termos de intervenção técnica com esses sujeitos e como resposta institucional da política nacional a esses sujeitos. Assim, ela aparece no âmbito do trabalho dos Centros Pop como estratégia a ser articulada a partir da política de Assistência Social com as Políticas Públicas de Trabalho, no sentido de garantia do acesso ao trabalho como um direito e também como uma das estratégias de conquista de autonomia, inclusive de renda, compreendidas como importantes no processo de superação e saída das ruas.

No contexto brasileiro mais recente, a resposta socioassistencial vem sendo entendida como direito a partir da Constituição de 1988, após uma longa trajetória assistencialista, caritativa e benemerente. Integrada ao tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social, a política pública de Assistência Social, no Brasil, destina-se a quem dela precisar, sendo sua garantia um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado, a partir de sua organização através da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8724/1993) (BRASIL, 1993).

Enquanto a Saúde possui caráter universal, baseando-se também nos princípios de integralidade e equidade (BRASIL, 1990)<sup>21</sup> e a Previdência tem caráter contributivo, a partir do exercício do trabalho formal, a Assistência Social, está vinculada à proteção social não contributiva, criada para aqueles incapacitados para o trabalho e, portanto, incapazes de acessar os direitos atrelados a ele (BOSCHETTI, 2016).

De acordo com Boschetti (2009, p.01), a Seguridade Social<sup>22</sup> tem como referência central a organização do trabalho e a base do Estado Social após a II Guerra Mundial e, embora varie de acordo com a localidade e o grau de desenvolvimento do país onde acontece, está fundamentada essencialmente nos direitos vinculados ao trabalho, pois “assumem a função de garantir benefícios derivados do exercício do trabalho para os trabalhadores que perderam, momentânea ou permanentemente, sua

---

<sup>21</sup> BRASIL, 1990. LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18080.htm). Acesso em 14 Set. 2019.

<sup>22</sup> Para qualificar e ampliar o debate sobre como se constituiu a lógica dos seguros e a lógica social que compõem os principais modelos de seguridade social que se desenvolveram ao longo da história bem como o caso específico da Seguridade Social brasileira, ver BOSCHETTI (2009; 2016).

capacidade laborativa”, em que o acesso ao trabalho configura-se como uma condição histórica para garantia de acesso à Seguridade Social.

Para Boschetti (2009; 2016), as lógicas que compõem a seguridade social brasileira - de seguro (atrelada à Previdência Social) e social (relacionada à Assistência)

estabelecem entre si uma relação que venho designando como sendo de atração e rejeição. É a ausência de uma dessas lógicas que leva à necessidade e à instauração da outra lógica. Por exemplo, aqueles trabalhadores que não estão inseridos no mercado de trabalho, que não têm acesso ao seguro, ou à previdência social, acabam caindo em uma situação de ausência dos direitos derivados do trabalho (...) A exigência da lógica do seguro e a impossibilidade de sua manutenção para todos os trabalhadores, sobretudo para os desempregados, empurram esse trabalhador para demandar a outra lógica, a lógica social, do direito não contributivo. Assim, aqueles que não contribuem, que não estão inseridos em uma relação de trabalho estável e que não têm direito ao benefício contributivo, tornam-se potenciais demandantes da lógica social, do benefício não contributivo (BOSCHETTI, 2009, p. 05).

Ou seja, na ausência de trabalho remunerado formalizado, com as garantias dos direitos a ele atrelados, por meio da Previdência Social (lógica do seguro), seja pela incapacidade para o trabalho, seja pela falta dele, a Assistência Social (lógica social) precisa se sobrepor, garantindo as seguranças a ela afiançadas, dentre elas, a segurança de renda<sup>23</sup>.

Com a crise vivida após os anos 1970, mediante o avanço neoliberal e as mudanças no mundo do trabalho que acarretaram no desemprego cada vez mais estrutural, “os benefícios assistenciais, sob a forma de programas de transferência de renda permanentes, passam a ter um papel de “substitutos” dos rendimentos dos empregos inexistentes” (BOSCHETTI, 2009, p. 07)

[...] a seguridade social brasileira, fruto das lutas e conquistas da classe trabalhadora, é espaço de fortes disputas de recurso e de poder, constituindo-se em uma arena de conflitos. A defesa e ampliação dessas conquistas e o posicionamento contrário às reformas neoliberais regressivas são desafios permanentes e condições para consolidação da seguridade social pública e universal (BOSCHETTI, 2009, p. 16).

Ou seja, falamos de ampliação de proteção social em um contexto de redução do papel do Estado frente às demandas das políticas sociais, diante do avanço neoliberal. É, portanto, nesse cenário que a política de Assistência Social, a partir das alterações em

---

<sup>23</sup> São seguranças afiançadas pela Assistência Social, previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS): segurança de acolhida, segurança de autonomia, segurança de convívio familiar e segurança de renda (BRASIL, 2005).

sua Lei Orgânica, realizadas por meio da LEI 12.435/2011 (BRASIL, 2011)<sup>24</sup> tem como objetivos

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente: a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; **c) a promoção da integração ao mercado de trabalho**; d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e e) a garantia de 1 (um) salário-mínimo de benefício mensal à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, garantindo mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais.

Assim, vemos que a assistência social define, dentre seus vários objetivos, promover a integração ao mercado de trabalho, como forma de enfrentamento à pobreza e à vulnerabilidade social, sendo responsável por garantir alguma mediação em relação aos “excluídos do mercado”, atingidos pelo desemprego estrutural, de forma que tenham algum tipo de proteção assegurada pelo Estado neoliberal, conforme sinaliza Souza (2013, p. 288).

Entendendo a necessidade de ampliar o olhar para além do mercado de trabalho formal, essa “promoção da integração ao mercado de trabalho” esperada no âmbito da Assistência Social veio a ser melhor definida na Resolução N° 33, de 28 de Novembro de 2011. Parte-se da perspectiva de que, no campo da assistência social, essa integração deve acontecer no “mundo do trabalho” (art. 1º) e que além da proteção social, cabe à Assistência Social “a mediação do acesso ao mundo do trabalho e a mobilização social para a construção de estratégias coletivas” (art. 2º), tendo como uma de suas ações, a

---

<sup>24</sup> BRASIL. Presidência da República. LEI N° 12.435, DE 6 DE JULHO DE 2011. Altera a Lei n° 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1). Acesso em 07 Set. 2019.

“articulação com as demais políticas públicas implicadas na integração ao mundo do trabalho” (BRASIL, 2011c). Além disso

[...] no contexto da assistência social, o principal objetivo é proporcionar aos usuários em situação de vulnerabilidade econômica e social o acesso a informações sobre o trabalho como direito, e a iniciativas de inclusão produtiva, a fim de possibilitar sua inserção formal ou informal na produção de bens e serviços (BRASIL, 2017, p. 15).

É nesse cenário, e decorrente dessas alterações que em 2012, por meio da Resolução CNAS Nº 18, de 24 de maio de 2012, a política de Assistência Social cria um programa específico para essa finalidade, o Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Programa ACESSUAS Trabalho), que se caracteriza como iniciativa da Política Nacional de Assistência Social para promover o acesso dos usuários da Assistência Social à oportunidades no mundo do trabalho, entendendo que esse público, incluindo a população em situação de rua, é historicamente excluído do mercado de trabalho, restando-lhes o desemprego ou o acesso muito limitado à atividades de trabalho, quase sempre precarizadas (BRASIL, 2017).

Assim,

A Assistência Social, como garantidora de direitos e promotora do acesso a outras políticas públicas, visa a aproximação dos seus usuários do conjunto de estratégias de inclusão e acesso ao mundo do trabalho, por meio da **articulação intersetorial e institucional nos territórios**, desenvolvidas pelos CRAS e outras unidades socioassistenciais (BRASIL, 2017, p. 10).

O Programa materializa-se a partir da premissa de que não cabe à política de Assistência Social realizar ofertas diretas de inclusão produtiva mas sim, atuar no campo para

Identificar e sensibilizar os usuários; mapear as oportunidades presentes no território; Encaminhar os usuários para as oportunidades mapeadas; facilitar/apoiar o acesso a oportunidades existentes; monitorar o percurso dos usuários, de forma a oferecer o suporte da rede socioassistencial para superação das vulnerabilidades e posterior inclusão social e produtiva de indivíduos e famílias; fomentar a reflexão crítica quanto às implicações e possibilidades de inserção e permanência em oportunidades e ofertas no mundo do trabalho e articular-se com as demais políticas públicas e atores referentes ao mundo do trabalho (BRASIL, 2017, p. 10).

Ou seja, há pretensão de problematizar essa inserção (e a não inserção) junto aos usuários da política e à rede intersetorial, mapeando oportunidades no território, e favorecendo o acesso dos usuários à essas informações e às possibilidades que se apresentam a partir delas, além da permanência nas mesmas. Todos os usuários da

política são alvos dessas ações, embora tenham sido eleitos como prioritários aqueles cujas trajetórias sugerem maiores dificuldades no acesso e na inserção no mundo do trabalho, devido à sua vulnerabilidade (Beneficiários de Programas de Transferência de Renda, como Programa Bolsa Família; Pessoas com Deficiência; Adolescentes e Jovens em cumprimento de Medidas Socioeducativas, os egressos das mesmas e suas famílias; População em Situação de Rua; indivíduos egressos do Sistema Penal; indivíduos e famílias residentes em territórios de risco, em decorrência do tráfico de drogas etc (BRASIL, 2017, p. 47).

Em síntese, ao situarmos os Centros Pop no âmbito da Política de Assistência Social, traçamos também um breve panorama a fim de compreender o lugar que esse serviço ocupa, por meio das respostas institucionais ofertadas, na interface com o mundo do trabalho e no atendimento de uma população tão vulnerável como a população em situação de rua, partindo não só da compreensão de seu papel, mas também da identificação dos limites do mesmo.

Entende-se, assim, que é na interlocução com outras políticas, especialmente a de geração de trabalho e renda, que serviços como esse, vinculados à Política de Assistência Social, podem atuar favorecendo e mediando o acesso das populações excluídas do mundo do trabalho às oportunidades e ofertas nesse cenário, em cuja falta, faz com que devam ser garantidas seguranças socioassistenciais que serão a base para que os sujeitos possam se organizar e ter condições de realizar outros acessos a direitos, como educação, saúde, trabalho, segurança alimentar etc.

Do mesmo modo, ao incluir sujeitos em situação de rua no público-alvo desse tipo de ação, de certa forma, compreende que essa população também é desdobramento das mudanças econômicas, sociais e políticas das últimas décadas, que acentuaram as exclusões sociais, rompendo com a ideia hegemônica de que não merecem a proteção social, pois teriam condições de se vincular ao mercado de trabalho.

A inclusão produtiva está, portanto, prevista dentro do rol de estratégias que podem assegurar alguma autonomia aos sujeitos em situação de vulnerabilidade social, embora vimos antecipando os desafios e os limites para essa inclusão no/pelo trabalho bem como para emancipação social, no horizonte que se vislumbra para o mundo do trabalho na modernidade, que tem aumentado cada vez mais as fileiras do Sul abissal,

diante da exclusão de sujeitos com histórias marcadas por relações tão precarizadas, como a população em situação de rua.

#### 4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

Diante do contexto apresentado, a partir da década de 1970, que trouxe consigo mudanças radicais no mundo do trabalho e nas formas de acumulação capitalista, bem como na economia, na política e nas relações sociais, vimos que se intensificaram os entrecruzamentos das trajetórias de vida na rua e as relações com o trabalho, numa expressão máxima do Sul abissal.

Além disso, as últimas décadas, tanto em nível global, e mais recentemente no Brasil, avançaram na compreensão de maior necessidade de respostas institucionais a esse grupo populacional. O que aconteceu essencialmente a partir de sua luta por direitos e visibilidade, encampada também por outros setores da sociedade civil e dos movimentos sociais, materializando, no país, uma política pública específica para essa população, pautada na intersectorialidade como forma de garantir proteção e acesso aos direitos sociais.

Por meio da política pública de Assistência Social, os Centros Pop centralizam as ações de proteção social a essas pessoas, mas também possuem papel fundamental, na mediação do acesso e de articulações intersectoriais com as demais políticas públicas, a fim de atender à complexidade e às singularidades das demandas da população em situação de rua.

Parte-se, então, de duas aspirações, de modo que, na composição entre ambas, possa haver entendimento das potências, assim como dos limites da transposição da linha abissal que tem separado esses sujeitos do mundo do trabalho.

A primeira delas, trata de uma necessidade de maior compreensão de como essa dimensão relacionada ao acesso ao mundo do trabalho da população em situação de rua vem sendo entendida, articulada e materializada no cotidiano de serviços que estão diretamente vinculados à assistência a essa população e por quais caminhos, se é que eles existem, têm se construído algum acesso às ações para inclusão produtiva pra esses sujeitos.

A segunda, de forma a compor com o referencial teórico e de análise que nos fundamenta, numa perspectiva da ecologia dos saberes e do pressuposto de que os processos de inclusão e emancipação na sociedade atual somente são possíveis no diálogo e na participação dos sujeitos, buscou compreender, na perspectiva das próprias

pessoas em situação de rua, também usuárias dessa rede de serviços, os atravessamentos do trabalho nas suas trajetórias de vida e de ocupação, antes e na vida na rua.

Diante disso, o *objetivo geral* foi compreender as relações da população em situação de rua e o mundo do trabalho, na atualidade, por meio da identificação e caracterização de ações e experiências de inclusão produtiva junto à essa população bem como de suas próprias histórias pessoais e de trabalho. Os *objetivos específicos* foram identificar as ações que vêm sendo articuladas e promovidas no âmbito da inclusão produtiva, destinadas à população em situação de rua, a partir dos Centros Pop e conhecer histórias e trajetórias pessoais e de trabalho e os desafios dessa inclusão a partir das próprias pessoas em situação de rua, acompanhadas por um desses serviços.



## 5. PERCURSO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi dividido em duas partes. A primeira (Estudo 1) foi realizada junto aos Centros Pop do Estado de São Paulo que aceitaram participar da pesquisa e a segunda (Estudo 2), tratou da observação e acompanhamento de trajetórias/histórias de trabalho e as tentativas de inserção no mundo do trabalho de quatro usuários de um desses Centros Pop, ao longo de todo o ano de 2018, o que também implicou na observação e apreensão de cenas, experiências e falas acerca do tema, no cotidiano do equipamento e em espaços coletivos de discussão, como assembleias, reuniões do movimento social da população em situação de rua do município em questão etc.

Dito isso, ressalta-se que a presente pesquisa possui uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório. O caráter qualitativo, a partir da valorização dos sujeitos e seus significados na produção de resultados, trata da

[...] história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, sentem, pensam e constroem artefatos e a si mesmos (MINAYO, 2008, pp. 17-18).

Elas partem, portanto,

[...] de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995a, p.58).

A abordagem qualitativa também permite que determinado fenômeno seja melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual faz parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Parte do pressuposto de que o pesquisador vá a campo buscando apreender um fenômeno a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes e dessa forma, diferentes tipos de dados são coletados e analisados para o entendimento da dinâmica do fenômeno (GODOY, 1995b).

Nas pesquisas qualitativas,

[...] a objetivação, isto é, o processo de construção que reconhece a complexidade do objeto das ciências sociais, seus parâmetros e sua especificidade é o critério mais importante de cientificidade. É preciso aceitar que o sujeito das ciências sociais não é neutro ou então se elimina o sujeito no processo de conhecimento. Da mesma forma, o “objeto” dentro dessas ciências é também sujeito e interage permanentemente com o investigador (MINAYO, 1993, p. 33).

Assim, nas ciências sociais, essa interação fundamental entre pesquisado e pesquisador, suas histórias, concepções, implicações com o campo rompem com a total neutralidade e objetividade das ciências naturais/positivistas no processo de coleta e de tratamento dos dados coletados.

A seguir serão detalhados os percursos e procedimentos metodológicos utilizados nos diferentes estudos.

## 5.1 ESTUDO 1

Para o alcance dos objetivos propostos, a primeira parte do estudo (Estudo 1) pretendeu caracterizar os Centros Pop participantes, as ações desenvolvidas, especialmente no que tange às práticas voltadas à inclusão produtiva das pessoas em situação de rua acompanhadas, a perspectiva desses equipamentos acerca dessa dimensão do acompanhamento, seus significados e as dificuldades na sua concretização, o que foi apreendido através da aplicação de questionário semiestruturado com os coordenadores dos referidos equipamentos (APÊNDICE A).

Os questionários são um instrumento de coleta de dados, que contemplam questões/perguntas ordenadas, geralmente respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador (OLIVEIRA et al, 2016). A escolha desse instrumento de coleta deveu-se a três motivos: o grande número de possíveis participantes, a facilidade de aplicação e a impossibilidade de deslocamento da pesquisadora a cada um dos locais onde tais sujeitos pudessem ser localizados/acessados.

Entendendo que o planejamento da coleta de informações implica também no planejamento de questões que correspondam aos objetivos pretendidos, sua sequência etc., (MANZINI, 2003), foi elaborado um roteiro para envio e adequação por juízes. Desse modo, uma primeira versão do questionário a ser utilizado no Estudo 1 foi enviado à especialistas técnicos e/ou acadêmicos com acúmulo de conhecimento e experiência na área de políticas para população em situação de rua.

Foram convidados sete especialistas, sendo que cinco aceitaram. Desses, dois cientistas sociais, pesquisadores da temática e ex-trabalhadores de Centro Pop; um psicólogo, ex-trabalhador de Centro Pop e pessoa com vasta experiência profissional de atuação junto à população em situação de rua e duas terapeutas ocupacionais,

professoras universitárias e pesquisadoras da temática da população em situação de rua e/ou inclusão no/pelo trabalho.

A cada juiz, foi enviada mensagem por correio eletrônico com breve orientação acerca da tarefa esperada, bem como dois arquivos de cada questionário, sendo um no formato Microsoft Word, passível de orientações e registros das mesmas, bem como um no formato *Portable Document Format* (PDF), em que o arquivo original mantinha-se na sua integridade inicial, servindo de documento balizador para as possíveis mudanças, alterações e sugestões. Com todos os juízes, foi acordado prazo de devolução das suas contribuições, sendo que a pesquisadora manteve-se disponível a cada um durante todo o processo.

De posse da listagem dos Centros Pop do estado de São Paulo, que responderam ao Censo SUAS no ano de 2015, publicado em 2017 (SÃO PAULO, 2017)<sup>25</sup>, num total de 58 unidades, distribuídas em 50 municípios, realizou-se contato telefônico com cada equipamento, a partir dos dados disponibilizados nas páginas oficiais de cada município e também dos dados obtidos a partir das informações levantadas na planilha disponibilizada pelo Censo SUAS que serviu de referência para o início dos contatos.

Esse primeiro contato teve o intuito de verificar as informações/dados de contato dos equipamentos assim como a melhor forma de acesso aos coordenadores de cada unidade, obter seus endereços eletrônicos bem como informar-se sobre pré-requisitos específicos para realização de pesquisa em cada um dos municípios. Já naquele momento, alguns equipamentos solicitaram o envio da proposta de pesquisa, ocasião em que foi enviada uma síntese do projeto e seus objetivos.

Após aprovação pelo Comitê de Ética, em Agosto/2017, os contatos foram de fato efetivados entre os meses de Outubro e Dezembro/2017, com envio de esclarecimentos acerca do projeto e da Carta de Autorização que deveria ser preenchida, assinada e devolvida digitalizada também por correio eletrônico aos pesquisadores.

---

<sup>25</sup>Essa publicação está disponível em <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1502.pdf>. A Base de Dados, no formato Microsoft Excel, também pode ser obtida a partir do link <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/monitoramento.avaliacao> estando sob o título “Base de Dados Censo SUAS Centro Pop” (ano 2015). Acesso em 22 Set. 2019.

Após apresentação da Pesquisa aos coordenadores dos Centros Pop encontrados, eram solicitados os endereços de e-mail para que fossem enviados os documentos, sendo questionada a necessidade de outros além do projeto e carta de autorização (APÊNDICE B). Nos casos positivos, foi providenciada documentação extra, de acordo com as demandas individuais. Em alguns casos, os coordenadores passaram contatos telefônicos e/ou eletrônicos de outros profissionais responsáveis pela autorização, sendo estes de Secretarias e Diretorias ligadas à Assistência Social, para os quais foi redirecionado o convite. Sendo respondidos os e-mails, os contatos passaram a ser feitos por meio eletrônico. Na ausência de resposta, foram enviadas solicitações de confirmação do recebimento e novo contato telefônico nos casos de abstenção, sendo por vezes obtidos novos contatos para autorização e reiniciado o processo desde a apresentação da Pesquisa e convite para participação. Assim, foram participantes dessa fase coordenadores de **13 Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua** do estado de São Paulo/SP. Os participantes foram selecionados a partir dos seguintes critérios de inclusão: Ser coordenador de Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua há pelo menos 6 meses; aceitar participar do estudo e preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Após o término dos contatos, tivemos o seguinte panorama, apresentado no Quadro 1.

**Quadro 1** – Devolutiva obtida a partir dos contatos com os municípios que possuíam Centro Pop no Estado de São Paulo, a partir dos dados do Censo SUAS 2015.

Desfechos dos contatos	Quantidade
Não retornaram o contato*	16
Aceitaram mas não participaram**	12
Recusaram	03
Solicitaram entrega presencial	03
Não existia/Fechou	03
Participaram efetivamente da pesquisa	<b>13</b>
<b>Total</b>	<b>50</b>

Fonte: Autor (2020)

\*após, no mínimo, três tentativas telefônicas e envio de dois e-mails;

\*\*Deram devolutivas positivas acerca de uma possível participação, mas ou não enviaram a autorização ou não responderam o formulário eletrônico enviado.

O envio foi previamente acordado com os participantes e foi feito por meio da elaboração do questionário semi-aberto na Plataforma Google Forms®<sup>26</sup>, que permite o envio do formulário pela internet, através de um endereço de e-mail. No corpo do questionário, foram encaminhados o TCLE. (APÊNDICE C), assim como orientações para o preenchimento do material.

No que se refere à **Análise dos Dados**, aqueles referentes aos protocolos de identificação pessoal e profissional e de identificação dos equipamentos foram analisados descritivamente. No que se refere aos questionários semiestruturados foi realizada a *Análise de Conteúdo*, que constitui importante ferramenta metodológica nas pesquisas de abordagem qualitativa (MINAYO, 1993), uma vez que permite apreender o real significado das mensagens, sejam elas escritas ou faladas. Nesse estudo, foi utilizado para análise o método proposto por Bardin (2008).

Para Bardin (2008), a Análise de Conteúdo compreende um conjunto de técnicas que objetivam obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos ao conteúdo da mensagem. Uma dessas técnicas é a Análise Temática, que implica na descoberta dos núcleos de sentido contidos na comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode ter algum significado para o objetivo analítico eleito (BARDIN, 2008).

De acordo com a autora

[...] a noção de tema, largamente utilizada em análise temática, é característica da análise de conteúdo (...) o tema é a unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo certos critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura. O texto pode ser recortado em ideias constituintes, em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis (BARDIN, 2008, p.131).

Assim, o tema, tomado como unidade de registro, representa uma forma de recorte no nível do sentido que não costuma estar explícito, já que tal recorte está sujeito ao nível de análise que se faz. Nesse sentido, realizar a análise temática pressupõe a descoberta de núcleos de sentido contidos na comunicação (BARDIN, 2008).

A organização da Análise de Conteúdo leva em conta três diferentes momentos: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação (BARDIN, 2008). A análise temática implicou, portanto, na leitura

---

<sup>26</sup> Um participante desejou envio por sedex, o que foi feito, bem como envio de envelope selado para devolução, entretanto, não obtivemos o retorno desse questionário.

exaustiva do material oriundo dos questionários semiestruturados, a fim de que fosse apreendido o conteúdo global dos mesmos. Na sequência, foi realizada a identificação dos temas significativos, que emergiram do processo sistemático de leitura, utilizando como referência os objetivos preestabelecidos nessa pesquisa. Por fim, os temas identificados foram agregados, dando origem às categorias.

## 5.2 ESTUDO 2

O Estudo 2 foi realizado junto a quatro usuários de um dos Centros Pop participantes do Estudo 1, o que implicou em um exercício de um “duplo papel”, como destacam Malfitano e Marques (2011, p. 290), pois por cinco anos se exerceu o trabalho como terapeuta ocupacional no campo escolhido para pesquisa, denotando um envolvimento direto com o objeto de estudo. Porém, para fins de organização e melhor estruturação do texto, esse detalhamento do reconhecimento do campo do Estudo 2 e da relação da pesquisadora com ele será feito na apresentação e descrição dos resultados do mesmo (item 8).

Destaca-se que os procedimentos metodológicos dessa etapa pautaram-se na observação participante, registro em diário de campo, assim como encontros e entrevistas semi-abertas a fim de conhecer e identificar as trajetórias e histórias de vida e de trabalho, e essa relação no cotidiano, dos 4 participantes. A observação participante e o registro em diário de campo também fizeram parte da apreensão de situações e experiências voltadas à temática abordada neste estudo, tanto no interior do próprio equipamento, como em espaços externos a ele, tais como eventos e reuniões do movimento social e espaço de controle social da população em situação de rua do município, em que o assunto da inclusão produtiva e do trabalho para essa população foi, em diversos momentos, priorizado como assunto a ser abordado.

As entrevistas semi-abertas, a observação participante e o contato direto e pessoal com o universo investigado são métodos e instrumentos para coletas de dados que caracterizam fundamentalmente as pesquisas antropológicas (VELHO, 1978; MINAYO, 1993; INGOLD, 2017) e, apesar de não ser esta a abordagem específica desta pesquisa, ela pôde nos inspirar na utilização de seus métodos e técnicas de coleta de dados, na medida em que estes possibilitam investigar sobre as condições e possibilidades de vida humana no mundo (INGOLD, 2017), permitindo apreender sua realidade, aqui no caso das pessoas em situação de rua, frequentadoras de um serviço

específico para esse segmento, na interface de suas trajetórias/histórias com o mundo do trabalho.

Segundo Minayo (1993), o método de observação participante constitui uma parte essencial do trabalho de campo na pesquisa qualitativa, sendo crucial para compreensão e captação do fenômeno desejado bem como a análise da realidade social que rodeia o pesquisador. A observação participante pressupõe uma imersão na realidade, sem perder de vista o domínio do instrumental teórico, mas com adoção de uma postura empática, permitindo a abertura e disponibilidade aos modos de vida e cultura do grupo estudado (MINAYO, 1993, pp. 138-145).

Ao buscar estabelecer diferentes formas de convívio entre o pesquisador e os participantes, a observação participante pretende compreender e interpretar os sentidos produzidos pelo grupo acerca de determinado tema, combinando diferentes procedimentos (conversas, registros fotográficos, gravações, participação em diferentes eventos)<sup>27</sup>, como uma forma privilegiada de produção de informação e análise, além de ser um recurso para inserção mais densa nas práticas e representações dos sujeitos (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014)

Assim, a relação imbricada do observador com o campo deve ser considerada, afinal,

O observador não está fora do campo da observação, nem tem o “controle das variáveis” envolvidas em seu trabalho de campo. Ele mesmo está dentro do campo da observação, pondo em questão o lugar em que se situa, tanto quanto o lugar de seu suposto “objeto” de observação (SARTI, 1999).

De forma análoga às demais fases da pesquisa qualitativa, a observação não se faz neutra (MINAYO, 1993). Além disso,

A própria convivência, nas suas variadas formas (mais ou menos intensa), implica escolha (mais ou menos planejada) de caminhos para ter “acesso” às pessoas, locais e informações, inclusive quando o/a pesquisador/a faz uma pesquisa na sua própria cotidianidade (CARDONA; CORDEIRO; BRASILINO, 2014, p. 139).

Isto é, as escolhas em determinadas pesquisas, especialmente as de caráter qualitativo, são atravessadas não só pelo acervo teórico mas também pelo repertório prático e da vivência do pesquisador com o contexto/tema/objeto estudado,

---

<sup>27</sup> Dentre os 18 encontros com os quatro usuários, baseados em entrevistas abertas, 5 foram gravados em áudio, cujas transcrições somaram 65 páginas. As notas dos demais foram registradas em diário de campo.

especialmente quando esse escopo tem relação direta com o cotidiano do pesquisador, no caso aqui, de trabalhador/técnico no campo.

Desse modo, a observação participante privilegiou a identificação de momentos, falas, situações, eventos públicos e atividades que tivessem o tema da pesquisa como mote, seja no contato direto com os participantes, ou no contato mais ampliado dentro do serviço frequentado pelos mesmos e por outros sujeitos que levantassem situações que pudessem qualificar a compreensão do tema. Embora não tenha havido um roteiro estruturado para a observação, os disparadores para a mesma foram direcionadas pela fundamentação teórica previamente realizada, bem como o desejo de conhecer histórias relacionadas ao trabalho, às dificuldades relacionadas ao mesmo, os aspectos voltados a uma potencial (ou possibilidade) de inclusão produtiva pelos usuários, os trabalhos desenvolvidos, a busca por trabalho, experiências e qualificações, ou mesmo como o trabalho aparecia no cotidiano do equipamento Centro Pop, na perspectiva dos usuários, observando e explorando o que surgisse acerca do tema. Destaca-se que essas cenas sempre aconteceram ao longo da estada como técnica no local, mas foi somente a partir do lugar ocupado como pesquisadora que passaram a ser observadas de forma mais atenta, sistemática e com um objetivo específico de compreendê-las em sua realidade.

A partir de experiência similar de envolvimento, como membros do campo pesquisado, Malfitano e Marques (2011, p. 290), destacam que a dupla posição, como profissionais de intervenção e pesquisadoras, implica também numa posição “da observação participante e da participação observante”, sendo que o desempenho prolongado do papel de técnico modifica a maneira de observar, colocando uma reciprocidade entre a participação e a observação, sendo a presença do pesquisador no campo justificada por sua condição anterior de membro do grupo, como profissional de intervenção.

Pelo conhecimento prévio das pessoas e de seu contexto, uma vantagem desse tipo de inserção esteve na redução do tempo necessário para possibilitar conhecer as narrativas dos sujeitos (ou aquelas mais próximas da realidade), para além dos discursos estereotipados<sup>28</sup> que as pessoas em situação de rua costumam desempenhar frente aos entrevistadores ou profissionais (MALFITANO; MARQUES, 2011, p. 295). Conhecer

---

<sup>28</sup> Malfitano e Marques (2011) referem-se ao “discurso estereotipado” (GIROLA, 1996) e o “discurso para ter acesso à benefícios” (ADORNO; SILVA, 1999) especialmente no espaço institucional.



previamente os sujeitos entrevistados e ter informações sobre suas vidas e relações com os serviços, permitem, segundo as autoras, transitar e aprofundar por temáticas que não tiveram que ser construídas desde o início, no momento da pesquisa, mas que se originaram na história construída com esses sujeitos anteriormente, com a preocupação ética, porém, de esclarecer o duplo papel (técnico e pesquisador), especialmente na explicitação dos reais interesses no momento das entrevistas (MALFITANO; MARQUES, 2011).

Como ressaltam as autoras, essa preocupação ética com essa forma de envolvimento do campo deve ser constante, assim como, a reflexão do pesquisador acerca das informações levantadas e sua forma de interpretá-las, não como parte do campo, mas como alguém que investiga as representações, os significados e as contradições levantadas pelos sujeitos frente ao tema estudado e ao campo.

O diário de campo, aqui como suporte à observação participante e aos encontros, é também um instrumento na pesquisa qualitativa, cujo papel é ancorar a observação participante, no acompanhamento das experiências (AZEVEDO; CARVALHO, 2009; MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014) e também “uma maneira de preservar as memórias de suas descobertas, ideias e reflexões do dia-a-dia” no processo de pesquisa (HESS, 2006, p. 89). A partir das anotações pessoais do pesquisador sobre os acontecimentos marcantes ou sobre experiências do dia a dia, o diário de campo pode, inclusive, ser um “atuante” na pesquisa, na medida em que

com ele e nele a pesquisa começa a ter certa fluidez, à medida que o pesquisador dialoga com esse diário, construindo relatos, dúvidas, impressões que produzem o que nominamos de pesquisa (MEDRADO; SPINK; MÉLLO, 2014, p. 278).

Segundo Hess (2006, p. 83), ao captar o dia a dia, as percepções, os eventos vividos, os diálogos, assim como “os flashes de compreensão que emergem, com um pouco de recuo, a releitura do diário é um modo de reflexão sobre a prática [...] o diário é uma fonte para trabalhar a congruência entre a teoria e a prática”, ou seja, entre aquilo que se registra, observa e seu diálogo com as referências teóricas.

Nessa pesquisa, o diário de campo foi usado como material complementar e de análise, tendo sido os registros construídos a cada encontro com os participantes, e também a partir da inserção da pesquisadora, como técnica no espaço, centrando-se no registro descritivo de “cenas”, “experiências” e “falas” dos usuários, de passagem pelo

serviço ou não, acerca do tema da inclusão produtiva ou mesmo do trabalho. Assim, foram registradas as situações consideradas significativas e relevantes para o estudo e para o tema pesquisado, notas das conversas e dos encontros com os participantes, bem como as impressões e reflexões da pesquisadora durante a observação.

Destaca-se, por fim, que o referencial teórico e de análise escolhido para este trabalho, bem como os procedimentos utilizados buscaram diluir o impasse advindo do duplo pertencimento da técnica/pesquisadora. A neutralidade e objetividade absolutas, enquanto premissas da pesquisa científica “tradicional” são uma referência ao modo de fazer ciência fundamentado em epistemologias hegemônicas (do Norte), em que o rigor científico, o positivismo, a crença na neutralidade, aos universalismos e as totalizações e unificações são dominantes (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008) e tendem a reduzir ou minimizar a importância de pesquisas de âmbito qualitativo ou, ainda, no nosso caso, em que o pesquisador tem implicação direta no campo e no cotidiano dos sujeitos informantes.

Ao escolher o próprio campo profissional ou de prática para pesquisa, Martins Filho e Narvais (2013) reiteram a valorização da riqueza do envolvimento prévio decorrente de suas experiências e vivências com o objeto. No entanto, a implicação nesse caso não pode ser negada, exigindo com que os diferentes atravessamentos (políticos, ideológicos, culturais etc.) que possam surgir devam ser controlados, a fim de não comprometer a qualidade ou mesmo a validade do trabalho, bem como o convívio e a relação ética-profissional com os envolvidos. Como sujeito implicados, os pesquisadores que se ocupam do objeto do qual fazem parte, devem analisar, constantemente, “o pertencimento do pesquisador àquele lugar em especial, mas também ao lugar que ocupa nas relações sociais mais gerais como sendo o ‘seu’ lugar na história” (MARTINS FILHO; NARVAIS, 2013, p. 650-651), nunca perdendo de vista a localização do pesquisador nas “relações em geral, nas redes de poder, em vez de nos fixarmos cristalizados numa posição pseudo-científica” (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008, s/p).

Essa discussão da implicação tem raízes na Análise Institucional, proposta por Rene Lourau em que o “intelectual implicado” é

[...] definido como aquele que analisa as implicações de suas pertencas e referências institucionais, analisando também o lugar que ocupa na divisão social do trabalho na sociedade capitalista, da qual é um legitimador por suas práticas. Portanto, analisa-se o lugar que se ocupa nas relações sociais em

geral e não apenas no âmbito da intervenção que está sendo realizada; os diferentes lugares que se ocupa no cotidiano e em outros locais da vida profissional; em suma, na história (COIMBRA; NASCIMENTO, 2008).

Segundo Coimbra e Nascimento (2008), a própria Análise Institucional e as correntes teóricas que levaram ao surgimento da análise de implicação, carregam em si as críticas à racionalidade científica moderna. Sobre isso, aliás, Paulon (2005, p. 18-19) faz uma importante problematização, na medida em que reflete sobre

O problema relativo à participação ativa das pessoas implicadas com uma pesquisa e da interferência dos dispositivos de investigação nos processos observados só pôde ser concebido como um problema de pesquisa com a superação das pretensões de neutralidade e objetividade tão promulgadas pelo paradigma positivista nas ciências [...] O argumento decorrente é que o observador inserido em seu campo de observação transforma, por definição, seu objeto de estudo.

Assim, afirma-se que na pesquisa que aqui se apresenta, especialmente em sua segunda parte (Estudo 2), a pesquisadora, ao empreender a pesquisa/observação com sujeitos em seu próprio local de prática profissional, esteve num lugar de implicação e de questionamentos constantes acerca de seu duplo-papel, de seu compromisso ético e da preocupação com a vinculação e a relação com os sujeitos-pesquisados, conhecidos de longa data. Apesar disso, entende-se que a potência de ocupar um lugar já familiar (até mesmo pela impossibilidade, naquele momento, de ocupar outros contextos, talvez mais estranhos e distantes), foram os elementos que forjaram – e justificaram- as formas e as escolhas que constituíram esse percurso metodológico.

## 6. ASPECTOS ÉTICOS

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tendo sido aprovado em 28/08/2017, sob o parecer número 2.243.665 (ANEXO A). Somente após a aprovação foi iniciada a coleta de dados, em ambos os estudos que compõem esse trabalho.

## 7. ESTUDO 1 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre as 58 unidades de Centro Pop, distribuídas em 50 municípios do estado de São Paulo identificados através do Censo SUAS de 2015 (SÃO PAULO, 2017), a pesquisa foi respondida efetivamente por coordenadores de 13 equipamentos. Todas as respostas foram obtidas por meio de formulário eletrônico, enviado por e-mail a cada um dos participantes, entre os meses de Janeiro e Abril de 2018. Destaca-se que apenas um dos municípios com mais de um Centro Pop participou da pesquisa, tendo o coordenador respondido, porém, por uma unidade.

### 7.1 Caracterização dos Participantes

A idade média dos profissionais participantes foi 39 anos. Sete participantes se declararam do sexo feminino e seis do sexo masculino. As áreas de formação profissional mencionadas foram Psicologia (sete participantes), Serviço Social (cinco participantes) e Ciências Sociais (um participante), com níveis de formação em Ensino Superior/Graduação (sete participantes), Especialização/MBA (cinco participantes) e Aprimoramento (um participante). O quadro 2 apresenta os participantes, conforme idade, sexo, formação profissional, tempo e maior nível de formação.

**Quadro 2.** Caracterização dos participantes de acordo com sexo, idade, formação profissional, tempo de formação (em anos) e maior nível de formação.

	SEXO	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE FORMAÇÃO (ANOS)	MAIOR NÍVEL DE FORMAÇÃO
<b>P1</b>	M	36	Psicologia	08	Especialização
<b>P2</b>	F	37	Serviço Social	14	Superior Completo
<b>P3</b>	M	40	Psicologia	13	Especialização
<b>P4</b>	M	56	Psicologia	33	MBA
<b>P5</b>	F	43	Ciências Sociais	17	Superior Completo
<b>P6</b>	F	45	Psicologia	22	Especialização
<b>P7</b>	M	42	Psicologia	16	Superior Completo
<b>P8</b>	F	37	Serviço Social	11	Superior Completo
<b>P9</b>	F	40	Psicologia	17	Especialização
<b>P10</b>	F	29	Serviço Social	09	Superior Completo
<b>P11</b>	M	24	Psicologia	02	Especialização
<b>P12</b>	M	54	Serviço Social	Sem informação	Superior Completo
<b>P13</b>	F	33	Serviço Social	10	Superior Completo

Fonte: Autor (2020)

O tempo de trabalho no respectivo Centro Pop teve uma média de 2,8 anos. Todos os entrevistados exerciam cargo de “coordenação”, embora tenham sido observadas variações na nomenclatura para esse papel tais como, coordenação (9 participantes), chefia (2 participantes), diretoria (1 participante) e Supervisão de Unidade (1 participante), diferenças que podem ser atribuídas a como cada município nomeia seus cargos ou aos níveis hierárquicos correspondentes a cada organização municipal.

De acordo com a Norma Operacional Básica - Recursos Humanos (NOB-RH) (BRASIL, 2011d), o SUAS adota o modelo de equipe de referência, em que o coordenador deve ser responsável pela organização dos serviços, enquanto a oferta direta dos mesmos é realizada pela equipe técnica, a partir das diferentes categorias profissionais que compõem o trabalho no SUAS. No caso específico dos Centros Pop, o

coordenador responsável pela unidade deve estar, preferencialmente, no exercício exclusivo da sua função, dadas as responsabilidades atribuídas a esse papel, tais como organização, planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação do processo de trabalho; reuniões e ações de/para articulação com a rede de serviços, na garantia da atenção integral aos usuários do Serviço etc. (BRASIL, 2011a).

Entre os participantes, 6 declararam terem atuado previamente na equipe técnica do mesmo Centro Pop, dentre os quais se destacam as funções de assistente social, psicólogo, educador social e coordenador de programa habitacional. Em relação ao tempo de trabalho com população em situação de rua, 5 participantes declararam entre 1 e 3 anos, 3 participantes entre 3 e 5 anos, 3 participantes entre 5 e 10 anos, 1 participante há mais de 10 anos e 1 participante há menos de 1 ano, conforme apresenta-se no quadro 3.

**Quadro 3.** Caracterização dos participantes de acordo com tempo de trabalho no Centro Pop pesquisado, cargo atual/outros cargos exercidos, atividade profissional exercida e tempo em que trabalha com a população em situação de rua.

	<b>TEMPO DE TRABALHO NO CENTRO POP</b>	<b>CARGO ATUAL</b>	<b>OUTRO CARGO EXERCIDO NO EQUIPAMENTO</b>	<b>ATIVIDADE PROFISSIONAL EXERCIDA</b>	<b>TEMPO QUE TRABALHA COM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA</b>
<b>P1</b>	2 anos	Diretor de Coordenadoria	-	Coordenação de políticas para a população de rua	5 a 10 anos
<b>P2</b>	4 anos	Coordenador	Assistente Social	Coordenação/ assistente social	3 a 5 anos
<b>P3</b>	2 anos e 3 meses	Coordenador de Centro de Referencia	-	Coordenação	1 a 3 anos
<b>P4</b>	3 anos e 6 meses	Coordenador	Psicólogo	Coordenação	3 a 5 anos
<b>P5</b>	5 anos e 6 meses	Supervisor de Unidade	-	Coordenação/educador social de rua	5 a 10 anos
<b>P6</b>	2 anos e 6 meses	Chefia	-	Psicóloga	1 a 3 anos
<b>P7</b>	4 anos	Coordenador	-	Coordenação	Mais de 10 anos
<b>P8</b>	01 ano	Coordenação Técnica	-	Coordenação	1 a 3 anos
<b>P9</b>	01 ano	Chefe de Divisão Técnica de Proteção Social Especial de média complexidade	-	Gerência de 06 unidades de assistência social do município	1 a 3 anos
<b>P10</b>	05 anos	Coordenador	Assistente Social	Coordenação	3 a 5 anos
<b>P11</b>	08 meses	Coordenador	Coordenador Programa Minha Casa Minha Vida	Gestão de programas, projetos e recursos	Menos de 1 ano
<b>P12</b>	3 anos	Coordenador	Educador Social	Coordenação de equipe multiprofissional	5 a 10 anos
<b>P13</b>	2 anos	Coordenador	-	Coordenação técnica e administrativa do Centro Pop e Centro de Acolhida (albergue municipal).	01 a 3 anos

Fonte: Autor (2020)

Observamos que a maioria dos coordenadores passou a maior parte do tempo de trabalho com pessoas em situação de rua atuando no Centro Pop.



## 7.2 Caracterização dos Centros Pop

### 7.2.1 Caracterização de acordo com o porte do município onde estão inseridos

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) utiliza-se da divisão de municípios por porte para propor ações de proteção básica e/ou especial de média e alta complexidade, que devem levar em conta a realidade local, e é assim organizada por número de habitantes: até 20.000 – Pequeno Porte I; de 20.001 a 50.000 - Pequeno Porte II; entre 50.001 a 100.000 – Médio Porte; entre 100.001 e 900.000 - Grande Porte; e com mais de 900.000 - Metrópole.

Entre os Centros Pop cujos coordenadores responderam ao questionário, identificou-se que 12 estavam localizados em municípios de Grande Porte e 1 em uma Metrópole.

### 7.2.2 Caracterização de acordo com a localização segundo as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS)

O estado de São Paulo, recorte utilizado para definição do universo pesquisado, organiza a política de Assistência Social de acordo com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS), que são órgãos descentralizados, com múltiplas atribuições, e que servem de apoio à Coordenadoria de Ação Social (CAS) responsável pela rede de apoio social, da Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (SEDS), do governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2005). Suas atribuições foram definidas pelo Decreto Nº 49.688, de 17 de Junho de 2005, que Reorganiza a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. As Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS) são 26, sendo que dos 13 Centros Pop participantes, identificamos equipamentos em 11 diferentes regionais (SÃO PAULO, 2018a), identificadas no quadro 4 e podendo ser visualizadas na Figura 1.

**Quadro 4** – Centros Pop participantes e a localização do município em que estão inseridos, de acordo com as Diretorias Regionais de Assistência e Desenvolvimento Social (DRADS)

<b>Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>
Campinas	2
Piracicaba	2
Alta Noroeste	1
Alta Sorocabana	1
Araraquara	1
Avaré	1
Grande SP ABC	1
Grande SP Norte	1
Grande SP Oeste	1
Marília	1
Sorocaba	1

Fonte: Autor (2020)



### 7.2.3 Caracterização de acordo com tempo de funcionamento, capacidade e ações desenvolvidas.

O tempo de funcionamento dos Centros Pop participantes da pesquisa variou entre 1 e 2 anos (1 equipamento), entre 3 e 4 anos (7 participantes) ou há mais de 5 anos (5 equipamentos).

Quanto ao número de pessoas atendidas diariamente, 5 equipamentos recebem até 30 pessoas, 6 equipamentos recebem entre 30 e 50 pessoas e 2 equipamentos recebem mais de 50 pessoas por dia. Em relação à equipe dos Centros Pop participantes da pesquisa, o número de profissionais variou entre 5 e 18, contemplando todos os níveis de escolaridades (fundamental, médio ou superior) (Quadro 5).

Sobre a capacidade de atendimento e os recursos humanos, as Orientações Técnicas para os Centros Pop recomendam

como equipe de referência para uma capacidade de acompanhamento no Centro POP a 80 (oitenta) casos (famílias ou indivíduos/mês) a seguinte composição: 01 Coordenador (a); 02 Assistentes Sociais; 02 Psicólogos (as); 01 Técnico de nível superior, preferencialmente com formação em Direito, Pedagogia, Antropologia, Sociologia ou Terapia Ocupacional; 04 Profissionais de nível superior ou médio para a realização do Serviço Especializado em Abordagem Social (quando ofertada pelo Centro POP), e/ou para o desenvolvimento de oficinas socioeducativas, dentre outras atividades; 02 Auxiliares Administrativos (BRSIL, 2011a, p. 53).

Todas as equipes contam com Assistente Social, Psicólogo e Coordenador, mesmo que esta última função seja exercida por profissional contratado para outro cargo. Educadores ou Orientadores Sociais estão presentes em sete dos serviços participantes e terapeutas ocupacionais em quatro deles. Outros profissionais citados foram advogados (2) e educador de rua (1) (Quadro 6). De acordo com as respostas, há profissionais de nível médio em 10 dos Centros Pop pesquisados, incluindo auxiliares administrativos, cuidador social, agente de educação social, extensionistas/estagiários, vigias, cozinheiras e serviços gerais. Os profissionais de nível fundamental que trabalham em 12 dos serviços são auxiliares de serviços gerais, auxiliares de limpeza, cozinheiras, motoristas, faxineiros, auxiliar de manutenção, auxiliares operacionais e auxiliar de monitor. Já os profissionais de segurança pública estão presentes em 5 deles.

**Quadro 5.** Número de profissionais nas equipes dos Centros Pop (somados níveis fundamental, médio e superior).

<b>Participantes</b>	<b>Quantidade de pessoas atendidas por dia</b>	<b>Quantidade de profissionais que compõem a equipe</b>
Centro Pop 1	Até 30	05
Centro Pop 2	de 30 a 50	13
Centro Pop 3	Até 30	06
Centro Pop 4	de 30 a 50	18
Centro Pop 5	Até 30	06
Centro Pop 6	de 30 a 50	08
Centro Pop 7	de 30 a 50	12
Centro Pop 8	de 30 a 50	08
Centro Pop 9	Mais de 50	12
Centro Pop 10	Mais de 50	12
Centro Pop 11	de 30 a 50	13
Centro Pop 12	Até 30	13
Centro Pop 13	Até 30	09

Fonte: Autor (2020)

**Quadro 6** - Composição das equipes, conforme categorias de nível superior:

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Número de citações</b>
Assistente Social	13
Psicólogo	13
Coordenador	13
Educador/Orientador Social/Educador de Rua	08
Terapeuta Ocupacional	04
Advogado	02

Fonte: Autor (2020)

Vale destacar que, de acordo com a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social que determina a estruturação dos Recursos Humanos das equipes do SUAS (NOB-RH), coordenador, psicólogo e assistente social fazem parte da equipe de referência dos equipamentos dessa política, devendo, portanto, ter presença obrigatória na composição das equipes técnicas. No que se refere aos cargos de Terapeuta Ocupacional e Advogado, destaca-se que, assim como outras categorias, foram incluídos, a partir da Resolução nº 17/2011, como profissionais que podem compor essas equipes, mas não são obrigatórios. Já os cargos de orientador social/educador social foram reconhecidos na Resolução Nº 9, de 15 de abril de 2014 (BRASIL, 2014) e, embora na resolução sejam previstos como profissionais de nível fundamental e médio identificou-se que, nos municípios investigados, os profissionais que ocupam esses cargos possuem formação de nível superior.

Se por um lado estes dados nos mostram que os serviços estão contando com profissionais mais qualificados para ocuparem estes postos de trabalho, por outro denunciam a escassez de postos de trabalho para algumas categorias profissionais.

Sobre as ações e serviços oferecidos nos Centros Pop, todos os equipamentos participantes da pesquisa afirmaram realizar acolhimento e triagem, atendimento individualizado e encaminhamento para demais políticas públicas (saúde, educação, habitação, etc.). A maior parte (11) oferece atendimento familiar ou visita familiar,

mesmo número de equipamentos (11) que oferecem oficinas e grupos socioeducativos. A abordagem social também é feita por 11 dos equipamentos participantes da pesquisa. Profissionais de sete equipamentos afirmaram que são realizadas assembleias no local, o que indica a existência de possíveis espaços de construção coletiva e participação dos usuários na proposição e condução das ações dos equipamentos, favorecendo, ainda, a mobilização e participação social (Quadro 7).

De forma geral, identificou-se que todos os equipamentos acessados na pesquisa executam o trabalho de forma coerente com alguns dos eixos norteadores da atenção a ser ofertada no serviço, tais como atendimento especializado, acesso a direitos socioassistenciais, trabalho em rede e mobilização e participação social (BRASIL, 2011a).

**Quadro 7.** Atividades Técnicas realizadas

<b>Atividades técnicas</b>	<b>Número de citações</b>
Acolhimento/Triagem	13
Atendimento Individual	13
Atendimento e/ou Visita Familiar	11
Oficinas/Grupos Socioeducativos	11
Assembleia	07
Abordagem Social	11
Encaminhamento para as demais políticas públicas	13

Fonte: Autor (2020)

“Outras ações” foram citadas por 9 participantes e incluem, de forma geral, inscrição no Cadastro Único para Programas do Governo Federal, auxílio na aquisição de documentação pessoal, oferta de refeições/lanches, espaço para banho, higiene e cuidados pessoais, guarda de pertences/armário privativo, espaço para lavagem de

roupas, doação de roupas, calçados e materiais de higiene, atividades externas, passeios, comemorações de datas festivas, corte de cabelo, ações comunitárias etc.

Destaca-se, aqui, o auxílio, orientações e encaminhamento para retirada de documentação civil como ações favorecedoras do acesso aos demais direitos sociais às pessoas em situação de rua, como o próprio trabalho, e é uma das ações previstas pelo Centro Pop (BRASIL, 2011a). Sabe-se que é comum, devido às condições precárias para guarda dos pertences, que os documentos sejam extraviados, perdidos ou até mesmo roubados, fazendo com que seja frequente a retirada de nova documentação civil a fim de garantir minimamente o exercício da cidadania. Nesse sentido, a disponibilização de maleiros, por exemplo, também pode garantir a guarda de pertences, evitando a perda e/ou roubo dos mesmos.

Sobre a inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais<sup>29</sup>, vale ressaltar que o Centro Pop pode se configurar “um importante canal para a inserção das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, a partir da realização dos encaminhamentos para sua viabilização” (BRASIL, 2011a, p. 67). Ainda em 2011, foi lançado o “Guia de cadastramento de pessoas em situação de rua” (BRASIL, 2011d) com orientações e diretrizes do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) para inclusão dessa população no CadÚnico, ressaltando a importância dessa quantificação na proposição de políticas públicas para a população em situação de rua, inclusive, frente à inexistência de Censos e outras formas de levantamento quantitativo. No trabalho realizado por Natalino (2016), por exemplo, as informações do CadÚnico foram fundamentais para a estimativa da população em situação de rua naquele momento no país.

Por fim, a oferta de alimentação, espaço para guarda de pertences e oportunidade de realização de cuidados pessoais, além de previstas na oferta dos serviços, também se tornam fundamentais como respaldo e suporte para que essas pessoas possam se

---

<sup>29</sup> De acordo com o site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome “O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras. A partir de 2003, o Cadastro Único se tornou o principal instrumento do Estado brasileiro para a seleção e a inclusão de famílias de baixa renda em programas federais, sendo usado obrigatoriamente para a concessão dos benefícios do Programa Bolsa Família (...) entre outros” (BRASIL, 2015b).



organizar na realização de suas atividades cotidianas, dentre elas, o trabalho, (BRASIL, 2011a).

### 7.3 Aspectos relacionados à Inclusão Produtiva

Uma das questões específicas sobre as ações voltadas à inclusão produtiva promovidas e/ou articuladas pelos Centros Pop foi sobre em que momento a equipe técnica aborda esse assunto com os usuários. Enquanto quase metade (06) dos equipamentos realiza essa abordagem durante o primeiro atendimento/acolhida inicial, a grande maioria o faz ao longo da construção dos Planos Individuais de Acompanhamento. Apenas 02 mencionaram tratar desse assunto no processo de desligamento. Um dos participantes informou tratar do assunto “quando o usuário traz essa demanda” (Quadro 8).

**Quadro 8** - Momento em que é realizada a coleta de informações acerca do percurso de trabalho do usuário

<b>Momento em que é realizada a coleta de informações acerca do percurso de trabalho do usuário</b>	<b>Número de citações</b>
Construção do Plano de Acompanhamento	12
Primeiro Atendimento/Acolhida inicial	06
Processo de Desligamento	02
Quando o usuário traz essa demanda	01

Fonte: Autor (2020)

Nesse cenário, a acolhida, no contexto do Centro Pop

[...] constitui importante momento para o atendimento inicial e a escuta qualificada das necessidades e demandas trazidas pelos indivíduos ou famílias no acesso ao Serviço. Tem como objetivo compreender as situações vivenciadas, identificar demandas, conhecer as expectativas dos usuários e iniciar a construção de vínculo para o desenvolvimento do trabalho. Sua realização constitui responsabilidade dos profissionais da equipe também envolvida no acompanhamento especializado (BRASIL, 2011a, p. 80).

Logo, os primeiros atendimentos, pautados na perspectiva da acolhida, podem ser um momento privilegiado para compreender junto ao usuário, suas trajetórias e

histórias ocupacionais, e também como esse aspecto atravessa/interage com a sua situação de rua (se a ele é atribuído causa ou consequência dessa situação, por exemplo), qual o significado e a importância que as pessoas atribuem para essa dimensão da sua vida ou mesmo se a inclusão no trabalho é algo desejado na condução do seu acompanhamento. Por outro lado, o fato de que esse assunto esteja sendo pautado na construção dos Planos de Acompanhamento Individual pela maioria dos equipamentos participantes, pode sinalizar que essa dimensão seja um tema pertinente no âmbito do acompanhamento especializado, que prevê

[...] o desenvolvimento de sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída da situação de rua (BRASIL, 2011a, p. 67).

Além disso,

O desenvolvimento do trabalho social no Serviço pressupõe escuta qualificada da demanda de cada usuário, compreendendo sua trajetória de vida em um determinado contexto familiar, social, histórico, econômico e cultural. A trajetória de vida e a perspectiva do trabalho em rede para a atenção integral e o acesso a direitos, o desenvolvimento de potencialidades, a ressignificação de vivências e a construção de novos projetos de vida visando ao processo de saída das ruas, devem nortear a elaboração do Plano de Acompanhamento Individual e/ou Familiar. A elaboração deste Plano, junto com os usuários, é essencial para guiar a equipe no desenvolvimento do trabalho social no âmbito do Serviço, bem como para delinear, junto aos mesmos, a construção de novas perspectivas de vida (BRASIL, 2011a, p. 78).

Ou seja, cada plano de acompanhamento deve ser realizado de forma individualizada, prevendo atividades individuais e coletivas, e que considerem as demandas e desejos de cada sujeito, na interface das possibilidades que a rede socioassistencial e intersetorial oferecem, pautando-se, no âmbito da Assistência Social nas seguranças de Acolhida, de Convívio ou Vivência Familiar, Comunitária e Social e de Desenvolvimento de Autonomia Individual, Familiar e Social (BRASIL, 2011a). Na perspectiva da construção de novos projetos de vida e de conquista de autonomia, incluir o trabalho nessa discussão parece demonstrar que as equipes têm, ao menos, pautado o assunto junto aos usuários.

No que se refere à forma como o assunto sobre trabalho é abordado, identificou-se que em atendimento individual em 12 dos 13 equipamentos participantes, em atendimento individual específico sobre o tema em 6, em oficinas ou grupos socioeducativos em 7, e em oficinas ou grupos socioeducativos específicos sobre o tema

também em 7. Outras formas citadas foram: encaminhamentos para a rede de serviços (2), ofertas de bolsa de estudo (1), articulação com outros setores de políticas setoriais (1) (Quadro 9).

**Quadro 9** – Como o assunto da inclusão produtiva é abordado com os usuários nos Centro Pop.

Ocasião em que o assunto é abordado com o usuário	Número de citações
Atendimento Individual	12
Oficinas e Grupos Socioeducativos	07
Oficinas e Grupos Socioeducativos Específicos Sobre o tema	07
Atendimento Individual específico sobre o tema	06
Encaminhamentos para a rede de serviços	02
Oferta de bolsas de Estudo	01
Articulação com outras políticas	01

Fonte: Autor (2020)

Entre as diferentes metodologias e técnicas preconizadas como possíveis para o acompanhamento especializado no âmbito do Centro Pop, sejam de caráter individualizado, mas também ações coletivas, podem ser citadas a entrevista individual e/ou familiar, atendimento individual e/ou familiar, orientação e atendimento em grupo, oficinas e atividades coletivas de convívio e socialização, orientação jurídico-social e estudos de caso (BRASIL, 2011a). Os atendimentos individuais, apontados pelos participantes como a principal forma de abordagem do tema da inclusão produtiva, têm por função

[...] proporcionar a escuta qualificada, além de informar, esclarecer e orientar aos usuários. Deve partir da compreensão de cada indivíduo em sua singularidade e contexto de vida – social, histórico, econômico e cultural – e pautar-se por metodologia participativa e postura não diretiva. É importante que (...) favoreçam o fortalecimento da autoestima e a construção de projetos pessoais e sociais que impulsionem o processo de saída das ruas (BRASIL, 2011a, p. 86).

Desse modo, as escutas individualizadas pretendem dar lugar às singularidades e subjetividades de cada usuário, possibilitando ao profissional compreender e trabalhar aspectos a partir de cada história/trajetória de vida. Como vimos, essa é a metodologia fundamental para a abordagem do tema da inclusão produtiva junto aos usuários que frequentam os Centros Pop pesquisados. Ressalta-se o caráter não diretivo que essas ações devem perseguir, com intuito não de direcionar, mas de facilitar ao usuário a compreensão da sua trajetória e das possibilidades de ressignificá-la, preservando sua autonomia. Por outro lado, restringir a uma abordagem apenas individualizada do tema, pode deixar de abarcar a dimensão coletiva/social/conjuntural que determina situações de desemprego e restrições no acesso ao mundo do trabalho.

As ações coletivas têm por função a complementaridade das ações individuais, podendo favorecer

o processo de reflexão, o fortalecimento da identidade individual e coletiva, do protagonismo e da participação social e a construção de novas trajetórias de vida, a partir da ampliação da consciência sobre si mesmo, do outro, da família e do contexto em que vivem (BRASIL, 2011a, p. 87).

Além dos atendimentos grupais, as oficinas voltadas ao convívio e à socialização podem também se configurar em espaços potentes no acompanhamento dessas pessoas, na medida em voltam-se para “promoção de ações que ampliem o universo informacional, cultural e social dos usuários, devendo ser priorizadas no Serviço” (BRASIL, 2011a, p. 89). Se por um lado podem favorecer a integração ao serviço, por favorecer e estimular o convívio, por outro podem auxiliar na abordagem de temas que atravessam as vivências individuais e também coletivas dessas pessoas, possibilitando a troca de experiências, informações, identificação e reconhecimento de habilidades, fortalecimento da autoestima, protagonismo, apoio mútuo etc. (BRASIL, 2011a).

Como não há indicações específicas sobre como deve ser a abordagem de determinado tema, como no caso da inclusão produtiva, a escolha das metodologias/técnicas bem como dos registros das mesmas deve passar pela avaliação

da equipe de referência, a partir de suas experiências e das características do público atendido. Aliar estratégias individuais, pautadas nas singularidades e nas demandas específicas de cada sujeito e metodologias de trabalho grupal ou atividades coletivas parecem ser coerentes com aquilo que se espera para a condução dos acompanhamentos especializados no âmbito do Serviço executado no Centro Pop (BRASIL, 2011a).

#### **7.4 Ações específicas voltadas à inclusão produtiva realizadas pelos Centros Pop**

Esse aspecto baseou-se no Questionário do Censo SUAS, que elenca seis ações como do escopo dos Centros Pop, no que tange à inclusão produtiva, especialmente no que diz respeito ao trabalho/articulação em rede. A seguir, os resultados acerca das respostas a cada uma delas serão apresentados.

##### **7.4.1 Encaminhamento para capacitação profissional ou curso profissionalizante**

É uma ação realizada por 11 dos 13 serviços participantes. Dentre as áreas de capacitação/profissionalização para as quais os usuários são encaminhados, identificou-se o que segue no quadro 10.

Identificou-se um predomínio de cursos ofertados nas áreas de construção civil/pedreiro (e afins) e cozinha (padeiro, pizzaiolo). Outras áreas também foram mencionadas, tais como “montador de painel elétrico”, “vendedor”, “operacionais”, “cursos rápidos”, “Auxiliar de Cozinha”, “Rotisserie”, “Reciclador”, “Agente de gestão de resíduos sólidos”, “Agente de limpeza”, “Auxiliar administrativo”, “Computação”, “Cuidador”, “Desenhista mecânico”, “AutoCad”, sendo mencionada uma vez cada. Apenas um dos participantes mencionou que a oferta pelo Centro Pop é feita “de acordo com a disponibilidade de cursos e manifestação de interesse dos usuários”, mas não esclareceu quais as áreas disponíveis no município.

**Quadro 10** - Áreas de qualificação para as quais os usuários dos Centros Pop são encaminhados para realização de cursos de capacitação.

Área de Qualificação	Número de Citações
Construção Civil/Pedreiro	05
Padaria Artesanal/Panificação/Confeitaria	04
Corte e Costura	03
Pizzaiolo	02
Pintura Residencial	02
Manutenção Predial	02
Estética/Beleza em Geral	02
Encanador	02

Fonte: Autor (2020)

No que se refere aos locais onde esses cursos são ofertados, destacam-se as entidades privadas, especialmente as do Sistema S como o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (mencionadas por 4 participantes), equipamentos e dispositivos relacionados à política pública de Trabalho local, tais como “Casa do Trabalhador”, “Secretaria Municipal de Trabalho e Renda” e “Secretaria de Desenvolvimento Econômico” (3 citações), seguidos por “Fundo Social de Solidariedade” (3 citações), “Centros de Formação/Profissionalizantes Municipais” (3 citações), “entidades do terceiro setor” (sem especificar quais), “Governo do Estado”, “Universidades Locais”, “Secretaria Municipal de Assistência Social/Equipamentos da rede socioassistencial (Centros Comunitários)”, “Centro Paula Souza” e, por fim, “Empresas Parceiras”.

Esse panorama sinalizou que as parcerias parecem fundamentais na oferta dos cursos de qualificação/profissionalizantes. Ressalta-se que não houve menção de que sejam específicos para a população em situação de rua nem de que há consulta prévia

desse grupo para a proposição das mesmas, sugerindo que exista uma adaptação desse público àquilo que é ofertado no município.

#### **7.4.2 Cessão de espaço físico para realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições**

No que se refere à *cessão de seu espaço físico para realização de cursos de capacitação ofertados por outras instituições*, apenas 3 equipamentos articulam essa ação. Embora a oferta de qualificação não deva ser feita pelo próprio Centro Pop ou pela Política de Assistência Social, como vimos, a disponibilização de seu espaço físico para a realização de cursos para o público atendido está prevista dentro da articulação possível por esses equipamentos.

Dentre aqueles que cedem seu espaço e estrutura física, as áreas de capacitação mencionadas foram: “cabeleireiro e maquiador”, “artesanato”, “construção civil”, “montador de painel elétrico” e “estética em geral”. Dois dos três Centros Pop que realizam essa ação afirmaram que ela é específica para o público atendido. Como justificativa para a não realização dessa ação, um participante afirmou que “fazer cursos fora do espaço do Centro Pop é importante para inclusão social” e outro mencionou que “não há espaço no Centro Pop, nem instituições interessadas em ofertar”.

#### **7.4.3 Cadastramento para participação em programas de qualificação profissional**

Quanto ao *cadastramento para participação em programas de qualificação profissional*, nove Centros Pop afirmaram realizar essa ação. Sobre esse aspecto, embora verse sobre qualificação profissional, os participantes responderam que fazem inscrições para “programas de Emprego e renda, concurso público e capacitação para o trabalho”; encaminhamento e preenchimento de fichas de inscrições específicas das instituições de capacitação; encaminhamento para participação nos cursos disponibilizados por entidades parceiras; “encaminhamento ao “Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT)””; “encaminhamento ao programa da frente municipal de trabalho” e “inclusão no programa Time do Emprego”.

Embora o participante não tenha esclarecido sobre as Frentes de Trabalho mencionadas, destaca-se que existe o Programa Emergencial de Auxílio-Desemprego,

criado em 1999, também conhecido como “Frente de Trabalho”, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Governo do Estado de São Paulo<sup>30</sup>, cuja execução

[...] proporciona qualificação profissional e renda para cidadãos que estão desempregados e em situação de alta vulnerabilidade social. Isso é feito por meio de atividades como limpeza, conservação e manutenção de órgãos públicos estaduais e municipais. O público-alvo são os trabalhadores de todo o Estado São Paulo desempregados há no mínimo um ano, maiores de 17 anos e residentes há pelo menos dois anos no Estado. O bolsista da Frente de Trabalho permanece no programa por até nove meses, com jornada de atividades de até seis horas diárias, quatro dias por semana. No quinto dia, ele faz um curso de qualificação profissional ou alfabetização. A participação no programa não representa vínculo empregatício, já que tem caráter assistencial e de formação profissional. Os bolsistas recebem mensalmente bolsa-auxílio de R\$ 210, crédito para a compra de alimentos no valor de R\$ 86 e seguro de acidentes pessoais. Os participantes prestam serviços de interesse local (quatro dias da semana – 6h/dia) e frequentam o curso de qualificação profissional, um dia por semana. São 150 horas de capacitação. (SÃO PAULO, 2018b).

Ou seja, são ações de governo que visam aliar qualificação profissional, prestação de serviços e garantia de renda durante a permanência, muito embora tenham caráter assistencial, não configurando vínculo de trabalho e direitos previdenciários decorrentes do mesmo. Já o Programa “Time do Emprego”, também do Governo do estado de São Paulo, é descrito na página oficial da Secretária do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) como

[...] um programa com o objetivo de orientar e preparar o trabalhador na busca de um emprego compatível com seus interesses, habilidades e qualificação profissional (...). Os participantes formam um “time”, um grupo, para troca de experiências e procura conjunta por emprego ou ocupação. Durante esses encontros, eles recebem orientações sobre elaboração de currículo e preparação para entrevistas de emprego, são incentivados a conhecerem a si mesmos e suas habilidades e competências e estabelecem metas de trabalho e de vida – para que tenham sucesso na busca por uma colocação no mercado de trabalho (SÃO PAULO, 2018c).

Trata-se, portanto, de oferta que garante acesso às informações sobre o mundo do trabalho e estratégias de comportamento a serem adotadas para aumento das chances de acesso a uma vaga de trabalho formal. Pelas respostas, sugere-se que pode ter havido confusão na distinção dessa questão, que se refere ao “*cadastramento para participação em programas de qualificação profissional*” e da primeira que trata do “*encaminhar para cursos de capacitação/curso profissionalizante*”. Enquanto a

---

<sup>30</sup> De acordo com o sítio eletrônico do Governo do Estado de São Paulo, 27 municípios de todo o Estado contam com esse programa. Disponível em: <http://www.saopaulo.sp.gov.br/ultimas-noticias/frente-de-trabalho-proporciona-qualificacao-profissional-e-renda-em-sp/>. Acesso em: 05 Out. 2019.



primeira pressupõe a realização (cadastramento) da ação dentro do próprio Centro Pop, garantindo talvez maior probabilidade de inserção ou acesso pelo usuário, a segunda prevê que o usuário seja encaminhado para ações (inscrições e execução) fora da unidade, o que prevê menor controle sobre esse encaminhamento e o direcionamento dado por outras políticas a essa demanda.

#### 7.4.4 Encaminhamento para programas de geração de renda e trabalho

No que tange ao *“Encaminhamento para programas de geração de renda e trabalho”*, a maioria dos coordenadores dos Centros Pop (11 de 12, pois 01 participante não respondeu a questão) respondeu que o equipamento do qual fazem parte executa essa ação.

Destaca-se que os participantes elencaram parcerias com cooperativas, preenchimento de fichas cadastrais, encaminhamento para vagas de trabalho no Posto de Atendimento ao Trabalhador local, encaminhamento para o Bolsa Família, para cursos de capacitação assim como “oferta de oportunidades PAT, Fundo Social e Programas do Estado”. Outro participante ressaltou que o município onde está inserido o Centro Pop em que trabalha *“iniciou em 2017, o programa chamado emprego cidadão, que busca em empresas parceiras a oportunidade de empregar pessoas em situação de rua que estejam referenciadas e em acompanhamento no centro pop”*; *“Programa Reciclar Solidário”* e *“contato com as empresas”*. Dentre os participantes que responderam, apenas dois afirmaram que as ações para as quais encaminham são específicas para população em situação de rua.

Os programas de geração de trabalho e renda, de modo geral, compreendem

[...] a criação de novas e pequenas unidades produtivas ou a expansão das já existentes. Significa estimular ou permitir que as pessoas iniciem negócios próprios dirigidos ao mercado de forma cooperada, associada ou individualmente. Significa também a geração de atividade econômica, por meio de pequenos negócios individuais ou em associação/cooperação (BRASIL, 2008c, p. 23).

Desse modo, a partir das respostas obtidas, a geração de trabalho e renda parece ser confundida com outras ações para acesso ao mercado de trabalho, como cursos de capacitação profissional, ou mesmo com garantia de acesso à renda através de programas de transferência de renda. Ressalta-se que apenas uma resposta mencionou

aquilo que parece ser, de fato, programa de geração de trabalho e renda, possivelmente via trabalho cooperativo de reciclagem (“Reciclar Solidário”).

#### **7.4.5 Assessoramento para formação de cooperativas ou associações (unidades produtivas).**

Apenas dois Centros Pop afirmaram realizar ações nessa perspectiva. Um deles afirma que há fomento de cooperativas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda de seu município, abertas para o público em geral e para as quais há “convite/captação” da população em situação de rua, a fim de que possam compor essas cooperativas (especialmente nas áreas de alimentação e guardadores de carros), que não são específicas para esse público. Entretanto, o papel do Centro Pop parece estar mais relacionado à mediação do acesso dos usuários a esse programa, do que no assessoramento para formação de cooperativas para a população em situação de rua.

Outro participante, por sua vez, afirmou que seu município tem iniciado articulações para implantação de “cooperativas de catadores de material reciclável” assim como “manutenção de jardins” afirmando que essas ações terão foco específico na população em situação de rua. Embora haja a intenção de que esses dispositivos sejam específicos para a população em situação de rua, identificou-se que ainda não havia participação ativa do Centro Pop nesse assessoramento.

#### **7.4.6 Disponibilização de informações atualizadas sobre vagas no mercado de trabalho.**

A maioria dos participantes (11 de 12, pois 01 participante não respondeu a questão) relatou que os Centros Pop executam essa ação. Relatam que, de forma geral, as informações são obtidas através de anúncios em redes sociais (“Facebook”) ou de pesquisa na rede mundial de computadores, nas páginas oficiais da Prefeitura Municipal, através de articulação com os setores responsáveis para informação quanto às vagas e critérios para seleção e, essencialmente, por meio da parceria com os Postos de Atendimento ao Trabalhador (PAT) e/ou Balcão de Empregos municipais, sendo que alguns desses órgãos fazem envios diários das vagas disponíveis.

## No estado de São Paulo, os Postos de Atendimento ao Trabalhador

[...] são uma rede de atendimento do Governo de São Paulo, coordenada pela Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho (SERT), que concentra serviços gratuitos à população em todas as regiões do Estado” (...) “Os PATs têm por objetivo a busca de alternativas para a inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho, propiciando informações e orientações ao trabalhador na procura por emprego e, aos empregadores, na busca de recursos humanos, promovendo o encontro de ambos de maneira ágil, minimizando o custo social causado pelo desemprego. Concentram os serviços prestados pela Secretaria, sendo centros de referência das políticas públicas de geração de emprego e renda. Nos PATs são oferecidos os serviços de Intermediação de Mão de Obra, Habilitação ao Seguro-Desemprego e Emissão de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS. Nesses locais, as pessoas também podem se inscrever no Programa Estadual de Qualificação Profissional (PEQ) e no Programa de Apoio à Pessoa com Deficiência (PADEF) – também gerenciados pela SERT. (SÃO PAULO, 2018d).

Geralmente, as vagas são divulgadas diretamente aos usuários em atendimento individualizado; aos usuários cujo perfil corresponde a alguma vaga (pressupondo que haja uma análise prévia e um conhecimento de cada usuário que deseja se inserir); por meio de informes verbais nos grupos, rodas de conversa e atividades de convivência mas, de forma predominante, são impressas e afixadas em painéis de fácil acesso aos usuários do Centro Pop, sendo que alguns equipamentos relataram atualização diária das mesmas.

Em síntese, diante das informações mapeadas, identificou-se que a dimensão da inclusão produtiva permeia o percurso dos usuários nos Centros Pop desde a sua chegada, em que a acolhida vai levantar informações fundamentais sobre as trajetórias e histórias capazes de estruturar os Planos de Acompanhamento Individualizados, que determinam, a partir de uma construção que deve ser conjunta do usuário e a equipe de referência, as ações necessárias de acordo com suas aspirações e autonomia, mas com vistas ao “desenvolvimento de suas sociabilidades, resgate, fortalecimento ou construção de novos vínculos interpessoais e/ou familiares, tendo em vista a construção de novos projetos e trajetórias de vida, que viabilizem o processo gradativo de saída de rua” (BRASIL, 2011a, p. 67).

Assim, o tema da inclusão produtiva também se estrutura na trajetória dos usuários nesses equipamentos que incluem, no seu acompanhamento especializado com esse segmento, a dimensão do trabalho como um elemento que compõe a oferta de ações e seguranças socioassistenciais para aquisição de novas habilidades, participação e autonomia, contemplando a superação da situação de rua.

Essa dimensão da inclusão produtiva é abordada essencialmente de maneira individualizada com as pessoas em situação de rua acompanhadas pelos Centros Pop participantes, embora, de maneira geral, os equipamentos disponham de estratégias coletivas para tratar do assunto. Se por um lado, as metodologias individuais podem favorecer a avaliação das especificidades e singularidades de cada sujeito diante desse contexto, as estratégias coletivas favorecem a reflexão e compreensão desse tema como um desfecho coletivo, compartilhado por seus pares, em que a troca de experiências pode ampliar sua crítica enquanto sujeito coletivo, atravessado por elementos macroestruturais que determinam desfechos de vulnerabilidade social, por exemplo.

Ou seja, independente das metodologias/técnicas utilizadas, é preciso que aja um trabalho a partir de perspectivas não individualizantes, rompendo com a responsabilização unicamente do sujeito por sua inclusão no trabalho.

As ações que visam a inclusão produtiva parecem centrar-se nos encaminhamentos e cadastros para capacitação e qualificação profissional, o que talvez responda a uma demanda de profissionalização desses sujeitos assim como o aprendizado de novos ofícios, mas reitera a perspectiva de responsabilização individual dos mesmos para acesso ao mundo do trabalho uma vez que, capacitados, supostamente estarão aptos para incluírem-se na área aprendida. Sabe-se, porém, que os cursos de formação profissional, quase sempre, não resultam em vagas concretas de emprego.

Como dito anteriormente, não foi mencionado se esses cursos são específicos para a população em situação de rua nem se há consulta prévia desse grupo para a proposição dos mesmos. Isso sugere uma possível adaptação desse público àquilo que é ofertado no município, supostamente desconsiderando os perfis profissionais/trajetórias ocupacionais para o melhor desenho de ações e políticas para cada tipo de profissional/trabalhador que se encontra na rua, num descompasso entre as ações ofertadas e as demandas por trabalho, as habilidades, experiências etc.

A disponibilização de informações acerca de vagas disponíveis no mercado de trabalho local no e pelos Centros Pop também parece se constituir importante estratégia para garantia do acesso à informações que, de outra forma, talvez não fossem acessadas pelas pessoas em situação de rua.

Os programas de geração de renda, pelo fato das diferentes respostas dadas pelos participantes e a sua falta de correspondência com o escopo daquilo que se

entende, de fato, por geração de trabalho e renda, levanta-nos a hipótese de que talvez esses programas sejam incipientes nos locais onde esses Centros Pop executam suas ações, ou não garantem interface com esse equipamento.

A escassez de respostas referentes à assessoria para formação de cooperativas pode indicar que, apesar do caráter coletivo desse tipo de ação, elas ainda são pouco fomentadas, ou talvez esse fomento não aconteça na proporção suficiente para atingir grupos excluídos do mercado de trabalho e das formas mais valorizadas de emprego, como a população em situação de rua.

No que tange aos cursos de qualificação profissional e disponibilização de informações sobre vagas de emprego, entende-se que os mesmos devem estar integrados à programas e ações que promovam possibilidades mais concretas de acesso ao emprego/trabalho, numa chave de corresponsabilização das pessoas, mas, essencialmente, de estratégias institucionais e governamentais de facilitação e materialização da inclusão produtiva para esse segmento da população.

De modo geral, mediante a complexidade que se coloca na inclusão produtiva dessas pessoas, nenhuma estratégia isolada, atuando sozinha, será suficiente ou mesmo eficaz frente às tantas exigências e à configuração que se impõem no cenário do trabalho contemporâneo.

Ressalta-se que as ações desenvolvidas localizam-se em modalidades de políticas de emprego do tipo ativas, que “englobam uma série de ações que tendem a elevar o nível de emprego, geralmente atuando sobre o contingente de trabalhadores”. (RAMOS, 2003, p. 18), comumente materializadas em ações de formação profissional (a mais popular), intermediação de mão-de-obra, apoio a micro e pequenos empreendimentos, subsídios para contratação de uma determinada população-alvo, criação direta de empregos em setores públicos, dentre outras.<sup>31,32</sup>

---

<sup>31</sup> Já as políticas de emprego passivas “englobam aquelas ações que tendem a tornar mais “tolerável” a condição de desempregado (mediante uma transferência monetária a todo trabalhador desempregado, por exemplo) ou a reduzir a oferta de trabalho (mediante a aposentadoria precoce, dentre outras)” (RAMOS, 2003, p. 14).

<sup>32</sup> Uma análise mais aprofundada do histórico, evolução e desafios das Políticas de Geração de Emprego e Renda é feita por Ramos (2003). Informações sobre a política pública atual também podem ser obtidas no Portal Oficial do Ministério da Economia, no Portal da Secretaria de Trabalho, especialmente no sítio eletrônico do Sistema Nacional de Emprego (SINE), disponível em <https://portalfat.mte.gov.br/programas-e-acoas-2/sistema-nacional-de-emprego-sine/> Acesso em 27 Dez. 2019. Sobre a especificidade da qualificação profissional como estratégia de política de emprego, ver mais em Alves e Vieira (1997) e Santos (2013).

O caráter quase que exclusivo de ações de formação e qualificação profissional se justifica, de certa forma, naquilo que Ramos (2003, p. 21) coloca como um viés de empregabilidade<sup>33</sup>, ou seja, de que haveria oferta de vagas de emprego que não são ocupadas pela inadequação do perfil das pessoas desempregadas, que não cumpririam as exigências necessárias para ocupá-las. Entretanto, segundo o autor, esse tipo de política foi implementada no Brasil de forma mimética, por conta de sua implementação em outros países/contextos, prescindindo de um diagnóstico que justificasse sua adequação à realidade brasileira e desconsiderando sua pouca efetividade, mesmo nos locais onde foram materializadas inicialmente. E sem levar em conta o viés de crescimento, em que não basta ter pessoas qualificadas, se não houver vagas e geração de trabalho e emprego, devendo, portanto, haver foco nas “políticas macroeconômicas de desenvolvimento implementadas por cada país, as quais são determinantes para a geração ou diminuição de postos de trabalho” (SANTOS, 2013, p. 161).

Já Frigotto (2013, p. 96) vai mais além, afirmando que noções como inclusão e empregabilidade são promessas ilusórias no capitalismo pois “apenas obscurece a radicalização da violência de classe e a regressão social”.

Um olhar histórico sobre o contexto em que os processos educativos e de qualificação profissional são inseridos, numa relação linear com o desenvolvimento econômico e social e com a inserção no mercado de trabalho e, mais recentemente, com as políticas de “inclusão” e “formação de competências para a empregabilidade”, nos revela as formas mediante as quais o pensamento dominante representa o caminho do enfrentamento das crises cíclicas e cada vez mais profundas do sistema capitalista (FRIGOTTO, 2013, p.96).

Assim, para o autor, estratégias que pretendem a inclusão no mercado de trabalho e geração de renda têm se constituído numa “promessa precária que ataca as consequências, e não as causas, o que pouco altera as perspectivas de futuro dos grupos para os quais se destinam” (FRIGOTTO, 2013, p. 100), retroalimentando uma concepção perversa de que os sujeitos não obtiveram sucesso por incompetência ou falta

---

<sup>33</sup> De acordo com Balassiano, Seabra e Lemos (2005, pp. 35-36) “A empregabilidade vem sendo diretamente associada à questão da qualificação profissional, sendo esta representada por um conjunto de atributos que incluem aspectos relativos à educação formal, à capacidade de aprender permanentemente, de empreender, além de um conjunto de atitudes como iniciativa, autonomia e versatilidade. Esses atributos garantiriam aos trabalhadores a decantada empregabilidade, isto é, a capacidade de permanecer no mercado de trabalho”. Os autores também comentam ou, mesmo, de vir a reempregar-se (...) em caso de perda do emprego”.

de esforço, desconsiderando condicionantes estruturais que limitam as possibilidades de se inserir (FRIGOTTO, 2001).

Dessa forma, para Ramos (2003), é preciso alinhar diagnóstico, formas adequadas de instrumentalizar as políticas de emprego e adoção de estratégias adequadas para intervir sobre o problema. Além disso, a implementação das políticas de emprego requer um caráter descentralizado, baseado em diagnósticos locais/regionais para que de fato respondam às necessidades dos trabalhadores e da realidade do trabalho em determinado contexto (RAMOS, 2003) e que, segundo Frigotto e Ciavatta (2006, p. 68) possam estar contextualizados “com uma política de desenvolvimento, geradora de trabalho, emprego e renda, e de políticas sociais que sinalizem a melhoria de vida da população e a mudança de rumo na falta de perspectiva para os jovens e adultos desempregados”, e, de certa forma, segundo os autores, mirando “projetos do ser humano emancipado para o exercício de uma humanidade solidária e a construção de projetos sociais alternativos”.

Assim, vamos construindo perspectivas de que é preciso que as ações junto à população em situação de rua, e outras em situação de igual precariedade e vulnerabilidade social, possam ir além do olhar sobre a empregabilidade e a inclusão dos sujeitos, em um viés individualizante, mas que se baseiem em estratégias coletivas e alternativas que de fato possam concretizar lugares de inserção no mundo do trabalho para esses sujeitos, discussão que aprofundaremos adiante.

Entretanto, vemos que as respostas institucionais e as políticas de emprego e geração de renda, aqui voltadas à população em situação de rua, mas não restritas a ela, parecem buscar a inclusão no mercado de trabalho formal e não, de forma mais ampliada, no mundo do trabalho. Ou seja, ações que, de certa forma, mais do que responder aos interesses dos trabalhadores, respondem às formas hegemônicas de se pensar o trabalho, a educação profissional e aos interesses do mercado, (FRIGOTTO, 1983; 2009; 2013) carregando consigo uma ideia essencialmente de trabalho capitalista. Não do trabalho como direito, como uma das dimensões que compõem a vida, mas o trabalho que visa a mão de obra em potencial e que não pode escolher onde quer estar.

Ou seja,

A questão que está em jogo não é a valorização do trabalho ou do trabalhador, mas a preservação e a formação de uma força de trabalho adaptada aos interesses de produção (FRIGOTTO, 1983, p. 40).

Por outro lado, entende-se que, de certa forma, os Centros Pop estão alinhados àquilo que propõe o escopo da assistência social na integração ao mundo do trabalho e dos programas que têm se destinado a isso, ou seja, desempenhando um papel de mediação e busca por articulações com os atores ligados diretamente às ações de trabalho para garantia dessas ofertas aos seus usuários (BRASIL, 2011a; 2011c; 2017).

E já que seu papel está circunscrito às mediações e articulações, trata também de tensionar as políticas locais voltadas à geração de trabalho e renda a pensar as especificidades, demandas e trajetórias de populações em situação de tão grande vulnerabilidade no recorte de suas políticas e ações, como a população em situação de rua.

## 7.5 Análise Temática

A seguir serão apresentados os resultados oriundos da análise temática realizada com os questionários aplicados aos coordenadores dos Centros Pop fundamentada, sobretudo, na obra de Boaventura de Sousa Santos. Os temas que emergiram da análise temática foram agregados nas seguintes categorias:

1. O significado de inclusão produtiva da população em situação de rua;
2. Ações estratégicas para o acesso da população em situação de rua à inclusão produtiva;
3. Critérios e atributos considerados na população em situação de rua para participação em ações de inclusão produtiva;
4. Dificuldades e desafios para a inclusão produtiva da população em situação de rua.



### 7.5.1 O significado de inclusão produtiva da população em situação de rua

Acontece o Fala Rua. O evento tem a intenção de marcar o primeiro ano de funcionamento do Consultório na Rua em São Carlos. Na abertura, falam representantes da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e do Fórum da População em Situação de Rua, representado pelo usuário C., também do Centro Pop. C, na sua fala, dá destaque para a ajuda que as pessoas em situação de rua precisam para arrumar emprego, ressaltando que ninguém cai na rua ou permanece porque quer. Atribui, portanto, ao trabalho, importante aspecto para saída da rua [...]

Diário de Campo - Julho/2018

Identificamos que os participantes atribuem diferentes significados àquilo que compreendem como “inclusão produtiva” das pessoas em situação de rua. Um entendimento comum, porém, é de que o acesso ao trabalho possibilita autonomia e emancipação, que estariam diretamente relacionadas à superação da situação de rua, reiterando uma perspectiva que associa o desemprego a um dos fatores que favorecem a ida e a permanência nas ruas.

Destacou-se, também, no relato dos participantes, o significado atribuído à inclusão produtiva como ações que promovam pertencimento na sociedade, entendendo que o trabalho seria uma condição fundamental de inclusão na sociedade contemporânea. Ressalta-se, ainda, a inclusão produtiva como tudo aquilo que permite acesso ao mercado de trabalho formal ou informal e também à geração de renda, ou seja, algum acesso ao mundo do trabalho.

Os participantes apontam que a inclusão produtiva da população em situação de rua é aquilo que garante autonomia, emancipação e acesso aos demais direitos/cidadania, elementos fundamentais à retomada dos projetos de vida e a própria superação da situação de rua. Os relatos a seguir ilustram este resultado.

*O principal objetivo para a demanda da pessoa em situação de rua é trabalho no processo de saída das ruas, o que para isso necessitamos trabalhar a autonomia e emancipação do indivíduo no seu processo de inclusão social, onde a inclusão produtiva ao mercado de trabalho vem de encontro para tal objetivos e metas. (Estudo 1/P2)*

*Entendemos que a inclusão produtiva realizada através de ações e programas, deve vir de encontro com a questão da possibilidade de emancipação do usuário do serviço da política de assistência social, a fim de poder construir junto com o sujeito de direitos a possibilidade de sua inclusão no mercado de trabalho formal. (Estudo 1/P4)*

*[a inclusão produtiva] Fundamental para a superação da situação de rua. (Estudo 1/P5)*

*Garante-se a autonomia do usuário, valoriza seu potencial laboral e resgata a autoestima. (Estudo 1/P9)*

*Acreditamos que a inclusão produtiva seria um processo de preparação que leva à formação de cidadãos, a serem inseridos ao mundo pelo trabalho com a perspectiva de proporcionar autonomia para vida autossustentável. (Estudo 1/P13)*

Outro significado associado à inclusão produtiva das pessoas em situação de rua no relato dos participantes foi a ideia de trabalho como uma forma de pertencimento à sociedade, de acordo com os trechos que seguem

*A inclusão produtiva no mercado de trabalho vem de encontro para resgatar na pessoa em situação de rua seu pertencimento a sociedade já que infelizmente, ou não, vivemos em uma sociedade de extremo capitalismo onde só faz parte da sociedade o indivíduo que produz a "mais valia." (Estudo 1/P2)*

*Entendemos que para o trabalho na emancipação e autonomia da pessoa em situação de rua o processo de mais sucesso é a inclusão produtiva, pois o usuário passa a se sentir pertencente de fato a sociedade e comunidade onde se localiza. (Estudo 1/P2)*

*Entretanto, as pactuações realizadas são com vistas a priorizar a população mais vulnerável, socioeconomicamente, mas também resgatar os valores de pertencimento e de potencial laboral. (Estudo 1/P9)*

*A inclusão de pessoas em situação de rua na sociedade é um dos objetivos do Centro Pop, fornecer um local de capacitação profissional junto a população, abrange o objetivo de torna-los pertencentes a esta sociedade e de capacitação para uma possível reinserção profissional. (Estudo 1/P11)*

Por fim, em relação à ideia de inclusão no mercado de trabalho, seja ele formal ou informal, em que haja a oportunidade de geração de renda, os relatos que seguem ilustram este significado atribuído pelos participantes à inclusão produtiva da população em situação de rua.

*Ações que visam a inclusão dos usuários no mercado de trabalho (formal ou informal).(Estudo 1/P3)*

*Capacitar, orientar e viabilizar a entrada no mercado de trabalho formal e informal (artesanato). (Estudo 1/P4)*

*Meio de proporcionar o acesso da população ao mundo do trabalho formal, através de geração de renda e oferta de qualificação profissional. (Estudo 1/P5)*

*Incluir estas pessoas que estão em situação de rua em cursos ou trabalhos que possam gerar renda. (Estudo 1/P6)*

*Ações que insiram em atividade que possibilite retorno econômico. (Estudo 1/P7)*

*Oportunizar geração de renda. (Estudo 1/P8)*

*Toda e qualquer atividade que propicie a mobilização gradativa da população em situação de rua, resultando em produto comerciável e passível a venda (com fins a obter recursos financeiros), seja com vínculo trabalhista formal ou informal. (Estudo 1/P9)*

Sobre o significado atribuído à inclusão produtiva como algo que possibilita autonomia e emancipação, elementos que estariam diretamente relacionados à superação da situação de rua, os resultados corroboram os encontrados em outros estudos, ou seja, é reiterada a associação entre desemprego e situação de rua, bem como do trabalho para a superação da mesma (O'GRADY; BRIGHT; COHEN, 1998; MAKIWANE; TAMASANE; SCHNEIDER, 2010; SHIER; JONES; GRAHAM, 2012; BURKE et al., 2013).

Para Shaheen e Rio (2007), o acesso ao emprego é um dos maiores desafios, mas também uma das ações mais significativas na construção de possibilidades para superação da situação de rua. Entretanto, destacam que a possibilidade de desenvolvimento de maior autonomia não estaria associada apenas ao trabalho, ressaltando a importância da oferta de ações em outras dimensões da vida, seja em saúde, saúde mental, bem como a garantia de moradia/acolhimento. Ou seja, o trabalho pode produzir importantes acessos e garantias a pessoas em situações extremas de vulnerabilidade social, mas não é variável que atua sozinha na superação dessa situação, que demanda respostas institucionais mais complexas e articuladas.

Para os mesmos autores, a dimensão do trabalho é considerada uma das prioridades no acompanhamento dessas pessoas, especialmente para aquelas que estão na rua há menos tempo. Esse último aspecto é corroborado por Snow e Anderson (1998), a partir da constatação dos diferentes tempos da vida na rua, em que aqueles que estão há menos tempo nessa situação mantêm maior desejo/mobilização para o trabalho e o emprego formal. Para os autores, conforme o tempo de vida na rua aumenta, o entusiasmo e o otimismo parecem diminuir, bem como a procura por trabalhos fixos; dessa forma, o trabalho remunerado é muito buscado e utilizado por recém-chegados à rua, diminuindo o interesse por esse tipo de trabalho quanto maior o tempo na rua, o que pode implicar que “a experiência com o mundo do trabalho remunerado leva a uma confiança decrescente nele como uma estratégia de sobrevivência” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 218).

Essa perspectiva acerca do tempo de vida na rua parece sinalizar um processo em que, conforme a exclusão e os processos de violação de direitos e invisibilidade se acirram, as referências e os vínculos que ainda os relacionam à vida antes da rua vão se tornando cada vez mais rarefeitas, fazendo cada vez menos sentido, tornando esse lugar no Sul abissal cada vez mais sedimentado. Por outro lado, esse movimento pode nos dar pistas de que, na medida em que se distanciam cada vez mais dessas referências, esses vazios talvez sejam ocupados por outros sentidos, outras práticas, de sobrevivência e resistência, diante desse lugar de exclusão – uma forma de garantir alguma existência num lugar de total “não-existência” para o outro lado da linha, onde a copresença se torna impossível. Ou seja, para sobreviver, precisam criar novas referências nesse lugar de exclusão e, no caso do trabalho, por exemplo, materializam-se nas virações, nos bicos ou mesmo no não trabalho.

Na medida em que o trabalho é associado à autonomia e emancipação pelos participantes, essa compreensão também se aproxima daquela que os autores brasileiros Prates, Prates e Machado (2011, p. 203), identificaram em diferentes estudos acerca da inclusão produtiva junto às pessoas em situação de rua, em que a mesma seria associada à diferentes aspectos benéficos à vida por esses sujeitos, como ganhos em saúde, acesso ao lazer, melhor qualidade de vida e ainda “à possibilidade de novas perspectivas de vida, melhora da autoimagem, possibilidade de inserção e pertencimento”.

Na contramão da emancipação e da autonomia, a literatura aponta que o desemprego representaria não só a perda de papéis sociais, ocupacionais, mas acima de tudo, dos direitos sociais, uma vez que historicamente, o trabalho esteve atrelado à cidadania que, de forma regulada, garantia direitos a quem estava incluído no mercado de trabalho formal, especialmente no Brasil. Em produções específicas sobre a população em situação de rua atribuem ao trabalho características que possibilitariam não apenas a transformação de si, como também da sociedade e das relações sociais, representando muito além da obtenção de recursos materiais, permitindo a aquisição de autonomia, reconquista de identidade, elevação da autoestima, melhora no acesso à saúde e na qualidade de vida, assim como mudanças significativas na satisfação com a vida de quem vive na rua (BORIN, 2004; COSTA, 2005; MUNOZ; REICHENBACH; HANSEN, 2005; ESCOREL, 2003; MEDEIROS, 2010; FERGUSON, 2012; PRATES; PRATES; MACHADO, 2011; SHIER; JONES; GRAHAM, 2012).

Segundo Nardi (2002, p. 32), a visão do trabalho como única possibilidade de emancipação do homem surge no século XIX, que trouxe consigo a consolidação da ideologia do trabalho,

para além da riqueza, tornou-se o meio da criação individual e coletiva [...] associado à humanização e à civilização do mundo, transformando-se no instrumento capaz de tornar possível a realização plena do potencial humano - mesmo que, no plano real, as condições de trabalho dos operários não permitissem essa realização do potencial humano - no plano das possibilidades, a construção das utopias era centrada no trabalho, na produção.

Se naquele momento essa ideologia se fez necessária ao desenvolvimento do capitalismo e se na modernidade capitalista o trabalho foi considerado a via de acesso à cidadania,

quer pela extensão aos trabalhadores dos direitos cívicos e políticos, quer pela conquista de direitos novos específicos ou tendencialmente específicos do colectivo de trabalhadores, como o direito do trabalho e os direitos económicos e sociais. A erosão crescente desses direitos, combinada com o aumento do desemprego estrutural, conduz à passagem dos trabalhadores de um estatuto de cidadania para um estatuto de lumpen-cidadania. Para a grande maioria destes trabalhadores, trata-se de uma passagem sem regresso, do contratualismo para o pós-contratualismo (SANTOS, 2010, p. 330).

Ou seja, a partir de suas transformações mais recentes, o trabalho deixando, de forma progressiva, de se configurar como possibilidade de acesso à cidadania e a sua falta, que passa a ser estrutural e definitiva, passa a determinar lugares de não-cidadania e de exclusão, limitando as perspectivas futuras e as possibilidades de construção de projetos de vida atrelados a ele. A vida, então, passa a ser forjada na precariedade, na ansiedade e na instabilidade bem como no fato de que muitos sujeitos nem sequer serão candidatos à essa cidadania (SANTOS, 2010). Logo, apoiada no referencial teórico que fundamenta esta tese, essa perspectiva dos participantes do Estudo 1 não viria mais se sustentando na realidade, seja para aqueles que buscam se reinserir no mercado de trabalho, seja para aqueles que nunca adentraram no mesmo, pois

[...] o trabalho deixa cada vez mais de sustentar a cidadania e, vice-versa, esta deixa cada vez mais de sustentar o trabalho. Ao perder o seu estatuto político de produto e produtor de cidadania, o trabalho reduz-se à penosidade da existência, quer quando existe, quer quando falta. É por isso que o trabalho, apesar de dominar cada vez mais a vida das pessoas, está a desaparecer das referências éticas que sustentam a autonomia e auto-estima dos sujeitos. (SANTOS, 2010, p. 331).

O trabalho deixa de ser, portanto, referência para acesso aos direitos e para a inclusão social, aumentando vertiginosamente a pobreza e a exclusão daqueles que estão

à margem daquilo que é (ou foi) a sociedade moderna, do contrato social, cuja racionalidade parece estar cada vez mais limitada na oferta de alternativas e possibilidades para superação dessa situação. O trabalho deixa de ser referência que sustenta a autonomia, a auto-estima e a emancipação dos sujeitos, na medida em que os coloca em lugares de exclusão e invisibilidade, quase sempre sem perspectivas de que isso possa ser superado pela via do próprio trabalho.

Além disso, embora exista uma construção histórica (hegemônica) que atribui valor social ao trabalho e aos trabalhadores, na maioria das vezes, o estatuto de trabalhador é reiteradamente negado a que sobrevive na/da rua. E pior, a questão do trabalho está vinculada ao imaginário social que permeia esses indivíduos, marcado por discriminação e estigmas (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011, p. 204), que vão do vagabundo ao preguiçoso, concepções que, por vezes, são partilhadas e introjetadas pelas próprias pessoas em situação de rua (LUSSI; RICCI; PINHO, 2017) que assumem essa responsabilidade para si, entendendo que a culpa pelo fracasso e pela impossibilidade de transposição da linha abissal pela via do trabalho é unicamente individual, desconsiderando os limites da conjuntura e da exclusão social que se constrói não só sobre o trabalho, mas também sobre inúmeros fatores, como ausência de moradia, falta de acesso às políticas sociais, desigualdade social etc..

Isso suscita, ainda, um debate da perspectiva do próprio trabalho como “direito” da população em situação de rua, reiterada na visão da PNPR, que estabelece, em seu artigo 7º “I - assegurar acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e programas que integram as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda” e, mais especificamente, “XVI- disponibilizar programas de qualificação profissional para as pessoas em situação de rua, com o objetivo de propiciar o seu acesso ao mercado de trabalho” como objetivos dessa Política, sugerindo respostas institucionais no âmbito da inclusão produtiva como forma de superação do desemprego e da própria situação de rua, de garantia de cidadania e acesso aos direitos por essa população (BRASIL, 2008a; 2009a).

Contextualiza-se, porém, que prescindimos da discussão da relevância desse status do trabalho como direito, mas é relevante problematizar os limites desse acesso, pois se por um lado o trabalho é entendido como estratégia fundamental para o exercício de direitos, de visibilidade e componente da emancipação social, o trabalho possível na

sociedade moderna já não garante esses elementos, pois em seus limites, intensifica lugares de exclusão. Quando alcançam algum acesso nesse mundo, esses sujeitos acabam por apenas transitar entre lugares no próprio Sul, jamais saindo dele ou vislumbrando possibilidades concretas de ultrapassar a linha abissal, permanecendo invisíveis, invisibilizados e excluídos.

Com essa reflexão, evidentemente, não desconsideramos a importância do trabalho no processo de retomada e sustentação de alguma autonomia e emancipação, inclusive, na superação da situação de rua, até mesmo por que a literatura que aborda o tema vem apontando para esse caminho. Entretanto, temos visto que ter trabalho para a população em situação de rua, não significa, necessariamente, a conquista da autonomia e de emancipação. Ou seja, a inclusão produtiva não é passaporte direto para que se transponha a linha abissal, afinal, os trabalhos possíveis/permitidos ao alcance desses sujeitos, quando existem, normalmente são precários.

É preciso, então, admitir que a ideia do trabalho associado à superação e à saída da rua parte de também de uma referência associada à emancipação, à inclusão e à mudança nos projetos de vida – potencial que foi sendo perdido pelo trabalho nas últimas décadas, uma vez que também parte de um pressuposto de que há empregos em ampla disponibilidade e que só basta articular ações e políticas públicas para que ele aconteça. O cenário atual é preocupante e se agrava cada vez mais e é preciso cautela na sua compreensão para não cairmos na chave de responsabilização e culpabilização da pobreza, não só para a população em situação de rua como também para outros grupos sociais que vivenciam situações de extrema precariedade e vulnerabilidade social.

Sobre a superação da situação de rua, a literatura em geral corrobora o trabalho como elemento central na constituição de trajetórias que rompam com a exclusão e promovam superação da “saída” da rua (MATTOS, 2006), destacando-se como condição objetiva mais relacionada a esse processo, atrelada à possibilidades contínuas e a suportes concretos, que favoreçam inserções que não sejam somente provisórias (MEDEIROS, 2010). Condiciona-se ao mesmo a possibilidade de reconstrução dos projetos de vida, do convívio familiar e da retomada da escolarização, por exemplo (MARCOLINO, 2012).

Porém, como afirma Marcolino (2012, p. 12) “nem sempre a saída da rua tem o significado de reconstrução da vida para um novo projeto pessoal e social”, limitando-

se, algumas vezes, à mudança de lugar, a um aluguel de quarto em pensão, sem promoção de condições concretas de transformação e novas possibilidades de reconstrução dos projetos de vida, de fato, especialmente pela escassez de trabalhos estáveis e pagamentos insuficientes (ZUVEKAS;HILL, 2000; SHAHEEN;RIO, 2007).

Logo, a ideia de que ser capaz de superar a situação de rua está diretamente ligado à estabilidade no trabalho também estaria equivocada, pois associa-se a uma percepção de que haveria trabalho suficiente disponível no mercado de trabalho para que todos possam atender às suas necessidades, aliado à garantia de outros fatores que, somados ao trabalho, poderiam sustentar uma certa estabilidade. De acordo com Shaheen e Rio (2007), um dos grandes desafios é, justamente, promover à população em situação de rua, acessos para além de trabalhos precários, perversos e instáveis para trabalhos mais estáveis, justos e que possam conferir ganhos suficientes para realização de projetos de vida a longo prazo. Ou seja, de que possam de fato, transpor a linha abissal e coexistir com o outro lado da linha, a partir da possibilidade concreta de novas formas de vida e de emancipação, associadas não só, mas também ao trabalho.

Outros autores também endossam essa discussão. Mattos, Heloani e Ferreira (2008) afirmam, por exemplo, que ainda que consigam ser incorporados ao mundo do trabalho, muitas vezes de forma temporária e em frentes de trabalho, geralmente viabilizadas pelo poder público, os sujeitos em situação de rua acabam conseguindo superar a situação também de forma temporária, retornando à situação de rua tão logo acabem as oportunidades de inserção, uma vez que as mesmas tendem a estar atreladas a projetos de cunho paliativo. Ou seja, trabalhos temporários levam à saídas também temporárias da situação de rua. São trajetórias que, forjadas dentre as alternativas disponíveis de enfrentamento na sociedade contemporânea, parecem tornar-se intransponíveis, possibilitando, quando muito, apenas tocar a linha abissal, ou aproximar-se dela, sem nunca atravessá-la.

Esse cenário se intensificaria, ainda, por meio de práticas e respostas institucionais dos serviços socioassistenciais que se voltam basicamente às necessidades emergenciais dos sujeitos em situação de rua, pautando-se em ações imediatistas que “acabam vinculando autonomia e possibilidade de saída da rua, exclusivamente ao retorno de forma precária no mercado de trabalho” (MARCOLINO, 2012, p. 15).



[...] a vinculação do fenômeno população em situação de rua e trabalho sem a devida mediação limita o horizonte da inclusão de renda como resposta de saída da rua, anulando o fato de que as vivências pautadas na indignidade humana retiram do indivíduo a capacidade e criatividade, além das forças para produzir (MARCOLINO, 2012, p. 70).

A importância dos serviços socioassistenciais, nos quais enquadrados os Centros Pop, especialmente na oferta de suporte (MEDEIROS, 2010; MARCOLINO, 2012), com o cuidado de que esses equipamentos não reproduzam perspectivas hegemônicas que apenas reiteram a exclusão social de quem vive na rua. Ou seja, as respostas institucionais localizar-se-iam na intermediação e na articulação dessa dimensão nos projetos de vida daqueles usuários que pautam o trabalho como uma demanda, garantindo a autonomia daqueles que não desejam incluir-se nesse âmbito, mas também favorecendo o acesso a inserções dignas e processos que, articulados às outras demandas e contextos da vida cotidiana possam, de fato, garantir a autonomia e emancipação que os participantes do Estudo 1 ressaltam em seus relatos, pautando-se nos desejos e singularidades desses sujeitos.

Caberia, então, à política de assistência social, por meio dos serviços, mediar essa possibilidade, criando condições para que de fato ela ocorra, entendendo a situação de rua como um desfecho coletivo e que, embora atravessada por elementos individuais e das histórias de vida de cada sujeito que se encontra na rua, deve ser compreendida como uma problemática social, da qual o trabalho compõe, mas não encerra, corroborando a ideia de que inserções precárias no trabalho, não só não favorecem a saída das ruas como reforçam situações de vulnerabilidade e exclusão, apesar de sua pretensão de superação das mesmas.

Por outro lado, é preciso que se olhe também para essa perspectiva de “saída/superação da situação de rua”. Afinal, se a mesma for uma construção que se origina dos interesses e das tentativas de normalizar e impor aquilo que é hegemônico a esses sujeitos, esse processo não será mais do que uma das muitas formas de colonização, violência e opressão do Norte em relação ao Sul; um desejo de limpar, higienizar os espaços sociais e normalizar quem, por diferentes motivos, difere daquilo que se espera frente às monoculturas e lógicas hegemônicas da nossa sociedade.

A compreensão da inclusão produtiva das pessoas em situação de rua como uma forma de resgatar seu pertencimento social corrobora uma defesa do trabalho como

mecanismo integrador por excelência na sociedade contemporânea. Como vimos, algumas das produções de autores como Castel (2013), Paugam (2003) e Santos (1999a) partem da concepção do trabalho como dimensão que ocupa posição fundamental na vinculação dos indivíduos à sociedade contemporânea, em que as desvinculações da esfera econômico-ocupacional teriam relevância significativa no fenômeno da exclusão social (SCOREL, 1999), produzindo sujeitos inúteis e descartáveis à ordem econômica e social (SANTOS, 1999a). Por outro lado, é preciso que eles existam para garantir a existência dos sujeitos, grupos e territórios que ocupam o lado Norte da linha.

E, desvinculados do mundo do trabalho, ou vinculados às formas não hegemônicas (trabalhos informais, virações, “corres” etc.) as pessoas em situação de rua são reconhecidas na sua “improdutividade”, na sua incapacidade de se vincularem ao mundo do trabalho e, portanto, serem desnecessários à ordem social, e vistos como não pertencentes a ela. Desnecessários, são invisibilizados em seus modos de vida, no seu acesso aos direitos e às políticas sociais e a toda a sociedade do outro lado da linha abissal. Os processos de exclusão, abissal ou não, a que estão expostas essas pessoas legitimam ainda mais seu lugar no Sul, o que retroalimenta sua contínua desvalorização, a recusa de suas experiências e a negação de seu lugar social como sujeitos de direitos ou mesmo seres humanos.

É desse modo que

[...] os moradores de rua, tendo em vista suas trajetórias de exclusão e perdas, são estigmatizados pela sociedade capitalista, pois não alcançaram as “oportunidades” oferecidas pelo sistema para ingressar no mundo do trabalho; mundo este, que lhes “garantiria” o acesso aos bens e serviços “oferecidos” a todos “igualmente” – bastaria que aproveitassem as “oportunidades” (FARIAS, 2007, p. 46).

Apesar de uma lógica dominante de culpabilização e responsabilização individuais, autoras como Scorel (1999) e Silva (2009), na discussão acerca da população em situação de rua, destacam que a expansão capitalista implica a criação de uma superpopulação relativa - o exército industrial de reserva - que representa importante papel na acumulação capitalista, mas que também gera exclusões intrínsecas e necessárias, que se expressam no desemprego e no subemprego.

Assim, embora o trabalho seja necessário à reprodução capitalista, o não-trabalho de certa forma também o é, na medida em que uma população trabalhadora excedente é a alavanca da acumulação capitalista e também condição da existência desse modo de produção (SCOREL, 1999). Faz parte das necessidades de acumulação

do capital, portanto, que parte dos trabalhadores seja induzida ao desemprego, em que “existência de desempregados na classe trabalhadora é uma condição imanente ao capitalismo, a partir da fase industrial” (SILVA, 2009, p. 65).

Sustentar o trabalho como forma privilegiada de inclusão e pertencimento social, portanto, é desconsiderar o lugar que o (não) trabalho tem ocupado nas últimas décadas. Afinal,

A inserção social através do vínculo com o mundo do trabalho é imposta, mas é também sistematicamente negada simplesmente porque não existe mais (...) A crise do emprego transformou-se em crise social porque, além da superprodução de uma mão de obra desqualificada, as perspectivas de trabalho não conferem nenhuma garantia de estabilidade, de salário e de condições de trabalho que permitam uma integração completa e durável em uma comunidade de pertencimento (SCOREL, 1999, p. 76).

Como vimos, Santos (1999a) reflete sobre o fato de o trabalho, no contexto do avanço do Estado Neoliberal, ter deixado de cumprir esse papel integrador dos sujeitos à sociedade, que se baseia predominantemente na relação capital-trabalho. O trabalho deixa, então, de oferecer garantias de proteção, perde os direitos até então a ele vinculados e, de mecanismo de integração social, passa a se relacionar a um mecanismo de produção de inutilidade, na medida em que a exclusão do trabalho passa a indicar que esses sujeitos são desnecessários, supérfluos, descartáveis. O trabalho, assim, passa a ser expressão da vulnerabilidade a que esses sujeitos estão expostos.

Apesar disso,

Embora as formas de apresentação do trabalho e as exigências colocadas para os trabalhadores se modifiquem, ou seja, o regime de verdades a respeito do trabalho na sociedade contemporânea se transforme, os sujeitos ainda se constroem (e são construídos) tendo o trabalho como um fator essencial e estruturante de suas vidas (NARDI, 2002, p. 14).

Para Nardi (2002), com as mudanças nos contextos socioeconômicos a partir da década de 1970, não só se modificam os regimes de verdade a respeito do trabalho, mas também os processos de subjetivação dos trabalhadores a partir desse. A percepção de um pertencimento a um coletivo de trabalhadores (o nós) e a estabilidade nas trajetórias de trabalho, vai sendo substituída por uma individualização característica da modernidade, marcada também pela insegurança, a falta de solidariedade e a luta pela permanência no trabalho a fim de garantir não o próprio futuro e o das próximas gerações, como outrora, mas o da sobrevivência cotidiana. Ancorado em Castel, a grande questão para Nardi (2002, p. 14), portanto, é saber “se o laço social resiste à

desfiliação de uma grande parcela da população pela via da sua não inserção no mercado formal de trabalho e pela ausência dos suportes sociais”, especialmente no Brasil, que nunca viveu o pleno emprego, nunca foi, de fato, uma sociedade salarial e, acima de tudo, tem a marca estrutural da desigualdade e da exclusão em sua história.

Assim, “voltar a pertencer à sociedade” pressupõe que se deixou de fazer parte da mesma em determinado momento o quê, dito de outra forma, vincula-se aos processos de exclusão social vivenciados pelas pessoas em situação de rua, já explorados no início desta tese e que, como temos visto, são associados, na maioria das vezes, à desvinculação do mundo do trabalho. Processos de exclusão que são desdobramentos diretos da forma como a sociedade se estrutura, especialmente nas últimas décadas e que também estão diretamente associados aos mecanismos de invisibilização daqueles que estão do lado Sul da linha abissal, seja para as políticas, para os direitos e para o próprio trabalho.

Se por um lado, pensar o pertencimento na sociedade por meio do trabalho pode sensibilizar quanto à necessidade de criar mecanismos e alternativas para que essa inclusão ocorra, por outro, condicionar à inclusão produtiva o pertencimento na sociedade reproduz uma ideia hegemônica de que apenas aqueles que trabalham são úteis, perpetuando o estigma que paira sobre a população em situação de rua, de que não trabalha porque simplesmente não deseja, porque é vagabunda e inútil, o que reitera a exclusão a que esses sujeitos estão expostos. Desconsidera, também, as possibilidades cada vez mais reduzidas de engajamento no mundo do trabalho, especialmente no emprego, na sociedade contemporânea, em que a inclusão pelo trabalho talvez seja uma perspectiva cada vez mais longínqua para maioria dos sujeitos, não somente para a população em situação de rua, visto que o trabalho, a partir das transformações sofridas, perdeu sua capacidade de incluir e garantir acessos aos sujeitos.

Identificamos, por fim, que os participantes veem a inclusão produtiva para além do mercado de trabalho formal, desde que possa haver continuidade e acesso à renda que permitam às pessoas em situação de rua viver para além da sobrevivência diária, sem que sejam criminalizados ou estigmatizados. Essa visão, de certa forma, além de valorizar a continuidade e a permanência, contraria a noção de que trabalho é apenas aquilo que se vincula ao mercado de trabalho formal, ou trabalho na forma de emprego, reiterando a perspectiva de que, muitas vezes, os trabalhos realizados na rua, os

trabalhos informais e as virações são também atividades produtivas, que mantêm vivo o papel social de trabalhadores para esses sujeitos, ainda que, muitas vezes, a sociedade negue e refute essa noção. Muitas vezes, são as únicas formas de acesso e, por assim serem, são formas de resistência e sobrevivência à exclusão inerente e ao não-lugar generalizado que o capitalismo impõe.

Associar inclusão produtiva ao mercado de trabalho formal, mas também à informalidade, desse modo, pode produzir reflexões importantes acerca das limitações e das possibilidades de cada um deles na realidade concreta de quem vive na rua, não se restringindo a um ou outro, mas entendendo como lidar com a perversidade e a contradição que as mudanças no mundo do trabalho contemporâneo impuseram para essa inserção. Segundo Nardi (2002, p. 87)<sup>34</sup>

A definição do setor informal estabelecida pela Organização Internacional do Trabalho (Feldmann e Ferreti, 1998)<sup>35</sup> o caracteriza como um mercado desregulamentado, de fácil acesso, que utiliza recursos locais, é baseado na propriedade familiar e realizado em pequena escala, utilizando uso intensivo de mão de obra e tecnologia adaptada. A aquisição das habilidades necessárias para a inserção neste mercado dá-se fora da escola. Enfim poderíamos afirmar que ele se caracteriza por ser o lugar destinado aos supranumerários.

No cenário da informalização do mercado de trabalho brasileiro, Singer (2012) pontua que na década de 1990, marcada pela forte recessão econômica, muitas empresas tornaram-se informais para reduzir o pagamento de salários diretos e impostos. Aliada à terceirização, constituíram-se em tendências mundiais e resultaram do intenso processo de abertura das economias nacionais à competição internacional e da revolução nas formas e conteúdos do trabalho trazidos pela informatização, gerando encolhimento do trabalho formal, em que “[...] a liberalização comercial facilitou a importação de equipamentos que economizam mão de obra”, tendo havido um grande investimento industrial para o aumento da produtividade do trabalho, em detrimento da expansão do emprego formal (SINGER, 2012, p.116).

---

<sup>34</sup> Segundo o Portal do IBGE, o “Setor informal compreende as informações sobre unidades econômicas que produzem bens e serviços com o principal objetivo de gerar ocupação e rendimento para as pessoas envolvidas, operando, tipicamente, com baixo nível de organização, com alguma ou nenhuma divisão entre trabalho e capital como fatores de produção, e em pequena escala, sendo ou não formalmente constituídas”. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal.html>. Acesso em 30 Dez. 2019.

<sup>35</sup> FELDMANN, S; FERRETTI, E. *Informal Work and Social Change: a bibliographic survey*. London: Cornell University Press, 1998.

Destaca-se, aqui, a distinção que Singer (2012) faz entre emprego e ocupação: enquanto o emprego implica assalariamento, isto é, a compra e venda da força de trabalho e da capacidade de produzir do trabalhador mediante o pagamento de um salário, a ocupação compreende toda atividade que proporciona sustento para quem a exerce. Logo, para o autor, o emprego assalariado, através da venda da força de trabalho ao capital seria um tipo de ocupação, mas não o único.

Também segundo Silva (2009), as mudanças no mundo do trabalho após a década de 1970, alteraram o cenário e a composição de várias ocupações no Brasil, o que contribuiu para o acirramento do exército industrial de reserva nas cidades brasileiras, especialmente as que possuíam parque industrial desenvolvido, setor que sofreu grandes mudanças.

Como vimos, essas transformações também afetaram o fenômeno da população em situação de rua, pois segundo a análise documental de pesquisas censitárias realizadas entre 1995-2000, as principais ocupações desenvolvidas pelas pessoas em situação de rua antes dessa condição, eram justamente as ocupações que mais perderam postos de trabalho e que exigiam alguma qualificação (eletricista, sapateiro, pintor, motorista etc.), geralmente vinculadas ao setor industrial. Assim, já em situação de rua, passaram a assumir cada vez mais ocupações menos qualificadas, como catadores de materiais recicláveis, ajudante de pedreiro, vigia de carros, engraxate, atividades ligadas a carros (lavar, vigiar, lavar parabrisas) ou mesmo mendicância (SILVA, 2009).

Diante de muitos relatos de trajetórias anteriores de trabalhos com carteira assinada por pessoas em situação de rua, Escorel (1999) reitera que parece haver relação entre o estar na rua e uma parte do fluxo de expulsão do mercado formal. Entretanto, em sua pesquisa, a autora identificou que as histórias ocupacionais relatadas, revelaram condições já muito precárias de trabalho anteriores à ida para rua, bem como relações conflituosas com patrões, baixo rendimento e desvalorização social. Para muitos sujeitos, segundo a autora, as condições parecem não ter mudado muito entre o status anterior e o adquirido com a ida para a rua, em se tratando de vínculos/relações/rendimentos/poder de consumo com o mundo do trabalho, o que, talvez, tenha favorecido a própria ida para a rua.

Aqueles que desde o ingresso no mercado de trabalho apresentavam precariedades e fragilidades, como baixa escolaridade e ausência de qualificação ou afastamento da unidade familiar de suporte, vão vivendo as experiências que pavimentam um caminho de desvinculações parciais e constantes (SCOREL, 1999, p. 196).

Entretanto, predominaria no senso comum a ideia de que as trajetórias de desvinculação do mercado de trabalho desses sujeitos passa, necessariamente, do vínculo do emprego formal para a atividade informal, e daí para as ruas, quando na verdade, haveria uma heterogeneidade muito grande, não havendo trajetórias únicas. São, porém, comuns os relatos de empregos irregulares, descontínuos, temporários, atividades de baixa qualificação com alto potencial de substituição e nível de rendimentos limítrofes com o consumo e sobrevivência (SCOREL, 1999). Ou seja, antes de morar nas ruas esses sujeitos já mantinham com o mercado de trabalho relações extremamente precárias e instáveis.

Os processos de desvinculação do mundo do trabalho evidenciados nas trajetórias dos moradores de rua ocorrem – de forma mais ou menos abrupta, partindo de posições variáveis segundo a formalização ou não - sobre uma estrutura geral de inserção no mundo do trabalho extremamente vulnerável (SCOREL, 1999, p. 184).

Logo, partimos de sujeitos com trajetórias e vínculos quase sempre muito precários com o mundo do trabalho, em que raramente se teve oportunidades de acessos progressos ao mercado de trabalho formal. Ou seja, sujeitos que já estavam fora da lógica produtivista hegemônica na nossa sociedade. O fato de os participantes terem considerado a informalidade como possibilidade é reconhecer que é nela que se estruturam as histórias de trabalho da grande maioria de quem vive na rua, e é nela que se abrem as oportunidades, apesar de quase sempre muito frágeis, de novas inserções.

Isso também se reafirma naquilo que Scorel (1999) percebeu em seu trabalho, a partir da constatação de que nem sempre as pessoas em situação de rua baseiam sua procura por trabalho na garantia de carteira assinada, uma vez que a informalidade e o trabalho autônomo parecem associar-se mais proximamente com aquilo que se vivencia na rua. Inclusive, a autora chegou a identificar que, para muitos daqueles que estão na rua, ao comparar os vínculos progressos e atuais com o mundo do trabalho, os indivíduos tendiam a valorizar os atuais, uma vez que, apesar dos rendimentos baixos, geralmente são trabalhos que conferem maior autonomia e liberdade.

Se por um lado, o trabalho capitalista já não confere mais estabilidade e segurança, por outro também se distanciam das estratégias de sobrevivência que vão sendo necessárias na vida na rua, como o ganho imediato de dinheiro para suprir as necessidades básicas, o que, segundo Vieira, Bezerra e Rosa (1992, p. 97) se materializa nos trabalhos que vão sendo assumidos na rua, como os bicos, a coleta e venda de materiais recicláveis etc., o que “não significa a eliminação do trabalho, mas o abandono do compromisso constante e cotidiano do emprego (...) com vistas ao ganho imediato de dinheiro para suprir as necessidades básicas de sobrevivência”.

Os ganhos obtidos através desse tipo de atividade geralmente são suficientes apenas à sobrevivência imediata, promovendo pouca possibilidade de independência financeira e institucional (ESCOREL, 1999), o que é reiterado por Schweitzer (2017, p.191)

Os vínculos, inicialmente frágeis com o trabalho, passam a ser completamente informais e com ocupações que ocorrem no próprio contexto da rua, tais como flanelinha, catador de material reciclável, artesão, vendedor de pirulitos, estofador, segurança e chapa [...] todas elas mantêm entre si a característica dos vínculos de trabalho informais e precários, com baixos rendimentos financeiros e o fato de serem atividades desenvolvidas no próprio contexto da rua.

Sendo assim, Mattos, Heloani e Ferreira (2008) também propõem a reflexão sobre qual conceito de trabalho se refere àqueles que o têm como alternativa de superação da situação de rua, uma vez que, como vimos reafirmando, o trabalho assalariado formal e regular parece ter limites claros para inserção dessa população. Ou seja, na medida em que os serviços e os próprios sujeitos depositam expectativas de inclusão produtiva apenas no trabalho formal ou no trabalho sob a lógica produtiva regida pelo capitalismo, pode ser limitante e frustrante no processo de acompanhamento e suporte a quem vive na rua.

Logo, “seria o trabalho assalariado formal, com registro em carteira, uma saída concreta para a situação de rua?” (MATTOS, 2006, s/p), uma vez que no trabalho assalariado formal parece não haver mais lugar para todo mundo assim como “a conquista de trabalho formal não é vista como alternativa de saída das ruas, seja pela ausência de oportunidades no mercado de trabalho, seja pela opressão que representa à liberdade individual”.



Assim, se tendemos a conceber a informalização e precarização do trabalho como algo negativo, por suas consequências sociais, encontra-se aí uma maneira de vê-los como tendências que auxiliam o indivíduo a se opor ao controle e exploração a partir da busca por liberdade (MATTOS, 2006, s/p).

A literatura internacional também parece concordar com isso. Em pesquisa de O'Grady, Bright Cohen (1998), a realização de trabalhos informais esteve associada à diminuição de atividades criminosas e ao consumo de álcool, bem como ao aumento na busca por alternativas de moradia, configurando-se como uma atividade provedora de benefícios materiais (pelo acesso imediato à renda) e sociais, podendo ter potencial para auxiliar esses sujeitos a sair da rua, ou, minimamente, ser uma opção às atividades ilícitas, aos empregos formais caracterizados por salários muito baixos e uma forma de resistência a esse tipo de exploração no mercado de trabalho formal, constituindo-se, segundo os autores, uma fonte de capital social relevante para a saída das ruas.

Reafirmamos que essa discussão, entretanto, não vem a reforçar a ideia de que a esses sujeitos apenas cabe esse tipo de trabalho informal, precarizado, mas ressalta o fato de que, muitas vezes, só lhes resta esse tipo de ação para manutenção da sobrevivência e de seu papel de trabalhadores. E essa percepção dos participantes nos sinaliza que é fundamental pautar, então, quais as referências de trabalho ou mesmo inclusão produtiva estabelecidas com/para e pela a população em situação de rua. Ou seja, na medida em que os serviços e os próprios sujeitos depositam expectativas de inclusão produtiva apenas naquilo que se enquadra na lógica hegemônica produtivista, pode ser limitante e frustrante no processo de acompanhamento e suporte a quem vive na rua, diante dos limites claros da inserção no trabalho assalariado formal.

Por outro lado, partimos da compreensão que a informalidade pode promover inserções muitas vezes precárias, e que podem não condizer com as necessidades reais, especialmente financeiras, que esses sujeitos esperam para mudar sua realidade, em um impasse que vai muito além da situação de rua, mas atinge contingentes cada vez maiores de pessoas excluídas do mundo do trabalho.

Cabe dizer, então, que não estamos desconsiderando a precariedade a que o trabalho informal pode estar vinculado, mas entendemos que muitas vezes ele é a única alternativa disponível para a inclusão produtiva desses sujeitos, a quem o mercado de trabalho capitalista, formal é bastante excludente. Ou, então, como a literatura mesmo sinaliza, uma forma de resistência aos padrões e exigências desse mercado de trabalho,

praticamente inalcançáveis para algumas dessas pessoas, ou intangíveis aos seus modos de vida.

Assim, para os participantes desta pesquisa, a inclusão produtiva de pessoas em situação de rua possui diferentes significados, como a conquista de autonomia, a superação da situação de rua, a inclusão e a emancipação social bem como o pertencimento na sociedade. Além disso, para os participantes, o acesso ao trabalho para essa população não estaria vinculado apenas ao mercado de trabalho formal, mas a quaisquer ocupações que possam gerar renda, inclusive aquelas localizadas na informalidade. Nas perspectivas identificadas, o desemprego representaria não só a perda de papéis sociais e ocupacionais, mas, acima de tudo, da cidadania e do pertencimento social. Desta forma, o trabalho possibilitaria além da obtenção de recursos materiais, a conquista da autonomia necessária para a superação da situação de rua e a retomada dos direitos por quem vive nela.

Identificar os significados que os participantes atribuíram à inclusão produtiva pode contribuir para o entendimento de como os serviços destinados a essa população estão compreendendo essa dimensão da vida desses sujeitos. Entender o trabalho como estratégia de autonomia e emancipação, por exemplo, pode pressupor que exista uma relevância dessa dimensão no processo de acompanhamento dos sujeitos, haja vista que a autonomia é uma das seguranças socioassistenciais a serem afiançadas pela política de Assistência Social, seja autonomia nas escolhas e decisões que impactam a vida, seja na autonomia na condução da mesma e dos processos que atravessam o cotidiano. Do mesmo modo, pressupor o trabalho como via fundamental de emancipação e de superação da situação de rua, pode contribuir para que esses serviços e suas equipes desenhem e planejem sua intervenção com vistas a propor estratégias e alternativas que garantam esse acesso aos sujeitos em situação de rua. Por outro lado, pode pressupor os limites desses acessos, dada as características do trabalho na sociedade contemporânea.

Afinal, do mesmo modo que a ausência de trabalho parece contribuir para colocar/manter esses sujeitos do lado Sul, em condições de exclusão, não-cidadania e precariedade de acessos, o trabalho (possível) também não parece ser capaz de sustentar, sozinho ou mesmo aliado à outras políticas, a transposição da linha abissal.

## 7.5.2 Ações estratégicas para o acesso da população em situação de rua à inclusão produtiva

Soubemos através do site da prefeitura que dois cursos de qualificação foram abertos (“produção de geleias” e “atendimento e recepção”). A. e R. se interessam pelo segundo. Mas eles não têm foto 3x4 em mãos e a CTPS ficou guardada na Casa de Passagem. Eles nem sempre andam com todos os documentos, pois as perdas são frequentes. Vou com os dois à Casa do Trabalhador na tentativa de discutir com a responsável pelas inscrições se é possível que os rapazes façam o cadastro com o compromisso de levar a documentação restante, especialmente a foto, no próximo dia útil. Chegamos lá e soubemos que as vagas para a lista de espera já estão se esgotando. Houve muita procura, por toda a comunidade. Ou seja, as primeiras inscrições já foram feitas e já há lista de espera também cheia, mesmo as inscrições tendo começado no dia anterior. Conversamos com o diretor do departamento e ele não cede quanto à ausência de fotos (...) Na volta, A. diz que já está “injurado” de entregar currículo e não conseguir nada. Ele fala que mesmo com curso no Senai não vê perspectivas. Na próxima semana, um grupo de cinco usuários vai para a formação do MNPR, em São Paulo, onde ficarão por duas semanas. A. diz que levará currículos para lá para entregar nos momentos de folga e que se conseguir algo por lá, ficará na capital mesmo.

Diário de Campo - Julho/2018

Retornaram do final de semana (ao menos 4 usuários) contando do trabalho na Rave. Foram chamados para trabalhar por intermédio de um funcionário da Secretária, que foi procurado por um organizador de eventos que precisava de trabalhadores. Prometeu transporte, alimentação e 90,00, por turnos de 12 horas (!). Falamos àqueles usuários com maior perfil para o trabalho. Estão mais organizados, vivem realizando bicos, não ficam tanto na rua, passam o dia no Centro Pop.. Não sabíamos que seria uma Rave...mas a notícia se espalhou e vários se interessaram (R, F, J, L, C). Voltaram dizendo pouca coisa e não deixaram claro o que fizeram. Cataram latinhas? Limparam? J. reclamou apenas da comida (um kibe). Chegou muito bêbado no Centro Pop logo na segunda de manhã, o que é muito raro acontecer. Percebi que por dois dias dormiu o tempo todo [...]

Diário de Campo - Janeiro/2018

Os participantes elencaram ações que, na sua perspectiva, são relevantes e podem favorecer o acesso à inclusão produtiva pelas pessoas em situação de rua, a partir, essencialmente, daquilo que tem se constituído como respostas institucionais dos serviços Centro Pop e sua interlocução com a rede intersetorial. No âmbito daquilo que se entende como ação/resposta estratégica, a divulgação de informações e vagas de trabalho em murais no equipamento, bem como auxílio aos usuários na produção de currículos, acesso a computadores, disponibilização de endereço como referência domiciliar e número de telefone fixo são ações que permitiriam favorecer o acesso por

quem está na rua. De forma mais ampliada, os participantes também identificaram que a articulação de diferentes tipos de parcerias e ações intersetoriais também são relevantes.

Nesse contexto, as capacitações e qualificações profissionais realizadas em parcerias com instituições de ensino e de promoção do trabalho tiveram destaque como resposta institucional que pretende favorecer o acesso à inclusão produtiva de quem vive na rua. A busca de alternativas ao mercado de trabalho formal, como as cooperativas, também foram mencionadas pelos coordenadores como uma ação possível.

Como vimos nos resultados oriundos da análise descritiva do Estudo 1, no escopo da inclusão produtiva, a garantia de divulgação para o acesso às informações sobre o mercado de trabalho ganham relevo no relato dos participantes como importantes, na medida em que facilitariam o conhecimento dos usuários interessados sobre as ofertas disponíveis, diminuindo sua desvantagem em relação ao acesso a esse tipo de informações. A confecção de currículos e o fornecimento do endereço como referência domiciliar também seriam ações importantes para a inclusão produtiva. Os relatos a seguir ilustram este resultado

*É importante porque a população em situação de rua não possui acesso diário a rede de computadores, mas por meio das divulgações em mural, toma conhecimento da oferta de vagas e pode se candidatar a elas (...) O Centro Pop confecciona e fornece currículos, onde consta o endereço e telefone do equipamento. Recebe e transmite as convocações para processos seletivos. Também envia currículos por e-mail ou os cadastra em sites na internet, por solicitação do usuário [...] (Estudo 1/P1)*

*A informação sobre as vagas ficam disponíveis e dessa forma cada usuário tem a liberdade de ir em busca do que ele julga necessário a si. (Estudo 1/P2)*

*Facilitar o acesso desse público, visto que ao competir em pé de igualdade com o restante da população, geralmente fica em desvantagem e não conseguem ser incluídos. (Estudo 1/P3)*

*Ao participar das atividades da unidade, os usuários se vinculam a unidade e gradativamente terá acesso aos profissionais técnicos, são levantadas as demandas dos usuários e quando da abertura de vagas, são sinalizadas para a livre escolha do próprio usuário, garantindo a sua autonomia (...) Viabiliza o acesso as vagas, garante a vinculação com o serviço e a prévia seleção do usuário, de acordo com o potencial de cada usuário. (Estudo 1/P9)*

O estabelecimento de parcerias intersetoriais também são entendidas como ações importantes para garantir algum acesso às ações de inclusão produtiva pela população em situação de rua, inclusive na perspectiva de garantir atenção integral às demandas

trazidas por esses sujeitos no processo de inclusão produtiva, como mostram os seguintes relatos

*As ações acontecem em parceria com Igrejas, Fundo Social de Solidariedade, Caps AD (...) Através de parceria com a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis. (Estudo 1/P1)*

*Do mesmo modo, mobilização de outras políticas públicas com vista a inclusão gradativa para participação em feiras, oficinas de capacitação etc. (...) Há o trabalho prévio de sensibilização do usuário do serviço e também dos demais setores para a inserção da pessoa em situação de rua, sem visar a discriminação. Há a articulação com alguns setores públicos e/ou privados com vistas a romper com a visão preconceituosa do potencial do público atendido e para a efetivação de inclusão. (Estudo 1/P6)*

*Neste momento há um Grupo de Trabalho Intersecretarial para estabelecimento de diretrizes que potencializem a inserção da população em situação de rua, intitulado de Serviço Integral de Acolhimento à População em Situação de Rua. Entendendo-se que este acolhimento não se trata de acolhimento institucional (específico da Política Nacional de Assistência Social), mas de acolher integralmente a população em situação de rua em todas as suas demandas. (Estudo 1/P9)*

*As ações eram realizadas isoladamente, única e exclusivamente, pelas unidades de atendimento. Em 2017, priorizou-se as ações para a população em situação de rua com resgate de articulação inicialmente com a Secretaria da Saúde e ampliando-se para as demais áreas, entretanto, a partir de ações da gestão da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. (Estudo 1/P9)*

*Realizamos articulação com a Casa do Trabalhador, através de vagas no Time do Emprego, encaminhamentos para entrevistas de emprego. Também realizamos articulação com o SENAC que garante bolsa de estudo integral para as pessoas atendidas pelo Centro Pop. (Estudo 1/P5)*

*O município iniciou em 2017 o programa chamado emprego cidadão, que busca em empresas parceiras a oportunidade de empregar pessoas em situação de rua que estejam referenciadas e em acompanhamento no Centro Pop. (Estudo 1/P8)*

*A articulação com empresas para geração de trabalho e renda, têm se demonstrado efetiva. Atualmente possuímos uma boa ligação com uma rede de supermercados do município que abre as portas para pessoas em situação de rua participarem das seleções e vagas disponíveis. (Estudo 1/P11)*

Além da intersetorialidade, mas relacionadas a esse aspecto, as capacitações/qualificações profissionais também foram elencadas pelos participantes como outra ação possível para concretização e viabilização da inclusão produtiva de pessoas em situação de rua, conforme os relatos na sequência

*[ações que] visam a capacitação profissional e o encaminhamento ao mercado de trabalho (formal ou informal). (Estudo 1/P1)*

*Capacitamos os atendidos para realização de concursos públicos locais e regionais. (Estudo 1/P1)*

*A certificação é instrumento diferencial para a inclusão produtiva formal. (Estudo 1/P2)*

*Qualifica a pessoa e abre novas possibilidades, através de frequência em novos espaços de sociabilização. (Estudo 1/P3)*

*Eles necessitam capacitar-se para retornarem ao mercado de trabalho. (Estudo 1/P6)*

*Ações e iniciativas que promovam capacitação, qualificação profissional e inserção ao mercado de trabalho. (Estudo 1/P10).*

*Pensamos ser importante a capacitação do usuário para que tenha maiores chances de competir no mercado de trabalho. (Estudo 1/P13)*

Por fim, o Cooperativismo também foi elencado como uma resposta institucional para esse acesso e inclusão das pessoas em situação de rua no mundo do trabalho, como mostram os relatos a seguir.

*O cooperativismo é apontado como uma das formas de inclusão produtiva da população em situação de rua. Embora as cooperativas em funcionamento hoje no município não sejam exclusivas a população em situação de rua, agregam muitas pessoas nesta situação. (Estudo 1/P6)*

*As cooperativas são fomentadas pela Secretaria Municipal de Trabalho e Renda, por meio de um equipamento denominado "Casa do Empreendedor" e a associação às cooperativas é aberta para o público em geral. O convite/captação da população em situação de rua para associação, as já existentes ou formação de nova cooperativa, se dá por meio de palestras semestrais ministradas por equipe desse equipamento e realizada no Centro Pop. O Município conta no momento com a Cooperativa de Alimentação (...) e uma cooperativa de Guardadores de Carros. (Estudo 1/P7)*

*A inclusão produtiva da população em situação de rua exige ações exclusivas a esse público, respeitando suas especificidades. A formação de cooperativas parece ser uma excelente alternativa (...). O Município conta com uma "incubadora de cooperativa", mas destinada ao público em geral, o que parece inibir a participação de pessoas em situação de rua, que no geral tem alguma dificuldade inicial de vinculação, então o Centro Pop ainda se apresenta como espaço ideal para essa iniciativa, mas demanda de capacitação para tal. (Estudo 1/P7)*

De forma geral, essas ações configuram-se nas respostas institucionais que os Centro Pop têm mediado, mas também compreendido como relevantes para garantia do acesso a alguma forma de inclusão produtiva ou de aproximação da população em situação de rua com o mundo do trabalho.

Ações como disponibilizar endereços, telefone e informações sobre o mercado de trabalho e as disponibilidades do território também sinalizam para o papel de referência que esses serviços socioassistenciais podem ter para além das mediações nos

acompanhamentos. O estabelecimento de referências aos usuários sejam elas objetivas (como o fornecimento do endereço e contato telefônico) ou simbólicas (por meio do respaldo no cotidiano dos sujeitos) parece favorecer/facilitar alguns acessos, especialmente às ofertas e oportunidades.

Afinal, estar imerso na vida na rua, mesmo frente ao desejo de se engajar em algum trabalho, pode dificultar o início da busca ou mesmo a compreensão dos caminhos possíveis/disponíveis naquele território/contexto, o que torna a vinculação ao Centro Pop e o papel deste nessa mediação bastante importante para o início desse acesso. Além disso, o fato de alguns participantes ressaltarem que as informações são divulgadas amplamente, também ressalta o respeito à autonomia de quem desejar aprofundá-las a partir de seus interesses.

Acesso esse que, obviamente, não garante inclusões de fato, mas permitem aproximar o tema e a dimensão do trabalho para esse espaço e para os usuários. Contemplam, porém, apenas um, dos muitos modos de exclusão que atravessam o acesso dos usuários à alguma forma de inclusão produtiva. Garantir informações pode, portanto, diminuir um aspecto da exclusão vivida por quem está em situação de rua e que se relaciona não só ao distanciamento das informações, como também das oportunidades, das demais políticas, daquilo que é ofertado no território etc.

Da mesma forma que são invisíveis para o lado Norte da linha abissal, as oportunidades de qualquer resgate da cidadania e do acesso também estão dificultadas, sinalizando que diminuir a exclusão e favorecer a emancipação social desses sujeitos, na perspectiva do nosso referencial teórico e de análise, também está ligado à necessidade de reduzir ou eliminar a distância que existe entre a população em situação de rua àquilo que compreendem como necessário e demandam das demais políticas públicas e do território onde estão, mas nem sempre ocupam e conhecem de fato - ou conhecem apenas a partir dos limites impostos a quem está no Sul.

Podemos pressupor, inclusive, que os serviços socioassistenciais, a partir da sua oferta de respostas, na medida em que construam com os sujeitos sua emancipação, podem se constituir como facilitadores da visibilidade e da inclusão das pessoas em situação de rua; o lugar necessário para que possam ser vistos e ter acessos que não teriam se estivessem na rua, seja pelas outras políticas, seus gestores e, principalmente, pela sociedade, que costuma dar visibilidade a esses sujeitos somente pela negatividade,

pelo preconceito e pela ameaça que supostamente oferecem a quem está do outro lado da linha abissal. São lugares de ver e de serem vistos por outra perspectiva.

Já no âmbito da intersetorialidade, trabalhos nacionais como os de Borysow e Furtado (2014), Fiorati e colaboradores (2014) e Gomes e Elias (2016) trazem importantes reflexões sobre a articulação entre diferentes políticas públicas na oferta de ações para a população em situação de rua.

Para Junqueira (2004), a intersetorialidade é a resposta mais adequada aos problemas sociais, que por sua complexidade, exigem a composição de diferentes olhares, saberes e práticas para sua abordagem e resolução, de forma que haja uma construção integrada de soluções para responder às necessidades individuais e coletivas dos sujeitos, bem como sua qualidade de vida, na certeza de que uma política social isolada não consegue resolver sozinha os problemas com os quais se depara, muitas vezes desconsiderando o sujeito em sua totalidade ou na sua relação com o território que ocupa.

Além de pressupor o compartilhamento de saberes, a intersetorialidade prevê novas formas de gestão, planejamento, execução e controle social das ações, numa perspectiva articulada das ações e das políticas, além de participação ativa dos sujeitos, que deixam de ser vistos como meros receptores de uma intervenção, mas como cidadãos de direitos (JUNQUEIRA, 2004).

Nessa perspectiva, portanto, é necessária a mobilização de várias instituições, sejam elas públicas ou privadas, bem como suas equipes, construindo redes sociais, que devem integrar as diversas organizações que conduzem as políticas sociais de um território, sem que elas percam sua especificidade mas atuem de maneira integrada o que pressupõe novas mediações nos interesses dos atores sociais e as relações com as organizações envolvidas, além de mudança nos valores, práticas, padrões pré-estabelecidos em prol de objetivos decididos coletivamente, comprometidos com a resolução dos problemas sociais, em que cada serviço coloca seu saber em favor dos interesses coletivos e dos direitos sociais (JUNQUEIRA, 2004).

Conforme vimos ressaltando, as ações voltadas à população em situação de rua sempre foram pautadas pelo assistencialismo/repressão, sendo que avança como política pública específica há apenas dez anos, e a partir do tensionamento maciço dos



movimentos sociais e da sociedade civil, na tentativa de garantir algum direito a esse grupo populacional.

Além da articulação com a rede socioassistencial, na perspectiva da proteção social ampliada a essa população (garantia de convívio, renda, acolhimento etc.), a articulação com as demais políticas públicas, garantindo atendimento à complexidade e aos diferentes fatores que levam e mantêm as pessoas na rua, são a forma privilegiada de romper com o tradicionalmente imposto na atenção a esses sujeitos, de responsabilizar o Estado nessa oferta e de permitir visibilidade para além da tutela, do assistencialismo e da segurança pública. Afinal, são sujeitos que precisam de moradia, educação, trabalho, lazer, saúde etc.

Corroborando essa perspectiva, Gomes e Elias (2016, p. 156) afirmam que

Após a instituição da Política Nacional de Assistência Social houve ampliação e fortalecimento da rede assistencial para a população em situação de rua, evidenciando o esforço do governo para a implantação de ações assistenciais. Contudo, a complexidade assistencial dessa população ainda requer a integração de ações intersetoriais para promover melhores condições de saúde, emprego, habitação e integração desse grupo na sociedade.

Deste modo, as ações voltadas à inclusão produtiva das pessoas em situação de rua, exigem articulações concretas entre diferentes políticas, que garantam o acesso a esse e aos demais direitos que vão permitir, inclusive, a permanência nessa atividade, o que ressalta a percepção dos participantes.

Além disso, partindo da perspectiva de que a inclusão produtiva deve ser essencialmente intersetorial, Souza (2013) reitera que atuar apenas no âmbito socioassistencial deixa de tratar essa discussão na chave do “direito ao trabalho”, eximindo as políticas públicas voltadas ao trabalho e geração de renda e emprego, da responsabilidade de criar mecanismos de inclusão no emprego formal ou mesmo alternativas a ele, inclusive pelo fato de seus programas e ações geralmente serem bastante excludentes ao público da assistência social, que quase não consegue se inserir nesse circuito. Até mesmo por que, segundo a autora, são necessárias mudanças estruturais para que a integração e inclusão no mundo do trabalho, de fato, aconteçam, sendo muito pretensioso acreditar que somente a lógica social possa dar conta de mais esse papel.

É nesse mesmo sentido, portanto, que Costa (2005, p. 08) destaca que a rede de serviços assistenciais deve ser compreendida como “espaço de travessia” para acesso da

população em situação de rua às demais políticas públicas, abrindo a compreensão de que os Centros Pop têm justamente o papel de facilitar, favorecer e intermediar essa relação com os demais setores, sendo uma ponte de acesso a eles.

Assim como Fiorati e colaboradores (2014) corroboram a necessidade de ações articuladas e integradas entre diferentes áreas do conhecimento no acompanhamento da população em situação de rua, em que as diferentes políticas sociais possam atuar em rede, de forma complementar e contínua, no sentido da elaboração de promoção, inclusão social e autonomia desses sujeitos. Para os autores, ainda que haja a política específica para essa população, e que pressupõe a intersetorialidade, é necessária a reafirmação cotidiana da necessidade de articulação dessa prática na garantia de uma atenção integralizada, que possibilite o resgate da cidadania e do exercício dos direitos sociais por parte das pessoas em situação de rua, superando, como atestam os autores, a lógica de fragmentação dos sujeitos e de uma racionalidade puramente técnica e instrumental – e também hegemônica - no trato das intervenções sociais, em que os setores tentam resolver sozinhos uma problemática de tamanha heterogeneidade e complexidade, assim como com o isolamento e a falta de comunicação que marca a gestão das políticas públicas.

Borysow e Furtado (2014, p. 1070) também entendem que a complexidade na abordagem da situação de rua extrapola a atenção por somente um setor, sendo que “a integração intersetorial constitui o consenso que norteia as discussões e, ao mesmo tempo, o grande desafio ao ser transposta para o plano operacional” nesse processo, uma vez que, segundo os autores, as redes entre os serviços para essa população parecem se constituir por pessoas, profissionais e não pelos serviços e setores em que, na ausência desses sujeitos, o trabalho supostamente integrado deixa de existir, o que mostra que esse tipo de articulação ainda parece bastante frágil.

Para além das políticas públicas, a literatura internacional também destaca ser fundamental a discussão das responsabilidades da sociedade civil frente às demandas da população em situação de rua, incluindo a participação das diferentes instituições e organizações, afirmando que a sociedade civil e religiosa precisam ir além de abordagens caritativas em prol de uma parceria sólida, de apoio à uma abordagem multidimensional da pobreza, da inclusão social e da interface com o território (STREETER, 2002 apud SHAHEEN; RIO, 2007, p. 353).

Dessa forma, o estabelecimento de estratégias efetivas seja para o acesso ao mundo do trabalho, ou para qualquer outro acesso pelas pessoas em situação de rua pressupõe, fundamentalmente, a formação de uma rede organizada, que ofereça os serviços especializados que permitam aos sujeitos os acessos necessários tanto a organização cotidiana, como aos seus direitos sociais, articulando, portanto, ações individuais, mas também coletivas, que contemplem a complexidade das questões sociais. Ou seja, não há possibilidade de alguma inclusão no trabalho por parte dessa população se não houver a promoção de práticas articuladas intersetorialmente (ABBOT; BLAKE, 1988).

De forma ainda mais específica, a literatura internacional é contundente ao afirmar que as ações voltadas à superação do desemprego das pessoas em situação de rua não podem prescindir da oferta do tripé que contempla ações articuladas de qualificação e acesso ao emprego bem como ações em saúde/saúde mental e habitação, apontando para o fato de que o afastamento do mundo do trabalho e a própria situação de rua, não podem ser superados de maneira isolada (ABBOT; BLAKE, 1988; COOK et al, 2001; PICKET-SCHENK et al, 2002; MARRONE, 2005; SHAHEEN;RIO, 2007; BURT, 2012; SHIER; JONES; GRAHAN, 2012; FERGUSON, 2012; FERGUSON; XIE; GLYNN, 2012; GRACE; GILL, 2014; POREMSKI; WHITLEY; LATIMER, 2014; POREMSKI et al, 2015; GRAY et al, 2017).

No Brasil, a oferta do Programa “De Braços Abertos” se aproximou dessa garantia. Desenvolvido pela gestão municipal da Prefeitura de São Paulo dos anos 2013-2016, envolveu uma “ação intersecretarial destinada a ofertar abrigo, tratamento de saúde, alimentação, atividade ocupacional, capacitação profissional e auxílio financeiro” de pessoas em situação de rua que executavam serviços de zeladoria nas ruas de um bairro central do município de São Paulo/SP (ALVES, 2014, p. 216).

Segundo as diretrizes do “*U.S. Department of Labor’s*”, definidas ainda na década de 1990 no Estados Unidos, as melhores práticas (*best practices*) para a inclusão produtiva de pessoas em situação de rua contemplariam a oferta de serviços abrangentes, coordenados entre várias políticas e serviços locais assim como o atendimento das necessidades mais imediatas, incluindo a estabilização das condições de moradia; avaliação individual e gerenciamento contínuo das potencialidades e dificuldades para a manutenção no emprego bem como a oferta de apoio mesmo depois

que os sujeitos tiverem se inserido no mercado de trabalho (BECK et al, 1997; GRAY et al, 2017).

Assim, parece ser imprescindível que o trabalho seja aliado a outras ações estratégicas para o acesso pela população em situação de rua, como garantia dos direitos humanos, habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde e cultura (BRASIL, 2008a), mantendo a perspectiva de que as questões relacionadas à situação de rua vão para além dos fatores individuais, demandando também aspectos estruturais, que, por sua vez, requisitam mudanças sociais, políticas e econômicas (MAKIWANE; TAMASANE; SCHNEIDER, 2010; SHIER; JONES; GRAHAM, 2012).

Deste modo, os norte-americanos Shaheen e Rio (2007), destacam a importância dos profissionais na articulação entre diferentes programas, políticas e ações comunitárias, o que nos reforça a noção de que a Política de Assistência Social e o Centro Pop, por sua referência para a população em situação de rua, seja com o poder público ou com o setor privado, de forma a promover articulação da rede, auxiliar na conscientização social, fortalecendo os direitos dessa população, por meio da corresponsabilização (BRASIL, 2011a) superando o histórico de políticas/ações pontuais e pouco integradas para esse público (PRATES; PRATES; MACHADO, 2011).

No que tange aos cursos e às ações de qualificação profissional, se por um lado, diante de trajetórias marcadas por baixos níveis de escolaridade e qualificação profissional, essa ação aparenta potencial benéfico no processo de inclusão produtiva das pessoas em situação de rua, por outro, não podem ser vistas como um fim em si mesmo, devendo ser acompanhadas de outras estratégias que garantam inserções mais efetivas no mundo do trabalho, numa perspectiva de compartilhamento dessa responsabilidade entre sujeitos, equipamentos e políticas públicas.

Além de constarem dentre as possibilidades de atuação dos Centros Pop para auxiliar na superação da situação de rua (BRASIL, 2011a), de estratégias de trabalho e emprego preconizadas pela Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008a), a formação e qualificação profissional também são ressaltadas como facilitadoras do acesso ao mundo do trabalho e consequente superação do desemprego e da situação de rua pela literatura internacional (PICKET-SCHENK et

al., 2002; ROSENHECK;MARES, 2007; FERGUSON et al., 2012; FERGUSON, 2012; GRAY et al, 2017).

Para Prates, Prates e Machado (2011, p. 202) as ações de qualificação profissional podem colaborar no resgate da autoestima e da identidade de trabalhador sendo grande a “importância de viabilizar a capacitação profissional ao morador de rua numa perspectiva mais ampla, que inclua o seu fortalecimento enquanto cidadão de modo que isso repercuta numa mudança no imaginário social”. Os autores alertam, porém, que as ofertas de capacitação profissional e geração de trabalho para pessoas em situação de rua precisam direcionar uma inclusão efetiva, e não somente inserções precarizadas e pontuais, o que apenas reitera os processos de exclusão dessa população, como vimos discutindo.

Como antecipamos na análise descritiva do Estudo 1, a literatura aponta duas chaves de leitura para essa proposição. De modo geral, na literatura internacional, por exemplo, Gray et al (2017) afirmam que além da qualificação profissional, o treinamento de habilidades necessárias para o trabalho, tais como o treinamento para entrevistas de emprego, para atendimento ao público e outras habilidades que podem ser inseridas no currículo, bem como o treinamento em serviço e incentivo ao retorno aos estudos são ações estratégicas nesse âmbito (ABBOT; BLAKE, 1988), uma vez que a oportunidade de certificação acadêmica e treinamento técnico podem aumentar as chances de obtenção de emprego (FERGUSON; XIE; GLYNN, 2012), especialmente se as ações nesse escopo levarem em consideração as trajetórias pregressas e os desejos atuais relacionados ao trabalho, o que tende a favorecer o acesso/permanência em empregos pelas pessoas em situação de rua (PICKETT-SCHENK et al, 2002).

O encorajamento de programas de treinamento para o trabalho, segundo Shaheen e Rio (2007) também precisa considerar as habilidades de trabalho das pessoas em situação de rua para além daquelas indicadas em sua trajetória de trabalho ou no currículo, mas também podem ser relacionadas ao amplo rol de estratégias de sobrevivência nas ruas, como a resiliência, a criatividade, capacidade de se adaptar etc.

Assim, tanto na perspectiva trazida pelos participantes como na literatura internacional, parece haver correspondência também com aquilo que a política de Assistência Social propõe ao público acompanhado como principal articulação para sua inclusão no mundo do trabalho, pois “no âmbito da assistência social, a inclusão

produtiva está majoritariamente associada à realização de cursos de capacitação, seja para inserção no mercado de trabalho, seja para a montagem do próprio negócio (...)", conforme aponta Souza (2013, p. 294).

Entretanto, a outra chave de leitura que identificamos nesse aspecto precisa ser considerada. Em pesquisa com coordenadores e técnicos de Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) Orth, Reis e Guimarães (2013, s/p) identificaram que "parte dos encaminhamentos para formação profissional não dão certo porque as modalidades de capacitação profissional oferecidas à comunidade chegam de forma hierarquizada, sem consulta dos sujeitos interessados", ressaltando a necessidade de mapeamento para um diagnóstico adequado em relação às ofertas de capacitação e as demandas de cada território, rompendo com a constante de que, na maioria das vezes, os programas de qualificação profissional articulam pouca relação entre a oferta dos cursos, as demandas do mercado e as habilidades dos usuários (SOUZA, 2013).

Nesse aspecto Souza (2013, pp. 294-295) critica essa suposta centralidade da qualificação profissional no combate à pobreza, em que, costumeiramente, "(...) as experiências em focar os cursos nos mais pobres, sem nenhuma relação de desejos, habilidades e competências, restando a estes a aceitação da vaga gratuitamente ofertada", coloca nas equipes de referência da Assistência Social, como no caso das equipes de Centros Pop, uma tarefa desafiadora, em garantir a adesão e permanência de seus usuários em ofertas que pouco lhes são significativas. Ou seja, de se colonizar desejos e saberes a fim de responder apenas aos interesses de mercado e da lógica produtiva e econômica estabelecida.

Essa perspectiva equivocada também surge da compreensão, como já sinalizamos, de que existe uma oferta ampla de trabalho a esses sujeitos, em um processo que tende a isentar o poder público e os profissionais de corresponsabilização na criação e viabilização de oportunidades de acesso ao mundo do trabalho por quem vive em situação de rua.

Assim, essa ação isolada, bem como qualquer outra nesse universo, parece ter pouca potência.

Na tentativa de romper com esse ciclo vicioso, a qualificação profissional, uma vez mais, é colocada como estratégica, já que o aproveitamento das oportunidades esbarra na falta de preparo dos usuários. A nosso ver, o combate à extrema pobreza passa por admitir que as oportunidades existentes não são compatíveis com as habilidades e competências dessa população. Ou seja, em médio prazo, não há como solucionar a disparidade existente entre

as exigências imediatas do mercado e a falta de preparo dos mais pobres. Não há esforço capaz de elevar a escolaridade ao patamar necessário e a concorrência inerente ao modo de produção capitalista não espera. Portanto, não é questão de esforço e tenacidade [...] (SOUZA, 2013, pp. 292-293).

Ou seja, são respostas equivocadas na luta contra a extrema pobreza, adotando-se uma perspectiva de que é preciso elevar as habilidades dos mais pobres (SOUZA, 2013), desconsiderando que as disparidades existentes entre as exigências imediatas do mercado de trabalho e a falta de preparo dessas populações não devem ser atribuídas aos sujeitos, mas são características do mercado de trabalho contemporâneo e à concorrência inerente ao modo de produção capitalista.

Nessa perspectiva, Mattos (2006, s/p) destaca que

A proposta de capacitação profissional como solução capitalista é emblemática: parte do pressuposto que o desemprego é um problema individual relacionado à qualificação profissional, como se houvesse emprego para todos os “qualificados”. Esquece que a demanda por força de trabalho depende do crescimento dos mercados e não da qualificação profissional. Assim, a qualificação serve somente para o trabalhador individual se tornar mais competitivo, porém a classe trabalhadora mais qualificada traria mais concorrência e queda nos salários. Se favorece o trabalhador individual, a qualificação prejudica a classe trabalhadora e não pode ser adotada como solução ao desemprego que atinge o coletivo dos trabalhadores.

Dessa forma, o investimento em qualificação, segundo Silva (2009, p.86) acaba por ser uma tentativa de explicar o desemprego como “ausência de qualificação, inaptidão, incompetência e outros atributos individuais dos trabalhadores e não uma condição estrutural do capitalismo”, quando na verdade, as questões que atravessam esse contexto são muito mais amplas e estruturais.

Inclusive, é preciso pensar que, diante da heterogeneidade da população em situação de rua, ofertas massificadas, que não se atentem para as singularidades desses sujeitos, cujos modos de vida tiveram de se adaptar às demandas da rua, como a flexibilidade, a falta de rotina e horários, a necessidade de buscar a sobrevivência diária, podem também ser pouco efetivas.

Dessa forma, é importante ter a compreensão crítica de que, embora a importância de se qualificar e se preparar para o mercado de trabalho contemporâneo venha sendo advogada como uma necessidade premente à qualquer trabalhador, independentemente de suas condições, parece haver uma limitação das ações de inclusão produtiva que se resumem à qualificação e capacitação profissional, pois essa

perspectiva evoca um aspecto de responsabilização do sujeito que, após ser qualificado, deve se incluir no mercado de trabalho.

Desta forma, a forma como esses cursos estão estruturados e são oferecidos aos sujeitos, sem considerar seus interesses, experiências pregressas etc., tendem a produzir muito pouco ou nenhum acesso. As políticas de trabalho apenas voltadas à qualificação profissional/preparação para o mercado de trabalho, com foco em áreas historicamente pré-determinadas (construção civil, padeiro etc.), sem diagnóstico territorial e das demandas dos sujeitos a quem se destinam, demonstram apenas interesses em desenvolver determinadas áreas econômicas, desenvolvendo mão de obra qualificada para as mesmas, mostrando exatamente onde se deseja que essas pessoas se insiram, ainda que sejam a forma privilegiada que a política de Assistência Social parece ter localizado para garantir o “direito ao trabalho” (SOUZA, 2013, grifo nosso).

Cabe, portanto, uma reflexão acerca das tensões entre o papel esperado *versus* o papel real que a política de Assistência Social vem oferecendo na dimensão do trabalho: ela estaria, de fato, garantindo o direito ao acesso ao trabalho, ou permaneceria contribuindo para a perpetuação da ideia de que os sujeitos atendidos por essa política apenas o são porque fracassaram na empreitada da conquista de um trabalho e, por essa razão, necessitam da assistência a sua pobreza, lógica que apenas recrudescer sua estigmatização, seu isolamento e sua invisibilidade.

O referencial teórico aqui adotado também nos auxilia a compreender que, muitas vezes, as políticas públicas são planejadas e implementadas por quem está no lado Norte a partir de sua racionalidade hegemônica, mas recaindo sobre quem está no Sul. Assim, talvez seja com ações como as de capacitação ofertadas, que quase sempre estão relacionadas à oferta possível pelo Norte, ou à necessidade de se responder a alguma demanda de mercado estando, muitas vezes, deslocadas das reais necessidades, potências, desejos, histórias de trabalho dos sujeitos etc., o que tende a ser pouco eficiente.

É também sugestivo que a perspectiva dos participantes esteja alinhada com aquilo que é praticamente consenso na literatura internacional – produzida essencialmente em países do Norte, geográfica e metaforicamente falando, na medida em que reproduzem uma lógica hegemônica, calcada no neoliberalismo, de



individualizar não somente as causas, mas também as respostas para os problemas sociais.

Essa lógica da oferta de capacitação e profissionalização de “cima para baixo” deveria, pois, ser invertida, numa proposição em que as ideias sejam construídas a partir e com o Sul, isto é, de quem é que realmente vive a opressão e a exclusão, afinal, só eles podem dizer o que realmente desejam e necessitam. Quando isso não acontece, temos, mais uma vez, o Norte colonizando o conhecimento, a cultura e os modos de vida do Sul – e, partindo do princípio que a população em situação de rua “não sabe” o que precisa, o que fazer e precisa ser ensinada. É preciso, portanto, que existam alternativas a partir do Sul, que deem real visibilidade e condições de emancipação a esses sujeitos.

Por fim, a compreensão dos coordenadores do cooperativismo como resposta institucional possível para o acesso inclusão produtiva de pessoas em situação de rua é reiterada na literatura nacional. Na pesquisa de Mattos (2006, s/p), alguns dos participantes sinalizaram o trabalho cooperativo e solidário como uma das formas de saída das ruas, através da valorização da capacidade individual e da autonomia dos sujeitos.

O que nos interessa mais imediatamente [...] é o fato de os empreendimentos solidários oferecerem uma solução efetiva para os dois problemas levantados sobre os empecilhos ao trabalho assalariado como alternativa para a saída das ruas: o desemprego global [...]; e à exploração econômica e cerceamento à liberdade individual.

A esse autor, que pesquisou processos de superação da situação de rua, alguns participantes relataram a dificuldade em se adaptar ao trabalho formal, no mercado capitalista, que para eles está totalmente associado à falta de liberdade, imposição de regras e valores dos quais não partilham ou não compactuam após a ida/saída da rua.

De acordo com Singer (2002, p.10), a “economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual” e, dessa forma, um modo de produção baseado na igualdade, pautado por princípios como a autogestão e a participação democrática de todos os membros, a propriedade coletiva dos meios de produção, não havendo entre os participantes, portanto, relações verticalizadas e de poder uns sobre os outros, tornando-se uma alternativa ao modo de produção hegemônico (capitalista). Representa não só outra forma de organização do trabalho, mas se assume também como um

posicionamento político, diante do desejo de construção de relações de trabalho e econômicas pautadas na solidariedade e na redução das desigualdades.

Para Gaiger (2003, p.184), haveria, inclusive, um esforço em promover a economia solidária “como uma resposta para os excluídos, como base de um modelo de desenvolvimento comprometido com os trabalhadores, como saída diante do aprofundamento das iniquidades, das políticas neoliberais, do próprio capitalismo”. De forma geral, portanto, a economia solidária representa uma alternativa de mudança, questionando a sociedade, desde sua forma de fazer política, seu consumo desenfreado e a intensificação das desigualdades, especialmente de acesso ao trabalho.

Assim, para muitos sujeitos, excluídos/afastados historicamente do mercado de trabalho, como no caso da população em situação de rua, a economia solidária configura-se como possibilidade, muitas vezes única, de inclusão.

De acordo com Lussi, Ricci e Pinho (2017), o trabalho autogestionário e cooperativo, na perspectiva da Economia Solidária, possibilita aos sujeitos experimentar novas formas de relação com o trabalho, mobilizando diferentes recursos, afetos e desejos, através da construção de protagonismo, autonomia e cidadania, o que a torna uma possibilidade interessante para a inclusão produtiva da população em situação de rua, além de seu compromisso na promoção do bem-estar individual e coletivo pelas trocas materiais e sociais, com a valorização das capacidades individuais e coletivas e a retomada de valor social (GHIRARDI et al., 2005).

Além do potencial de geração de renda, o trabalho cooperado pode representar a esses sujeitos a possibilidade de experimentar novas relações e vivências e construir novos significados para o trabalho (BARRETO, LOPES; PAULA, 2013), numa perspectiva de construção coletiva das diretrizes, regras e negociações dessa atividade, a partir das demandas, interesses e singularidades dos participantes que compõem um empreendimento.

Nesse aspecto, Mattos (2006, s/p), destaca que para a população em situação de rua, essa aproximação pode significar que

[...] nas cooperativas ou associações, se promove a geração de renda para pessoas que de outra forma não teriam oportunidades de sobrevivência por meio da venda da força de trabalho; reestrutura-se os vínculos interpessoais, criando um grupo de pertença coeso e solidário, muitas vezes chamado de família pelos seus membros; rompe-se com a dependência institucional, frequente nessa população, fazendo seus integrantes se desenvolverem pessoalmente ao gerir coletivamente o próprio empreendimento solidário; e

favorece-se o surgimento de atores políticos que lutam por seus direitos sociais em cidadania ativa [...]

Ou seja, diante das dificuldades no acesso ao mercado de trabalho formal, capitalista, a possibilidade de participação em empreendimentos econômicos solidários (EES) se constituiria, além de uma oportunidade de geração de renda, a vivência de novas formas de convívio e de acordos, regras, ainda que de forma mais flexível e solidária, garantindo, acima de tudo, o exercício da autonomia, a partir da experiência da autogestão e da gestão coletiva da atividade de trabalho, das retiradas e das condições para esse processo.

A partir da experiência de tentativa de incubação de uma cooperativa junto à pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo, Ghirardi et al (2005, p. 608) destacam que, embora seja necessário romper com a ideia de que as pessoas em situação de rua são incapazes de desenvolver a autonomia para esse processo,

[...] é necessário ter em mente as peculiaridades de uma população com extrema dificuldade em se apropriar de uma proposta que pretende estabelecer vínculos de cooperação e de produção, uma vez que seu dia-a-dia está submetido ao extremo abandono decorrente do processo de desfiliação e de precarização das relações sociais.

A fragilidade dos vínculos e a vulnerabilidade que permeou e permeia as relações sociais de muitos daqueles que estão nas ruas, criando desconfiança e insegurança no estabelecimento de novas formas de estar com o outro, deve ser um aspecto a ser atentado na tentativa de promover a inclusão produtiva, especialmente a partir da participação em EES.

Neste sentido, Oliveira (2007) afirma que os serviços ou mesmo os grupos que pretendem incubar empreendimentos junto a essa população nem sempre estão preparados para lidar com as especificidades deste público, tais como rotatividade, problemas ligados ao consumo de álcool e drogas, sofrimento psíquico, ausências ligadas à prioridade da sobrevivência etc., criando-se uma expectativa inicial de realização de uma atividade, sem levar em conta tais singularidades que interferem diretamente no trabalho junto a essa população.

O longo prazo de construção de uma cooperativa, por sua vez, confronta-se, segundo Mattos (2006, s/p) “no imediatismo ou presenteísmo típicos do cotidiano contemporâneo: satisfação imediata dos desejos e abdicção de projetos para a transformação do futuro” que, para o autor, são ainda mais intensos/necessários à vida na rua. Por outro lado, faz-se necessário modificar/romper com a visão de trabalho

hegemônica enraizada nos próprios sujeitos, valorizando àquelas atividades com características capitalistas, o “emprego”, o trabalho formal, com registro em carteira profissional (OLIVEIRA, 2007), como a única forma legítima de acesso ao mundo do trabalho, uma vez que, inclusive,

[...] o ingresso em relações de produção solidárias pode auxiliar na constituição de um grupo de pertencimento no qual a pessoa possa constituir sua identidade em uma estrutura mais estável de relações de confiança mútua, de forma a permitir trocas afetivas de valorização dos membros envolvidos (MATTOS, HELOANI e FERREIRA, 2008, p. 116).

Ressalta-se que, no âmbito do governo federal, no ano de 2013, foi instituído por meio do Decreto nº 8163/2013, o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (PRONACOOP SOCIAL)<sup>36</sup>, que em seu Artigo 1º, define sua finalidade como “planejar, coordenar, executar e monitorar as ações voltadas ao desenvolvimento das cooperativas sociais e dos empreendimentos econômicos solidários sociais”, buscando a inserção no mundo do trabalho de pessoas em situação de desvantagem social, por meio de cooperativas sociais e empreendimentos econômicos sociais. Entre as pessoas em situação de desvantagem social estão as pessoas em situação de rua (TYGEL, 2017).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), articuladora do PRONACOOP SOCIAL, investiu esforços na parceria entre o Ministério do Trabalho e Emprego – ao qual esteve vinculada desde sua implantação, em 2003, até 2016 – e o Ministério do Desenvolvimento Social com vistas ao fomento de iniciativas de inclusão no trabalho de pessoas em situação de rua por meio da economia solidária.

Cabe pontuar que apesar de ter surgido nas respostas dos participantes às questões abertas, esse aspecto da inclusão produtiva apareceu pouco nas ações de inclusão produtiva desenvolvidas pelos equipamentos identificadas por eles, sinalizando que embora tenha emergido nas respostas dos participantes, os serviços socioassistenciais ainda precisam ser fortalecidos no seu papel fundamental na articulação com possíveis parcerias e, acima de tudo, na sensibilização quanto ao tema, mobilizando espaços informativos e formativos acerca do mesmo, das possibilidades disponíveis no município, facilitando o acesso dos usuários a essa alternativa contra-hegemônica que pode ser relevante, mas ainda muito subestimada ou desconhecida.

---

<sup>36</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/decreto/D8163.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/decreto/D8163.htm). Acesso em 28 Dez. 2018.

Entretanto, atribuir esse papel a esses serviços também pressupõe capacitar e sensibilizar as equipes quanto ao tema, dando condições para que possam pautá-lo no cotidiano de trabalho. O que também reforça a articulação necessária com instituições de fomento ao trabalho cooperado, à economia solidária, incubadoras de empreendimentos econômicos solidários etc., implicando, mais uma vez, numa construção compartilhada de uma rede de suporte para superação das questões micro e macrosociais, que envolva diferentes setores sociais e promova a atenção aos diferentes aspectos relacionados à situação de rua.

A economia solidária como uma alternativa dentro daquilo que compõe o cosmopolitismo subalterno, que se contrapõe à globalização hegemônica, atua em prol de projetos de inclusão, projetos emancipatórios dos indivíduos que estão no Sul abissal. Ou seja, ela se localiza como uma alternativa à lógica produtivista imposta pelo capitalismo, uma outra forma de produzir e viver bem como de reinventar a emancipação social, de modo contra-hegemônico (SANTOS, 2005).

Ora, e se a emancipação social, para o Norte, só é possível vinculada ao capitalismo, a Economia Solidária seria então uma forma de resistência, uma potência emancipatória e uma alternativa para retirar o Sul da invisibilidade. No contexto da Sociologia das Ausências, de visibilidade aos modos de conhecimento e práticas sociais, desacreditadas por fugirem à lógica produtiva hegemônica, seria uma forma de expandir o presente, reconhecendo ser possível outros modos não hegemônicos de produzir, ser, estar e pertencer no mundo enquanto sujeito e enquanto trabalhadores, algo que abordaremos novamente adiante.

Compreender as ações e respostas institucionais possíveis e estratégicas que os participantes apontam para o acesso da população em situação de rua à inclusão produtiva sinaliza e ressalta, não só os limites, mas também as potências e pistas que esses serviços podem seguir no desenvolvimento e planejamento de ações, especialmente na articulação com as diferentes políticas, na percepção das singularidades de seu público, bem como a mediação das reais necessidades e garantia de direitos sociais aos sujeitos que os acessam, e diminuindo a distância entre eles e a linha abissal, criando condições para que essa distância não só diminua, mas possa ser superada coletiva e intersetorialmente, não por meio do trabalho exclusivamente, mas aliada a outras formas que poderão sustentar a emancipação social desses sujeitos.

### 7.5.3 Critérios e atributos considerados nas pessoas em situação de rua para participação em ações de inclusão produtiva.

Apareceu um migrante, procedente do interior de um estado do Nordeste, desejando voltar para São Paulo/SP. Conta que viveu na capital nos últimos meses e que saiu da cidade de origem para buscar trabalho. Em São Paulo/SP, participou do curso do Programa Trabalho Novo, da gestão Dória, e diz que deveria ter insistido, pois eles “teriam lhe arrumado emprego”. Sobre o curso, fala que “aprendeu a se comportar”. Acabou vindo para o interior do estado em busca de trabalho e, sem sucesso, queria voltar para a capital.

Diário de Campo - Fevereiro/2018.

Os participantes elencaram aquilo que consideram atributo necessário para participação/encaminhamento/intermediação das pessoas em situação de rua acompanhadas pelos equipamentos no que tange às ações de inclusão produtiva. Embora os participantes tenham ressaltado que as exigências específicas das vagas de emprego, empregadores e instituições externas que oferecem oportunidades para inclusão produtiva precisam ser atendidas, tais como critérios para os cursos ou intermediação de vagas de trabalho, nível de escolaridade e experiências profissionais progressas, destacaram-se outros aspectos a serem correspondidos pelos sujeitos em situação de rua. Assim, a “motivação”, “interesse”, “condições de saúde/saúde mental”, “bom comportamento”, ou simplesmente, “estar em situação de rua” foram mencionados pelos participantes como critérios e condições que os serviços levam em conta para planejar determinadas respostas institucionais, como encaminhamentos para inclusão no trabalho como um elemento no acompanhamento das pessoas atendidas, ou mesmo a proposição dessa dimensão do trabalho aos usuários. Os relatos a seguir ilustram estes resultados.

*Primeiro critério é o usuário querer fazer parte, depois a triagem feita em atendimentos junto com o usuário sobre seu real desejo e interesse, em casos de exigência de nível de escolaridade esse também vem como principal critério. (Estudo 1/P2)*

*O único critério é o interesse do candidato. Eventualmente, cursos disponíveis ofertados em convênio com instituições (Centro Paula Souza, Sistema S e outros) trazem seus próprios critérios, como escolaridade ou algum conhecimento prévio. (Estudo 1/P7)*

Além disso, os participantes apontam como condições a “participação efetiva no Centro Pop” ou “pernoitar na Casa de Passagem” ou, ainda, estar “no momento certo”,

referindo-se às questões de saúde mental e ao uso de substâncias psicoativas, sugerindo estabilidade dessas condições, como mostram os relatos a seguir.

*Os critérios são específicos para cada atividade. Porém envolvem interesse, participação efetiva no Centro Pop, Acompanhamento e Bom comportamento. (Estudo 1/P11)*

*Os critérios são: frequência diária e participativa do usuário/a no Centro Pop e pernoitar na Casa de Passagem, sem faltas injustificadas, bem como evitar o uso abusivo de álcool e drogas psicoativas. (Estudo 1/P12).*

*O único critério é a disponibilidade da pessoa, para além da avaliação da equipe se esta pessoa está no momento certo para a inclusão (deve-se ater as questões de saúde mental - se em uso de substâncias psicoativas, se dependente químico, em qual grau se encontra no momento, se com agravos e/ou presença de transtornos etc.; além do nível de educação formal), sendo um processo gradativo. (Estudo 1/P9).*

Se por um lado, é inquestionável que o interesse e a motivação sejam elementos fundamentais para o engajamento em qualquer atividade, seja ela individual, coletiva, voltada ou não ao trabalho etc., por outro, um dos fatores que podem contribuir para a mobilização e participação seria o alinhamento e a coerência entre as oportunidades ofertadas aos sujeitos e os seus interesses pessoais, suas demandas, as trajetórias ocupacionais vivenciadas ao longo da vida e, talvez o mais relevante, o próprio envolvimento desses sujeitos na construção das ofertas/ações a eles destinadas. Desse modo, como vimos refletindo, ações baseadas numa lógica verticalizada, “de cima para baixo”, idealizada com base nas referências e nas percepções de quem não compartilha as mesmas vivências, a mesma exclusão e a mesma invisibilidade, inerente à quem vive na rua, tendem a ser pouco efetivas e, pior, podem intensificar a exclusão e a culpabilização desses indivíduos frente à desmotivação e ao desinteresse naquilo que lhes é imposto como referência e necessidade.

Logo, o planejamento de ações para essa população, incluindo a inclusão produtiva, não pode prescindir da consideração dos interesses pessoais, das necessidades, das dificuldades vivenciadas, bem como habilidades já desenvolvidas, considerando as demandas, os interesses pessoais, as trajetórias ocupacionais e a própria participação do usuário nessa construção, possibilitando significado e sentido para a inclusão (ABBOT; BLAKE, 1988), especialmente para aqueles que sempre estiveram excluídos desse cenário e que nem chegaram a adentrar o mundo do trabalho.

Por outro lado, a literatura ressalta o papel fundamental dos profissionais diretamente envolvidos com a população em situação de rua na sensibilização para

participação, (SHAHEEN; RIO, 2007), bem como a (re) elaboração de novos significados e sentidos acerca dos projetos de vida, o que impõe aos técnicos uma postura que possibilite conciliar as possibilidades concretas disponíveis aos interesses, às dificuldades e às potências de cada sujeito nesse processo, permitindo as traduções, as articulações e as condições necessárias para construção de um acesso possível. Ou seja, a própria ação técnica precisa também se descolonizar para que permita construções horizontalizadas e saberes compartilhados entre o trabalho que se coloca na política e nas respostas institucionais possíveis e os significados e desejos dos sujeitos.

Além disso, a perspectiva apresentada pelos participantes parece indicar um entendimento de que o trabalho não pode ser tratado como elemento obrigatório no acompanhamento desses sujeitos, facultando-lhes o desejo, o interesse e a escolha de participar das ações voltadas à inclusão produtiva. Ou seja, apesar da importância atribuída ao trabalho no processo de acompanhamento e mesmo de superação da situação de rua como temos visto, ele não pode prescindir da escolha e do desejo de fazer parte desse processo por parte de quem está em situação de rua, rompendo com a concepção hegemônica de “obrigação de trabalhar” por parte dos considerados “vagabundos”, justamente por não estarem engajados na lógica produtiva que predomina na sociedade capitalista.

Assim, compreender que o trabalho não pode ser condição para outros acessos ou uma imposição aos frequentadores dos equipamentos socioassistenciais é garantir que a possibilidade dessa inclusão não reitere lugares de exclusão a quem não se enquadra ou não deseja esse acesso. Ou, ainda, para quem isso não chega nem a se colocar como possibilidade concreta diante das questões estruturais, como temos visto.

Sobre a frequência nos equipamentos socioassistenciais sinalizada pelos participantes como um critério importante para o acesso àquilo que se oferece como resposta institucional à demanda por trabalho, se por um lado pode configurar aos participantes um indicador de interesse/envolvimento no acompanhamento e nas ações ofertadas, mediante o papel que os Centros Pop pretendem ter no suporte e acolhimento desses sujeitos, por outro, pode recrudescer lugares de exclusão a quem não se enquadra às lógicas e aos modos de vida que, de certa forma, são “impostos” nesses locais, a partir das regras institucionais e para a convivência.



Os resultados da I Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua, por exemplo, identificaram que 46,5% dos entrevistados preferiam dormir nas ruas a dormir em Albergues devido, principalmente, à falta de liberdade, aos horários e rotinas desses equipamentos (BRASIL, 2008b), o que vai na contramão dessa condição.

Além disso, estudos apontam que, muitas vezes, a própria permanência em instituições de acolhimento noturno, como Albergues, tende a dificultar o engajamento em outras atividades, devido às práticas que impedem/dificultam o acesso ao trabalho, como a pouca possibilidade de descanso, rigidez nos horários, nos cronogramas e regras etc. (POREMSKI; WHITLER; LATIMER, 2014). Segundo Shier, Jones e Graham (2012), o fato de esses equipamentos se concentrarem na condição geral das pessoas, no fornecimento de abrigo temporário e na satisfação das necessidades básicas dessa população quase nunca oferece estratégias ou seguranças específicas para algum suporte ao trabalho.

Esse aspecto é reiterado por Snow e Anderson (1998), cuja pesquisa etnográfica nos Estados Unidos identificou que, quando as pessoas em situação de rua obtêm um trabalho acabam por se deparar com problemas de diversas ordens, como os horários dos albergues, ficando frequentemente divididos entre as exigências do trabalho e as limitações burocráticas das instituições assistenciais. Ademais, os salários raramente são suficientes para pagar uma moradia, sendo que “os empregos de baixa remuneração tendem a reforçar a dependência das instituições de rua com cujos horários eles conflitam” (SNOW; ANDERSON, 1998, p. 200).

A depender de sua estrutura, os albergues e os demais serviços socioassistenciais podem se configurar como auxílio ou empecilho na busca por acessos e ao próprio trabalho, na medida em que a inflexibilidade de suas regras e horários se tornam incompatíveis com a procura ou a permanência em trabalhos (MATTOS, 2006). Tornar a frequência nos equipamentos ou criar inúmeras regras para os acessos disponíveis pode, portanto, desestimular e excluir aqueles usuários que não se adaptam aos modelos preconizados, geralmente construídos de forma pouco compartilhadas.

Ou seja, mais inviabilizam do que criam acessos. E desse modo, as respostas institucionais disponíveis hoje, via política pública, em seus recortes e critérios, nem sempre conseguem favorecer, de fato, os acessos necessários, contribuindo para cronificar a invisibilidade, expressão da linha abissal que permanece segregando e

excluindo esses sujeitos. Retroalimentam um processo de exclusão e dependência institucional por meio de suas práticas.

A partir dessa perspectiva, Mattos (2006) afirma que a autonomia se conquista a partir da saída/fuga dos albergues e não na permanência neles, uma vez que isso possibilita a gerência do próprio cotidiano, com as próprias regras, rompendo com a ideia de dependência institucional, sinalizando que a autonomia se constrói na possibilidade real e concreta de fazê-la, e não na tutela que acaba se camuflando por detrás de determinadas ações institucionais.

Nesse aspecto, Marcolino (2012) afirma que a flexibilidade na construção das regras de convívio e permanência nas instituições de acolhimento contribui para a construção de projetos de vida e de autonomia. Acrescenta-se a isso, a possibilidade de que os saberes técnicos e institucionais possam ser acrescidos dos saberes e das experiências dos sujeitos na construção coletiva e democrática daquilo que se pretende construir como relação institucional, diminuindo a distância que muitas vezes se coloca entre esses saberes.

Ressalta-se, ainda, que a permanência nesses espaços precisa ser concebida como um direito, do qual abrir mão é uma escolha – e que não deve ser um impedimento ao acesso aos demais direitos sociais. Em situações como essa, entende-se que a desconstrução do assistencialismo permanece sendo uma necessidade para que a condição de sujeito de direitos, ainda muito frágil, possa de fato se concretizar.

Um contraponto importante trazido na literatura internacional são os serviços e ações de baixa exigência, como o *Housing First* (TSEMBERIS; GULCUR; NAKAE (2004) e a analogia na oferta de trabalho, o *Working First* (SHAHEEN; RIO, 2007), que defendem que o estabelecimento de inúmeros critérios e condições para o acesso ao trabalho, moradia, tratamento etc., por quem vive na rua, pode gerar ainda mais dificuldades, tornando esses direitos muitas vezes inalcançáveis, uma vez que reforça um ideal de processualidade, em que primeiro tem que cumprir uma etapa para conquistar as subsequentes, o que pode ser extremamente desmotivador para a população em situação de rua.

São abordagens que partem do princípio que os sujeitos aderem melhor àquilo que de fato desejam sendo papel técnico dos profissionais auxiliar os sujeitos a serem capazes de obter o que desejam quando essa demanda é identificada (SHAHEEN;RIO,

2007), a partir da oferta de respostas institucionais mais rápidas, que deem condições de que essas contrapartidas sejam efetivas e materializem os processos desejados, prescindindo do estabelecimento de condições pouco realizáveis.

Assim, a oferta de acolhimento institucional e serviços de baixa exigência (como por exemplo, sem pré-requisitos como necessidade de abstinência) entende que o atendimento imediato das demandas, especialmente de moradia, tende a favorecer a estabilidade, facilitando/favorecendo a aquisição de habilidades, autonomia e cuidado, em contraposição à uma abordagem tradicional, que pressupõe que os sujeitos precisam ter suas condições clínicas estabilizadas a fim de que sejam incluídos em suas ofertas. De acordo Tsemberis, Gulcur e Nakae (2004), o foco desse tipo de serviço deve ser, principalmente, os sujeitos que estão em situação de rua há muito tempo, partindo do princípio de que a habitação consiste num direito básico, independentemente de qualquer situação em que os sujeitos venham a apresentar.

Da mesma forma, a aplicação de critérios para iniciar um trabalho como experiências progressas, envolvimento recente com o mundo do trabalho, habilidades muito específicas, determinados níveis de escolaridade etc., reforça a ideia de que a maioria das pessoas em situação de rua jamais estará preparada para o trabalho até que preecham todos os critérios (COOK et al, 2001; SHAHEEN; RIO, 2007). Ou seja, aliada às impossibilidades estruturais de encontrar e ocupar algum lugar nesse mundo do trabalho, inviabiliza qualquer possibilidade de algum acesso, alguma aproximação com a linha abissal que os exclui radicalmente.

Como temos visto, as respostas institucionais à inclusão produtiva da população em situação de rua têm se baseado, essencialmente, na oferta de algum treinamento ou capacitação profissional – ações em que, além de difícil permanência e assiduidade, mesmo que o candidato/pessoa em situação de rua cumpra com todos os requisitos ou complete a programação exigida, não há garantia alguma de acesso ao emprego (COOK et al, 2001; SHAHEEN; RIO, 2007).

Isso pode reforçar radicalmente os sentimentos de fracasso, desesperança e desconfiança nas ações propostas, o que sustenta a defesa de Shaheen e Rio (2007) de que a estratégia mais motivadora para esses sujeitos seja a oferta rápida de emprego, de acordo com suas condições atuais, o que significa dar a eles opções para se envolver em

atividades produtivas, mesmo nos estágios iniciais de acompanhamento ou em que a estabilidade normalmente esperada, ainda não foi atingida.

Na perspectiva de “*working first*” (SHAHEEN; RIO, 2007), a oportunidade de realizar algum trabalho pelas pessoas em situação de rua deve ser privilegiada desde os primeiros esforços para superação da situação de rua, em vez de ser considerada apenas como um resultado longínquo, às vezes inalcançável, do processo de acompanhamento. Os autores alertam, porém, que isso não significa as essas pessoas terem que ser engajadas em empregos convencionais, mas que possam ser encorajadas a participar de estratégias apoiadas. Ou outras formas de ser incluído que passem também por outras formas de produzir, para além da lógica produtiva capitalista, na qual sabemos que esses espaços dificilmente serão criados.

Romper com essa lógica, portanto, pressupõe uma compreensão contra-hegemônica de que esses sujeitos precisam atingir todos os critérios para, daí então, tornarem-se aptos para o acesso a programas de inclusão produtiva, entendendo que os processos podem ser concomitantes e com compartilhamento de responsabilidades, a partir de discursos, ações e parcerias que sustentem esse trabalho.

Apesar das evidências trazidas pela literatura, é inegável que esse tipo de garantia exige uma forte pactuação entre diferentes serviços e políticas, que devem estar preparados para construir respostas institucionais que acolham as demandas imediatas e deem continuidade e suporte ao acompanhamento das mesmas ao longo do tempo, atuando como corresponsáveis junto às pessoas em situação de rua nesse processo.

Como vimos, o Programa de Braços Abertos, baseou-se nessa premissa que, associada à oferta de moradia, cuidados e renda, parece ter tido efeitos significativos na redução do consumo de substâncias psicoativas, como o crack (RIBEIRO, 2016)<sup>37</sup>, numa perspectiva de redução de danos; entretanto, o Programa acabou por enfrentar fortes críticas justamente por essa medida, apesar dos bons resultados, tendo sido encerrado na mudança de gestão municipal, no ano de 2017 (ZYLBERKAN, 2018)<sup>38</sup>,

---

<sup>37</sup> Matéria: “Programa “De Braços Abertos” terá mais 500 vagas em SP - Haddad anunciou que vai abrir mais 500 vagas no programa De Braços Abertos, que oferece trabalho, moradia, alimentação e salário para dependentes químicos” por Bruno Ribeiro, (17/06/2016). Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/programa-bracos-abertos-ganha-500-vagas-espalhadas-pela-cidade-de-sp/>. Acesso em 02 Nov. 2018.

<sup>38</sup> Matéria “Doria encerra 'bolsa varrição' criada por Haddad na cracolândia - Preocupação é se os dependentes terão condições de trabalhar no setor privado”, por Mariana Zylberkan (23/01/2018).

sendo substituído por um novo programa, dessa vez pautado na formação pessoal/profissional e na parceria com empresas privadas, o “Trabalho Novo” (GRAGNANI, 2017)<sup>39</sup>.

Inovadora no Brasil, e de certa forma, contra-hegemônica, a perspectiva do Programa Braços Abertos foi rebatida pelo pensamento colonizador hegemônico por trás da ideia do Programa Trabalho Novo, já que parece muito mais aceitável atribuir aos sujeitos a formação profissional e a capacidade de se incluir no mercado de trabalho ofertado pelas empresas, a compreender um programa que tenta amortecer os impactos conjunturais de uma população historicamente excluída e invisibilizada.

Por fim, embora não tenha sido explicitado ao que exatamente se refere, critérios como “bom comportamento” podem representar uma, dentre outras várias estratégias de normatização daquilo que se julga “inadequado” frente às referências hegemônicas de produtividade, de socialização, de ocupação do espaço urbano, de vínculos familiares, hábitos, valores etc. O “bom comportamento”, enquanto condição de acesso ao que é supostamente direito perpetua a lógica do favor, da tutela, da regulação, da apropriação, do controle e de violência, mesmo que simbólica.

Nessa categoria, vimos que, por detrás das respostas institucionais, existem critérios de adesão e inclusão que, se por um lado existem, pois estão vinculados e justificados ao domínio institucional, por outro, retroalimentam situações de exclusão, por suas características muitas vezes inalcançáveis por quem está vivenciando o extremo da exclusão abissal. As estratégias de baixa exigência, apesar dos desafios para sua implantação, já que demandam uma estrutura e articulações bem distintas das que temos disponíveis hoje, mostram que as ações para essa população precisam superar seu caráter hegemônico de tutela e assistencialismo, bem como de suas características imediatistas, em prol de ações efetivas que possam não só estabilizar, mas romper com a cronificação das trajetórias de vida que se desenrolam na rua.

As exigências inalcançáveis tendem a se reproduzir, mais uma vez, sob a lógica da responsabilização individual, tão inerente ao modelo neoliberal, em que a

---

Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/03/doria-encerra-bolsa-varricao-criada-por-haddad-na-cracolandia.shtml> Acesso em 02 Nov. 2018.

<sup>39</sup> Matéria “*Ação de Doria para moradores de rua tem de demissão a autoestima em alta*”, por Juliana Gragnani (10/04/2017). Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/04/1874091-acao-de-doria-para-moradores-de-rua-tem-de-demissao-a-autoestima-em-alta.shtml> Acesso em: 02 Nov. 2018.

culpabilização pela dificuldade em dar conta dos processos necessários para atingir determinado objetivo reitera o lugar de incapazes e improdutivos atribuídos a esses sujeitos.

#### 7.5.4 Dificuldades e desafios para a inclusão produtiva da população em situação de rua

L. recaiu. Voltou contando que uma das preocupações é fazer cursos e não conseguir empregos (Ele já fez o curso de auxiliar de cozinha, pelo Programa Via Rápida Emprego e agora está no Time do Emprego). Nenhum tem vertente específica para a população em situação de rua. L. é daqueles usuários que nunca trabalhou formalmente e seu perfil é comum, jovens, cada vez mais novos, que nunca adentraram no mercado de trabalho formal e com uso abusivo de substâncias, provenientes de famílias quase sempre muito vulneráveis que os coloca para fora. É um dos mais jovens, nem chegou a completar o ensino fundamental e tem muitas dificuldades de aprendizado. Desde que caiu na rua, L. nunca mais fez os bicos que estava acostumado a fazer. Ninguém mais quer empregá-lo. Ao ouvir seu relato, lembrei-me do dia da sua formatura no Via Rápida – choro, a tristeza ao se despedir dos colegas, a vergonha pela vestimenta, a alegria das fotos com gente importante. E um diploma que nunca saiu do prontuário.

Diário de Campo -Fevereiro/2018

Por fim, os participantes trazem a perspectiva de que a inclusão produtiva das pessoas em situação de rua é permeada por dificuldades e desafios, ressaltando aspectos individuais, mas também elencando fatores relacionados aos serviços e à sociedade.

Para os participantes, fatores individuais como a baixa escolaridade, a carência de capacitação e experiência profissional, o uso problemático de substâncias psicoativas (SPAs) e a vivência de sofrimento psíquico, o histórico prisional e a dificuldade de adesão e de gestão financeira foram apontadas como dificuldades não só para o acesso, mas também para a permanência em ações de inclusão produtiva pela população em situação de rua.

Para além de aspectos centrados nas questões individuais, a escassez de iniciativas que atendam aos interesses e às necessidades individuais dos sujeitos em situação de rua e o fato de as políticas para essa população ainda serem recentes foram elencadas como entraves à assistência e à proposição de ações para esse público. Por fim, o preconceito e a discriminação, que reiteram o imaginário social negativo acerca desses sujeitos são aspectos que se impõem contra a inclusão produtiva de quem vive e reproduz sua sobrevivência no espaço social da rua.

Um dos significados atribuídos pelos participantes sobre o que dificulta a inclusão produtiva dos sujeitos acompanhados pelos equipamentos socioassistenciais seria a gestão da vida cotidiana pela população em situação de rua, especialmente o

manejo do próprio dinheiro, a dificuldade em seguir ou adaptar-se às possíveis regras e exigências do mercado de trabalho formal, como mostram os relatos a seguir.

*Ter uma renda que contribua com sua saída da situação de rua é importante. Pena que eles não fazem uso adequado do dinheiro. (Estudo 1/P6)*

*Em vagas de trabalho, eles têm dificuldade de manter-se no trabalho e/ou administrar o ganho pela dependência química. (Estudo 1/P7)*

*[...] se inserir nas regras do mercado formal de trabalho. (Estudo 1/P8)*

Da mesma forma, a baixa escolaridade formal e a pouca qualificação, quase sempre incompatíveis com as exigências do mercado de trabalho contemporâneo, também são elementos que parecem contribuir para a dificuldade na inclusão produtiva das pessoas em situação de rua, na perspectiva dos participantes, como mostram os relatos a seguir.

*[a inclusão produtiva é] Importante, porém difícil devido ao perfil dos usuários e as restrições do mercado de trabalho. (Estudo 1/P3)*

*Uma das maiores dificuldades para inclusão da população em situação de rua no mercado de trabalho é a baixa escolaridade e falta de capacitação. (Estudo 1/P7)*

*Os maiores desafios são a baixa escolaridade e falta de capacitação. Uma vez oferecida a capacitação, se esbarra na falta de experiência profissional naquela área, exigida pelo mercado de trabalho. (Estudo 1/P8)*

O uso problemático de álcool e outras drogas, por sua vez, também se configura em dificuldade de motivação e engajamento em ações para inclusão produtiva, assim como na continuidade e permanência nas mesmas ou em trabalhos. Os relatos a seguir ilustram este resultado.

*[...] o uso abusivo de álcool e outras drogas por parte dos usuários. (Estudo 1/P5)*

*Questões pessoais como uso abusivo de álcool e outras drogas também são um dificultador. (Estudo 1/P7)*

*Em sua maioria, a população não tem tolerância a cursos a médio e longo prazo, além de fazer uso de bebidas alcoólicas e/ou drogas, além da dificuldade de inclusão em trabalhos formais. (Estudo 1/P9)*

*Organização interna e dependência química. (Estudo 1/P10)*

*A permanência nas atividades propostas devido ao uso abusivo de álcool e drogas que acaba comprometendo sua participação. (Estudo 1/P11)*

*É um grande desafio, pois na grande maioria são identificadas grandes potencialidades para o trabalho, no entanto a grande e maior dificuldade*



*encontrada pelos usuários é a luta contra a dependência química de Substâncias Psicoativas, lícitas ou ilícitas. (Estudo 1/P13)*

*Outra parcela do público, esta menor, mas com agravantes sérios de transtornos/doenças mentais, muitos adquiridos ou agravados pelo uso de álcool e/ou outras drogas. (Estudo 1/P13)*

Entretanto, na perspectiva dos participantes, faltam serviços e articulações com a saúde e saúde mental para um suporte mais qualificado e efetivo a essa população, o que também dificultaria a inclusão produtiva, como mostram os relatos a seguir.

*Além disso, o Centro POP se depara com uma rede de saúde municipal que não atende as demandas apresentadas pelos atendidos, com ausência de serviços e/ou unidades específicas de saúde. (Estudo 1/P13)*

*[é difícil] estar atrelada a outras ações e políticas tendo em vista a necessidade de organização interna do usuário, do convívio com regras, tratamento para uso abusivo de substâncias psicoativas, planejamento e organização financeira. (Estudo 1/P10)*

Ainda nesse âmbito da limitação dos serviços/rede de atenção, a escassez de ações, bem como o fato de serem bastante recentes, aparecem também como dificuldades/barreiras para a inclusão produtiva da população em situação de rua, como apontam os relatos a seguir.

*As ações voltadas à população em situação de rua ainda são recentes, sendo aprimoradas conforme sua execução. (Estudo 1/P1)*

*Poucas ações que ainda estão em fase de implementação e aprimoramento. (Estudo 1/P1)*

*Porém, faltam políticas de inclusão profissional para esta população. (Estudo 1/P5)*

Finalmente, outra dificuldade elencada pelos participantes à inclusão produtiva dos sujeitos acompanhados é o preconceito e a discriminação dirigidas à população em situação de rua, especialmente pela sociedade e o mercado de trabalho, conforme os relatos que seguem:

*Preconceito e estigmas relacionados ao perfil desta população por parte das instâncias públicas e comunitárias. (Estudo 1/P1)*

*O preconceito por parte dos empregadores [...] (Estudo 1/P5)*

*Culturalmente há a compreensão de que a população em situação de rua é quem propicia a maior parte de materiais acumulados em áreas públicas (...) Ainda, a população em situação de rua permanece longo período do dia em áreas públicas, normalmente em praças. Procedeu-se com a identificação de potencial da população em situação de rua, a necessidade de trabalhar questões de educação ambiental, mas, principalmente, a perspectiva de*

*mudar o olhar discriminatório frente à população em situação de rua. (Estudo 1/P9)*

*[...] ainda existe muito preconceito ao se falar de pessoas em situação de rua, sensibilizar as empresas a fornecerem espaços a esta população e capacitar estes usuários é uma ação que poderia resultar em bons frutos. (Estudo 1/P11)*

*[É um desafio] Romper com valores discriminatórios da sociedade frente à população em situação de rua, que fere gravemente a autoestima do público, inferindo significativamente em seu potencial laboral e reflexo em sua decisão de romper com laços familiares e, muitas vezes, fazer uso de bebida alcoólica e/ou drogas. (Estudo 1/P9)*

*Desconstruir a cultura popular que generaliza pessoas em situação de rua como vagabundos e desordeiros bem como com a tradição do assistencialismo e paternalismo, trazer o entendimento da importância da garantia de direitos de cidadãos e cidadãs e publicizar esses direitos. (Estudo 1/P12)*

Assim como a maior parte dos relatos dos participantes, parece ser comum que o foco da literatura e dos equipamentos que atendem pessoas em situação de rua a respeito dos impedimentos para inclusão produtiva estejam nos fatores pessoais ou características individuais desses sujeitos (SHIER; JONES; GRAHAM, 2012), especialmente localizadas no uso problemático de álcool e outras drogas e os prejuízos na saúde física e mental que decorreriam desse consumo, reiterando representações de que as limitações no acesso ao trabalho são essencialmente voltadas aos aspectos individuais.

Apesar da relevância do papel individual e do protagonismo dos indivíduos na transformação de sua realidade social, não pode ser desconsiderada a existência de barreiras que vão muito além dos aspectos individuais, abrangendo aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos, e que perpassam pela forma como a assistência a esses sujeitos está dada em determinado contexto, no tempo e na história, sendo, portanto, estruturais. Ou ainda, determinadas hegemonicamente pelo conhecimento, pelas leis e pela racionalidade do Norte abissal e que vão se reproduzindo e se justificando amparadas pelo conjunto de ações que foram sendo construídas e implementadas para essa população baseadas nessas referências hegemônicas.

No que tange à gestão da vida cotidiana, por exemplo, os modos de vida necessários à sobrevivência na rua, baseados especialmente no imediatismo e na vida presente, confrontam-se radicalmente com os procedimentos burocráticos e operacionais dos equipamentos e programas que atendem à população em situação de

rua (ABBOT; BLAKE, 1988), aspecto que, muitas vezes, pode ser compreendido como desrespeito e resistência individual dos sujeitos no cumprimento das mesmas. Ou de que são impedimentos pessoais, incapacidades do sujeito em responder àquilo que se impõe.

Como antecipamos, a rua parece distanciar os sujeitos das rotinas, das regras e da organização cotidiana, pois baseia-se em outras regras de socialização e convívio, estruturando-se a partir de outros tempos e referências, diferentes da espera do tempo burocrático, do cumprimento de formalidades, da adesão à regras rígidas e horários e, no limite, até mesmo da elaboração de projetos de vida e do estabelecimento de prioridades para a mesma, o que se acentua conforme o tempo de vida na rua se prolonga (SNOW; ANDERSON, 1998; FERGUSON; XIE; GLYNN, 2012; FERGUSON et al, 2012).

Para autores como Ferguson, Xie e Glynn (2012), a marginalização do cotidiano desses sujeitos que, muitas vezes não têm onde ou como se alimentar de forma satisfatória ou mesmo realizar sua higiene pessoal, diminui progressivamente as possibilidades de que as pessoas que estão há muito tempo na rua possam acessar ou mesmo permanecer no mercado de trabalho.

Assim, a instabilidade e a imprevisibilidade que marcam a vida nas ruas podem dificultar a realização de planejamentos em longo prazo, favorecendo o engajamento em trabalhos diários/temporários, que se de um modo possibilitam a sobrevivência cotidiana, reforçam a instabilidade da vida na rua (FERGUSON et al, 2012). Por outro lado, como temos discutido, promovem acessos muito intermitentes a alguma autonomia/inclusão, aspecto que também é reforçado pela própria estrutura do mercado de trabalho atual que, precarizado, não fornece estabilidade, garantias e confiança suficiente para que os trabalhadores possam se organizar e planejar mudanças, contribuindo para mantê-los na situação de vulnerabilidade e precariedade em que se encontram.

Instala-se um circuito fechado, em que a dedicação a trabalhos temporários, de curto prazo, com recebimento por tarefa realizada e pagamento imediato, reforça a marginalização das condições de vida e trabalho desses sujeitos, dando-lhes poucas oportunidades de acesso a condições objetivas de alguma mudança da realidade vivida.

Destaca-se, portanto, que viver na rua exige a resignificação de antigos modos de vida e a construção de novas estratégias de sobrevivência frente às situações que se

impõem, constituindo-se de maneira muito distinta daquela necessária àqueles que possuem moradia e redes sociais de suporte estáveis e confiáveis. (Sobre)viver na rua pressupõe “corres” diários que garantam o mínimo necessário à sobrevivência como saber o quê, onde e se vai haver como se alimentar; como e onde levantar renda ou onde dormir ou realizar os cuidados pessoais, tarefas que demandam estratégias e esforços diários, que recomeçam a cada novo dia, especialmente para aqueles que não têm acesso mínimo a equipamentos, serviços ou espaços de suporte.

Isso auxilia na compreensão para a referência que se cria para o uso do dinheiro, por exemplo. A inconstância e a imprevisibilidade no acesso à renda dificulta o planejamento do uso do dinheiro e facilita um manejo quase sempre baseado na satisfação das necessidades imediatas, afinal, não se sabe quando e se haverá nova entrada rapidamente, ou mesmo, de quanto ela será. A aquisição de comida, álcool ou mesmo outras drogas geralmente está ligada ao gasto rápido e imediato do dinheiro obtido, bem como a dificuldade em não ter onde ou como guardá-lo, fazendo com que o mesmo possa ser facilmente roubado ou perdido, assim como acontece com os pertences e documentos pessoais.

Além disso, é importante refletir sobre a perspectiva dos participantes acerca do uso adequado do dinheiro pelas pessoas em situação de rua sobre uma chave de leitura fundamental: o que constitui um uso adequado dos recursos financeiros e a quem é permitido usá-los indiscriminadamente, e a quem é adequado/desejável poupar, organizar-se financeiramente? Tensionamento que nos faz identificar que essa dificuldade atribuída às pessoas em situação de rua, mais do que uma necessidade de sobrevivência, é encarada de forma colonizadora por quem está no Norte, a partir da definição de como o outro, que se encontra em situação de inferioridade deve planejar, agir e decidir sobre a sua vida, partindo do pressuposto de quem ocupa o Sul abissal é incapaz de decidir sobre a sua própria vida ou embasado em suas próprias necessidades e referências.

Isso implica, portanto, que os equipamentos, ao planejarem e articularem suas ações, devem partir não só da identificação, mas também da compreensão, a partir dos saberes e das lógicas que os sujeitos em situação de rua foram construindo para sobreviver nela, substituindo práticas colonizadoras por ações que tenham por princípio o respeito aos modos de vida, às diferentes “fases” da vida na rua, entendendo que as

(re)construção de outras referências e sentidos devem ser informadas pelos saberes, referências, as necessidades e possibilidades dos sujeitos que estão na rua.

O próprio acesso ao trabalho formal, por exemplo, deixa de ser referência e perspectiva para muitos desses sujeitos e, mesmo o acesso a outras alternativas de inclusão no mundo do trabalho devem ser construídas coletiva e processualmente, entendendo que os modos de vida que supostamente impedem o acesso ao trabalho, são uma construção direta da vida baseada na rua, cuja mudança exige suporte, experimentação e corresponsabilização.

Argumentamos, mais uma vez, que é preciso compreender que as estratégias e os modos de vida tão destoantes daquilo que se vive no Norte da linha abissal, são decorrentes da necessidade de adaptação à exclusão e à vivência do outro lado da linha; são formas de resistência à exploração, à invisibilidade imposta, à violência e à apropriação de suas vidas.

Sobre essa processualidade, Marcolino (2012, p. 68) afirma que os serviços socioassistenciais que operam nesse sentido com a população em situação de rua, supondo a “gestão do tempo e das possibilidades que este vai construindo, operadas pelo próprio sujeito, contando com apoio e referências continuadas” tendem a facilitar a reconstrução dos projetos de vida, superando intervenções de caráter imediatista e paliativo, acompanhando os sujeitos em diferentes momentos da sua trajetória, entendendo que a reconstrução da vida se dá por meio de muitas tentativas, mas não devem ser impostas nem colonizadas.

Acerca da baixa escolaridade, a perspectiva dos participantes parece corroborar os dados da I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua que identificou, dentre os entrevistados, que enquanto 74% sabiam ler e escrever, 17,1% não sabiam escrever e 8,3% sabiam apenas assinar o próprio nome. Além disso, quase metade (48,4%) não concluiu o ensino fundamental e apenas 3,2% terminaram o ensino médio. Quase a totalidade (95%) não estudava no momento da pesquisa, sinalizando trajetórias que foram e permanecem marcadas pela falta de oportunidades de acesso, especialmente à educação, motivo que parece ter fundamentado o fato de que a Educação figure dentre as políticas públicas que devem compor intersetorialmente a atenção à população em situação de rua, no escopo da PNPR.

A literatura internacional também ressalta que as trajetórias de vulnerabilidade que marcam a vida ocupacional de muitos sujeitos em situação de rua são causadas e intensificadas pela evasão escolar precoce, assim como, a entrada precoce no mundo do trabalho e às poucas oportunidades de qualificação profissional (ABBOT; BLAKE, 1988) o que foi reiterado no estudo brasileiro de Escorel (1999).

Em um estudo brasileiro que acompanhou trajetórias de pessoas em situação de rua que chegaram à formação universitária, por exemplo, a escolarização foi apontada como estratégia fundamental de fortalecimento e de reconstrução dos projetos de vida (MARCOLINO, 2012). Por outro lado, cabe dizer que a educação de jovens e adultos pobres é historicamente centrada na formação e preparo para o mercado de trabalho, com intuito de qualificar os sujeitos segundo as normas e necessidade do modelo hegemônico de produção e da lógica de produtividade que se espera dos sujeitos (MARCOLINO, 2012).

Essa perspectiva dos participantes, acerca da baixa escolaridade como uma dificuldade para inclusão produtiva das pessoas em situação de rua, sugere que para além das estratégias de capacitação/qualificação profissional, seriam necessárias ações institucionais articuladas com a política de educação, por meio de ações como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a fim de superar o déficit educacional que permeia a trajetória de grande parte das pessoas em situação de rua.

Entretanto, Frigotto (2013, p. 101) faz uma importante ponderação sobre esse aspecto, na medida em que defende que a “a escolarização pura e simples, dependendo de sua concepção e prática, não só pode não alterar a situação dos jovens e adultos como piorá-la ao transformá-los em culpados por não se inserirem no mercado de trabalho ou por terem uma inclusão precária”, uma vez que

[...] Não há como repor, mas apenas remediar a escolarização negada ou interrompida, pois ela resulta de uma mutilação maior determinada pela posição que estes contingentes ocupam como fração da classe. Posição que os impele, imperativamente, a vender sua força de trabalho. Se a escolaridade não define, por si, o acesso ao emprego ou a efetiva mobilidade social, quanto menos uma escolarização tardia e precária (FRIGOTTO, 2013, p. 100-101).

Além disso, é preciso pontuar também que o neoliberalismo tem produzido, na sociedade atual, um descompasso entre qualificação profissional e entrada e permanência no mundo do trabalho, haja vista, por exemplo, os resultados desta tese em relação à formação profissional dos educadores ou orientadores sociais que trabalham

nos equipamentos pesquisados, que, apesar de terem formação de nível superior, ocupam postos de trabalho que, originalmente, são destinados às pessoas com ensino fundamental e médio. Evidentemente, não estamos comparando os percursos de entrada e permanência no mundo do trabalho dos educadores/orientadores sociais com os das pessoas em situação de rua, mas apontamos que talvez este seja um exemplo do que o neoliberalismo vem produzindo na nossa sociedade. Ou seja, há um efeito em cadeia em relação a retirada de pessoas dos postos de trabalho até chegar a expulsão total do mundo do trabalho das pessoas mais vulneráveis. O que também nos faz refletir se o que o neoliberalismo vem produzindo já não foi antecipado com algumas populações mais vulneráveis?<sup>40</sup>.

Sobre o impacto do uso problemático de álcool e outras drogas nessa população, é preciso compreendê-lo sobre diferentes perspectivas.

Se por um lado, parece ser inegável que a fragilidade nos vínculos familiares e sociais e a dificuldade de manutenção de atividades ocupacionais decorrentes do uso problemático do álcool e outras drogas possam contribuir fortemente para a ida para a rua, uma vez que os dados da I Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua (BRASIL, 2008b) reforçam essa constatação, apontando que mais de um terço dos entrevistados (35,3%) declarou como motivo para passarem a viver na rua o uso de álcool e de outras drogas, por outro lado, faz-se necessário romper com a ideia hegemônica de que toda pessoa em situação de rua faz uso problemático de substâncias psicoativas ou, mesmo diante dessa problemática, vê-los somente por essa perspectiva.

Afinal, esse tipo de viés restringe e limita o olhar sobre as potencialidades que estão para além desse tipo de visão, reforçando o estigma e a discriminação sobre esses sujeitos, vistos equivocadamente apenas como usuários de drogas (BARBOSA, 2015). Inclusive, Varanda e Adorno (2004, p. 58) ressaltam que o enquadre medicalizante e hegemônico na área da saúde cria categorizações da população em situação de rua “segundo o uso de drogas e sua forma de comportamento como “problema” de natureza mental ou psiquiátrica”, produzindo formas de representação da população em situação de rua que nem sempre são reconhecidas pelo grupo, calcadas unicamente nesse aspecto.

---

<sup>40</sup> Tal constatação, inclusive, está frequentemente na mídia, como podemos ver na discussão trazida pela matéria “Trabalhadores com ensino superior são os que mais demoram para voltar ao mercado”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/concursos-e-emprego/noticia/2020/01/12/trabalhadores-com-ensino-superior-sao-os-que-mais-demoram-para-voltar-ao-mercado.ghtml>. Acesso em 12 Jan. 2020.

Assim, são visões que vão se constituindo de forma hegemônica e que, desta forma, dão condições de que esses sujeitos tenham visibilidade essencialmente por suas características negativas (para além do vagabundo, perigoso, mas também o de nórias, crackeiros, drogados, usuários) - visibilidade que vai sendo imposta e reiterada pelo outro lado da linha abissal, como se nada mais pudesse definir ou classificar essas pessoas.

Baseados na perspectiva do uso problemático de álcool e outras drogas como um desafio, particularmente individual, Poremski, Whitley e Latimer (2014) afirmam que o uso de substâncias psicoativas e o sofrimento psíquico que pode ser decorrente dele, tendem a atuar como predisponente, precipitador e um perpetuador do desemprego para pessoas em situação de rua, interferindo diretamente na capacidade de manutenção de atividades ocupacionais. Da mesma forma, a literatura internacional é contundente em apontar que os problemas de saúde mental, decorrentes ou não do uso de substâncias psicoativas, vivenciados pelas pessoas que vivem nas ruas, configuram-se como um obstáculo adicional à inclusão produtiva das mesmas (ABBOT; BLAKE, 1988; PICKET-SCHENK et al, 2002; POREMSKI; WHITLEY; LATIMER, 2014; POREMSKI et al, 2015; GRAY et al, 2017). E é nessa mesma direção que muitas dessas mesmas pesquisas vão reiterar que as ações para inclusão produtiva não podem prescindir da articulação com a atenção e cuidados em saúde e saúde mental (PICKET-SCHENK et al., 2002; MARRONE, 2005; FERGUSON et al, 2012; FERGUSON; XIE; GLYNN, 2012; FERGUSON, 2013; POREMSKI et al, 2015; GRAY et al, 2017).

Em contrapartida, Lussi, Ricci e Pinho (2017) destacam que, na perspectivas de algumas pessoas em situação de rua, a luta pela abstinência pode funcionar como um desincentivo e um desafio à inclusão no trabalho, pelo temor de que os ganhos econômicos possam precipitar recaídas.

Mostrando esses contrapontos, não estamos desconsiderando que o uso problemático de álcool e outras drogas faça parte das trajetórias de pessoas que vivem nas ruas, e que podem representar dificuldades cotidianas das mais diferentes ordens a esses sujeitos, mas estamos também questionando o olhar que generaliza esse uso como único papel social ou como a maior dificuldade para (re)construir acessos com e por essas pessoas.



Trata-se, então, de uma demanda individual, mas também social, de ordem complexa e que requerem, fundamentalmente, um trabalho articulado a fim de responder não somente às demandas de suporte e acolhimento que alguns desses sujeitos possam demandar no acesso ao cuidado que necessitam, trazendo mais uma vez o papel articulador e mobilizador dos Centros Pop, que também deve problematizar suas próprias representações acerca desse aspecto no cotidiano da sua prática.

Além disso, se assim como a falta de documentação civil e ter histórico dentro do sistema penitenciário, o uso problemático de álcool e outras drogas parece figurar dentre os maiores desafios no acesso e permanência da população em situação de rua no mundo do trabalho (FERGUSON et al., 2012), esse papel de articulação faz-se ainda mais premente, reafirmando que o cuidado em saúde e saúde mental esteja articulado às demais ações voltadas à garantia de direitos sociais às pessoas em situação de rua, como o próprio direito ao cuidado integral em saúde assim como à moradia, educação e trabalho.

Entretanto, de acordo com Mendes e FillipeHorr (2014), o acesso à saúde é um desafio no cuidado à população em situação de rua, que normalmente não acessa os serviços dessa política, ou quando o fazem, o realizam precariamente, visão reiterada por Varanda e Adorno (2004) ao afirmarem que a maioria das pessoas em situação de rua raramente procura espontaneamente os serviços dessa política, recorrendo aos mesmos somente quando já há um acúmulo de doenças e sintomas e, geralmente, intermediadas pelas instituições socioassistenciais, que historicamente, como vimos, assumiram a pauta da população em situação de rua.

Para os autores, essa dificuldade no acesso às políticas em geral, relaciona-se à omissão, também histórica, do Estado frente às necessidades desses sujeitos que acabam à deriva, “sem rumo”, o que é mais do que não ter onde ficar, mas

[...] Pode ser estendido ao posicionamento do indivíduo em relação a projetos de vida possíveis. A ausência, insuficiência ou inadequação de políticas públicas em relação ao processo de exclusão e vulnerabilidades cumulativas não significa somente uma posição de neutralidade ou incapacidade do Estado em lidar com o problema da população de rua, mas pelo contrário reafirma a penalização do indivíduo pela situação em que ele se encontra (VARANDA; ADORNO, 2004, pp.66-67).

Borysow e Furtado (2014) pontuam que, se por um lado, a PNPR fez com que o SUAS criasse uma série de dispositivos, como o próprio Centro Pop e instituições de acolhimento (Repúblicas, Casas de Passagens, Abrigos Institucionais), o Sistema Único

de Saúde (SUS) tardou a constatar e compreender que essa população estava descoberta em sua política, tendo criado em 2011 as equipes do Consultório na Rua (eCR), no âmbito da Atenção Básica em Saúde (BRASIL, 2011f) e que, até o momento, constituem a única estratégia específica para responder aos diferentes problemas e necessidade de saúde dessa população<sup>41</sup>.

Dentre suas ações, têm destaque a busca ativa e o cuidado aos usuários de álcool, crack e outras drogas, nos territórios e nos locais ocupados por esses sujeitos e, de forma itinerante, o desenvolvimento de ações compartilhadas e integradas às Unidades Básicas de Saúde (UBS) de referência dos sujeitos e, quando necessário, com as equipes dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), dos serviços de Urgência e Emergência e de outros pontos de atenção, de acordo com a necessidade do usuário.

Apesar desse avanço, autores como Borysow e Furtado (2013) e Veridiano, Andrade e Gomes (2017) ressaltam que ainda é um desafio a articulação entre os serviços de saúde, saúde mental e assistência social para as pessoas em situação de rua, o que pode ser entendido como a imposição de uma nova lógica que, além de recente, se contrapõe às formas hegemônicas e históricas no trato a essa população,

Borisow e Furtado (2014) destacam, por exemplo, que as dificuldades da população em situação de rua no acesso e acessibilidade aos serviços de saúde estão embasadas numa lógica que cliva os problemas “sociais” dos problemas de “saúde”, e vão desde à falta de documentos, de referência domiciliar e suporte familiar às dificuldades dos serviços de saúde mental em se adaptar às necessidades específicas de pessoas em situação de rua com sofrimento psíquico, “mantendo-se fixos em modelo calcado em demandas espontâneas, ampliando a situação de iniquidade da clientela considerada” (BORISOW;FURTADO, 2014, p. 1075).

Esse tipo de constatação sinaliza que as dificuldades consideradas individuais vão sendo somadas e intensificadas pelas dificuldades da rede em se adequar e operar mediante as novas construções que foram sendo colocadas desde 2009, com a

---

<sup>41</sup> Grosso modo, as equipes do Consultório na Rua têm como função responder às necessidades de atenção básica de saúde da população em situação de rua, cujo acesso aos equipamentos já existentes, como as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e as Unidades de Saúde da Família (USFs) sempre fora dificultado. A portaria nº122, de 25 de janeiro de 2011, que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua (eCR), está disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html) Acesso em 03 Dez. 2018.

instituição da PNPR, e reforçam ainda mais o papel dos Centros Pop, que por estarem mais próximos e serem referência para essa população no atendimento de suas demandas sociais, acabam se tornando porta de entrada para os demais serviços e setores e o acesso aos direitos que decorrem destes, favorecendo que esses sujeitos tenham visibilidade pelas outras políticas o que, obviamente, deve se materializar em ações concretas que construam outras relações e possibilidades na vida na rua – e fora dela.

Do mesmo modo, a carência de ações de inclusão produtiva específicas para a população em situação de rua pode ser relacionada à invisibilidade social desses sujeitos para as políticas ou ações e programas específicas de geração de trabalho e renda.

Assim, embora no cenário de atenção para a população em situação de rua práticas pautadas no discurso do direito e da emancipação venham ganhando espaço nos últimos dez anos, ainda perduram ações muito específicas, restritas a alguns setores ou associadas a práticas verticalizadas, assistencialistas e caritativas e que, segundo Varanda e Adorno (2004, p. 66),

[...] trazem a marca ideológica do descarte social de uma população que é tratada como excedente. São programas marcados pela institucionalização de práticas que visam à retirada dessas pessoas das ruas, oferecendo, entretanto poucas possibilidades de uma reestruturação de suas vidas.

Ou seja, apesar do avanço na contestação das práticas hegemônicas que foram se constituindo para essa população, baseadas nas referências que o Norte foi produzindo e sustentando acerca dessas pessoas, temos visto o quão desafiador tem sido fazer o contraponto, de forma que concepções hegemônicas e contra-hegemônicas têm coexistido e disputado o direcionamento das ações para a população em situação de rua, em que a primeira permanece assumindo um caráter higienista, de eliminação e descarte daquilo que não corresponde às lógicas dominantes na nossa sociedade, e a segunda tenta romper com essas monoculturas, assumindo o lugar de sujeitos de direitos para essa população, apesar de estarem ocupando o Sul, buscando a transposição da linha abissal que se coloca no acesso a outras políticas e os direitos que elas negligenciam.

As ações de caráter imediatistas, centradas nos cuidados pessoais, higiene, alimentação e pernoite precisam existir, mas devem ir além, numa chave que intensifique abordagens baseadas na heterogeneidade dessa população e das suas necessidades singulares, no vínculo entre os trabalhadores e os usuários, na autonomia

e na valorização dos sujeitos, com vistas à real reconstrução de seus projetos de vida (MEDEIROS, 2010; MARCOLINO, 2012), o que não pode prescindir da capacitação dos profissionais para o trabalho social com esse público, da articulação e mobilização das políticas públicas, da sociedade civil e através da participação efetiva da própria população em situação de rua nesse processo, assumindo protagonismo nas decisões e atuando no controle social - ações construídas “a partir de baixo” e das múltiplas vozes e experiências sociais que compõem as trajetórias desses sujeitos na composição das ações e políticas que são recentes, lutam contra a hegemonia e tem a potência de ir se (re)construindo no próprio fazer, numa composição ecológica de saberes.

Por fim, o preconceito e o julgamento moral direcionados às pessoas em situação de rua são um desafio para sua inclusão produtiva na perspectiva dos participantes. A esses sujeitos geralmente são direcionadas definições (re)produzidas socialmente e naturalizadas através de gerações, sendo que as representações sociais negativas acerca desse sujeitos, não só interferem como a sociedade se relaciona com essa população, bem como colaboram para reforçar a invisibilidade dos mesmos e sua condição de não-cidadãos (MATTOS; FERREIRA, 2004; SILVA et al, 2018).

Para Silva (2009), o estigma contemporâneo que se volta a esses sujeitos se assemelha ao da era pré industrial que se reproduziu ao longo da sociedade capitalista, gerando ações que também se assemelham às ainda existentes, como a repressão policial, a discriminação social, o descaso, o desrespeito, o recolhimento das ruas, a institucionalização e benefícios que são concedidos para irem embora de determinado território, o que é reiterado por Mattos (2006, s/p), indicando que embora as políticas para esses sujeitos tenham avançado, ainda estão longe de serem suficientes para superar práticas violadoras de direitos e violentas contra quem vive na rua.

São, como enfatiza Martins (2016), pessoas cujas vida valem menos, submetidas a um processo contínuo de subalternização, alvos de uma violência extremamente concreta, mas acima de tudo simbólica, que de forma invisível e insidiosa, desqualifica socialmente essa população.

Vistos como vagabundos e perigosos, o cotidiano da população em situação de rua é marcado pela discriminação e por classificações negativas, perversas, opressoras e depreciativas, gerando um estigma de inferioridade, que intensifica ainda mais a marginalização/vulnerabilidade vivida por esses sujeitos (MOURA Jr; XIMENES;

SARRIERA, 2013), contribuindo para a manutenção de uma ordem social, política e econômica em que estão inseridos, uma vez que é conveniente que essa representação seja reproduzida, pois assim também omite as mazelas sociais que produzem e mantêm esses sujeitos. Ou seja, recrudescem o lugar desses sujeitos na invisibilidade e na periculosidade, expressões da linha abissal que os separam radicalmente dos verdadeiros cidadãos.

Na perspectiva de Cidade, Moura Jr. e Ximenes (2012), as duas principais identidades sociais atribuídas à população em situação de rua e que a tornam alvo de estigmatização são a de *pobre* e a de *morador de rua*<sup>42</sup>. Enquanto a primeira revela uma perspectiva depreciativa e enfraquecedora das potencialidades dos sujeitos, relacionando-se a papéis sociais como mártir, sujo, doente e culpado pela própria condição, a segunda, que prepondera, é quase sempre associada a papéis sociais de drogado, criminoso e vagabundo.

Esse universo simbólico perverso também interfere diretamente na construção da identidade pessoal das pessoas em situação de rua, conforme Mattos e Ferreira (2004). Para esses autores, a construção da identidade pessoal está diretamente ligada às representações sociais, sendo que, sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados, bem como relações de dominação e exploração.

Os autores ampliam a perspectiva sobre as tipificações comumente atribuídas às pessoas em situação de rua tratando do vagabundo (incapaz de trabalhar ou não desejoso do trabalho, em que o trabalho é tido como aquilo que confere identidade, dignidade e subsistência física e simbólica na nossa sociedade); do louco (a partir do discurso psiquiátrico, dando como anormais, desviantes sociais a partir da norma vigente); do sujo (a partir do discurso higienista, em que a “sujeira” deve ser removida ou escondida); perigoso (proveniente de um discurso jurídico e criminológico, que considera toda pessoa em situação de rua um criminoso em potencial, sendo a vinculação mais direta entre a pobreza, a violência e a delinquência) e por fim, do coitadinho (fruto de um discurso religioso, que estabelece que esses sujeitos são dignos de pena e piedade, cujo sofrimento levará à salvação, discurso esse que reforça ações assistencialistas e paliativas, que só reforçam o problema).

---

<sup>42</sup> Grifos nossos.

Por outro lado, ao assimilarem e assumirem como autoavaliação os estigmas produzidos hegemonicamente pela sociedade em sua direção, as pessoas em situação de rua tendem a se verem como “fracassados” e “caídos”, o que também se configura numa dificuldade em retornar ao trabalho e que parece se acentuar com o passar do tempo, afetando diretamente a autoestima desses sujeitos (VIEIRA; BEZERRA; ROSA, 1992).

Assim, a representação social das pessoas em situação de rua como usuários de drogas, agressivos, perigosos, vagabundos, não trabalhadores impacta também na forma como a própria população de rua se vê e se representa, se relaciona com a sociedade e cria sua identidade; ao se perceberem inferiores, sentimentos como vergonha, humilhação e violência nos sujeitos, fazendo com que potenciais como criatividade e solidariedade, comuns a esses sujeitos, não sejam percebidos ou sejam suplantados pela discriminação (MOURA Jr; XIMENES; SARRIERA, 2013; ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Isso também estabelece relação direta com a inclusão produtiva, pois na medida em que são vistos assim pelo mercado de trabalho como meramente vagabundos e preguiçosos, cria-se a ideia de que todos, sem exceção, não são aptos, não têm condições ou não têm aspirações de compor novamente essa dimensão da vida, sendo ainda responsabilizados por sua “incapacidade”.

Além disso, as representações sociais negativas tendem a produzir e de certa forma legitimar/justificar comportamentos negativos voltados a esses sujeitos, indo desde à indiferença, evitação e violência à tentativas cruéis e extremas de eliminação física, o que gera inúmeras consequências físicas e psicológicas nesses sujeitos (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015). Segundo Costa (2005, p. 06) mesmo diante da tentativa de garantias de direitos a população em situação de rua, o que predomina no nosso contexto e reforçam a exclusão social desses sujeitos são sentimentos de

[...] repressão e segregação, ou mesmo de desvalia, das pessoas que vivem nas ruas. Situação essa que tem sido o pano de fundo de ações violentas, as quais têm origens dispersas no contexto da sociedade em geral.

O enfrentamento por parte das pessoas em situação de rua acaba muitas vezes se materializando em práticas também violentas, reforçando o estigma negativo direcionado a esses indivíduos, muito embora, para alguns autores, possam até ser consideradas estratégias de sobrevivência, reação ou mesmo proteção pessoal frente à discriminação e violência física, institucional e simbólica sofridas cotidianamente (MOURA Jr; XIMENES; SARRIERA, 2013). Logo,

É nesse cenário marcado ora pela invisibilidade, ora pela discriminação e exclusão social das pessoas que vivem em situação de rua, que se faz necessário discutir a assistência atualmente existente apontando formas outras de intervenção psicossocial que considerem a pessoa em sua singularidade (...) Intervir buscando agregar novos significados à pluralidade e complexidade do fenômeno social “pessoas em situação de rua” contribui de maneira a impedir que se legitime uma identidade estigmatizada e representa um esforço para desnaturalizar um fenômeno que é produzido social, histórica e culturalmente (ALCANTARA; ABREU; FARIAS, 2015, p. 142).

As representações sociais negativas acerca desses sujeitos reiteram e justificam a violência cotidiana imposta pela cultura e pelos referenciais hegemônicos, o que torna fundamental ir para além das verdades produzidas pelo Lado Norte abissal acerca desses sujeitos – supostas verdades que apenas reforçam estigmas, discriminações, preconceitos e um distanciamento ainda maior da linha abissal, relegados à não cidadania e não existência de quem ocupa o Sul.

Sabe-se que mudar essa realidade não é tarefa fácil, mas destaca-se, aqui, a importância de respostas institucionais no trabalho contínuo de sensibilização, orientação e informação da sociedade e dos demais setores que compõem a rede de atenção à população em situação de rua, incluindo aqueles relacionados à inclusão produtiva, na desmistificação e desnaturalização das representações negativas do público atendido, paralelamente à criação de oportunidades de que esses sujeitos possam ressignificar sua autoestima, (re)descobrir seu potencial e ter possibilidades de reconstruir novas identidades, e que possam se tornar visíveis para o outro lado da linha abissal não porque são ameaça ou incômodo, mas porque passaram a ser visíveis e legitimados em sua existência, em seus modos de vida, sua dignidade etc..

Como vimos, as dificuldades e os desafios mencionados exigem um enfrentamento baseado em diferentes estratégias, seja de fortalecimento individual, por meio da garantia de atenção às principais demandas e singularidades, mas também do envolvimento e articulações coletivas, a partir das diferentes políticas e setores, bem como a sociedade civil, os movimentos sociais, todos fundamentais na promoção dos direitos sociais de quem vive na rua, rompendo com sua invisibilidade crônica na nossa sociedade.

A partir da discussão que emerge dessa categoria, destaca-se que embora a perspectiva dos participantes considere problemas relacionados aos serviços/rede, e mesmo à discriminação/preconceito, parece predominar o entendimento de que a maior limitação encontra-se em cada indivíduo. Entretanto, esse enfoque das dificuldades e

desafios para inclusão produtiva baseado, ou predominantemente enviesado, pelos déficits individuais dos sujeitos em situação de rua frente ao mercado de trabalho, desconsiderando os fatores ambientais, sociais e econômicos, apenas mantêm e reforça a desigualdade e a dificuldade em acessar oportunidades de trabalho.

A tendência em culpabilizar os sujeitos por sua situação, escamoteando a situação de desemprego estrutural e mudanças no mundo do trabalho é um fato concreto, como ressalta Silva (2009), o que também provoca uma tendência de naturalização que tem como desfecho a ausência de políticas públicas universalizantes, capazes de diminuir as desigualdades e a pobreza.

Não se desconsidera, aqui, a necessidade da construção de projetos de acompanhamento individualizados, pautados nos interesses, desejos e demandas de cada sujeito, bem como suas dificuldades pessoais, mas limitar-se a esses aspectos reduz enormemente as possibilidades de que ações de inclusão no mundo do trabalho para esse público tenham alguma efetividade.

Inclusive porque, percebe-se que mesmo as dificuldades e características consideradas “individuais” são, muitas vezes, manifestações da vulnerabilidade a que muitos destes sujeitos estiveram e estão expostos em sua trajetória, manifestadas nas oportunidades escassas ao longo da vida. Não se pode perder de vista as condições estruturais que empurram e/ou mantêm as pessoas em situação de rua nessa condição, em que as características do mercado de trabalho contemporâneo têm impacto direto na situação desses sujeitos, assim como a invisibilidade reforçada pelas políticas, a discriminação social generalizada que intensifica sua situação etc.

Assim, as dificuldades e desafios colocados pelos participantes passam pelas barreiras individuais, mas esbarram também na escassez de políticas específicas, contínuas e intersetoriais para esses sujeitos, a partir da compreensão de suas trajetórias individuais e suas singularidades, mas também da corresponsabilização na proposição de ações mais amplas, na sensibilização da sociedade civil e da própria rede de atenção e cuidados, na garantia de acesso aos direitos sociais previstos na Constituição Federal e reforçados na PNPR, tais como educação, saúde, habitação e trabalho.

A falta de acesso e continuidade dos cuidados/acompanhamentos em saúde, por exemplo, não pode ser atribuída apenas aos sujeitos em situação de rua, quando na verdade, identifica-se a pouca oferta de acolhimento e poucas possibilidades de



construção de projetos individuais para além das possibilidades ofertadas pela política socioassistencial. O tratamento do uso problemático de álcool e outras drogas, por exemplo, considerado na literatura como fundamental para superar a dificuldade advinda dessa problemática e para acesso ao trabalho, ultrapassa o escopo dos sujeitos e dos próprios Centros Pop, exigindo do setor saúde a parceria e a articulação para que possa se materializar e ser efetivo.

E se por um lado, os participantes do Estudo 1 esclarecem as perspectivas que permeiam o âmbito da inclusão produtiva da população em situação de rua, por meio, inclusive, das respostas institucionais dos Centros Pop, enquanto serviço da política de assistência social, fazendo-nos compreender o cenário, suas representações, dificuldades e as limitações dessa inclusão no/pelo trabalho para essa população; por outro, nosso suporte teórico nos convida fortemente a conhecer as perspectivas das pessoas para as quais essas ações são planejadas e/ou direcionadas – aqueles, que por ocuparem o Sul abissal, revelam suas estratégias, vivências e experiências de sobrevivência e resistência, nas quais a emancipação social e a cidadania se fazem ausentes ou lhe são negadas.

Ao longo dessa discussão, fomos trazendo e fazendo contrapontos, quando esses foram pertinentes, com elementos da literatura geral que trata sobre a população em situação de rua, especialmente na interface da inclusão produtiva, numa tentativa de identificar a forma como esses assuntos vêm sendo abordados, seja nacional, como internacionalmente. Essa última dimensão, inclusive, mostrou-se predominantemente produzida em países como Estados Unidos e Canadá, ilustrando algumas das experiências decorrentes desses contextos, que mostrou contar com modelos e programas de inclusão produtiva de pessoas em situação de rua, bastante definidos e especialmente voltados ao mercado de trabalho formal e competitivo, tal como Lussi e Morato (2016) apontaram ocorrer com programas de inserção de pessoas com transtorno mental no trabalho, sinalizando uma inserção que se dá num contexto claramente excludente.

Apesar de realidades socialmente distintas, nem sempre replicáveis a nossa, encontramos semelhança em algumas das perspectivas dos participantes, como o entendimento de que o desemprego estaria associado à ida e à permanência na rua, relacionando a autonomia e emancipação à conquista de trabalho; como a proposição de

qualificação profissional como resposta praticamente consensual às demandas que se colocam na inclusão no mundo do trabalho por essa população, a compreensão de que não se pode prescindir de práticas intersetoriais e interdisciplinares, tendo em vista à complexidade que a situação de rua carrega consigo, dentre outras que buscamos sinalizar ao longo do texto.

O que seguirá, então, surge da necessidade de investigar com os próprios envolvidos – isto é, compreender *com* a população em situação de rua e não apenas *sobre* ela ou como ela é vista, decorre da necessidade de construirmos uma compreensão daquilo que se materializa, de fato, no cotidiano de quem vive o extremo da linha abissal, da exclusão e da invisibilização. Afinal, numa perspectiva da ecologia dos saberes, seus percursos têm potência para nos fazer compreender também os caminhos que foram se revelando até aqui, na pesquisa, de modo que a partir daquilo que conhecem e sabem, possam nos guiar na ampliação dessa compreensão. Reiterando ou mesmo refutando essas perspectivas, a partir de trajetórias e narrativas forjadas na relação com o trabalho, suas dificuldades e limites, mas também das estratégias de negociação da sobrevivência – realidade de quem vive tão radicalmente o outro lado da linha – pode nos ensinar. É a partir desse contexto que apresentaremos, na sequência, o Estudo 2.

## 8. ESTUDO 2

Penso nos (tantos) usuários que gostaria de acompanhar na pesquisa: C; F; M; C'; C"; D; é difícil convidar porque suas trajetórias me parecem truncadas. O primeiro é frequente no Centro Pop – o conheço desde que cheguei, mas gosta muito pouco de falar de si. Sabemos pouco de sua história embora ele esteja lá todo dia; nunca quis tirar sua documentação civil para não perder a identidade da rua, como ele diz. Trabalha frequentemente limpando um estabelecimento comercial, onde parece ter guarida quando quer/precisa. Mas também já me disse que trabalhou em empresa de ônibus – era um ótimo mecânico (sic), mas não se vê mais fazendo isso pois hoje em dia querem pagar muito pouco. F é garçom e chapeiro experiente, tendo trabalhado em muitas lanchonetes conhecidas na cidade; M é o que mais vejo engajado nos trabalhos de curto período, geralmente dia um dia, eu o vejo vejo ele como “trabalhador” e é alguém cuja história/trajetória gostaria de abordar; eu fui a primeira pessoa que o atendeu – caiu na rua por causa das drogas e conflitos familiares, e nunca mais saiu dela. C'. é também dos antigos – seu trabalho é panfletar nos faróis. Tem graves problemas de saúde mas nunca conseguiu um laudo para tentar o BPC. C", que foi pintor, hoje é o exemplo de artista da rua, tanto que seu apelido refere-se ao trabalho que desenvolve nos faróis. D, que tem na sua trajetória o trabalho sexual como única porta que se abriu, hoje quer se qualificar, terminar os estudos. Enfim, são muitas histórias. E o trabalho parece atravessar todas elas.”

Diário de Campo – Abril/2018

### 8.1 A (re)aproximação com o campo de trabalho/pesquisa onde se é técnico e pesquisador.

Como enunciado no item 7 (Percurso e Procedimentos Metodológicos), o detalhamento do campo do Estudo 2 e da inserção da pesquisadora no mesmo serão feitos nesse momento. Como vimos, parte-se da proposição de uma pesquisa na qual se foi terapeuta ocupacional/profissional primeiramente e depois pesquisadora, constituindo um lugar de técnico-pesquisador. De forma que o exercício profissional de 05 anos no local, sendo o último deles articulado também à pesquisa de campo (diário de campo, observação participante e entrevistas semi-abertas para acompanhamento das trajetórias de trabalho e de vida dos quatro usuários participantes) de certa forma foi fundamental para a construção da trajetória de pesquisa aqui descrita e contada.

A impossibilidade de desocupar o lugar de técnica, para uma dedicação total à pesquisa<sup>43</sup>, foi determinante para que essa duplicidade de papéis tivesse que ser negociada e articulada, sem que houvesse comprometimento de nenhum deles.

---

<sup>43</sup> Como funcionária pública e diante da impossibilidade de se afastar sem remuneração, que é a única modalidade permitida pelo local de trabalho da profissional, e frente à pouca disponibilidade de bolsas de estudos, a mesma viu-se impossibilitada de se desligar do local de trabalho/campo ou mesmo de se deslocar para outro município e imergir em outro contexto.

A minha inserção direta no campo permitiu que fossem acompanhadas muitas cenas que, restringindo o tempo de participação a um campo “externo” a esse contexto, não teria sido possível apreender ou conhecer. Assim, a minha inserção profissional já há muito consolidada permitiu que o olhar de pesquisadora já se iniciasse focado nas questões voltadas ao trabalho. O meu envolvimento prévio com o campo, portanto, também diminuiu o tempo de aproximação, afinal, o fato de estar diariamente no local nos últimos cinco anos pressupôs uma aproximação já consolidada no equipamento; restava, assim, a necessidade de me vincular e observar melhor as questões específicas que a pesquisa e esta etapa passavam a exigir.

Embora não tenha sido traçado um roteiro rigoroso de investigação, a minha observação foi sendo construída ao longo do processo, mas facilitada pelo conhecimento prévio do local, sua dinâmica, os sujeitos, a rede socioassistencial, as demais políticas públicas municipais etc. A partir de então, houve um direcionamento da atenção e do olhar a tudo que se constituía como cena ou experiência relacionada ao trabalho.

Essa condição que, indubitavelmente, facilitou a “entrada” e a observação do campo, também despertou questionamentos e alertas constantes sobre o distanciamento e a postura necessários como pesquisadora. Foi necessário que um cuidado acerca disso se reafirmasse a todo momento, fosse com a equipe, com os participantes e com o próprio lugar ocupado pela pesquisadora, exigindo como relataram Marques e Mângia (2013), um constante deslocamento do lugar de técnica para pesquisadora, com zelo e o exercício contínuo e sistemático de compreensão desse lugar ocupado, bem como na garantia do “estranhamento” necessário quando se observa o familiar (VELHO, 1978; 2003).

Sair das próprias lentes, vestir as lentes do outro, além de desconstruir as velhas formas de ver o que habitualmente orienta o trabalho cotidiano, sair do lugar nem sempre fácil, pois está introjetado pelos costumes, mas é necessário no processo de observação e no contato com o outro (SARTI, 1999).

Observar o familiar passou a ser comum especialmente a partir dos anos 1970, quando a antropologia avança para o meio urbano, em que cada vez mais os pesquisadores passaram a se aproximar de seu universo de origem ou de situações próximas, e mais ou menos conhecidas, pressupondo até mesmo uma rede de relações

anteriormente existente ao campo, envolvendo circunstâncias de familiaridade e proximidade, em que se faz necessário por vezes, o exercício de estranhar e se distanciar do familiar (VELHO, 2003), uma vez que estar perto não necessariamente implica conhecer, entendendo que o familiar pode ser (e muitas vezes é), uma realidade bem mais complexa do que aquilo que se sabe da superfície (VELHO, 1978).

Esse multipertencimento e envolvimento exigem, portanto, que se vá para além do que “se acha que se conhece”, dos estereótipos, da rotina compartilhada, do cotidiano para que a apreensão do outro e do campo não seja suplantada pela proximidade e familiaridade. Segundo Velho (1978, p. 123) “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição, já foi clara e precisamente enunciada” citando o estudo de Howard S. Becker, ressaltando que a imparcialidade e a neutralidade radicais são premissas de uma dada pesquisa científica que não necessariamente são preceitos compartilhados por toda comunidade acadêmica.

Como elucidado por Malfitano e Marques (2011), o tempo e o vínculo parecem essenciais com essa população, o que ficou em destaque, pois muito embora eu conhecesse os participantes há muito tempo, o lugar de pesquisadora identificou que muitos conteúdos que emergiram não foram elucidados nos contatos pregressos a esses encontros e que somente a oportunidade da pesquisa puderam me trazer à tona.

Assim como ressalta Velho (1978), estar perto, não necessariamente, significa conhecer, exigindo do pesquisador um esforço para ir além do que acha que conhece, dos estereótipos, da rotina, do cotidiano, da mesma forma como quando a pesquisa trata de algo exótico ao pesquisador. O familiar, portanto, também pode gerar grandes surpresas. Aqui, como o tema trabalho nunca foi o foco principal da abordagem dos usuários por mim, ou ao menos não com essa profundidade, afinal, o acompanhamento dirigia-se a outros contextos das vidas dos tantos usuários conhecidos e acompanhados, o que se imaginava conhecido, na verdade, muitas vezes não passava de fragmentos superficiais de histórias também fragmentadas. Logo, o exercício de observar e estranhar o familiar (VELHO, 2003), num contexto em que a rede de relações já é existente anteriormente à investigação, é fundamental para que o conhecimento desejado, de alguma forma, possa emergir e se construir, transcendendo, relativizando e

colocando-se no lugar do outro, numa espécie de estranhamento, a partir de um distanciamento social, mas também psicológico (VELHO, 1978).

Embora o risco seja diretamente proporcional ao envolvimento do pesquisador com tema/campo Cicourel (1975, apud MINAYO, 1993, pp. 146-147) afirma que, maiores também são as chances de se alcançar algum lugar na “região interior do grupo<sup>44</sup>”. Afinal, com muitos anos de convívio, os discursos estereotipados já se esvaecem e o necessário tende a ser melhor dito/esclarecido e a observação, mais objetiva e focada.

Dessa forma, a minha entrada no campo nessa segunda parte do Estudo foi facilitada pela inserção prévia como técnica no local, permitindo que uma visão ampliada do conjunto fosse construída mais rapidamente. Da mesma forma, o levantamento das pessoas-chave/participantes da pesquisa também foi feito a partir da observação e favorecido pelo conhecimento prévio que se tinha acerca daqueles que melhor poderiam contribuir com a pesquisa, a partir de suas buscas e engajamentos em atividades de trabalho.

Num segundo momento, definiu-se que seriam observadas situações, cenas e diálogos que envolvessem o tema estudado: a inclusão produtiva e o trabalho, fosse a partir dos encontros com os usuários participantes da pesquisa, fosse a partir de eventos, discussões, assembleias, encontros do movimento social e situações relacionadas ao tema ou mesmo de diálogos que emergissem no equipamento. O registro sobre casos específicos, de forma geral, envolveu usuários informados sobre a pesquisa, mas em sua maioria, são dos quatro usuários cujas trajetórias foram investigadas/acompanhadas.

Por fim, a finalização da coleta de dados foi-se dando intuitivamente, na medida em que o material já parecia estar saturado. No entanto, dadas às características do próprio grupo, foi possível construir esse processo de forma mais efetiva com apenas um deles, na medida em que um dos participantes provavelmente foi embora da cidade, e os outros passaram a ir com menos frequência ao equipamento, um porque conseguiu

---

<sup>44</sup> Baseada em Goffmann (1954), Minayo (1993, pp. 116-117) traz em seu material a discussão daquilo que, na relação do entrevistador com seus informantes, que constitui a região interior e região exterior, distinguindo aquilo que é oficial e aquilo que se mostra e que se pode dizer ao público externo a esse grupo, ocultando segredos, significados, crenças e modos de vidas que, muitas vezes, são íntimos de determinado grupo. Grupos mais coesos tenderiam a proteger mais sua região interior, enquanto grupos desarticulados e pouco solidários, mostrando mais seus conflitos, intimidades e realidade.

um trabalho fixo e outro porque permaneceu vários dias fora trabalhando numa empreita.

Como dito, o critério para a escolha dos participantes também partiu do conhecimento construído anteriormente, acerca daqueles que tinham algo a falar sobre o tema trabalho, pois a partir da minha experiência enquanto técnica, eu já os conhecia. Ou ainda, como descreve Galvani (2008, p. 20), “além da disponibilidade pessoal, o convívio possibilitou identificar que as biografias poderiam contribuir para a discussão proposta”. A escolha dos participantes ocorreu a partir daqueles com quem o vínculo já existia (pessoas que frequentavam ou frequentaram o equipamento em algum momento) e cujo repertório e trajetórias pudessem oferecer uma maior abundância de informações. Conforme Marques e Mângia (2013, p. 436), as relações e vínculos previamente estabelecidos, facilitam a criação de um “clima mais confortável” para realização dos procedimentos metodológicos, incluindo as entrevistas semi-abertas, além de facilitar a observação participante.

O vínculo previamente existente, portanto, foi a base para a realização do convite para participação. Três dos participantes eram conhecidos por mim desde seus primeiros atendimentos no Centro Pop, há pelo menos dois anos. Uma questão relevante que surgiu foi se a concordância em participar havia sido devido ao lugar ocupado por mim, afinal, como recusar um pedido de conversa pela técnica do Centro Pop? Porém, conforme os encontros foram avançando, especialmente dois participantes demonstraram que não estavam ocupando esse papel simplesmente por obrigação: um cobrava pelos encontros e outro, ligava desmarcando e combinando nova data ou avisando que iria atrasar etc. O terceiro, que trabalha quase todos os dias na rua, sempre sinalizava e indicava quando não podia, mostrando disponibilidade para remarcar novos encontros. Essas demonstrações e a própria continuidade do processo, algo que às vezes é difícil sustentar na rua, foram significadas por mim como um envolvimento voluntário, não imposto e, por vezes, até desejado.

As questões norteadoras para os diálogos dos encontros foram construídas a partir do desejo de conhecer os elementos da história de vida, especialmente aqueles voltados às trajetórias ocupacionais pregressas e após a situação de rua; suas concepções sobre trabalho; as possíveis expectativas em relação ao trabalho e à inclusão produtiva; o cotidiano sobre a perspectiva da busca por trabalho, do não-trabalho etc.

No que tange às questões éticas, após autorização, comunicação e apresentação à equipe e concordância por parte da mesma, a pesquisa foi apresentada individualmente aos quatro participantes escolhidos para participação e os diálogos apenas iniciaram-se após o aceite e assinatura do TCLE (APÊNDICE D). Não obstante, alguns dos demais usuários frequentadores do Centro Pop tenham sabido do meu duplo papel no equipamento, foram incluídos apenas na observação. Com os quatro participantes, construiu-se um combinado de que os encontros sobre “trabalho” seriam após o meu horário de trabalho, isto é, sempre à tarde. Foi oferecida a possibilidade de que esses encontros ocorressem em outro lugar; e embora um deles tenha sugerido a Biblioteca Municipal, após irmos juntos ao local, ele mesmo desistiu achando que estava muito movimentado. Todos os encontros aconteceram no Centro Pop. Durante os encontros, muitas vezes era nítido que para eles era claro o distanciamento e a diferença da relação que estabelecem comigo como profissional do Centro Pop e aquela que passaram a ter comigo enquanto pesquisadora. Por outro lado, quando havia menção de algo que era relacionado ao meu papel de técnica, eu sempre os alertava e voltávamos ao assunto/tema inicial.

Como mencionado no item 5.2, todas as atividades foram registradas em caderno de campo e algumas foram audiogravadas, a depender do desejo e disponibilidade de cada participante.

A seguir, faremos uma breve apresentação e contextualização do campo do Estudo 2, o Centro Pop de São Carlos.

## **8.2 Contextualizando o campo do Estudo 2**

De acordo com Oliveira (2016), foi na tentativa de reestruturar a “assistência” à população em situação de rua no município aliada à intensificação do debate nacional sobre o tema ao final da década de 2000, que um equipamento de atenção e acolhimento diurno e que pudesse ser referência para pessoas em situação de rua em São Carlos foi criado em 2008. Inicialmente chamado “Casa Dia”, mais tarde, a partir da publicação das orientações técnicas, passou a se chamar Centro Pop, constituindo-se uma das experiências pioneiras do tipo no cenário nacional.

Vinculado à Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, o Centro Pop permanece como um dos lócus de referência no que tange ao atendimento e à



organização da atenção à população em situação de rua do município. No momento em que foi realizada a pesquisa, a equipe do Centro Pop era composta por 06 profissionais, sendo cinco funcionários públicos - uma cientista social, que acumulava a função de coordenadora e técnica responsável pela abordagem social, um psicólogo, uma assistente social, uma terapeuta ocupacional e uma profissional de serviços gerais, assim como uma auxiliar de limpeza, esta última, com vínculo terceirizado. Além disso, contava com profissionais que não eram fixos na unidade, como motorista, professor de informática, professor de alfabetização e oficina de artes.

Naquele momento, eram atendidos mensalmente, em média, 130 pessoas, sendo que por vezes, um terço desses sujeitos era migrante. Diariamente, havia uma média de 30 sujeitos diferentes frequentando o equipamento, para as mais diferentes ações: cuidados pessoais, lavagem de roupas, refeições, doações de roupas e materiais de higiene bem como atendimentos individualizados, familiares, oficinas, grupos e assembleias, que, na ocasião, não possuíam frequência pré-estabelecida. Cabe dizer que o Centro Pop de São Carlos executava, à época, tanto o Serviço Especializado para População em Situação de Rua como o Serviço Especializado em Abordagem Social.

Além do Centro Pop, compõem a rede socioassistencial a Casa de Passagem (antigo Albergue Municipal), cuja gestão é feita de forma indireta, por uma entidade socioassistencial (Saber Amar), que estabelece parceria com a prefeitura municipal, sendo responsável por ofertar o acolhimento institucional noturno, bem como o fornecimento de passagens intermunicipais, além da entidade socioassistencial “Comunidade Missionária Divina Misericórdia (CMDM)<sup>45</sup>, que também realiza o acolhimento de homens em situação de rua, muitas vezes, por tempo indeterminado.

Ainda no que tange à rede socioassistencial do município, o Centro Pop articula-se, especialmente no acompanhamento de casos específicos, aos seis Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), assim como o Cadastro Único para Benefícios Sociais, localizado na sede do órgão gestor municipal, e cujo cadastro permite o acesso dos usuários aos principais benefícios sociais do Governo Federal, como o Programa Bolsa Família.

---

<sup>45</sup> A história da instituição, que nasceu na cidade de Batatais/SP, está disponível em: <http://cmisericordia.com.br/a-comunidade/>. Acesso em: 01 Dez. 2018.

À época, a rede intersetorial, compunha-se essencialmente, de articulações com a *saúde* (CAPS AD, CAPS II, Consultório na Rua, Unidades Básicas de Saúde e Unidades de Pronto Atendimento); *trabalho* (por meio das ações da Secretaria Municipal de Trabalho, especialmente a Casa do Trabalhador e Balcão de Empregos); e *educação* (por meio da oferta do Movimento de Alfabetização - MOVA, pela Secretaria Municipal de Educação) e de aula de informática e oficinas artísticas, ofertadas pela Fundação Educacional de São Carlos (FESC).

Grupos religiosos e da sociedade civil também faziam parte da rede ampliada de ação com essa população, especialmente na distribuição de comida nos locais em que há concentração de pessoas vivendo nas ruas, bem como em praças do centro da cidade, aos finais de semana, com doação de roupas, orientações, atendimento voluntário de profissionais de saúde etc.

Ressalta-se que, embora o município não conte com dados oficiais, obtidos a partir de um censo dessa população, estimava-se que havia aproximadamente 130 pessoas vivendo nas ruas da cidade no momento da pesquisa.

Destaca-se, por fim, a existência do coletivo que compunha o Fórum da População em Situação de Rua que, naquele momento, contava com representantes da população em situação de rua, da rede socioassistencial e intersetorial, da sociedade civil e de órgãos de defesa de direitos, como a Defensoria Pública, além da Universidade Federal de São Carlos. Teve seu embrião em Novembro do ano de 2015, ocasião em que a equipe do Centro Pop, em parceria com o curso de Terapia Ocupacional da UFSCar, organizou o evento “Fórum da População de Rua de São Carlos”, como parte das atividades de finalização do estágio curricular que ocorrera ao longo daquele semestre. No evento, que durou dois dias, foram feitas palestras pelos representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), da ouvidoria da Defensoria Pública e de pesquisadores e professores da Universidade Federal de São Carlos a respeito do tema. Ao final do segundo dia, aberta a palavra, houve deliberação coletiva de que as discussões iniciadas naquele evento pudessem ser continuadas em outro espaço, contínuo e frequente, que dessem cabo das demandas da população em situação de rua de São Carlos.

Foi assim que, a partir de Fevereiro de 2016, o “Fórum” foi criado, passando a se organizar por meio de reuniões mensais, buscando constituir um espaço de reivindicação dos direitos da população em situação de rua que vive no município.

Já na primeira reunião do coletivo, foram levantadas as principais pautas que deveriam ser elencadas como prioritárias na melhoria da qualidade de vida, de atendimento e do acesso aos direitos da população em situação de rua de São Carlos. Foram pautados, naquele momento, problemas relacionados à instituição de acolhimento noturno (Casa de Passagem), o desrespeito, associado ao tratamento dispensado pelos agentes de segurança pública do município, vinculados à Guarda Municipal, às lacunas no atendimento ao uso problemático de álcool e outras drogas e nas políticas municipais de habitação e de trabalho (ALMEIDA, 2018)<sup>46</sup>, sendo que esta última, embora frequente na fala dos moradores de rua até aquele momento, formaliza-se como uma pauta do movimento a partir desse primeiro momento. Assim, partimos de um contexto em que o trabalho já vinha sendo pautado há algum tempo pela própria população em situação de rua como uma demanda importante no município.

Depois de um longo período dedicado aos problemas relacionados e vivenciados na Casa de Passagem, em 2017, o coletivo abriu-se para a retomada da discussão que envolvia as outras reivindicações levantadas em seu início. Foram organizados, então, os eventos nomeados “Rodas de Conversa População de Rua e políticas públicas: o urgente diálogo”, que ocorreram em parceria com a Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo (EDEP) e realizadas no Paço Municipal, tratando dos seguintes temas: “População de Rua e as redes de assistência” (Julho/2017); “Violência policial, segurança pública e a População de Rua” (Agosto/2017) e “Trabalho: capacitação, empregabilidade e a População de Rua” (Setembro/2017). Além de contarem com a presença da sociedade civil, esses eventos mobilizaram representantes da população em situação de rua, do poder público e especialistas nas áreas escolhidas para os debates (ALMEIDA, 2018).

---

<sup>46</sup> Enquanto técnica, houve o acompanhamento de todo esse processo e registros técnicos do mesmo, embora naquele momento, não tenha sido feito o registro com vistas à formação de um diário de campo e por isso, destaca-se o conteúdo trazido por Almeida (2018) que destinou-se justamente a abordar o processo de constituição do movimento social, trazendo detalhes e a sistematização das primeiras ações e encontros do coletivo do Fórum da População em Situação de Rua de São Carlos, bem como as pautas reivindicadas e os desdobramentos do primeiro ano de sua formação, bem como a evolução das pautas pelo município e pelo coletivo. Em um primeiro momento, o coletivo dedicou-se essencial e intensamente às questões e problemas vinculados à Casa de Passagem.

No caso da roda de conversa que tratou do tema trabalho, contou-se com a presença do Secretário Municipal de Trabalho, Emprego e Renda e do coordenador de projetos da UNISOL Brasil (Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários), além de representantes da população em situação de rua, dos trabalhadores da rede, da sociedade civil e, inclusive, profissionais de outros municípios.

Nesse dia, foram pautadas a segregação econômica, racial e social vivida pela população em situação de rua e o trabalho e emprego como ação estratégica na política para essa população, embora seja algo dificilmente concretizado. A economia solidária foi sinalizada como um caminho possível, mas que deve ser implementado através de ações qualificadas, que possam incluir verdadeiramente os sujeitos, em áreas que possam ir para além das tradicionais cooperativas de reciclagem, valorizando, assim, o vasto histórico profissional dos sujeitos que estão nas ruas. Desse modo, o foco na economia solidária sugeriu que essa possa ser a alternativa mais viável de inclusão produtiva para as pessoas em situação de rua.

Após esse evento, em Abril/2018, uma Reunião do Fórum da População, ocorrida nas dependências do Centro Pop, teve o trabalho como pauta específica. Na ocasião, participaram representantes do fórum, dos usuários e da rede socioassistencial e intersetorial, incluindo representantes da política municipal de trabalho. Nessa oportunidade, mais de dezessete usuários do Centro Pop contaram suas trajetórias ocupacionais, seus interesses profissionais, anseios e dificuldades sobre o mundo do trabalho. O interesse pela Economia Solidária e pela formação de cooperativas foi destaque no diálogo trazido pelos próprios usuários, talvez pela concepção de que, dessa forma, seria mais fácil o acesso ao mundo do trabalho. A diversidade de trajetórias relatada pareceu expressar a rotatividade e a fragilidade dos tantos vínculos que já tiveram e ainda têm em relação ao mundo do trabalho. As dificuldades mencionadas iam além do preconceito direcionado ao seu local de moradia, mas também encontrava lugar na fragilidade dos vínculos com o serviço de acolhimento noturno e a violência cotidiana a que estão expostos, produzindo desafios quase insuperáveis.

Após a solicitação de maiores informações acerca da Economia Solidária e seu potencial no território pelos participantes do Fórum, houve uma nova reunião do coletivo no mês de junho/2018, em que representantes da política municipal de trabalho participaram e esclareceram sobre o tema, contando experiências pregressas envolvendo

a economia solidária e a população em situação de rua no município e se disponibilizando a fomentar novas ações com esse público.

O relato da reunião que tratou da Economia Solidária chama a atenção para dois aspectos: as dificuldades pregressas na formação de um empreendimento econômico solidário com a população em situação de rua, devido à baixa adesão, problemas decorrentes do uso problemático de álcool e outras drogas, dificuldades na continuidade do projeto e, por outro lado, a abertura/disponibilidade para discussão de uma nova possibilidade de retomada dessa iniciativa. Até o momento, porém, não houve avanços significativos nessa ação.

### 8.3 Histórias, trajetórias e percepções dos usuários de um Centro Pop acerca do trabalho e da Inclusão Produtiva.

A seguir, faremos a apresentação dos quatro usuários participantes do Estudo 2, construída em formato de narrativas.

#### 8.3.1 Sultão<sup>47</sup>

Nascido no Piauí, Sultão migrou de sua terra natal há 14 anos. A vinda para o estado de São Paulo pareceu-lhe a única alternativa de sobrevivência após a perda da avó que lhe criou, tendo sido “*obrigado a sair*” de sua terra de origem, diante das poucas alternativas de sobrevivência que ali restavam. O destino foi uma cidade do interior paulista onde tinha parentes que o acolheram. Ali, construiu sua própria família, casou-se e teve dois filhos.

*[...] é assim: faz 14 anos que eu vim do Piauí né, vim só, fui pra Matão onde tem parentes, irmãos, tia e lá foi quando eu comecei, como é que eu posso falar, me inserir de verdade no mercado de trabalho Porque até então quando eu vim do Piauí eu não tinha trabalhado ainda, né, porque no Piauí é só roça. Então a gente nunca tinha trabalhado, eu era menor então que acontece [...] eu vim porque a situação no Piauí é muito difícil, entendeu? Então, eu não tinha pai, não tinha mãe, tinha perdido minha vó que me criava e eu saí meio que obrigado do Piauí, entende? Eu saí mesmo porque não tinha outra situação, entendeu? [...] não tinha alternativa, eu, o que acontece, eu cheguei em Matão e comecei a trabalhar, né, comecei a trabalhar e conheci uma pessoa lá, fui morar junto com ela e a gente acabou tendo dois filhos, foi uma maravilha minha vida.*

(Trecho de entrevista semi-aberta)

---

<sup>47</sup> As identidades dos quatro participantes foram resguardadas e os nomes/apelidos são fictícios, não se referindo às alcunhas reais dos sujeitos.

Foi onde também teve suas primeiras experiências de trabalho, na colheita da laranja, como segurança e na construção civil. E foi nesse último que se “profissionalizou”, tendo começado como ajudante e, ao longo do tempo, tornado-se pedreiro, como ele mesmo definia. Conta que nessa época tinha uma vida boa, pois “*nunca precisou pedir nada pra ninguém (...) nem pro governo*” mas, em 2015, o uso de bebida e cocaína foram, aos poucos, afastando-lhe da família e provocaram a ruptura dos vínculos familiares, que levaram à saída de casa por parte de sua companheira e dos filhos. Para ele, o afastamento do convívio familiar foi determinante: o uso de drogas se intensificou, ele vendeu tudo o que tinha dentro de casa e, em pouco tempo, estava na rua.

*E aí o seguinte: eu nesse período comecei a beber e a usar droga, né, mesmo tando com a família, com a mulher e com os filhos eu comecei a beber e usar drogas e fui levando, um ano, 2 anos, 3 anos, 4 anos [...] eu continuei ali né então que acontece, ela largou de mim, e quando ela largou eu tava trabalhando, vida normal, sabe? [...] Nunca deixei faltar nada pra meus filhos dentro de casa, sabe? [...] pra te falar a verdade a gente nunca precisou pedir nem pro governo, sinceramente, porque quando eu trabalhava a gente nem corria atrás disso [...] Mas aí quando ela me largou, né, eu me senti sem chão, isso foi em 2015 [...] eu acabei pedindo para ser mandado embora do serviço...bastante tempo eu fiquei no serviço, era registrado e pedi pra ser mandado embora, aí foi vendendo tudo que eu tinha, acabei com tudo que eu tinha, [...] eu fui acabando com tudo, bebida, droga, não teve outro jeito, tive que pegar uma bolsinha e rua.*

(Trecho de entrevista semi-aberta)

Assim, no início de 2016 Sultão chegou ao Centro Pop relatando que já estava na rua há 3 meses. Na ocasião, contou que a vinda à São Carlos decorria da busca por trabalho. Já não tinha mais contato com a esposa e tampouco com os filhos e já não lhe restava nenhuma outra referência familiar. Chegou ao serviço solicitando aquilo que é frequente nos primeiros atendimentos - banho, cuidados pessoais e lavagem de roupas. Naquele momento, permaneceu por pouco tempo no serviço e ao longo dos últimos dois anos que antecederam esse Estudo, frequentou o Centro Pop e a Casa de Passagem de maneira intermitente, a partir de suas idas e vindas do trabalho.

Aliás, esse tema sempre esteve presente nas conversas com ele, especialmente decorrente do desejo de voltar ao mercado de trabalho. Assim o convite, que foi estimulado por essa trajetória vinda à memória pela pesquisadora, foi prontamente aceito por Sultão.

Logo no início, Sultão contou que o uso problemático de substâncias psicoativas, especialmente o álcool, teria sido a principal causa que lhe fez perder seu último

trabalho na construção civil, o que também marcou seu retorno ao Centro Pop, em Março/2018.

Hoje revejo Sultão, que estava afastado do Centro Pop desde setembro/2017. Conta que sumira, pois conseguiu trabalho na construção civil e com o salário, estava pagando um quarto na pensão. Relata que há 20 dias recaiu e que não conseguiu mais trabalhar. É usuário de álcool. Vem em busca de intervenção junto à Casa de Passagem, para ter onde dormir e poder, novamente, organizar-se para procurar trabalho.

(Diário de Campo- Março/2018).

Sultão, que sempre se apresentava bem arrumado e articulado, estava muito frustrado pela perda do trabalho e por ter que voltar aos serviços socioassistenciais em busca de auxílio/assistência. Na verdade, seu desejo naquele momento era apenas dormir na Casa de Passagem e passar o dia na rua, com seus afazeres e na busca por trabalho. Não queria frequentar o Centro Pop e somente recorria a esse para solicitar intermediação junto à Casa de Passagem, a fim de garantir pernoite e permanência no local. Afinal, nos últimos anos, pela forma como se estruturou a rede de serviços para a população em situação de rua no município, passou a ser comum que as pessoas em situação de rua, migrantes ou não, apelassem à equipe do Centro Pop solicitando intermediação para permanência na instituição de acolhimento noturno (Casa de Passagem). Depois desse primeiro contato, Sultão não apareceu por quatro meses, e quando retornou, foi reiterado o convite para sua participação.

Hoje acompanho o retorno de Sultão, que não aparecia desde março/2018. As suas demandas sempre se centraram na questão do trabalho e do tratamento para uso pesado de álcool. Agora volta dizendo que começou a frequentar a igreja e que só permanece na rua por conta da falta de oportunidade de trabalho. Ele ressalta isso várias vezes, mas não parece triste, ao contrário, está motivado. Está bem, bem vestido, organizado. Diz que se quisesse ficaria dormindo o dia todo, mas ele quer trabalhar, para poder rever os dois filhos. Esse é o seu maior desejo.

(Diário de Campo-Julho/2018).

Entre Julho e Agosto/2018 foram realizados dois encontros com Sultão, agendados com intermédio da equipe da Casa de Passagem, já que ele se recusava a frequentar o Centro Pop. Conversávamos sobre suas trajetórias de trabalho, mas também as dificuldades e a suas vivências que as atravessavam. Ao contar detalhes da sua história de vida e trabalho, exaltava esse último como elemento de “*inclusão social*”, e de “*inclusão na sociedade*”. Ao trabalho atribuía aquilo que iria lhe “*trazer as*

*coisas de volta*” e o “*encaixe para as coisas*”, que para ele eram a família, os filhos, a cidadania. Sempre frisava a dificuldade da sociedade em aceitar quem não tem trabalho, discriminando e excluindo quem está afastado desse mundo. E ao associar o trabalho à possibilidade de criar condições objetivas e emocionais para ver os filhos, via nele chances de reconstruir a sua vida, a sua dignidade, os laços familiares e ganhar o respeito da sociedade,

*[...] o maior sonho meu é voltar a ser reconhecido como cidadão sabe, ter o respeito da sociedade e eu acho que se eu voltar a trabalhar, eu vou conseguir isso*

(Trecho de entrevista semi-aberta)

Durante os encontros, Sultão também contou as experiências de trabalho que desenvolveu já estando na rua, tanto na construção civil como em serralheria. Segundo ele, foram trabalhos curtos, mas que lhe possibilitaram saídas temporárias da rua.

Na sua trajetória, destacou-se também o relato do trabalho que pôde desempenhar em um famoso albergue da cidade de São Paulo/SP. Contou que ao chegar lá, passou por avaliação pela equipe e, após algum tempo de trabalho voluntário, foi registrado para trabalhar na manutenção e limpeza do local por um mês. Antes mesmo que fosse questionado a respeito do tempo, ele ressaltou que os contratos costumam ser curtos para possibilitar que outras pessoas tenham oportunidade, uma vez que centenas são atendidos.

Para Sultão, essa experiência deveria ser valorizada e replicada, afinal, apesar do pouco tempo, a oferta de acolhimento, apoio social e psicológico e a oportunidade de se “*cuidar mentalmente*” são fundamentais para a realização de um trabalho. Afinal “*não adianta dar trabalho para quem não quer se tratar*”. Apesar de destacar esse aspecto do cuidado em saúde mental, a busca por tratamento foi algo pelo qual ele se interessou poucas vezes ao longo do tempo em que esteve no Centro Pop.

*[...] primeiramente, eu acho que tem que cuidar mentalmente, ele tem que estar tendo um acompanhamento mentalmente porque senão não consegue, não vai dar certo entendeu? [...] porque como que você, você trabalha durante o dia, à noite você vai pegar e vai usar a droga, então no outro dia você não vai conseguir, então você vai ficar nisso, entendeu, patrão nenhum vai aceitar você chegar drogado, você chegar ‘ressaqueado’ no serviço, não vai aceitar você no serviço porque você vai correr o risco de se machucar, dependendo do emprego que você tiver ou então você não vai desenvolver*



*sua profissão, entendeu? [...] você não tem nem coordenação motora para poder, entendeu? [...] não adianta trabalho para quem, para quem não se tratar, realmente não vai [...] então muitas das vezes é culpa nossa mesmo, pelos problemas que nós temos, que não conseguimos mais inserir no mercado trabalho, que as pessoas tem oportunidade, mas por causa do teu vício, você não consegue.*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

*[...] nós precisamos disso, nós precisamos de tratamento, primeiro de que trabalho, entendeu?*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

Na sua perspectiva, a maior dificuldade para conseguir trabalho era não ter endereço/moradia, uma vez que sempre “*preferem dar emprego para quem tem casa*”, afinal, todo empregador, segundo ele, pergunta sobre o endereço para poder saber sobre o transporte e as distâncias que o empregado deverá cumprir.

*[...] nossa, são muitas as dificuldades, você chega para pedir serviço a primeira coisa que as pessoas pergunta é aonde você mora, por que necessita passar pra te pegar, saber se é perto, entendeu? Então, de uma a duas, eu não sei mentir, eu não consigo falar, então, eu acabo falando que eu moro no albergue, muita das vezes, sinceramente, eu falo até que tô na rua [...] a maior dificuldade é moradia, uma das dificuldades e eu acho que a maior [...] outra dificuldade é já não ter há muito tempo, três anos sem tá incluído no mercado de trabalho, então as pessoas, elas olha pra tua carteira e pensa esse cara, três anos sem registrar carteira, então, essa é outra dificuldade, entendeu? porque eu acho que é, tipo assim, é a falta escolaridade, que a minha é muito baixa, entendeu? Porque hoje exige muito a escolaridade que você tem, geralmente eles pedem segundo grau, quando você não tem o segundo grau fica mais difícil, entendeu? Porque é muita concorrência, imagina, quem tem faculdade, eu encontrei pessoas com faculdade na rua aí, viveu comigo, tá na rua, imagina eu então, que tenho a sétima série! É uma outra dificuldade muito grande, Roberta, não ter essa escolaridade, limita.*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

O tempo longo sem registro em carteira, o uso problemático de álcool e outras drogas e a baixa escolaridade também representavam entraves, assim como a instabilidade relacionada à permanência na Casa de Passagem já que, segundo ele, a pressão imposta pela instabilidade dificulta a abstinência e a organização para buscar trabalho.

Sultão chega antes do horário e me aguarda. Está bem vestido novamente, camisa, colete de lã e calça social. Pergunto a ele se tem limite de horário e ele diz que não, pois procura emprego somente pela manhã, uma vez que quem dá trabalho para quem procura depois do almoço? Sinto que a

vestimenta e a chegada adiantada querem deixar uma boa impressão. Ele não vem com frequência ao Centro Pop, exceto quando precisa de intermediação com a Casa de Passagem, por isso, chega e me espera.

(Diário de Campo -Julho/2018).

Assim como muitos usuários ao longo daquele ano, participantes ou não deste estudo, criticou a experiência que a cidade promoveu ao fazer parceria para realização de frentes de trabalho e contratação de pessoas em regime prisional semi-aberto para execução de limpeza de espaços públicos do município<sup>48</sup>, sendo que para muitos dos usuários do Centro Pop, essas oportunidades teriam que ter sido dadas às pessoas em situação de rua.

Ainda numa perspectiva de crítica, Sultão se opunha ao atendimento oferecido aos migrantes que, como ele, não são encorajados a permanecer na cidade, referindo-se ao jeito como o sistema “*foi montado*”, já que a esse perfil é oferecida apenas a pernoite por poucos dias e passagens intermunicipais.

Outra crítica sua residia na forma como funciona o Centro Pop, que para Sultão, “*do jeito que tá não vai ajudar ninguém a entrar no mercado de trabalho*”. Ele se referia especialmente àqueles que tomam banho, alimentam-se e descansam ou assistem TV no equipamento, que não obriga a participação em nenhuma atividade, não condicionando a participação ao acompanhamento ofertado. Na opinião de Sultão, isso retroalimenta uma rotina que se estrutura no uso problemático de álcool e outras drogas, pois o serviço oferta tudo o que os usuários que são dependentes de substância psicoativas precisam e “*dormem o dia todo (...) esse sistema é gostoso*”.

*[...] vou ser sincero, eu acho que poderia melhorar em algumas partes, como assim eu vou te explicar, porque assim quem tá buscando, às vezes o sistema do centro pop é o seguinte, por exemplo, eu não sou daqui, eu não posso usufruir porque eu não sou daqui, tudo bem, concordo nessa parte, mas, por exemplo, você não tá nem aí para sua vida, você tá aí de mal a pior, usando droga e bebida, droga e bebida, eu vejo que o sistema [...] do jeito que tá esse sistema não vai ajudar ninguém a se inserir no mercado de trabalho, como assim, é um sistema que você usa droga, e você pode voltar e ficar o*

---

<sup>48</sup> Ressalta-se que essa oportunidade criada às pessoas que cumprem regime semi-aberto tratou-se de convênio assinado entre o Comitê Municipal de Limpeza Pública, da Prefeitura Municipal de São Carlos/SP e da Fundação Dr. Manoel Pedro Pimentel (Funap), no ano de 2016, para realização de frentes de trabalho e contratação de pessoas em regime semi-aberto para execução de serviços de limpeza dos espaços públicos da cidade. Ver mais em <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2016/170013-sao-carlos-assina-convenio-com-a-funap-para-utilizacao-de-mao-.html> e <http://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2016/05/prefeitura-assina-convenio-para-usar-mao-de-obra-de-presos-em-sao-carlos.html> Acesso em 26 Nov. 2018.

*dia inteiro deitado, dormindo, entendeu? Beleza, então vou descansar e amanhã de novo eu vou lá, uso droga de novo, eu volto, tá bom, então nesse sistema, se eu for querer me encaixar nesse sistema, eu não vou conseguir trabalho, então, o que eu quero dizer para você o seguinte: hoje, o sistema que tá não ajuda, eu tô falando de mim, não ajuda.*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

Na sua perspectiva, serviços como o Centro Pop deveriam “*pegar mais no pé*”, pois ao saber que têm acolhimento, esse tipo de usuário não vai atrás de autonomia nem responsabilidades, aspectos valorizados por Sultão como fundamentais para a saída da rua e para a conquista de um trabalho.

*(o Centro Pop) ele é ótimo para nossa carne, porque é uma maravilha assistir televisão o dia inteiro, é uma maravilha achar um lugar pra tomar banho, achar lugar para comer, claro, nós precisamos disso, mas eu acho que teria que pegar mais no pé de cada um de nós [...] Roberta, eu vou beber a noite inteira, eu vou usar droga a noite inteira, porque eu sei que tu me acolhe no outro dia e eu não vou precisar correr atrás de serviço, então esse sistema eu acho que teria que ser de forma diferente, eu acho que teria que ser assim, por exemplo, tu vai poder almoçar no Centro Pop, tu vai poder dormir lá, tu vai poder assistir televisão, mas vai ter que sentar aqui e você falar: você precisa fazer isso, procurar tratamento, entendeu? [...] é o compromisso que você pra poder ficar...) [...] mas se não, se você não tiver isso, Roberta, você não vai conseguir, porque você vem, você descansa e à noite a tua mente já está pensando naquilo...*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

No espaço de tempo entre os dois últimos encontros, percebo que o conteúdo das conversas com Sultão foi se modificando, ganhando contornos religiosos e marcado pela insatisfação pela forma como vinha sendo tratado pela Casa de Passagem. Sentia que por ser “*diferente*” dos outros, sofria discriminação e inveja dos colegas e até da própria equipe. Ressaltava que seu modo de se vestir, de se arrumar, se cuidar, de estar abstinente e estar buscando um envolvimento religioso fazia com que os demais pensassem que ele não precisava mais estar lá.

*[...] aquele mundo não dá mais para mim, eu não consigo, não consigo me encaixar nesse mundo, até porque se eu me encaixar nesse mundo, eu corro risco, eu corro risco de eu voltar a beber, de voltar a usar drogas [...] as pessoas com abstinência, eles tão meio que, tipo assim, pegando eu para Cristo [...] vou falar pra tu, quando eu tava no mundão era mais fácil de lidar com eles, agora tô meio que... sabe... mas eu sei que eu tenho que levar, eu do conta, eu guento [...]pedi sabedoria a Deus pra eu saber lidar com essa situação*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

Começava a se sentir perseguido e rejeitado pelos colegas e pelos funcionários da Casa de Passagem simplesmente por estar bem, até que, em determinado momento, a percepção de que estaria “*sofrendo perseguição e calúnia*” pareceu insustentável.

A saída encontrada passou a ser o envolvimento com o “*evangelho*” e a igreja, cujos membros teriam começado a lhe ajudar. Ao final, começava a trazer um desejo que ainda não havia sido manifestado nas nossas conversas, o de trabalhar como missionário, de forma a retribuir a ajuda e responder à missão divina.

*[...] de verdade, eu, eu saio, venho até a rodoviária, faço uma leitura na Bíblia, falo de Deus para algumas pessoas ali, sabe por quê? Esse é o foco, de verdade, o que eu faço hoje, por não ter nada para ocupar minha cabeça [...] eu tô sempre falando de Deus, é isso, é o que eu tô ocupando minha mente é porque eu já esgotei de tanto pedir serviço eu falei então, para ocupar minha mente, para eu não voltar beber nem usar droga, não tem outra coisa [...] é que eu te falei, trabalho, eu sinceramente já não sei mais onde procurar, sabe? Entendeu? É isso!*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

*[...] mas se ninguém me estender a mão para um cara que vive na rua eu vou te falar para você não tem como ele competir com quem tem endereço, não tem como ele competir, entendeu, não tem!*

*(Trecho de entrevista semi-aberta)*

Os planos pareciam ter se alterado, e o desânimo com a instituição de acolhimento e o desemprego se sobrepôs, tendo sido a religião a alternativa que lhe parecia mais viável naquele momento. Assim, contava que passara a pregar na Rodoviária, tanto para se ocupar, como quanto pelo esgotamento de procurar trabalho e ninguém lhe estender a mão. Resignado, confiara a vida aos planos religiosos, acreditando que tinha uma missão a cumprir

*[...] vai ser passageiro meus dias ali, poucos dias, de verdade, eu tenho um projeto em mente, se não acontecer logo, eu vou fazer o que eu estou na minha mente, eu vou expandir o evangelho do Senhor, eu vou pregar o evangelho de Jesus [...] Comigo convém que aconteça desse jeito...vai chegar uma hora, daqui uns dias, eu vou sair do albergue e eu não vou voltar mais (...)*

*(Trecho de entrevista semi-aberta).*

Essa é a segunda vez que encontro Sultão para conversarmos e ele começa dizendo que está bem “*espiritualmente, mas sem trabalho*”. Vejo que o foco

da conversa é a religião, e que ele está depositando muita expectativa na igreja e no auxílio que pode obter dessa. Entendo que ele quer ser algo como “missionário”, trabalhar para a Igreja. Eu não sabia, mas essa foi a última vez que nos encontramos. Cheguei a marcar um outro dia para que conversássemos, mas ele confundiu as datas e não apareceu. Surgiu depois, e acho que se chateou comigo. Soube dias depois, pela assistente social da Casa de Passagem, que ele teve uma briga séria com outro morador do local, falou que estava sendo perseguido e que se “*queriam que ele fosse embora, ele iria*”. Não foi colocado para fora, mas se retirou. Nunca mais apareceu. Cheguei a procurá-lo na praça do mercado municipal, onde eu o vi por várias vezes, mas não o encontrei mais. Acho que foi embora da cidade.

(Diário de Campo -Agosto/2018).

Depois desse relato, nunca mais tivemos notícias de seu paradeiro, nem por parte dos outros usuários, tampouco pelas equipes da Casa de Passagem e do Centro Pop.

### 8.3.2 Pingo

Pingo tinha 39 anos, era solteiro e pai de 3 filhos, de quem havia perdido a guarda. A ex-mulher companheira estava reclusa, a mãe morava afastada do centro de São Carlos e o pai, era um dos mais antigos usuários do Centro Pop. Ou seja, atendendo Pingo, estávamos atendendo uma segunda geração na rua. Tinha prontuário no Centro Pop desde 2010, mas voltara a frequentar em 2015, tendo sido eu que o atendeu nesse retorno, em que queria retirar documentação civil. Recordo ter achado interessante que tinha o serviço como referência, tendo voltado quando precisou. Tinha ensino fundamental completo. Usuário de múltiplas drogas, sua preferência era o álcool e ele se recusava veementemente a frequentar a Casa de Passagem. Nunca me contou o local exato, mas sabíamos que ele sobrevivia ocupando casas abandonadas no centro da cidade.

Quando o convidei para participar da pesquisa e expliquei o seu propósito, ele sugeriu que fizéssemos a conversa na Biblioteca Municipal, que é próxima ao Centro Pop. Porém, ao chegarmos lá, ponderou que o movimento era muito grande e sugeriu que voltássemos ao Centro Pop, manifestando que não se importaria se conversássemos lá mesmo. Em nenhum momento quis ser gravado, mas depois dos primeiros encontros, (no total foram seis), ele passou a me “cobrar” insistentemente pelas conversas sobre “serviço”, que era assim que ele passou a significar nossos encontros.

O convite à Pingo partiu do fato de que, assim como os demais, era alguém que eu sabia que vinha numa trajetória de trabalhos curtos, desemprego e busca por novas

oportunidades, sugerindo um percurso e um cotidiano de intermitências sobre o qual eu queria compreender mais. No primeiro encontro, ele me contou sobre os caminhos que o levaram para a rua, as primeiras experiências de trabalho, os conflitos familiares e os impactos das drogas na sua vida...

Começo a acompanhar as histórias de Pingo, que tem 39 anos e é de São Carlos/SP. Tem o ensino fundamental completo, está há quatro anos na rua e há dois, frequenta o Centro Pop. Atribui à ida para a rua devido à conflitos familiares, relacionados ao uso de drogas. Aos 21 anos, amasiou-se com uma companheira que também é dependente de drogas. Ficaram juntos por 15 anos e tiveram 3 filhos. O mais velho tem 17 anos, a do meio, 14 e o mais novo, 8. Desde 2015, a guarda deles está com familiares; a ex-mulher está reclusa. Conta que durante o relacionamento, sempre arrumava “serviço”, geralmente flanelinha, e que todo dinheiro recebido era usado para viabilizar o uso de SPA dele e da esposa [...] A relação com sua mãe e seu irmão sempre foi difícil por conta do seu uso de drogas. O pai também vive na rua e é acompanhado pelo Centro Pop. E foi com ele que Pingo aprendeu a pintar paredes [...]

(Diário de Campo – Agosto/2018).

Logo no primeiro contato, Pingo contou toda sua trajetória de trabalho ressaltando que sempre trabalhara, mas que desde o primeiro emprego o uso da droga lhe acompanhara e que, de forma geral, a renda auferida sempre servia para manter o uso de substâncias psicoativas dele e da companheira, com quem viveu por 15 anos. Seu relato envolveu muitas e variadas experiências de trabalho seja como flanelinha, frentista, recepcionista, coletor de lixo ou empacotador. Segundo ele, já foram mais de quinze registros em carteira, mas sempre experiências muito curtas, que lhe “mancharam” a carteira. Curtas porque ou ele era mandado embora – quase sempre porque faltava muito ou ia trabalhar sob efeito de drogas, ou simplesmente porque não conseguia ficar, pegava atestados, deixava as pessoas na mão. A sua primeira experiência de trabalho foi aos treze anos, numa loja de doces, como empacotador, época que também coincidiu, segundo ele, com o início do uso do crack, e que o acompanha, desde então.

Sua última experiência formal de trabalho foi em 2016, o que para ele era considerado ruim, pois faz acharem que quem não tem registro em carteira é “vagabundo” e “perdem a confiança” em pessoas com a falta desse histórico. Na rua, trabalhava esporadicamente com fretes, limpeza, jardinagem e tantos outros bicos, mas

como tantos outros, sabia que não podia contar com eles, pois não eram certos e o dinheiro auferido, muito pouco.

O uso de álcool e outras drogas sempre esteve pautado no seu discurso e a ele que Pingo atribuía o fato de ter se envolvido em diversos crimes e suas inúmeras passagens pelo Sistema Penitenciário. Sobre essa trajetória, contava inclusive que ao tentar determinados trabalhos e processos seletivos, pesquisavam seus antecedentes criminais e eram claros ao lhe recusarem emprego por seu histórico.

Amanhã tem entrevista, em uma fábrica de salgados, para auxiliar em linha de produção (mesmo tendo falado que isso não é para ele, mas é o que tem). Termina contando que foi numa terceirizada da cidade, tentar vaga para porteiro e que pesquisaram seus antecedentes! É claro que não lhe deram a vaga, “*disseram até que a vaga estava aberta, mas que não daria para ele*”.

(Diário de Campo-Agosto/2018).

Naquele momento, suas perspectivas de vida centravam-se na tentativa de manter um uso menor de substâncias e na obtenção de um trabalho, que ele associava à retomada do convívio com os filhos e de uma vida mais independente. Lamentava o fato de ainda precisar de doações para sobreviver, fossem de instituições religiosas ou mesmo do Centro Pop, que também faz doações de itens de higiene pessoal e roupas. Não tinha mais coragem de pedir dinheiro, “*nem mesmo quando usa crack*”.

Hoje, relata que está há dois meses abstinente de droga, mas não álcool. Conta para mim que está “*tentando viver só o hoje e se apegar a algo*”. “*Pus na cabeça que quero um trabalho e ajudar meus filhos. Mas é difícil desviar de quem usa*” [...] Fala que quer arrumar trabalho, uma casa e retomar o convívio com os filhos. Quer provar à mãe que é independente e não precisa mais dela. “*O trabalho dá aquilo que a gente precisa para viver, é dignidade, edifica a pessoa. Deus deu braço e perna que é pra lutar. É muito difícil não ter renda. Mas trabalho mesmo é ter registro na carteira*”.

(Diário de Campo – Agosto/2018).

Apesar da frequência diária no Centro Pop, não costumava passar o dia todo no local. Via-se diferente dos demais frequentadores e não queria ser comparado a eles que, em sua maioria, são “*vagabundos*”, “*não querem fazer nada nem trabalhar*”. Ao Centro Pop, na sua perspectiva, caberia arrumar oportunidades para esses sujeitos.

Para ele, só arruma emprego quem vai atrás. Mas fala que quando dá o endereço do Centro Pop já não consegue trabalho, chamam de vagabundo,

parasita. *“Já nem fico muito aqui para não pensarem isso de mim”*. Acha que tinham (Centro Pop) que arrumar uns *“negócios”* para por *“os moleques para trabalhar, porque de 10, tem dois que quer trabalhar mesmo [...]Eu já me destaco, ando sozinho, não ando com eles porque não quero me prejudicar”*.

(Diário de Campo-Agosto/2018).

Mesmo tendo feito um combinado com cada usuário de que nossos encontros, apesar de ocorrerem no Centro Pop, sempre seriam depois do meu horário de trabalho, por muitas vezes tive dificuldade de me organizar com cada um deles, devido especialmente à disponibilidade de cada um. Mas Pingo era quem mais me cobrava pelas conversas, especialmente para contar das dificuldades em relação à busca por trabalho.

Acho que Pingo percebeu que as nossas conversas, depois do meu horário de trabalho, tratam do trabalho, porque ele inicia dizendo que serviço está difícil. *“Está muito ruim esse negócio”*. Ele tem tentado vagas como Pessoa com Deficiência, por problemas ortopédicos, mas não sabe dizer se o CID (Classificação Internacional de Doenças) ajudou ou piorou. Ou se está faltando emprego, se o desemprego está grande. Falo que essa é uma realidade concreta para muita gente. Mas ele está indignado que a concorrência esteja grande até mesmo para quem tem deficiência! Ele me diz que cansou de tentar vagas *“normais”*, pois nunca conseguia entrevista. Daí, viu no laudo médico a possibilidade de tentar essa via das cotas para conseguir trabalho. Depois de tanto tempo sem emprego (o maior período, segundo ele), agora está aguardando duas entrevistas de emprego, uma no McDonald's e outra numa rede de lanchonetes conhecida na cidade. Também me conta que vai prestar o concurso da prefeitura de Dourado/SP, para vaga de segurança. Soube do concurso pela internet. A prova será em 26/08/2018 e ele me fala que está estudando matemática e português. *“É o mesmo conteúdo da prova de São Carlos”*, me lembrando que ele também prestou essa prova, para agente de serviços gerais e ficou em 100º lugar.

(Diário de Campo – Agosto/2018).

A tentativa de novas estratégias de trabalho parecia se configurar uma nova e diferente realidade na vida de Pingo que via na deficiência física, uma possibilidade de aumentar suas chances de entrar novamente no mercado de trabalho, via inclusão pelas cotas. Pingo também comentava das outras estratégias cotidianas na busca por trabalho: ir à Casa do Trabalhador em dias e horários que já conhece como melhores, buscar vagas normais somente quando estas não exigem experiência e as vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), que nunca exigem experiência, embora ele revelasse que tinha vergonha de ser visto procurando-as, mesmo tendo direito a elas. A inscrição no



concurso também havia sido uma oportunidade que muitos usuários viram para retornar ao mercado de trabalho.

Nesse mês, muitos usuários se mobilizaram para prestar o concurso público da prefeitura municipal de São Carlos. São vagas para o ensino fundamental incompleto (serviços gerais) e ensino médio (auxiliar administrativo). Muitos fizeram a inscrição e solicitaram auxílio na busca por materiais. Em uma manhã, vamos à biblioteca municipal, que é bem próxima, e pesquisamos livros com os conteúdos da prova. Muitos fazem inscrição. Quando saio de férias, perco um pouco o contato sobre esse processo e quando volto, a prova já será no próximo final de semana. As inscrições até renderam matéria escrita no site da prefeitura<sup>49</sup>. Embora ressaltem na matéria o papel do Centro Pop, tenho para mim que a iniciativa e o protagonismo partiu deles. Porém, quando passou o final de semana do concurso, após a prova, vejo que poucos efetivaram a inscrição e um número menor ainda prestou a prova. Relatam ter desistido, não ter pago, esquecido. Parece que sustentar a empolgação/excitação inicial é sempre muito difícil.

(Diário de Campo- Maio/2018).

Outra dificuldade também parecia ser enquadrar-se nos trabalhos convencionais, com horários e compromissos fixos. Pingo, por exemplo, era o usuário que mais ressaltou as frentes de trabalho na limpeza das ruas como uma oportunidade que deveria ter sido dada às pessoas em situação de rua de São Carlos. Especialmente porque ele aprecia esse tipo de trabalho “livre”, deixando claro várias vezes que era avesso ao trabalho em linha de produção, por exemplo.

*“Eu queria trabalhar na rua, livre, fazer esse trabalho que os presos estão fazendo aqui na cidade”. Ele é mais um dos muitos usuários do Centro Pop que questiona que quem deveria ter sido contratado para fazer esse serviço de limpeza das ruas eram eles, não os “presidiários”. Ele fala que isso facilitaria o emprego para quem mora na rua, tipo frente de trabalho. Pingo fala que trabalhar em linha de produção é horrível e isso não é para ele, não! “Na rua, a gente consegue fazer frete, mudanças, limpar quintal, fazer bico, mas é muito ruim, não pode contar com nada! Dá para olhar carro, mas não consigo mais, tenho vergonha! Sem o crack, não tenho coragem...Nem de pedir dinheiro em casa, só peço para quem conheço. Essas, ficam com dó, porque veem que eu não consigo trabalho”.*

(Diário de Campo – Agosto/2018).

Porém, no mês seguinte, os investimentos incessantes na busca por trabalho pareceram surtir efeito. Pingo conseguiu um bico até meados de outubro na campanha eleitoral, na entrega de panfletos e na divulgação de semáforos, recebendo de 35 a 40

<sup>49</sup> Tratou-se da matéria “Centro Pop Estimula Pessoas Em Situação De Rua A Prestarem Concurso Da Prefeitura”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2018/172061-centro-pop-estimula-pessoas-em-situacao-de-rua-a-prestarem-concurso-da-prefeitura.html>. Acesso em 31 Mai. 2018.

reais por dia, atividade que também foi desenvolvida por outros usuários. “*Não é bem serviço, mas é bem divertido*”. Também contou para mim que ficou em 15º lugar no concurso de Dourado/SP.

E ao final do mês, chega com aquela que, para ele, parecia a melhor notícia: conseguiu um trabalho em uma terceirizada que prestava serviços para um restaurante universitário da cidade, na área da limpeza. Estava motivado pelos direitos que deveria acessar, afinal, “*teria registro*” e, muito mais, pela possibilidade de mostrar para as pessoas que ele seria capaz e retomaria a convivência com os três filhos, além da oportunidade de ofertar a eles coisas que nunca antes pôde prover, como plano de saúde, usar o auxílio refeição para levá-los para “*comer lanche*” etc.

A expectativa em torno do trabalho era poder conseguir pagar um aluguel, tirar a carteira nacional de habilitação (CNH) e retomar o convívio com os filhos, “*eles ainda não estão botando fé, perderam muito a confiança, mas querem me ver bem*”. Ao longo dos primeiros dias, conseguiu organizar toda a documentação necessária para a contratação, inclusive, aquelas que iriam garantir o direito dos filhos serem incluídos no auxílio do plano de saúde e salário família.

Conseguiu essa vaga no “Dia D”, uma ação da Prefeitura, via Secretaria de Trabalho, a fim de promover vagas de trabalho para pessoas com deficiência<sup>50</sup>. Passou por entrevista com vários empregadores, e acabou conseguindo a vaga nessa empresa. Conversamos enquanto tiro cópias dos documentos que precisa levar para contratação. Disse até que tem outras entrevistas para fazer, mas prefere esse emprego, porque vai ter “*vale transporte, plano de saúde para ele e para os filhos, vale refeição etc.*” [...] Vejo que está bem animado com a possibilidade do emprego com carteira assinada, que finalmente, ele conseguiu. Pretende alugar um lugar para poder receber os filhos aos finais de semana. Termina dizendo que se conseguir ficar um ano, “*terei férias no Natal*”. Até aqui, relembra que chegou a fazer cinco entrevistas por dia e nada dava certo.

(Diário de Campo - Setembro/2018).

Retornou na semana seguinte, contente com o horário que deveria cumprir e da satisfação em saber que, mesmo não diretamente, trabalharia com alimentação/comida. Era nítida a motivação que a expectativa de começar esse trabalho lhe trouxera: colocar

---

<sup>50</sup> Vide a matéria “*Dia “D” ofereceu 14 vagas de emprego e encaminhou 38 pessoas com deficiência para processo seletivo*”. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2018/172487-dia-d-ofereceu-14-vagas-de-emprego-e-encaminhou-38-pessoas-com-deficiencia-para-processo-seletivo.html>. Acesso em 04 Nov. 2018.

os dentes que estavam faltando, inscrever-se no programa habitacional do município etc. O trabalho parecia, então, ser o alicerce de tudo que ele estava sonhando dali para frente. A intenção, ao menos no início, era ficar na casa da mãe, que deveria lhe receber. Mas a casa era bem longe do trabalho, e logo queria se organizar para sair de lá.

Rejeitava qualquer possibilidade de ficar na Casa de Passagem. E “*quer sair fora do Centro Pop também*”, afinal, segundo ele, “*é quase impossível conseguir emprego estando aqui*”. Mostrava-se incrédulo ao desejo dos colegas por trabalho ou por uma trajetória como a que ele construiu, bastante individual, embora acreditasse que eles precisavam ser encorajados, ter acesso à oportunidades concretas e a esperança resgatada.

*“Nem se colocar um balcão de empregos aqui dentro eles vão querer! Ninguém vai, ninguém quer, não dá certo. Por isso que quero sair fora daqui”*. Pergunto o que o Centro Pop poderia, então, fazer. Pingo acha que palestras para o mercado de trabalho, falar que tem jeito, sim, mas tem que ter vagas, programas que já consigam o emprego.” *Dar mais incentivo, sabe? Fazer programas como o dos presos, devolver a esperança, fazer com que pensem na família! Pra muitos, a esperança morreu. Eu mesmo não me apoiei na rua não, me apoiei na igreja, nos meus filhos”*.

(Diário de Campo -Outubro/2018).

Quase um mês depois dessa última conversa, foi solicitado a um colega de Pingo que pedisse que ele fosse, quando pudesse, ao Centro Pop para mais um encontro, desta vez, para contar como estavam indo as coisas no trabalho. Ele apareceu no dia seguinte, logo cedo, contando sobre as tarefas desempenhadas, o esforço físico realizado, afinal “*trabalho é trabalho!*”. Mas a tônica do diálogo acaba sendo a frustração de ainda não ter conseguido viabilizar nada em relação à retomada do convívio com os filhos, pois retomar esse vínculo não parecia tão fácil como ele julgou, especialmente do ponto de vista dos serviços socioassistenciais que acompanhavam os filhos, e que desejam construir com ele um processo de retomada desse relacionamento e não uma ação imediata, como ele achou que pudesse ser.

Pergunto sobre a rotina do trabalho e ele me diz que ela é pesada, mas divertida, está servindo comida e repondo talheres e pratos. Mostra o uniforme. Fala que está gostando e que é melhor que trabalhar como serviços gerais. Está bem irritado com o fato de que os processos relacionados à retomada do convívio com os filhos não estão tão fáceis como ele achou que seriam. Afinal, ele achou que bastaria o trabalho para que as equipes que os acompanham permitissem que ele voltasse a vê-los. Está muito ansioso. Tem

mantido contato com os filhos, na verdade, tem tentado, porque eles dão muito pouco retorno. Tem ficado na casa da mãe, mas tem planos de tentar o aluguel social ou alugar um cômodo na região do centro, porque a mãe mora muito longe e ele demora muito para chegar até o local de trabalho.

(Diário de Campo-Novembro/2018).

Na semana seguinte, somos surpreendidos pela morte de seu pai, que também era usuário de longa data do Centro Pop. Fui eu mesma quem ligou para dar a notícia, e Pingo ainda não havia saído para trabalhar. Preocupado, afirmou que poderia cuidar dos procedimentos burocráticos do funeral, mas perderia o dia de trabalho. “*Será que eles me liberam o dia se eu levar uma declaração*”. No dia seguinte, já no velório, ele afirmou que estava com toda a papelada burocrática do funeral e dizia, preocupado, que iria ligar no emprego.

Zelava por esse trabalho que demorou tanto a conseguir. Voltou a trabalhar no dia seguinte; nem mesmo cumpriu a licença a que tinha direito. Passaram-se os dias e já não o encontrei mais. Imagino que estivesse trabalhando e por isso, não tenha vindo mais. Assim como com Sultão, não consigo finalizar. E isso parece que vai se repetindo...

### 8.3.3 Gordo

Usuário do Centro Pop desde dezembro de 2014, Gordo era natural de São Carlos e tinha 35 anos. Quando procurou o serviço do Centro Pop pela primeira vez, relatava que estava há seis meses na rua. Já tinha passado pela Comunidade Missionária Divina Misericórdia também. Desde então, nunca deixou de frequentar o Centro Pop e a Casa de Passagem, esta última, de forma mais intermitente que o primeiro. Associava a sua ida para rua primeiramente à morte da mãe e, de forma secundária, ao uso de substâncias psicoativas, que teria feito com que ele rompesse definitivamente o vínculo com os irmãos, sendo que um era policial militar. Ele relatava que esse último tentou lhe ajudar, mas havia uma ambiguidade grande, pois ao mesmo tempo em que oferecia apoio, era quem lhe abordava e “*enquadrava*” nas ruas.

Não obstante, ele não julgava o uso de álcool e outras drogas como um problema para ele. Praticamente nunca se engajou em tratamento, e era usuário de crack e álcool. Orgulhava-se de manter o “vício” trabalhando. Ele estimava que estava na rua há 16 anos, mas frequentava o Centro Pop há aproximadamente 04 anos. Era solteiro, não tinha filhos e há pelo menos um ano e meio se relacionava com outra usuária do serviço.

Entre os usuários, era aquele que sempre estava envolvido com trabalhos, de qualquer tipo, mas geralmente instáveis e de curto período.

Por mais um dia, vejo Gordo sair para fazer jardinagem. Associa muito a figura dele aos trabalhos de um dia e às virações. Ele não vive sem esses trabalhos.

(Diário de Campo- Março/2018).

Gordo conseguiu bicos para trabalhar na casa em frente ao Centro Pop. Trata-se de um imóvel desocupado há muitos anos, e agora parece que vão reformá-la. Gordo vai capinar o estacionamento e limpar a casa por dentro. Foi chamado pelas pessoas que vão alugar o estacionamento para uma loja de festas que acabou de abrir, bem ao lado do Centro Pop. Depois Gordo me conta que já conhece essas pessoas e que, por eles confiarem nele, sempre lhe oferecem trabalho. Afirma que sempre pagam o combinado. Ele também me conta que esses “patrões” relataram que muita gente vai na sua loja pedir dinheiro e que a ele ofereceram trabalho. Ele aceitou.

(Diário de Campo- Março/2018).

Desde o início, quando houve o planejamento do campo junto ao Centro Pop e aos usuários, também houve a intenção de que Gordo fosse um dos sujeitos acompanhados. Ele sempre foi percebido como alguém que trabalhava, muito e sempre. E por essa razão, após a realização do convite, houve muitas dificuldades em conseguir começar a conversar com ele, pois sempre no horário estabelecido para esses encontros, após o dia de trabalho da pesquisadora/técnica, era ele quem estava trabalhando. Ou descansando, ou mesmo indo buscar comida nas “bocas de rango” perto do equipamento. Ele sempre demonstrava interesse e preocupação em remarcarmos ou pensarmos em outras estratégias para que esses encontros acontecessem, justificando suas dificuldades e a necessidade de honrar com seus trabalhos. Fato é que ele sempre fazia seus corres e quase nunca estava parado.

Contava que sempre trabalhou como servente de pedreiro e com jardinagem. Mas sua maior experiência parecia ser na apicultura, cujo patrão ele conhecia desde os quinze anos, e que foi quem lhe contratou para trabalhar como caseiro em um sítio por 6 meses, ocasião que Gordo denominava como a melhor que já teve, pois era “*outra vida, uma vida responsável*”. Nos dias de pagamento, ele vinha à cidade, comprava cestas básicas e o que mais precisassem e voltavam ao sítio, onde retomavam o trabalho. Contava orgulhoso do planejamento que ele e a companheira faziam do dinheiro recebido, ressaltando que, quando havia sobras, somente aí saíam para comprar lanches

ou mesmo drogas. Lamentava profundamente o fato de não terem podido ficar mais, após o negócio não ter dado certo, quando ele saiu achando que ficariam lá por três anos. Voltaram frustrados ao Centro Pop.

Naquele momento, os trabalhos que conseguia eram no ramo da jardinagem, de limpeza de terrenos e calçadas. Ganhava pelo dia ou serviço realizado. Ele tinha vários empregadores e o fato de ter uma rede grande de conhecidos facilitava seu engajamento em vários bicos/trabalhos. Muitas pessoas lhe ofereciam trabalho, especialmente o apicultor que ele conhecia há muitos anos. Era sempre ele quem lhe oferecia as “melhores” oportunidades.

Entretanto, para ele, a melhor oportunidade, aquela que ele condicionava à saída da rua, seria um “trabalho fixo”, registrado ou não, que lhe desse garantias, condições de fazer planos e alugar um lugar para ele e a companheira. Sonhava com a estabilidade para poder pagar aluguel e sair da rua. Os bicos não proporcionam isso. Afinal, trabalho é vida, “*é o viver, né cara*”. Gordo também sempre pontuava a insatisfação com a vida na rua, com a falta de autonomia, muitas regras no Centro Pop, falta de privacidade.

Gordo fala que novas pessoas têm lhe procurado para pequenos serviços e isso é bom. O que aparece é jardinagem, limpeza de terrenos. Mas um trabalho fixo seria bom, “*uma boa ajuda para sair da rua!*” A primeira coisa que faria seria pagar um aluguel. “*Não faço questão de trabalho com carteira assinada não, mas de um trabalho que me desse garantias*”.

(Diário de Campo – Agosto/2018).

Era ele quem principalmente trazia a história de exploração da mão de obra de quem trabalha na rua, a quem fazem promessas e oferecem serviços que, normalmente, são pesados e proporcionam condições e remunerações precárias. A experiência de um dia como caseiro na zona rural de São Carlos, as ofertas de trabalho no Albergue (Casa de Passagem) eram exemplos, afinal, “*são vistos como vagabundos*”, a quem qualquer coisa parece servir, por não merecem muito mais do mínimo que dispõem na rua. A experiência de “catar frango” foi emblemática, para ele e para muitos outros usuários, e ele relembra essa passagem.

Além de contar que o apicultor tem lhe procurado, Gordo relembra o “*trabalho do frango*”. Conta que foram à Casa de Passagem procurar gente para trabalhar. Foram levados para Indaiatuba/SP “*no escuro*”, no desejo de trabalhar, prometeram alojamento e boas condições. Mas chegando lá a história mudou: mal ofereciam refeições, às vezes a comida vinha azeda.

Carregavam frango o dia todo e pela sua fala, a jornada era bastante abusiva. Quando desejaram parar, foram trazidos de volta para São Carlos/SP. Foi a pior experiência de trabalho que já teve.

(Diário de Campo – Outubro/2018).

Na fala de Gordo e de muitos outros usuários parece ser comum irem à Casa de Passagem/Albergue oferecerem trabalhos aos frequentadores, geralmente em atividades braçais de um dia, como servente de pedreiro, serviços gerais. O próprio Gordo esclarecia que acreditava que quem vai oferecer, vai na intenção de pagar pouco “*já que são todos vagabundos e vão aceitar qualquer coisa*”. Quando a população em situação de rua recusa, Gordo afirmava que são chamados de vagabundos e pessoas sem compromisso.

*“A gente percebe pelo tom da voz a revolta deles! (...) Eu não aceito quando pagam menos do que eu sei que é justo! Tenho dificuldades para conseguir trabalho, mas é por conta do estudo, que tenho pouco”*. Ele tem crítica sobre o fato de que o trabalho braçal é pouco valorizado e que a tecnologia hoje é o que domina, mas que a remuneração oferecida a eles é injusta e incompatível com o trabalho exercido.

(Diário de Campo – Outubro/2018).

Todavia, Gordo acreditava que não tinha dificuldades para conseguir trabalho apenas por ser morador de rua. Ele atribuía determinância à baixa escolaridade. Por outro lado, deixava claro que não tinha interesse em voltar a estudar, ao menos naquele momento. O preconceito com as pessoas em situação de rua também é outro elemento que contribuía para o afastamento do mundo do trabalho, na sua perspectiva. Mesmo o morador de rua que trabalha, não é visto como trabalhador, é visto como “*quebra galho*”. Por outro lado, “*sempre tem aquele que é mal educado, que não sabe conversar e mancha a imagem dos demais*”.

Para ele, o Centro Pop já fazia muito servindo como apoio, proporcionando banho, refeições, oferecendo o telefone fixo como referência, assim como o endereço. “*Não acho que é papel do Centro Pop arranjar serviço, não!*”.

*“tudo que vem fácil, vai fácil” tem coisas que têm que ser difíceis. Tem que ter um “sangramento”*.

(Trecho de entrevista semi-aberta)

Na sua visão, a dificuldade tem que existir para que aprendam a valorizar as coisas. Assim, frisava a responsabilidade, o compromisso como fundamentais para que a população em situação de rua possa mudar sua realidade. Ou seja, um movimento

individual, mas que poderia ser impulsionado por oportunidades de elevar a escolaridade formal, numa visão de que a capacitação profissional de nada adianta se o sujeito não corresponder às exigências de escolaridade.

*“A gente que tem que ir atrás”. Daí lembro com ele que o que conseguimos fazer ultimamente é encaminhar para cursos de qualificação e o que ele acha disso. E ele é contundente “não basta ter cursos de qualificação, tem que ter o estudo, uma boa oportunidade seria o supletivo!” Quando alguém vê você na rua, não te vê como um profissional, vê como um Severino quebra-galho, pagam menos, não valorizam, acham que a gente não sabe ou não tem ferramentas necessárias”.*

(Diário de Campo - Novembro/2018).

Ao voltar de férias, a sua companheira, que estava todos os dias no Centro Pop, conta que ele conseguira um trabalho. Ela não conseguia esclarecer bem, mas dava a entender que era como serviços gerais/pedreiro numa obra em uma escola na cidade de Leme/SP. Vejo que ela está bem feliz. Ele deveria estar também.

#### 8.3.4 Pirata

Começo a conversar com Pirata. Ele não vem ao serviço há algum tempo, e hoje frequenta apenas a Casa de Passagem, onde mora. Diz orgulhoso para mim que está abstinente há um ano e meio. Está com 48 anos e me conta que trabalha desde os 14 anos.

(Diário de Campo-Setembro/2018).

Pirata tinha 48 anos, era solteiro e sem filhos. Frequentava o Centro Pop desde 2015, mas há pelo menos um ano e meio ia ao equipamento apenas quando solicitado ou quando necessitava alguma mediação/encaminhamento do local, sendo frequentador/morador da Casa de Passagem. Como os demais, achava que quem fica no Centro Pop, de certa forma, somente “parasita”. Ao contrário, ele tinha postura organizada, era articulado, comprometido.

Pirata comparece novamente, chega antes do horário. Vejo que tanto ele como Sultão têm esse hábito e considero que isso me mostra uma organização e um comprometimento difíceis de serem sustentados na rua.

(Diário de Campo-Setembro/2018).

Durante o dia, permanecia na rua, especialmente na região central, onde vendia balas em alguns pontos fixos, o que também lhe possibilitou conhecer e se relacionar com muita gente, “*gente importante, juiz, promotor*” o que, aparentemente, fez com que



construísse uma boa rede de apoio e suporte. A escolha de Pirata deu-se pelo conhecimento prévio, mas limitado, de uma trajetória rica em experiências de trabalho e da tentativa atual de se qualificar, a partir de um curso que ganhou como barbeiro, e construir novas trajetórias de vida e trabalho.

Sobre sua vida pessoal, dava pouquíssimos detalhes, e desde que os encontros foram delimitados como “momento para falarmos sobre trabalho”, ele se limitava a falar sobre isso. E o fazia com uma riqueza impressionante de detalhes. Órfão, contava apenas que viveu em “internato” e que, aos 18 anos, foi obrigado a sair. Enquanto pôde (e conseguiu trabalhar), manteve-se pagando quartos de pensão ou repúblicas. Quando não deu mais conta, caiu na rua e, de lá para cá, não mais saiu.

Contava orgulhoso que seu primeiro registro em carteira foi em 1986, em uma fábrica de joias, como aprendiz de ourives. Desde então, desempenhara várias atividades ao longo da vida profissional: auxiliar de clínica veterinária, limpador de piscinas, *office boy*, entregador de jornal, motorista e frentista, sendo essa última a ocupação desenvolvida durante boa parte de sua trajetória profissional.

*[...] comecei trabalhar, mas informalmente, sem carteira assinada e em 1986 surgiu uma oportunidade de trabalhar nessa fábrica de joias que era na rua [...], aqui, com a Rua [...].daí fui contratado lá e lá obtive o primeiro registro, eu trabalhei lá 4 meses sem registro, depois eu trabalhei mais oito com registro, eu fiquei um ano e dois meses praticamente trabalhando nessa fábrica, como aprendiz...daí, a fábrica, na época, deu uma economia, tava meia, meia tal, o cara investia muito, ele era canadense, do Canadá, aí ele investia muito, daí teve uma perda muito grande na fábrica dele [...] e aí ele resolveu fechar a fábrica, pagou todos certinho, falou assim, “oh, eu vou embora para o Canadá”, ah, tá bom, e ele foi embora, foi embora, (e fechou a fábrica?) fechou, fechou...e eu tava próximo de completar os 18 anos.*

(trecho de entrevista semi-aberta)

Muito estudioso, seu discurso era coerente e demarcava bem as mudanças que viveu/acompanhou no mercado de trabalho, desde a década de 1980. Falava do aumento das exigências, especialmente a de escolaridade formal e de prática na área pretendida, em dissonância ao fato de que, quando começou a trabalhar, “*as chances e oportunidades de trabalho eram maiores, aprendia-se na prática, não exigiam experiência*”.

*[...] daí quando eu completei 18 anos, do colégio lá, do internato, tinha que sair, não tinha como, sai com uma sacolinha de mercado, umas roupas, só que eu tinha um pouco de dinheiro, então paguei uma pensão (sim) fui morar numa pensão aqui na Avenida [...], nisso um cara da pensão disse pra mim, puxa, a [indústria bastante conhecida na cidade], tava contratando funcionário, você não quer tentar lá, tal, falei “puxa eu vou lá” e fui e entrei,*

*outro registro, em 1988, você entendeu? [...] Era uma oferta boa de trabalho, isso é inacreditável, não existia tanto estudo, conhecimento, tanto, qualquer local que você procurava emprego, o empregador fazia questão de ensinar do jeito dele, era mais fácil você conseguir emprego na década de 80, passando pra década de 90, sem ter experiência...olha só que interessante no nosso país, naquela época era mais interessante, por que? Porque os patrões queriam condicionar as pessoas do jeito deles, cê tá entendendo? Quando entrei nessa fábrica...você entrava sem saber nada e aprendia o ofício ali no próprio trabalho...hoje é o contrário, tem que chegar pronto, né, o mercado atual exige isso, né, ah, e há um detalhe também, Roberta, naquela época também não exigia a tal da escolaridade, a década de 80 e 90, não tinha...você tinha que levar o diploma seu, de concluído, por exemplo, o ginásio, ou terceiro grau, ou curso técnico, não havia isso, então, né não que comparando com o dia de hoje que é mais difícil, não, cada época é uma época.*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Embora os seus problemas com as drogas tenham se intensificado ao final da década de 1990, ele relatava que o desemprego e a falta de oportunidades que se acentuaram nos últimos anos, sim, foram determinantes para a ida para a rua. Afinal, mesmo usando drogas, sempre manteve-se trabalhando. “*Não é questão do álcool, não é questão da droga, eu sempre trabalhei (...)*”. Em 1998, passou por uma internação prolongada e, quando voltou, conseguiu emprego como frentista – a atividade ocupacional que desenvolveu por maior tempo ao longo da sua vida profissional. Em 2013, porém, “*as portas do trabalho se fecharam*” e Pirata não encontrou outra alternativa de sobrevivência que não fosse a ida para a rua.

*[...] na questão do trabalho, eu sempre trabalhei, (desde muito novo, né P., é uma trajetória muito longa...) eu sempre me dediquei, sempre procurei trabalhar, sempre procurei, sempre trabalhei...nunca roubei, nunca trafiquei, nunca fiz nada de errado pra ninguém.*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

*[...] na realidade, foi a falta de oportunidade de emprego, porque, para você ver, em 1998 eu fui internado numa clínica de droga, eu já bebia e usava droga, mas eu sempre trabalhei, eu sempre usei minhas drogas, mas dentro do trabalho eu sempre tive cuidado [...], trabalhando, come, pagar aluguel e usava droga, por exemplo, no dia do vale, no dia do pagamento, esse é o meu vício, eu não sou que nem os outros, usa droga todo dia, a droga não pega eu, cê tá entendendo.*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Vinha localizando na possibilidade de ser barbeiro um projeto para um futuro trabalho e uma formação profissional.

*[...] não vou mais atrás de estudo, eu vou dizer a você, nunca tive um diploma, eu vou tirar meu primeiro diploma (sim...) que é o curso de cabelo,*

*barbeiro profissional, e vou correr atrás pra viver dessa área, desse trabalho, do curso que eu tô fazendo, eu vou correr atrás disso, vou não, já to correndo!*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

O curso, custeado por pessoas conhecidas no comércio e na política, começou em meados de 2018 e trazia novas perspectivas “*eu tô com o intuito de mudar de vida, arrumar um emprego, eu mesmo fazer meu emprego, que é o salão, por que eu não começo com as minhas pequenas coisas?*”, referindo-se ao fato de que recusava doações dos serviços socioassistenciais para se manter.

*então, foi mais ou menos, assim, eu conheço várias pessoas, autoridades e tal e tal, eu tava começando a pensar assim, vou começar a vender balinha, porque, eu havia parado com a bebida, já tá pra 16 meses que eu parei, então eu falei, puxa vida, vou começar a vender a balinha! [...] aí eu falei eu vou guardar um pouquinho todo mês, 10 reais pelo menos, eu guardo, ou todo dia que eu vender eu vou guardar, e vou guarda meu bolsa família [...] tem uma pessoa que guarda pra mim [...] aí, eu falei, puxa vou fazer um curso de barbeiro! Ele, “mas é caro” [...] já tinha opinião de mudar de ramo (tá...) entendeu? porque tava um caminho, através de uma nova alternativa de trabalho, pra que, eu trabalhar pra eu mesmo, por que, nesse tipo de trabalho, eu vou trabalhar pra eu, eu não vou trabalhar pro João, pro Paulo, pro Antonio...(ahan) ce ta entendendo? (sim) eu vou ser meu patrão, eu vou fazer meu salário [...] ahan, aí correu Cara, não sei como correu, todo mundo vinha falar, “pô, você vai fazer o curso...você quer fazer...” eu falei eu quero e tal...o dono da rede (nome da lanchonete), também...mas você quer fazer quando, “ah, eu quero fazer no final do ano” as pessoas chegou pra mim, aí três pessoas forte, chegaram pra mim e falaram assim...[...] continua assim que você vai fazer escola, a beleza...aí apareceu uma pessoa “poxa, você quer fazer o curso, cara?”, falei “eu quero”, “então vamo fazer o seguinte, você procura um lugar, vê o que você quer e tal, eu quero te ajudar” eu falei “tá bom” [...] e fui atrás automaticamente e realmente aconteceu... eu não imaginava que ele ia pagar o curso pra mim... fui um pulo assim, pá, do nada... as pessoas acreditam ni mim e eu acredito nas pessoas!*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Com a renda mensal do Bolsa Família – a única fixa, pagava as parcelas de um telefone celular. Além disso, “*se virava*” com a venda de balas e doces. Mas de forma nenhuma via essa atividade como trabalho ressaltando que vendia as balas para não ter que pedir dinheiro/esmola na rua.

*[...] tô fazendo pra eu não pedir pros outros, pra eu não ter que chegar num lugar e pedir a marmita no restaurante São Carlos, para não ter que ficar enchendo, na rua, pedindo um real para almoçar, para não ter que, por exemplo vir aqui (referindo-se ao Centro Pop).*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

*[...] se você não é o empregador, não é o empregador, ponto, você vai virar empregado, e se você é empregado você tem que ter a CLT, se você não tem*

*a CLT assinada, como é que você vai fazer? [...] você não tem direito a nada, eu tenho direito a quê? Eu sou um número só, eu sou um zero... porque o trabalho consiste numa coisa duradoura de você ter a carteira de trabalho e você ser registrado, eu vejo, os outros tipos de trabalho sem carteira assinada como forma de sobrevivência [...] sabe porque forma de sobrevivência? porque é instável, se nossa nação tivesse um furacão, furacão leva embora sua barruquinha de doce, tchau!*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Ele faz questão de deixar claro que, para ele, os outros tipos de trabalho são formas de sobrevivência, pois são instáveis; o trabalho informal, por exemplo, não dá garantias, respaldo, não possibilita fazer planos...

(Diário de Campo – Setembro/2018).

Conta que está fazendo bicos já faz dois finais de semana com um garapeiro/pasteleiro. Finaliza dizendo que foi através do trabalho de vendas de balas no sinal que conseguiu ganhar o curso, soube da associação, pois fez amizade com muita gente, tornando-se bem quisto por gente importante, que lhe divulga as coisas. *“Depois que parei de parasitar, as coisas vieram!”*

(Diário de Campo – Outubro/2018).

Embora associasse o trabalho àquele com “carteira assinada”, Pirata não tinha aspirações de *“melhorar de vida, ter uma renda”* através desse trabalho formal, mas de trabalhar por conta própria como uma forma de ser independente e não precisar de patrão.

*[...] a partir do foco meu, por exemplo, fazer esse curso, ter um local e trabalhar para eu ter minha existência, porque com isso aí, com esse Diploma, eu vou montar alguma coisa, eu vou registrar, eu vou... aliás, o diploma é registrado, posso abrir o MEI, sabe como é, né?*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Tinha planos concretos, já se informara no SEBRAE e ressaltava que corria atrás para se capacitar, *“eu fico sabendo de uma coisa e vou atrás pra realmente saber se é aquilo...eu procuro ser uma pessoa certa”*.

Depois de duas tentativas de nos encontrarmos, Pirata vem ao Centro Pop. Conta que não pode vir conversar comigo antes pois está fazendo a reciclagem de sua CNH – são sete dias de curso. Fala que juntou o dinheiro para pagar, mas que também fez uns corres para não pagar determinadas taxas. Mostra orgulhoso as provas e quer que eu veja que a menor nota foi 6,5! Renovando a CNH, me diz que poderá pilotar veículos de 3.500kg (Vans) e acha que isso pode ser mais uma possibilidade/ferramenta de trabalho.

(Diário de Campo – Novembro/2018).

Por outro lado, ele deixava claro que não aceitaria a opinião de ninguém sobre o que fazer da sua vida, especialmente depois do término do curso de barbeiro. Não queria se sentir cobrado pelos outros sobre seus planos. De certa forma, parecia já estar se sentindo pressionado pela associação entre fazer o curso e sair da rua.

*[...] Mas pondera que abrir um salão será bem difícil, “sei que quando acabar, não vou mudar de vida rapidamente. Afinal, diploma e papel não são nada!” Diz para mim que não faz muitos planos lá para frente, porque já se frustrou muito na rua. Fala que tem recebido muita cobrança para o que fará depois que acabar o curso, mas tem tentado manter os pés no chão. Segundo ele, existe uma cobrança externa, de que terminando o curso ele vá sair da rua rapidamente. “E sei que não é assim! Tenho tentando me blindar de opiniões “agora vai!. Aparece muita gente querendo administrar minha vida após o término do curso. Sabe, há dois anos eu nem me imaginava nessa situação, isso foi construído e se eu tivesse planejado, talvez nem tivesse chegado aqui [...] eu preciso alimentar os meus sonhos, não os dos outros”. Pergunto se acha que fazem isso porque ele está na rua e ele diz que acha que sim, que se antes jogavam espinhos, hoje jogam pétalas, e querem decidir o que ele vai fazer! Vejo que está começando a se sentir pressionado pelas opiniões e expectativas acerca dos rumos da sua vida. Ao mesmo tempo, ele quer sair do albergue, mas sabe que não será fácil.*

(Diário de Campo -Novembro/2018).

*[...] segmentos de trabalho pode desaparecer, com o novo presidente ou a nova presidente que pode aparecer, porque eles vão querer fazer o bom, mas pode ter certeza que não vão pensar no trabalhador, não vão pensar, vão pensar na economia deles! [...]minha querida, olha só, eu tenho isso aí mas eu dependo de alguém, agora, foi o que eu falei pra você do próximo presidente, é ele que vai ditar o como vai andar nossas vidas, você percebeu isso? Até o seu salário, até a mão de obra minha, é isso que vai acontecer, a gente tá no famoso caos, e se piorar essa merda, que nem é o modo de falar, e aí? Vários segmentos podem desaparecer até o final do próximo ano, várias profissões, simplesmente por ter um cara eleito, uma mulher eleita (entendi...) pela caneta que ele faz, ele pode estragar uma nação inteira, ou piorar ou melhorar...*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Os planos, ainda que incertos, quanto ao trabalho como barbeiro, vinham sendo acompanhados pelo envolvimento de Pirata no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), que segundo ele, constrói casas no sistema de mutirões. Desde abril/2018, ele vinha participando das reuniões. Não perdera nenhuma até aquele momento. *“Nada é dado, nada vem do céu, não é sorteio! O terreno é comprado pela associação e depois a gente rateia os gastos”*. Tendo uma casa, estimava que as chances de ter seu salão iriam aumentar, além de ter a tão desejada independência.

Fala que estar no albergue é um impeditivo, por isso, gosta de ser bem visto fora de lá, para que não vinculem sua imagem ao albergue e, inclusive, possam lhe oferecer trabalho. *“Não vou ficar em albergue a vida inteira, quero mudar essa história, não quero ficar dormindo em Centro Pop, esperando assistência! Estou assim por conta das drogas, mas não quero ficar assim para sempre”*. Depois segue contando que está no módulo de corte de cabelos; e fala que se der certo o terreno, pretende trabalhar como barbeiro em casa. *“Quero trabalhar dentro do que é meu! Essa é a luz que estou vendo no final do túnel!”*

(Diário de Campo-Outubro/2018).

Pirata era o mais contundente ao tecer críticas à população em situação de rua e ao papel do Centro Pop no quesito do acesso ao trabalho por quem vive na rua. Na sua perspectiva, *“há muito comodismo em quem vive na rua”*, deixando claro que deve haver esforço individual, em que *“as pessoas têm que se ajudar”*, muito embora, para ele, *“as pessoas que estão aqui (Centro Pop) não querem isso aí, a válvula de escape é a droga e a pinga”*. Inclusive, em seu discurso, ele parecia não reconhecer os frequentadores do Centro Pop e da Casa de Passagem como seus pares, falando sempre em terceira pessoa.

*[...] comodismo, COMODISMO, essa é a palavra certa, porque não tem compromisso, eu tenho um compromisso com meu curso, com meu futuro, eu assinei um compromisso comigo eu e o meu eu (sim) as pessoas que tão aqui não querem isso aí, a válvula de escape é a droga e a pinga, eu não tava bem como eu tava me sentindo, tomando tal, “pô, preciso trabalhar, preciso fazer minha vida, conquistar tudo que eu perdi rápido, por isso que foi crescendo essa ânsia de começar a ver outro ramo, outra área, essas coisas, aqui as pessoas não querem isso aí, não adianta, vê um emprego e vê se algum aqui quer, não quer...só se for um bico, vai da pessoa, o comodismo, o morador de rua é cômodo, ele é cômodo, ele é sossegado, ele fala da boca para fora que ele quer melhorar, da boca pra fora [...] Tem que ter um pontapé bem grande, pra pessoas partir praquilo ali (trabalho, cursos).*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

*[...] há três décadas, duas décadas atrás, o morador de rua era o homem, a mulher e as crianças que não tinham casa, não tinha onde morar, morava em baixo de pontilhão...(sim) agora, filha, minha querida, o morador de rua é o drogado, bêbado, pingaiada, mudou...mudou o morador de rua, e a hora que chegou nesse estágio, a pessoa não quer mais nada, do jeito que tá, tá bom...*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Criticava bastante a ação de encaminhamento para cursos de qualificação, sugerindo que o melhor que os serviços deveriam fazer seriam “projetos rápidos”, pois em tudo o morador de rua põe obstáculo, e a droga parece ser o maior deles.

*[...] pode dar certo, pode não dar... mas a minha probabilidade de dar errado, tenho certeza você, que é de 80%, de qualquer coisa que faça, a não ser quando você faz um projeto rápido, ó, pra você arrumar um serviço pra um cara morador de rua, entre aspas, ele vai ter que ter o compromisso, e o vício dele que ele tem, todo dia, o álcool e a droga?*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Para ele, os cursos de qualificação “só encham linguiça”, uma vez que não há seguimento. Ele mesmo começou um de encanador, mas viu que não era para ele e foi só em três aulas, pois rapidamente percebeu que, além de não ter afinidade com a área, não teria nenhuma oportunidade concreta a partir das/após as aulas.

*[...] o poder público, no caso, que tem que tomar a primeira iniciativa nessa ação, à vezes tem alguma coisa, tipo um cursinho, um cursinho aqui de encanador, não sei do que ali, não sei do que ali, isso aí, na minha opinião, só enche linguiça, só enche... Por que? Não dá seguimento (risos) quantas pessoas que frequenta aqui que fizeram cursos, muitas, quantas trabalharam? aí que tá, menina, falta o “up” da pessoa, o up da pessoa “hmm, eu vou!”, ela se tocar, sair do comodismo e partir praquilo ali, não fazer pra encher linguiça!*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

Na sua opinião, essas ofertas são uma forma do poder público dizer que está fazendo algo, “isso o poder público faz...colocou o morador de rua, que frequenta o pop ou o albergue, o cara fez...”. Mas falta incentivo para continuar

*[...] qualificação profissional, ponto, chegamos ao ponto, foi feito certo? Isso o poder público fez... colocou o morador de rua, que frequenta o pop ou o albergue, o cara fez, ela acabou, só que no castelinho que tá na da cabeça da pessoa que está na rua, ela acha que acabando aquilo lá, ela já vai ser uma Ferrari, aí que falei para você que tem que entrar alguém que acredita neles e principalmente a pessoa que é morador de rua ela tem que ela correr atrás, pra ela dar o primeiro passo, porque que como que você, Roberta, você encaminha uma pessoa pra lá, ela faz o curso de manicure, acabou ela traz o certificado pra você!*

*[...] se você peneirar vinte que fez o curso e aparecer três, quatro que diz “puxa, eu gostaria dar continuidade a isso” ou mesmo, com esses profissionais envolvidos, incentivar essa pessoa a continuar naquilo dali, qual seria o sentido, na minha opinião, parcerias, por exemplo! [...] qual seria o sentido, na minha opinião, parcerias [...]Na minha opinião, pra dá processo, para tirar esse povo dessa vida, além do que vocês fazem, o Estado, o município, nesse ramo de dar um curso qualificativo, é entre aspas*

*(pra além da qualificação) aí se houver, pô, tem que ter o interesse já, não adianta fazer essas coisas, Roberta, porque sem ter uma parceria para dar continuidade, não vai adiantar, vai adiantar pro governador, o número que ele vai mostrar na ONU, não sei aonde, você tá entendendo que isso aí vai longe?*

(Trechos de entrevista semi-aberta).

Outro aspecto fundamental colocado por ele era que a falta de perspectivas concretas e continuidade “*é uma decepção tão grande na minha opinião, para eles*”, especialmente quando fazem cursos, pegam o diploma e não têm o que fazer com ele depois. Projetar continuidade, dar perspectivas de futuro e envolver o poder público é fundamental para combater a discriminação e dar oportunidades, pois a capacitação por si só, não adiantaria nada, na sua perspectiva.

*[...] Mas pra números, verbas, isso e aquilo isso é excelente, mas pro cidadão que tá morando no fundo do poço, que nem eu, no caso eu, e vários, fica até pior, a decepção é maior, é maior cara, não adianta você dá um passo, se você não projetar...que nem eu falei pra você, to projetando as coisas para frente, por que eu não posso empacar, nessas coisas que tem no estado, no município, essas coisas, dá um pulinho, perai, você dá um passinho na ponte, mas a ponte é grande [...] você tem que atravessar a ponte inteira, mas a ponte balanga, certo, ela vai balangar, mas se você indicar a pessoa, olha, se ela balançar se vai do lado, vai do lado, isso aí, levar a pessoa, aí você vai ter um vencedor, cê vê dois que fazem isso aí, já vai ser uma História bonita, mas aí que tá, não vai ter nenhum se não houver um projeto desse tipo ![...] mas aí, eu vou falar uma coisa pra você, o cara que vai fazer tem que dar o passo dele, tem que gostar do que ele vai fazer, não por fazer...*

(Trecho de entrevista semi-aberta).

*[...] o trabalho transforma, a dignidade transforma a pessoa, agora não adianta, Roberta, fazer um cursinho de 2, 3 meses, não vai adiantar, bem, minha querida é um tiro no pé, não que é um tiro no pé, o projeto social do governo para autarquia lá em cima, é bom, mas para quem está indo nenhuma... não é efetivo...e pra pessoa que vai é uma decepção [...]aí que tá o ponto, partir pro incentivo e para coisa concreta!*

*[...] agora o trabalhos seus é bonito, mas por inserção do trabalho, na minha opinião, vocês tem que pensar em projetar para dar uma continuada, não adianta nada você encaminhar pra um cursinho [...] vocês que trabalha com isso, se não entrar o poder publico não tem uma garantia de que o morador de rua pode conseguir alguma coisa, porque é muito discriminado [...]perspectiva de futuro, essa sim deveria ser um projeto, não só aqui em São Carlos, no estado todo e no Brasil todo [...] seria um projeto muito bonito, aí que entra, quem tem o poder, a caneta, de conversar com essas pessoas*

(Trechos de entrevista semi-aberta).



Ao final de nossos encontros, ele me contou que passou no teste do DETRAN e que finalmente, teria sua carteira de motorista novamente.

Diz pra mim que se dedicou muito e que encerra esse ano com muitas vitórias. Parou de fumar e encara isso como o término do último vínculo que tinha com o vício. Conta que não está sendo fácil travar essa batalha com ele mesmo. Faz um balanço do ano ressaltando que embora não tenha saído da rua, está tentando trilhar outro caminho; está se organizando, se cuidando. *“Hoje ninguém mais olha pra mim e me vê como um morador de rua”*. Fala de muitos conflitos com a instituição de acolhimento. Mas também fala de sobriedade, abstinência e do quanto isso lhe deixa mais crítico frente às coisas que lhe acontecem. Relembra que passou em 37º no concurso para serviços gerais e está no aguardo de uma fila de 4 anos...Finaliza agradecendo as conversas que tivemos.

(Diário de Campo - Novembro/2018).

#### 8.4 Discussão e Análise

A partir das narrativas, carregadas das histórias desses quatro sujeitos, podemos compreender o atravessamento do trabalho em suas trajetórias, seja nos motivos que os levam para a rua, ou o que contribui para precarização ainda maior de suas vivências já fragilizadas, em outros contextos de vida. Suas histórias revelam, de diferentes modos, por exemplo, que a ausência de redes de apoio e redes sociais de suporte, aliadas ao desemprego, culminam na exclusão abissal a que essas pessoas em situação de rua estão submetidas.

Estamos tratando, portanto, de trajetórias de múltiplas rupturas, que vão desde a inexistência de redes de apoio ainda na infância a ciclos de pobreza e exclusão que se repetem entre diferentes gerações, em que a rua aparece como possibilidade única de sobrevivência, reiterando algo que já vimos antecipando - são trajetórias marcadas por vínculos sociais e ocupacionais frágeis já desde antes da vida na rua, o que se intensifica com a ida para esse espaço social. À exemplo de Gordo, que desde a adolescência, quando ainda se denominava como “gente”, tem uma trajetória marcada por intermitências e cuja morte da mãe culmina na situação de rua.

*[...] sempre foi de servente, cara...limpar calçada, limpar terreno, carpir terreno, sempre o serviço da abelha, sempre tive esse serviço, eu conheço esse meu patrão desde que, quando eu me considerava como gente, né, porque eu que eu falo que eu tinha família, né, minha mãe, cê entendeu? Bem dizer já faz 25, 26 anos que eu conheço ele, que eu trabalho com ele, desde pequeno, desde novato, sabe, meus 13, 15 anos, sempre corri atrás com ele.*

*(Gordo, trecho de Entrevista semi-aberta - Setembro/2018).*

De modo geral, ao elucidar as estratégias institucionais para inclusão produtiva bem como as trajetórias em torno do trabalho de pessoas em situação de rua, os dois Estudos foram permitindo a construção de que o trabalho hegemônico na sociedade contemporânea, o emprego formal, nos moldes do modo de produção capitalista, vem apresentando limites em seu suposto potencial integrador e emancipatório. Limites que vão se materializando desde o afastamento, muitas vezes definitivo desse mundo, mas também na realidade de nunca ter sido inserido ou se aproximado da linha abissal que divide quem está incluído no trabalho e quem não está ou nunca esteve.

Embora carregado de uma responsabilização individual da população em situação de rua pelo fracasso, em que Gordo constrói sua própria linha abissal, distinguindo-se daqueles que só dão “mancada”, seu relato também aponta para o quão difícil tem sido buscar a “oportunidade” que o integrará novamente no/pelo trabalho, já

que viver na rua não foi simplesmente uma “escolha”, mas decorre, especialmente no seu caso, das trajetórias frágeis com esse mundo e da ausência de suporte social

*[...] cara, a vida na rua não é fácil, falar que eu gosto também, eu não gosto dessa vida, sabe, Roberta, sempre batalhei pra mim ter meu trampinho, aí, mas fazer o quê, o que tá faltando é aquela oportunidade, sabe, não que a pessoa não confia em você, mas é por causa de muitos cara, cê acaba perdendo [...] muitos acaba não acreditando mais naquela pessoa, se um deu mancada o outro também dá, igual eu falo pra você esse negócio de serviço o que falta mesmo é a oportunidade, tipo assim, ter uma experiência [...] se a pessoa quer trabalhar mesmo, eu te dou trinta dia, trinta dia ‘nois vamo’ vê seu desenvolvimento, se você não servir dentro de trinta dias, então fazer o quê, você escolheu ficar pá rua mesmo*

(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).

Não obstante o trabalho seja apontado, tanto no Estudo 1 como no 2, como um dos maiores desejos e demandas da população em situação de rua, as trajetórias aqui contadas vão revelando não somente as suas dificuldades singulares de inserção no mundo do trabalho, mas de maneira mais ampla, dão pistas claras dos processos de precarização e fragilização que o trabalho foi adquirindo nas últimas décadas, sob a supremacia da globalização hegemônica, isto é, neoliberal, a qual Santos, como vimos, aborda como aquela que traz consigo diferenças e distâncias radicais entre o Sul e Norte, não só do ponto de vista econômico, mas também político, social e cultural (SANTOS, 2005b).

Da mesma forma que a literatura nos aponta as mudanças no mundo do trabalho e a composição do mesmo na sociedade atual, a trajetória de Pirata – o mais velho deles, também nos mostra que a década de 1990 marca o acirramento dessas transformações, intensificando o desemprego, ampliando as dificuldades e as exigências para essa inclusão. Um mundo que para ele nunca mais foi o mesmo, afinal, as “portas se fecharam” de tal forma, que não mais conseguiu se incluir através do emprego, caindo e permanecendo na rua para conseguir sobreviver.

*[...] no passado, no passado... três décadas atrás, na relação de emprego, eu acho que se aprendia muito mais, se dava muito mais chance para as pessoas aprenderem do que hoje em dia, porque, por exemplo, se você se formar em educação física, se você não abrir uma empresa de educação física, você vai ter que trabalhar para alguém, ah, mas você é recém-formada, você tem que ter experiência, mas se ninguém te deu uma experiência, como que você vai trabalhar? Olha só como é o detalhe, hoje em dia é assim, há três décadas atrás, não era assim...você entende? Olha só pra onde vai a coisa... como mudou muito, em relação ao trabalho, e eu não tenho muito estudo, comecei a sexta série e parei...[...] era diferente, Roberta, você precisa ver, se por exemplo, eu saía de uma fábrica, na década de 80 havia uma concorrência*

*aqui em São Carlos (falando a respeito da grande oferta de empregos em empresas multinacionais em São Carlos, naquela época)*

*“as chances e oportunidades de trabalho eram maiores, aprendia-se na prática, não exigiam experiência”*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

*[...] porque mudou-se os seus tempos, a empresa, o empregador, ele quer qualidade a preço bem baixo a mão de obra, e qualificação em várias áreas, por exemplo, a faxineira aqui tem que tê o curso de inglês, tem que ter não sei o que e tal, por exemplo, né...cê entendeu, e eu não tenho nem a oitava série...*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

*[...] agora vem a decadência minha, deu ser um morador de rua, olha só, não é questão do álcool, não é questão da droga, eu sempre trabalhei, ai não vi numa sinuca de bico [...] as portas do trabalho se fecharam no ramo meu.*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

Os impactos da globalização hegemônica, a partir da década de 1980, teve como efeito inevitável a exclusão social e aquilo que Santos (2005b) chamou de globalização da pobreza, resultante do desemprego, da destruição das economias de subsistência e da minimização dos custos salariais à escala mundial, às custas, obviamente, das vidas dos mais pobres e dessa forma,

*As transformações no trabalho e suas consequências sociais apontam para uma configuração do mundo globalizado que talvez tenha destruído a sociedade do trabalho tal como a conhecemos, mas a perspectiva atual não indica uma forma de substituição do trabalho mas sim, simplesmente, a condenação à miséria de uma grande parcela da população mundial, principalmente nos países periféricos, devido à crise mundial e aos rumos tomados pela globalização econômica com cunho Neoliberal (NARDI, 2002, p. 89).*

*[...] porque as multinacionais só vem aqui só pra sugar, essa é dura realidade, a pura verdade, e olha que sou leigo um pouco, mas tá na cara, todo mundo sabe.*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

O trabalho, que se transforma e leva consigo direitos outrora conquistados, deixa de ser formalizado e se vinha sendo (e ainda é, para alguns) referência de pertencimento e valorização social, como vimos no Estudo 1 e até mesmo nas falas dos participantes do Estudo 2, vai mostrando que, concretamente, dificilmente tem garantindo a transposição da linha abissal para essas pessoas. Afinal, as oportunidades que lhes eram possíveis e as novas, quando surgem, permanecem sendo precárias, provisórias, intermitentes, exploratórias, como a própria literatura que fomos apresentando ao longo

desta tese também já sinalizava. Assim, mesmo quando conseguem trabalhos, isso está longe de significar inclusão, isto é, as possibilidades de acesso podem até existir, mas isso não os qualifica a compor o Norte.

Embora cada percurso seja singular, mostram que as fragilidades na relação com o mundo do trabalho, mesmo que mais cedo ou mais tarde, e de diferentes formas, foram atingindo cada um deles, associando-se, também com maior ou menor intensidade, a outros atravessamentos que foram se impondo, como o uso problemático de álcool e outras drogas e as rupturas familiares. Não necessariamente na mesma ordem. Assim, a ida pra rua, de certa forma, parece apenas intensificar uma precariedade pregressa, em que a vulnerabilidade ocupacional e a informalidade são vistas como regras. E se na história de Sultão e Pingo, o uso problemático de álcool e outras drogas revela maior relevância, na de Gordo, a fragilidade dos vínculos familiares, o desemprego surge como aspecto determinante na ida para a rua no caso de Pirata.

*[...] na realidade, foi a falta de oportunidade de emprego, porque, para você ver, em 1998 eu fui internado numa clínica de droga, eu já bebia e usava droga, mas eu sempre trabalhei, eu sempre usei minhas drogas, mas dentro do trabalho eu sempre tive cuidado [...] sempre trabalhando.*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

Logo, são vivências precárias de um trabalho frágil que, somado às vulnerabilidades inerentes da vida, vão impondo, de muitas e diferentes formas, fraturas e afastamentos cada vez maiores da linha abissal, a ponto de uma ruptura radical com o Norte e, por consequência, suas referências hegemônicas relacionadas ao próprio trabalho, à família, aos modos de vida socialmente valorizados etc., o que é acompanhado, em igual ou maior proporção, à sua desqualificação, invisibilidade do ponto de vista social, econômico e político, em que sobrepõem as ações de controle, punição e segregação, características de modos de governar que privilegiam alguns grupos sociais em detrimento da vida de outros, mais desqualificados e ameaçadores à coesão social, em favor de uma necropolítica (MBEMBE, 2016; MARQUES et al, 2019).

Necropolítica essa que tem sido a marca do acirramento do desmonte das políticas sociais nos últimos anos, que rompem com os direitos supostamente assegurados e apostam numa gestão que não investe na vida e, desse modo, é uma política de morte, segundo Marques e colaboradoras (2019). As mesmas autoras

destacam que a proposta das políticas como saúde e assistência social em muito se afastam da hegemonia neoliberal, isto é, seu desenvolvimento e sua implementação é, em si, contra-hegemônica. E se defendem a vida, seu desmonte produz rupturas e exclusões de certos grupos, geralmente aqueles que mais ameaçam a segurança e o bem-estar e, portanto, são passíveis de serem controlados, encarcerados, punidos, exterminados, enfim – são vidas que não valem a pena de serem vividas.

Esse lugar de não-existência e de não-cidadania por eles ocupado, assim como outros grupos sociais que ocupam o Sul da linha abissal, destina-lhes a apropriação, a violência (simbólica e concreta) e o fracasso relacionado às imposições do Norte hegemônico, que se pautam, por exemplo, no esforço individual e na meritocracia, reproduzindo a ideia de responsabilização e culpabilização dessas pessoas por sua situação, característica que também se faz necessária para garantir a hegemonia neoliberal, perspectiva, inclusive, assumida até mesmo pelos próprios participantes. Se não se esforçam para transpor a linha abissal e se enquadrar na lógica produtiva, merecem ocupar o lugar onde estão, escolhendo permanecer na rua, sofrendo, na moradia precária, na ausência total de redes sociais de suporte, no uso de drogas, na negação de seus direitos, nos diferentes modos de invisibilidade e, no limite, no descarte social.

Se por um lado o emprego/trabalho aparece como forma de “ser” e “ser visto” na sociedade e de pertencer a ela, perspectiva compartilhada tanto no Estudo 1 como no Estudo 2, na rua, as trajetórias dos quatro participantes reiteram que os trabalhos possíveis geralmente são aqueles de um dia, em corres diários, o que dificulta muito a organização da vida para além da sobrevivência imediata, impedindo planos e tornando a linha abissal cada vez uma referência mais distante. Além da ausência de condições objetivas de transposição, não se é possível uma estabilidade e uma tranquilidade efetivas para seguir a vida, afinal, nunca se sabe sobre o futuro, por mais imediato que ele pareça ser.

*Não faço questão de trabalho com carteira assinada não, mas de um trabalho que me desse garantias [...], meu negócio é serviço geral, limpeza de calçadas, é isso daí, eu me sustento nisso, nisso daí da pra se virar, mas é aquele negócio, tem dia que chove, tem dia que não chove, entendeu?*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, setembro de 2018).*

Assim, os “corres” acabam sendo estratégias de composição de outras racionalidades de trabalho dentro do próprio neoliberalismo. São, como afirma Santos (2010), alternativas na luta contra a exclusão social e a discriminação produzidas na sociedade capitalista, e que embora não sejam “inclusão”, desafiam a lógica produtivista e o trabalho hegemônico por trás dela, a partir de seus saberes e experiências contra-hegemônicas mas que, sendo necessários à vida na rua, permitem-lhes produzir reações às impossibilidades que o Norte foi impondo. E na medida em que são contra-hegemônicos, são também resistência e compõem a luta pela sobrevivência no Sul abissal.

*[...] hoje, de verdade hoje, eu vou ser sincero com você, eu me sustento com o que eu escolhi para mim, que é que nem eu falei para você, eu tenho esse sonho de pregar o Evangelho, certo, de hoje em dia, sabe, eu falo de Deus para as pessoas, mesmo morando na rua, nas igrejas, sabe, e conforme eu vou falando para as pessoas, as pessoas vão vendo a minha história e elas vão me ajudando, por exemplo, essa semana eu tava lá na rodoviária e eu encontrei a mulher da igreja e ela me chamou do nada, “S, vamo ali comigo no mercado?”, fui lá e ela me deu r\$ 50, então assim, eu pego 50 reais e como hoje eu não bebo e não uso drogas, dá pra me manter, dá para tomar um café, comer um almoço, então é isso que tá me mantendo, mas trabalho não tô conseguindo*

*(Sultão, trecho de entrevista semi-aberta, setembro de 2018).*

*[...] eu faço meus corres, né Roberta, eu faço meus corres, nada de roubar, meus corres, a correria do dia a dia é o que, é pedir, tipo assim, ir em garagem, eu conheço uns caras aí, vou lá e peço carro pra lavar, entendeu, lavo carro pra eles, se não peço calçada memo, limpo calçada, é esse aí meu dia a dia, mesmo, pra mim não ficar parado, sempre movimentando, lavando um chão, lavando alguma coisa, tem que tá movimentando pra não ficar perturbado, se não nossa, ‘pelamor’ de Deus, explode a mente, explode mesmo.*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, setembro de 2018).*

E trata-se de resistência, afinal, vai sinalizando que, nesse cenário de crise do contrato social, entre aqueles que não estão mais incluídos no trabalho ou daqueles que nem estiveram, é que

se aprofunda a lógica da exclusão [...] a precariedade da vida e a servidão engendradas pela ansiedade permanente do trabalhador assalariado quanto ao montante e continuidade do trabalho, pela ansiedade do desempregado em busca de trabalho, ou daqueles que não têm sequer condições para procurar trabalho, pela ansiedade dos trabalhadores autônomos quanto à continuidade do mercado que eles próprios têm de criar todos os dias para assegurar a continuidade dos seus rendimentos e, ainda, pela dos trabalhadores clandestinos, sem quaisquer direitos sociais. A estabilidade de que fala o consenso neoliberal é sempre a das expectativas dos mercados e dos investimentos, nunca é a das expectativas das pessoas. Aliás, a estabilidade

dos primeiros só é obtível à custa da instabilidade das segundas (SANTOS, 2010, p. 331)

A quem interessa, então, que saiam desse lugar? Que deixem de (in)existir? Já que é desse modo – criando a impossibilidade do trabalho, mas recusando aqueles que não adentram no contrato – que o Norte e sua hegemonia se sustentam, limitando as possibilidades de emancipação àquilo que cabe dentro da lógica do capitalismo (SANTOS, 2010). É justamente a existência de um Sul abissal sujeito à constante instabilidade, aos desequilíbrios sociais, políticos e econômicos da modernidade, mas que acredita no potencial de inclusão pelo/no trabalho que a linha abissal vai se tornando cada vez mais radical, sedimentando quem está no Sul e garantindo os espaços de privilégios, colonização, violência e apropriação por quem compõe o Norte.

Desse modo, nos dois Estudos, o trabalho, apesar de toda fragilidade materializada em suas histórias, ainda é encarado como possibilidade de inclusão e pertencimento, aquilo que permitirá viver e voltar a ser cidadão, marcando justamente o lugar de não-cidadania que ocupam estando na rua

*[...] trabalho é o seguinte, eu acho que trabalho para mim, é (pausa) me trazer de volta, me trazer de volta, sabe, pra me incluir de novo na sociedade, sabe? Pode voltar a ser chamado de cidadão, entendeu, é poder reconquistar minha família de volta, estar perto dos meus filhos, que é o mais importante, que é isso que eu quero, então, trabalho para mim é tudo isso, sabe, é poder ter condições de eu pode me incluir de volta na sociedade, porque é difícil da sociedade te aceitar sem trabalho, sabe, então trabalho pra mim é isso, e me dá uma condição de eu voltar a ser cidadão...*

*(Sultão, trecho de entrevista semi-aberta, Agosto/2018).*

*[...] cara, trabalho é vida, vai...que hoje sem trabalho você não faz nada, pra mim, então [...] é meio de locomoção, é meio de tudo, é tudo, assim, entre aspas, né, nesse...não tudo, nem tudo, não é maior que Deus, vai, mas é o viver, né cara, um vida, porque sem trabalho você não vive, não é verdade?*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro de 2018).*

Aos participantes do Estudo 2, por essa mesma razão, o trabalho parece carregar consigo um elemento de motivação e esperança de retomada da vida, a transposição da linha abissal, de tal forma como se na rua (no Sul), não houvesse vida e existência para além do que já habitam, tamanha sua desqualificação. Ou uma vida pausada, provisória e em suspenso, como afirma Frigotto (2009) – uma vida que aguarda ser vivida e que



um dos elementos que poderá trazê-la de volta é o trabalho, assim como os projetos que a sustentarão, uma forma de “*trazer as coisas de volta*” (Sultão) e de ser “*o encaixe para as coisas*” (Sultão), muito embora o futuro do trabalho, marcado pela crise do trabalho assalariado tem como uma de suas marcas um profundo questionamento justamente sobre a incapacidade que as políticas públicas e ações estatais voltadas ao trabalho têm em tornar o trabalho fator de integração e coesão social (FERREIRA, 2005).

Todavia, assim como os investimentos revelados no Estudo 1, é nesse mesmo trabalho em crise que eles colocam suas expectativas, uma vez que quando falam do trabalho socialmente valorizado, referem-se sempre ao trabalho formal, com registro e carteira assinada, pois é assim que se faz parte do “sistema”.

*[...]é o trabalho registrado, eu entendo isso (mas você se entende também como trabalhador?) lógico, não que eu seja um desocupado, mas sim, também, não tando registrado, né... trabalho, sou um trabalhador, mas não como que eu queria, como que eu queria tá te informando agora, queria tá com sorriso aberto e falar “oh, to registrado, cara, graças a Deus” a, mas não vou agora, entendeu, fazer o quê, vamo pra batalha...não pode desistir nunca...*

(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, setembro/2018).

*[...] estar incluído é você fazer parte do sistema, do regime trabalhista do Brasil, você ter a carteira assinada, se você ver, hoje em dia, mudou tanto Roberta, que se você não tiver carteira de trabalho assinada, você não consegue nada, você não consegue ir numa loja e tirar (pausa) um travesseiro para você dormir, você não consegue comprar um relógio, você não consegue passar nem o relógio de força se você tiver um cômodo na sua casa para você alugar, porque você não tá registrado, mudou-se muita coisa, você tá entendendo, o ponto de princípio, hoje em dia no século 21, 2018 que nós já estamos no século 21, olha só, três décadas atrás essas questões era mera futurista, mas hoje em dia não, o trabalhador tem que ter carteira assinada.*

(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Outubro/2018).

E se é esse trabalho desejado/valorizado, mas tão distante, já que é na precariedade que a sobrevivência se impõe, as “oportunidades” carregam consigo muita frustração e sofrimento, como no relato de Gordo que lamenta, mesmo muito tempo depois, a perda de um trabalho que, inclusive, estava condicionado à moradia em seu local

*[...] já tive 6 meses, aquele tempo atrás, que eu fiquei seis meses no sítio [...] foi que eu falei pra ele (patrão) ‘cara, eu não quero mais essa vida de rua, de albergue’, porque eu não aguentava mais ficar, tipo assim, Centro Pop e aí você tem que ir pro albergue, e você sai do Albergue, tem que vir pro Centro Pop, ou você pára em praça de cemitério, cê entendeu? Ai eu fui contando*

*pra ele, que queria pagar um aluguel, aí ele foi ajeitando para mim, e falou assim, “oh, G., tem um sítio em Itirapina lá, se cê quiser, só paga o aluguel” e aí eu falei né, topei, graças a Deus, tudo que eu quero e fomo...[...] acabou dentro dos seis meses teve que entregar e nós teve que sair de lá, então não deu mais certo, mas graças a Deus nesses seis meses nós ficamos firme lá, (eu me lembro...) eu queria tá lá até hoje, Roberta...Roberta do céu, como me dói meu coração lembrar disso, cara, nossa [...] tinha o salário de 900 real, e de boa, ia sobrevivendo, cara...graças a Deus, ia se virando, ia se virando de verdade*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, setembro de 2018).*

São trabalhos como esse de Gordo, assim como o de Sultão, no caso do trabalho na manutenção de uma instituição de acolhimento onde foi acompanhado, ou de Pingo, na entrega de panfletos na eleição, que configuram lampejos de oportunidades. Permitem tocar a linha, quando muito, atravessá-la rapidamente, mas logo devolvem essas pessoas de volta para o seu “lugar”.

*Então, e aquilo que eu falo pra você, nesses três anos que eu to na rua, eu consegui ficar no (Abrigo da cidade de São Paulo) 5 meses, e eu trabalhei como voluntário lá dentro e trabalhei como registrado também, trabalhei lá dentro do (Abrigo) eu fui remunerado mesmo, dentro do (Abrigo), dentro da manutenção, eu já fiz de tudo lá, a gente fazia parte hidráulica, de elétrica, fazia tudo, eu trabalhava na manutenção do (Abrigo), então foi esse o tipo de experiência que eu tive [...]*

*(Sultão, trecho de entrevista semi-aberta, Julho/2018)*

Ainda que passageira, essa experiência de trabalho ofertada pela instituição de acolhimento, chama atenção pelos critérios e pelo processo exigido, que assim como no Estudo 1, passam pelo bom comportamento, pela abstinência e pela total aptidão para o trabalho, sugerindo um etapismo quase que intransponível para essa aproximação da linha abissal, além de uma avaliação da capacidade de administrar a própria vida pelas pessoas em situação de rua, como o uso do dinheiro, que é definido pela avaliação do técnico, numa perspectiva arrogante em que esse uso deve servir àquilo que se pressupõe como adequado, e não àquilo que deseja ou é escolhido por quem trabalhou e o “merece”

*[...] de voluntário, eu trabalhei na limpeza [...] é um processo, né, são 1400 homens, é tipo uma seleção [...] você vai chegar, você vai entrar lá dentro, eles vão te passar algumas coisas que você tem que fazer [...] você vai ter que trabalhar 15 dias para casa sem ser remunerado, de graça, ali, você vai estar cuidando do jardim, algumas coisas que tem ali, daí você sai para rua para prestar serviço em alguma entidade do governo, você vai, e durante esse período você é acompanhado pela psicóloga, uma assistente social de lá, e ela vai te avaliando se você participou os 15 dias certinho, se você não*

*faltou nenhum dia, senão... as conversas que você tem com ela, ela quer saber se você está apto para trabalhar, porque ela quer saber se você parou de beber, se aquele dinheiro que você vai receber em vez de te ajudar não vai ser, não vai te prejudicar, entendeu? [...] se você tiver fazendo as coisas tudo do jeito que eles pede, aí sim, eles te chama para trabalhar, então é uma seleção muito difícil.*

*(Sultão, trecho de entrevista semi-aberta, Julho/2018)*

Nesse sentido, por serem considerados inferiores, são também encarados como aqueles incapazes de ter autonomia para decidir os processos que pautam suas vidas, que passam a ser colonizados pelo Norte e por políticas sociais produzidas por quem está desse lado, normalmente com base naquilo que estes avaliam que os outros precisam ou merecem.

Mas eles também mostram que nem sempre se permitem colonizar ou assujeitar. Tentam recusar e resistir à tutela, aos domínios e à colonização que o Norte tenta fazer de seus desejos e modos de vida. A fala de Pirata, sobre a pressão da sociedade sobre os rumos de sua vida e a passagem em que ele conta que se matriculou, encaminhado pelo Centro Pop, em um curso que pouco tinha a ver com seu perfil, mostra a recusa das imposições do Norte e as artimanhas para “burlá-lo”. Afinal, o que parece arrogância por parte da população em situação de rua, também se trata da tentativa de “sair da condição de colonizado e perceber-se como pessoa [...]” (RODRIGUES, 2012). Além disso, essa inclusão condicionada, colonizada, a “inclusão” que o trabalho hegemônico possibilita hoje impõem condições que não valem a pena, na sua perspectiva.

*[...] agora tem um detalhe, eis aí que eu não aceito a opinião de ninguém, eu sou um cara que me auto-organizo, tá tudo na cabeça[...]é o seguinte, eu não aceito pilha[...]olha só, acabando o curso, a minha pressão é que eu já vou montar numa Mercedes, não é assim, gente, as pessoas não entendem...*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Outubro/2018).*

*[...] Me ajuda, não tem como, eu fui só pra ver o que era, só pra ganhar o sistema [...]não, eu enfrentei pra ver como é que era, falei ah, isso aqui não é, isso aqui não dá, não... (ahan) tchau, fui embora, mas aí, resumindo, a pessoa ela tem que gostar do que ela vai fazer*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Outubro/2018).*

Até aqui, pudemos compreender os limites que foram se impondo pelo/no trabalho para essas pessoas, o que também parece apontar não só para a vida desses quatro participantes, mas como possibilidade concreta de inclusão, emancipação e de sustentação da vida pelo trabalho na modernidade. Seu potencial integrador, de coesão

social, de garantia de direitos e no acesso à cidadania parece ter atingido uma marca irreversível, o que aparenta ocorrer de forma ainda mais pungente em se tratando de populações tão excluídas, desqualificadas e invisibilizadas como a que vive na rua, embora não seja “privilégio” dela.

E, assim, se de algum modo desejam estar nesse mundo improvável, vão criando formas de estar nele, pois sabem (ou sentem na pele) que no modo hegemônico, isso é bastante difícil, já que vivenciam, desde sempre, lugares de não inclusão. Além dos “corres”, bicos e virações, outras estratégias vão surgindo. Como no caso de Pingo, que ainda apostando na inserção no mercado de trabalho formal, cria artifícios para saber das vagas disponíveis e recorre à via da deficiência física, melhor aceita socialmente como desvantagem para o trabalho, para conseguir um acesso que, como sujeito sem deficiência não havia sido possível.

Assim como as pessoas em situação de rua, as pessoas com deficiência também ocupam um lugar de desqualificação e, em alguns casos, invisibilidade social, embora seu não-trabalho seja (mais) aceito que o da população em situação de rua, uma vez que supostamente não trabalham porque não conseguem, não sendo identificados na chave da vagabundagem, já que na história, foram isentos da obrigação de trabalhar, reconhecidos em sua desvantagem e alvos e merecedores das ações do “socioassistencial” (CASTEL, 2013).

Curioso que o mesmo Pingo, apesar de encarar o trabalho formal como aquilo que é de fato valorizado na nossa sociedade, mostra também que não está disposto a se sujeitar a alguns de seus formatos (“*linha de produção não é para mim*”), ou como Pirata, embora afirmando que o trabalho com carteira assinada é o que é de fato trabalho, admite que é fora dessa racionalidade que se vê a luz no fim do túnel, pois, ainda que na informalidade, o trabalho por conta própria é livre, não depende de ninguém.

*“Quero trabalhar dentro do que é meu! Essa é a luz que estou vendo no final do túnel!”*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-aberta, Setembro/2018).*

Assim, da mesma forma que no Estudo 1, o trabalho formal é ressaltado, mas entende o informal como possibilidade, dando pistas de que, longe de um ideal, foram

sendo necessárias outras formas de ocupar esse mundo, que passam por outras formas de produzir, para ver e ser visto na sociedade. É o curso de barbeiro para o trabalho autônomo, o trabalho missionário e o perverso, mas possível, trabalho informal. Então, se por um lado, precisamos compreender essa população como efeito do cenário perverso da modernidade, precisamos vê-la também como que nem sempre se assujeita por ele, ou “joga” com ele, criando e “propondo” suas próprias estratégias de sobrevivência. É dessa forma que nos possibilitam aprender com eles, com sua inventividade e a criatividade que foram sendo necessárias diante das tantas adversidades que a rua impõe, necessárias à sobrevivência a todas as formas perversas de exclusão presentes no seu cotidiano. De um jeito ou de outro, mantêm seu papel social de trabalhadores vivo.

Outra característica interessante, e tanto quanto perversa, são as formas de exploração que se revestem de “oportunidades de trabalho” para essas pessoas, a quem são ofertados pagamentos irrisórios, péssimas condições de trabalho etc., o que reforça sua visibilidade apenas como não-cidadãos, pessoas que não merecem respeito ou dignidade ou ainda, vagabundos, incapazes, quebra-galhos, a quem qualquer coisa serve. Nunca como trabalhadores, afinal, “já que são todos vagabundos e vão aceitar qualquer coisa” (Gordo), numa relação de violência/apropriação do Sul pela hegemonia e arrogância do Norte (SANTOS, 2010), até mesmo antes da vida na rua,

*[...] e pra você ver só um detalhe, Roberta, esse patrões, essas pessoas que colocava eu para fazer as coisas, eu recebia com um cara comum, você acredita que eu sempre trabalhei em lugar que era alguém que mandava, mandava ni mim, mas que, na verdade, entre aspas, quem fazia o serviço era eu, e eu nunca tive a chance de receber assim como um chefe, como isso, como aquilo, o meu conhecimento era explorado [...]*

*(Pirata, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro/2018).*

*[...] até em calçada mesmo, de vez em quando, um pede pra limpar sabe, mas ah, passa no outro dia, e aí você vai passando, sabe, você passou no dia, já não encontrou, já era...é calote, fazer o quê, eu falo, o cara...eu que preciso, o cara não precisa tanto, quer dizer, precisa, mas não tanto, mas que Deus abençoe ela, de vez em quando eu xingo, mas de vez em quando eu abençoo, é, Roberta, tem que abençoar de vez em quando...*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro/2018).*

“Gordo soube de uma vaga para caseiro em uma área rural de São Carlos (uma funcionária viu em uma rede social e o avisou/ligou para o telefone disponível a pedido dele). O homem que ofertava a vaga veio na hora do almoço buscá-lo, bem como sua companheira. [...] No dia seguinte o casal

retorna. Gordo alegou que a chácara estava em péssimas condições, muitos animais doentes, a casa sem mobília, fogão ou qualquer outra coisa. O casal foi deixado lá e o dono voltou só à noite, ocasião em que teria desconversado sobre pagamento. Gordo pediu que fossem trazidos embora. Voltou ao Centro Pop. É comum que muitos usuários queiram trabalhos como esse, que ofereçam guarida. Mas também é comum esse tipo de exploração”.

(Diário de Campo- Fevereiro/2018)

Além desses, os exemplos são muitos, como o trabalho na festa “rave” em que foram pagos somente com alimentação. E se vão sem saber das propostas, na medida em que as conhecem e ganham consciência sobre elas, eles as contestam e não mais se assujeitam a essas perversidades, recusando a suposta inclusão que, na verdade, é exclusão e exploração. Ainda que precisem de dinheiro para sobreviver, rejeitam e se insurgem contra esse tipo de “trabalho”, diferente do Norte, que tende os aceitar porque ainda não aprendeu (ou não precisou aprender) a sobreviver e negociar essa inclusão, que na verdade, é tão frágil que nem chega ser inclusão. Há um preço estar incluído na sociedade moderna, e nessa negociação, a população em situação de rua mostra que não vale a pena estar incluído a qualquer custo.

*A gente percebe pelo tom da voz a revolta deles! (...) Eu não aceito quando pagam menos do que eu sei que é justo!*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro/2018).*

Diante da necessidade de criar alternativas àquilo que se impôs a partir da globalização neoliberal, na “reinvenção de sua emancipação” (SANTOS, 2010, p. 93), a partir de baixo, ainda que dentro do próprio capitalismo, vão criando outras formas de resistir e ampliar as possibilidades de vida presente em seu cotidiano, vislumbrando alguma emancipação, criando suas próprias estratégias e formas de ser/estar nessa sociedade de consumo/capitalista, cujas alternativas já não são suficientes para responder às tantas formas de exclusão e invisibilidade, resistindo e até mesmo se recusando a se submeter às referências hegemônicas que produzem sua exclusão. Insurgem contra essa lógica de produção de sua não existência, particularmente marcada pela sua “improdutividade” e pela “inferioridade”, buscando, de várias formas, garantir presenças, por meio da visibilidade de seus saberes e experiências.

No âmbito das dificuldades que atravessam sua relação com o trabalho, como no Estudo 1, esses limites estão mais vinculados aos contextos pessoais do que atribuídos às dificuldades sociais a que estão submetidos e ao contexto de vulnerabilidade que há

muito tempo foram expostos, como a baixa/falta de escolaridade, o uso problemático de álcool e outras drogas, o longo tempo afastado do mercado de trabalho, muito embora a moradia, que não aparece no Estudo 1, aqui seja apontada também como fator fundamental, indo ao encontro de um debate fundamental de que a situação de rua em muito se produz pela ausência do direito fundamental à moradia/habitação.

*trombei eles aí de novo e tamo indo aí, to dando uma xavecadinha nele aí também, pra ver se ele pega uns currículos meu aí, meio disfarçado ali, ce entendeu, só que eu falei pra ele, eu não tenho estudo, né Roberta, ele perguntou pra mim, você tem estudo, que não é problema que você chegar lá, você vai ver uma fruta, a fruta não vai perguntar do inglês, mas é duro os outros, os mais grandão, sabe, de negócio de firma, é, mas aquele cara lá tem a quinta série, não pode, ele falou que vai tentar dar uma dobradinha (você estudou até que série?) até a quinta, cara...(Gordo, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro de 2018).*

*agora se você levar um currículo numa empresa, se você não tem a oitava série, pode ter certeza, vai ser jogado fora, você pode ter experiência,então por causa disso, o mercado mudou muito, eles querem um papel, se você se forma, você chega lá com o canudo, eles falam, opa! é uma diferença, é uma experiência, eles querem o papel, não querem o trabalhador, eles querem o papel, então mudou muito, é por isso que eu falo pra você que o mercado de trabalho mudou muito, aí eu falei puxa e agora, aí eu encarei a situação de rua (Pirata, trecho de entrevista semi-estruturada, Agosto/2018).*

*[...] esse negócio de experiência, eu acho também que assim, Roberta, experiência é a gente que faz, então você tem que dar oportunidade para você ter experiência, não é verdade? Agora você vai pedir serviço “mas você tem três mês de experiência?” mas peraí, se eu começar a trabalhar hoje, como eu vou ter, cara? (Gordo, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro de 2018).*

Outro elemento que, como no Estudo 1 foi apontado como dificuldade, é o preconceito e o estigma voltados à população em situação de rua, aspecto que, para além do que já foi discutido no Estudo 1, trata-se de outra expressão da linha abissal, assim como acontece com a loucura, conforme ressaltado por Nunes e Siqueira-Silva (2016), em que o louco é visto como selvagem e tem sua humanidade negada, o que se torna legitimado pelo saber científico, psiquiátrico e materializado nas práticas de confinamento e isolamento. No caso da população em situação de rua, as práticas que se voltam contra eles passam pelas ações intensivas da segurança pública, pela segregação, higienização, matar ou deixar morrer (MARQUES et al, 2019).

Mas é também interessante que essa desumanização, que se associa à pobreza extrema, ao uso problemático de álcool e outras drogas, aos modos de vida na rua são, inclusive, expressões da linha abissal muitas vezes reproduzidas pelas próprias pessoas

em situação de rua, que não se enxergam nem reconhecem seus pares que, muitas vezes, estão em outro momento da vida na rua. Da mesma forma, quando criticam a oferta de oportunidades aos sujeitos do sistema penitenciário, como se esses merecessem menos por estarem com a liberdade restrita. Para os participantes, na escala/hierarquia social, os detentos teriam menos direitos e merecimento que eles, que estão livres e não teriam cometido nenhuma infração que os torne inaptos ou não merecedores do trabalho.

Em diferentes momentos, as narrativas dos participantes do Estudo 2 mostram que, por várias vezes, Sultão, Pingo, Gordo e Pirata também se veem diferentes dos demais frequentadores do serviço ou mesmo de outras pessoas em situação de rua que não passam por ele, incomodando-se com aqueles que ficam “parados”, recusando-se a serem comparados a quem, em sua maioria, são “*parasitas*”, “*vagabundos*”, “*não querem fazer nada nem trabalhar*”, “*acomodados*” e que precisam muito mais do Centro Pop do que eles, reproduzindo uma visão amplamente compartilhada pela sociedade e que revela um movimento que faz os sujeitos não se sensibilizarem com a exclusão e a miséria decorrentes das transformações do mundo do trabalho (NARDI, 2002), culpabilizando e responsabilizando os sujeitos individuais pela sua situação, muito embora, no seu caso, eles mesmos sejam esses próprios sujeitos.

Sobre as respostas institucionais, há pistas relevantes nas suas narrativas. Vemos que se os cursos de qualificação profissional estruturam a base das ofertas dos Centros Pop que participaram do Estudo 1, em contrapartida, os participantes do Estudo 2 revelam que nem sempre essa estratégia corresponde aos interesses e às reais demandas dos usuários, afinal, quase sempre “*não servem para nada*” (Pirata). Os próprios participantes refutam as respostas institucionais essenciais como capacitação e qualificação profissional, pois, como temos discutido, se essas antes serviam para garantir o acesso a algum emprego, hoje servem à manutenção desse, algo que não é perspectiva concreta para essas pessoas. Além disso, podemos encará-las, inclusive, como “promessas de políticas de inserção precária, com recorte de assistencialismo e de descontinuidade” (FRIGOTTO, 2009).

Afinal, de algum modo, são também consequências dos processos de globalização, em que as reformas educacionais foram sendo dirigidas mais para a formação profissional, a fim de responder às novas demandas do mercado, do que para a construção da cidadania (SANTOS, 2005b, p. 38), marcando muito mais o interesse dos



mercados por determinado tipo de mão de obra do que garantindo possibilidades reais de inclusão

*Quantas pessoas aqui fizeram curso? Muitas. Quantas trabalharam?  
(Pirata, trecho de entrevista semi-estruturada, Outubro/2018).*

Logo, apontam que são necessárias estratégias para além da qualificação e dos treinamentos, uma vez que essas são ações que não atendem à necessidade deles, tampouco com o que farão com o conhecimento obtido a partir delas. Ao contrário, nutrem uma expectativa de que garantirão inclusão quando, ao final, despertam uma frustração que, na maioria das vezes, encontra culpa e responsabilidade neles mesmos.

Despertam, desse modo, a indagação se de fato, no âmbito das práticas e respostas institucionais, têm-se levado em conta o Sul, a população em situação de rua e as suas necessidades? Pois, na medida em que tais respostas centram suas ofertas em aspectos voltados à preparação para um mercado de trabalho que já se mostrou há muito esgotado, no qual/ e a partir do qual as possibilidades de inclusão estão muito reduzidas, se não extintas, reforça a exclusão, a desqualificação e a responsabilização individual, especialmente quando essas mesmas pessoas “se recusam a valorizar” aquilo que é ofertado – mesmo que essas oportunidades sejam alternativas do Norte para resolver os problemas do Sul.

No que tange a sua relação com o Centro Pop, existe por um lado, uma perspectiva que ressalta que o serviço, em se tratando do aspecto do acesso ao trabalho, poderia/deveria ter atuação mais ativa

*[...] tentar criar um convênio, não sei se eu posso falar convênio [...] sei lá, com o município, com a prefeitura, entendeu, ou com as empresas que têm dentro de São Carlos, as prestadoras de serviço que tem dentro São Carlos, o Centro Pop poderia fazer essa intermediação, o que é a assistente social, Roberta, poderia chegar e tipo assim, indicar, ter um sistema para ela poder chegar e falar assim ó: tem um rapaz lá, que ele já passou, ele já vem passando pelo tratamento já há um ano, um ano e pouco e ele tá sem beber e sem usar drogas, é um rapaz que pode se encaixar nessa vaga que você tá oferecendo de trabalho, entendeu, ele precisa dar oportunidade, então eu acho isso intermediação, é dessa forma que poderia ajudar.*

*(Sultão, trecho de entrevista semi-estruturada, Agosto/2018).*

Por outro lado, há uma visão de que o Centro Pop já “faz muito” servindo como apoio imediato, na medida em que proporciona banho, refeições etc., reproduzindo o próprio preconceito que admitem sofrer e que dificulta o acesso ao trabalho que desejam. Aprender pelo sofrimento, pela dor, pelo suor reitera, mais uma vez, a

culpabilização e a ideia de meritocracia e responsabilização individual pelo sucesso na sociedade neoliberal.

*“Não acho que é papel do Centro Pop arranjar serviço, não![...] morador de rua tem que sofrer um pouco”*  
(Gordo, trecho de entrevista semi-estruturada, Setembro de 2018).

E se na perspectiva de Gordo, já faz muito, garantindo o mínimo à sobrevivência, as visões de Pingo, Sultão e Pirata deixam implícita a ideia de que se trata de um local que retroalimenta a exclusão, que acomoda e que não garante condições de estruturar cotidianos mais organizados. Ao contrário, os usuários querem ser vistos distantes desse lugar e não ter sua imagem vinculada ao mesmo, para não serem confundidos com “vagabundos”.

De algum modo, como vimos, reproduzem um estigma disseminado e compartilhado pela sociedade, mas também colocam esse serviço numa posição de questionamento e de desqualificação tal qual a população que atendem e de quem são referência. Afinal, parece ser um lugar de impossibilidades e de exclusão, de modo que o frequentando pareça impossível conseguir trabalho e, assim, querem ser vistos fora dele, de forma que vinculam o serviço como algo que marca o lugar no Sul para essas pessoas. Além da recusa, há uma vergonha implícita em depender dele, na medida em que se coloca como orgulho o fato de nunca ter precisado pedir nada em determinada época da vida, mesmo que isso dê pistas de que se encara o direito à proteção social como um favor.

Se no Estudo 1 tratamos das respostas institucionais e das possibilidades de inclusão produtiva na interface com esses serviços, no Estudo 2 vemos que os movimentos dos quatro usuários parecem “andar” por fora do Centro Pop, já que em seus relatos, nenhum deles admite ter sido diretamente apoiado pelo serviço. Vão mostrando que delinearam seus próprios caminhos e oportunidades, o que também pode ser uma forma de resistir à tutela e manter alguma autonomia. Quando falam de trabalho, falam do desejo de oportunidades concretas, e não somente daquilo que finge ser inclusão, mas reforça lugares de exclusão, como os cursos de qualificação profissional, que parecem ser somente aquilo que os serviços têm tido condições de ofertar.

Ao mesmo tempo em que entendem que o serviço acomoda porque fornece descanso e outros elementos básicos à sobrevivência (alimentação, banho, produtos de

higiene), acreditam que os demais não buscam trabalho justamente por isso, afinal, “tudo é fácil” e, desse modo, não precisam se esforçar, perspectiva bastante amplamente compartilhada a respeito desses sujeitos, como se a obtenção do mínimo os fizesse querer permanecer na rua, excluídos.

*porque eu falo pra você, é da hora ter o atendimento aqui do Centro Pop, é, só que é ruim, cara, ao mesmo tempo é ruim, Roberta, cara, você te que fica... você te que ficar num lugar, cara, sabe, à base de ordem, sabe, ce entendeu, horário para entrar, você tem horário pra tomar banho, é ruim, cara, não é? Você ser disciplinado assim... agora tudo em, você tando trabalhando, numa casa, já pensou que dá hora, você entra na hora que você quer, você faz o que você quer, você entendeu, é isso daí pra falar, cara, mas a rua, a rua mesmo eu falo que é doloroso, Roberta, é doloroso, cara.*

*(Gordo, Trecho de Entrevista semi-aberta, Setembro de 2018).*

*porque vocês dão essas coisas pra gente, né, vocês doam, que é um trabalho seus, bonito tal, e recebe...tem toda uma obra atrás disso, um governo, isso é uma coisa legal, agora, eu sou grato, mas vou deixar pra outro pegar, eu tô com saúde, espera aí, eu to com intuito de mudar de vida, arrumar um emprego, eu mesmo fazer o meu emprego, que é o salão, porque eu não começo com as minhas pequenas coisas? Então o que eu fiz? Abandonei o vício, do álcool, abandonei tudo [...] ai, que eu faço, então eu vendo as balinhas e as balas é uma ocupação para mim*

*(Pirata, Trecho de Entrevista semi-aberta, Setembro de 2018).*

E se ao mesmo tempo em que o serviço contribui, em sendo instituição, impõe suas regras e horários, em que o trabalho poderia libertar dessa “domesticação”.

*cara...outra vida, é uma vida responsável, cara, que você se sente responsável, não que eu me sinta irresponsável aqui, mas nossa, cara não sei, Roberta, me estressa, cara, esse negócio de ficar parado sabe, só dormindo, você entendeu, num vira para mim, ce entendeu, não vira, de vez em quando aí...que atrapaia mesmo aí é...sai, fica pra praça, e porcaria, é f\*\*\*, não é legal, mas fazer o quê, se você tem alguma coisa, né cara, se você tem um compromisso, você sabe que tem que batalhar, você tem aquele aluguel, ce sabe, se você não pagar, você não vai morar mais, então quer dizer o que, muda sua mente sabe, cara, “eu tenho que pagar, eu tenho responsabilidade, não é que nem fica assim sabe, desempregado, vivendo de bico, mas qual a responsabilidade que eu tenho, de verdade? Pra mim a responsabilidade que eu tenho agora é comprar um chinelo, é comprar um tênis pra mim, comprar um fumo e se virar, mas e o resto? Você não tem com o quê se preocupar, na verdade, porque, porque comida tem na boca, você não tem preocupação de pagar força, pagar água, você entendeu, Roberta, mas eu falo pra você, cara, é muito da hora você ser responsável, você tem um cargo pesado, que nem fala né, [...] isso eu não quero carregar pro resto da vida, cara, não quero mesmo, isso não quero [...] vida boa cara, vida boa é se você tivesse uma casa irmão, se tivesse o que fazer agora, na sua casa, se tivesse o que você quisesse, mas na sua casa, vai falar que isso é vida boa, cara?*

*(Gordo, trecho de entrevista semi-aberta, setembro de 2018).*

Tais discursos talvez possam ser compreendidos pelo fato de que população em situação de rua consiste muito mais como objeto das políticas e do discurso que essas produzem, como a própria política de Assistência Social, do que como sujeitos concretos de suas ações. Afinal, muitas das respostas institucionais elaboradas desconsideram suas reais condições individuais para responder às estratégias estabelecidas; suas demandas, que nem sempre condizem com aquilo que os serviços querem/desejam/podem oferecer, uma vez que na maioria das vezes as respostas produzidas no contexto das políticas sociais são construídas para eles e não com eles. E de forma mais ampla, não consideram os elementos estruturais da sociedade moderna e que determinam os reais limites dessas ações, num cenário em que as alternativas parecem limitadas ao que já está dado, especialmente no âmbito das ofertas relacionadas às possibilidades de aproximação e mediação com o mundo do trabalho, objeto desta tese.

E embora exista um caráter de denúncia, que nos faz pensar sobre o que esses serviços estão fazendo com essas pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social, bem como as alternativas e potências que possibilitam, não somente no âmbito do trabalho, mas em todas as demais dimensões da vida, estamos falando de serviços que existem há pouco mais de uma década, para os quais ainda faltam modelos e referências, que ainda estão por ser criadas em seu próprio processo de fazer, bem como sua metodologia de trabalho e ao que de fato servem para essas pessoas.

Se por um lado, podemos compreender os Centros Pop, a partir de ofertas verticalizadas, como a materialização de um Norte abissal que se projeta sobre os usuários, podemos também conceber esses serviços, a partir da precariedade do trabalho, da rede, dos financiamentos, de suas reais possibilidades, burocracias, estigmas e, principalmente, de composição de um equipamento sem história precedente no Brasil, como aquilo que compartilha a invisibilidade de seus usuários, estando no Sul junto com eles e a quem a política de Assistência Social, apesar de seus desmontes, precisa olhar, numa perspectiva de produção e investimento na vida (MARQUES et al, 2019).

Afinal, a própria política para a população em situação de rua, como vimos, nasce da luta e resistência dos movimentos sociais, da igreja, de estudiosos sendo, portanto, oriunda de uma provocação de uma ecologia de saberes, e não da

sensibilização do Estado, que muitas vezes, de modo hegemônico, reproduz a monocultura do saber voltado às essas pessoas, marcado pelo caráter higienista/repressivo/caritativo, que apenas pretende controlar aqueles que ameaçam a ordem e a coesão social, enquanto um desdobramento da questão social. O Massacre da Sé, por exemplo, uma violência radical direcionada a essa população, foi o que permitiu impulsionar a luta. E assim,

Pensar políticas públicas adequadas aos diversos nichos sociais que habitam cada sociedade é ter a certeza de que vivemos num mundo híbrido e caleidoscópico que gira e se reinventa a todo o momento, devendo ser pensado, portanto, no plural, dando voz e vez às várias manifestações de saberes e práticas, sejam de que ordem forem. Pensar as populações empobrecidas hoje é questionar de que lugar social, de que espaço geográfico e de que forma pensá-la [...] A categoria, mais que dinâmica (mas como já referido, caleidoscópica), faz-nos cair em perigosas armadilhas em que o que está em jogo é não somente uma gama de seres completamente aleatórios e diversificados em múltiplos aspectos, mas com trajetórias de vida e lugares sociais distintos. Discutir com lucidez as políticas em curso e o que vem sendo feito em prol desta parcela da população faz com que nos tornemos sujeitos activos e actuantes na sociedade em que vivemos, verdadeiros cidadãos (RODRIGUES, 2012).

Ressalta-se, assim, que de modo algum estamos questionando a pertinência da existência e continuidade desses serviços, inclusive porque são resistência em atuar com uma população tão marginalizada, mas algumas pistas, a partir das próprias falas dos participantes, ressaltam que as estratégias de ação desses serviços precisam ser (re)criadas, do Sul e com o Sul, pois somente assim, num movimento de ecologia dos saberes, poderão contemplar seus reais desejos, possibilidades e necessidades, dando condições de que, mesmo quando pareçam não ter potência para surgir, sejam criadas como possibilidades, em conjunto com as pessoas a quem se destinam, os trabalhadores, a sociedade civil, os movimentos sociais etc.

Pois essa população vai dando pistas de que anseiam por trabalho, mas, acima de tudo, desejam emancipação, visibilidade, reconhecimento social, desejam autonomia sobre suas vidas, decidir o que fazer com o seu dinheiro, quando e como gastá-lo e, mais do que isso, ter alternativas para isso que vão para além da garantia da sobrevivência imediata. Desejam tomar as rédeas de suas vidas, fazer seus horários, conviver com a família, ter casa e lazer. E, dessa forma, mostram que o serviço do Centro Pop e, para além dele, as respostas institucionais que lhes são destinadas, podem ir além do que já fazem, devendo repensar suas ações e suas relações para além do imediato, pois isso parece somente retroalimentar o Sul nesses sujeitos.

Assim, tais pistas foram nos mostrando a importância da voz e da visibilidade, numa perspectiva da sociologia das ausências, dos saberes, das reflexões, dos modos de vida bem como das estratégias de sobrevivência do Sul abissal – tentativas de alguma transposição da linha abissal e de resistência que eles próprios vão criando, já que o Norte não lhes possibilita e, assim, tentando ampliar suas perspectivas futuras. Nesse sentido, é que Santos (2010, p. 33) localiza justamente a relevância de

que nos desfamiliarizemos do Norte imperial e que aprendamos com o Sul (...) só se aprende com o Sul na medida em que se concebe este como resistência à dominação do Norte e se busca nele o que não foi totalmente desfigurado ou destruído por essa dominação. Por outras palavras, só se aprende com o Sul na medida em que contribui para sua eliminação enquanto produto do império (SANTOS, 2010, p. 33).

Nesse sentido, ouvir essas histórias permitiu compreender que a vida na rua, por si só, é uma forma de insurgência e resistências e, no contexto do trabalho, muitas vezes resistências que se engendram contra a lógica produtiva, injusta e exploratória, que advém do trabalho capitalista, o que nos dá condições para afirmar que

[...] é hoje mais urgente que nunca fomentar formas de produção e de distribuição de bens e serviços alternativos às formas capitalistas, uma vez que estas nunca foram tão excludentes e nunca deixaram os excluídos em condição de tão grande vulnerabilidade (SANTOS, 2005a, p. 16).

Afinal, o trabalho hegemônico/capitalista já deu muitas evidências de que não sustenta mais a inclusão social e a cidadania desejadas, mostrando uma real impossibilidade de transposição ou até mesmo de acesso/aproximação da linha abissal, assentando contingentes cada vez maiores no lado Sul, seja na sua ausência, mas também nas suas formas precárias. Assim, propor a reflexão de pensar a inclusão produtiva dessas pessoas, como aqui buscamos entender, se de alguma forma, é tentar criar condições de acesso a esse cenário tão distante e inalcançável pode ser perversa se tentarmos enquadrar essas pessoas na lógica hegemônica que lhes produziram e lhes reproduzem.

Vemos também que se há perspectiva de uma inclusão pelo trabalho, as experiências que emergem no Estudo 2 mostram que essa inclusão vai ser atravessada por outros elementos, como a garantia de fortalecimentos dos vínculos familiares, ou a criação de novas redes sociais de suporte, a garantia de oferta de cuidados em saúde, oportunidades de acesso à moradia, habitação, lazer, cultura, educação etc. Ou seja, pensar o trabalho é também pensar toda a complexidade de elementos que compõem a

vida de um sujeito, rompendo com ações pontuais, imediatistas e fragmentadas, mas que possam ocorrer ao longo do tempo, serem propositivas, integrais e integradas, numa perspectiva que, inclusive, foi apontada no Estudo 1.

Sustenta-se, portanto, o desafio de garantir a participação, envolvimento e protagonismo das pessoas em situação de rua nos serviços, na construção das políticas, no seu controle e nos movimentos sociais, de forma que sejam coprodutores de conhecimento – pois somente assim, será possível a construção de caminhos para superar a linha abissal, descolonizando saberes hegemônicos a respeito dessas pessoas e construindo novos na perspectiva das ecologias dos saberes, a partir das experiências de sofrimento, resistência e luta por ressignificar o cotidiano e superar suas dificuldades; tornando, ainda, as políticas adequadas a quem delas precisam.

Nunes e Siqueira-Silva (2016) trazem, por exemplo, a experiência da Reforma Psiquiátrica Brasileira, que foi construída a partir de ações que descolonizaram saberes e práticas da saúde mental, em que os usuários foram coprodutores de conhecimento na superação da lógica psiquiátrica hegemônica. O rompimento com a monocultura do saber psiquiátrico, a partir de saberes construídos nas/pelas experiências de sofrimento, mas também de luta, numa Ecologia de Saberes, plurais e diversos, teve

[...] como elemento central da descolonização do saber e da promoção de justiça cognitiva, e da invenção de ecologias de saberes que descentram radicalmente a autoridade dos saberes hegemônicos (NUNES;SIQUEIRA-SILVA, 2016, p. 232).

Como já vimos dizendo e conforme ressalta Martins (2016), trazer à tona o sofrimento e as rupturas ocultadas nas trajetórias desses sujeitos é procedimento da sociologia das ausências, na medida em que traz presença e visibilidade para isso; as narrativas de resistência, que engendram estratégias de transformação social, de possibilidades outras e de esperança, bem como elaborando estratégias de ação que as materializem, fazendo emergir (e acreditar) em outros modos de vida e existência. Ou, segundo o autor, inventando novas gramáticas de dignidade e reconhecimento e criando alternativas para as desigualdades entre humanos e sub-humanos que a modernidade possibilitou criar.

Assim, é preciso que suas experiências, antes e durante a vida na rua, sejam aproveitadas no delineamento daquilo que lhes será ofertado, não as desperdiçando

porque não condizem com o que é hegemônico, mas potencializando-as para a emancipação dessas pessoas. Os acessos do e pelo Norte já mostraram que estão todos esgotados e a população em situação de rua nos antecipa que precisamos pensar e acessar outras modalidades de vida, do Sul para o Sul, de modo que seus saberes informem as práticas que lhes são destinadas, numa perspectiva de ecologia das práticas dos saberes (SANTOS, 2010), e a romper com o discurso de ausência de alternativas trazido pela modernidade, bem como seu pessimismo conformado diante da impossibilidade de mudança e transformação social em prol da emancipação social (SANTOS; ARAÚJO; BAUMGARTEN, 2016).

Afinal, os saberes materializados nas tantas e diferentes formas de sobrevivência e de negociação, como forma de resistência, que os participantes do Estudo 2 foram sinalizando antecipam aquilo que, no futuro, também deverão ser as nossas estratégias – as do Norte - para sobreviver ao esgotamento do potencial de inclusão e coesão pelo trabalho.

E já que a inclusão e empregabilidade são promessas ilusórias no capitalismo (FRIGOTTO, 2013), na perspectiva de Santos (2005a), são necessárias novas formas de produzir para viver, outras formas de pensar o trabalho e seus processos, enfim, estratégias propositivas que pensem alternativas para além das que estão dadas como existentes e possíveis em se tratando do trabalho hegemônico e socialmente valorizado sobre a égide do capitalismo. Diante dos limites, mas também da exclusão e da invisibilidade que estes materializam, é urgente criar outras possibilidades de (r)existir, (sobre)viver e de emancipação social a essas pessoas em situação de rua, não só na dimensão do trabalho mas também de tudo aquilo que atravessa essa relação e a constituição de suas vidas.

Segundo Ferreira (2005), necessitamos de uma política progressista e emancipatória para fazer frente à degradação atual das condições de vida e de trabalho, como no caso dos desempregados, mas também que vivem relações de emprego precárias - flexíveis apenas para o mercado e o capital, cuja hegemonia de mercado bloqueia quaisquer dimensões emancipatórias. Para o autor, é justamente por isso que precisamos estar dispostos a construir e reinventar os modelos de relação laboral e de direito do trabalho e de modo que a regulação social e a emancipação social sejam concebidas em nível global, na luta contra a degradação das relações econômicas e



sociais a partir do trabalho, num cenário em que o capitalismo só se renova e fortalece. Tais possibilidades de ruptura são possíveis a partir do cosmopolitismo subalterno, de construções solidárias, alternativas aos modos hegemônicos de globalização (FERREIRA, 2005; SANTOS, 2005a).

Isso nos permite afirmar que o trabalho somente será emancipatório na medida em que romper e enfrentar as várias contradições e perversidades do modelo capitalista e da sua lógica produtivista; que se reinventar de forma participativa, com apropriação dos meios de produção e dos processos pelos envolvidos e que seja compatível com o formato desejado pelas próprias pessoas que o desenvolvem etc. Ou seja, parafraseando Santos, o trabalho somente será emancipador na medida em que forem construídas outras formas – contra-hegemônicas – de se produzir, possibilitando, dessa forma, produção de vida e emancipação social para quem delas se favorecerem (SANTOS, 2005a; SANTOS, 2010)

De modo concreto, portanto, é preciso pensar políticas e ações voltadas ao mundo do trabalho que rompam com o tradicionalmente proposto, mediante as transformações irreversíveis pelas quais o trabalho passou, a partir da oferta de alternativas de acesso, inclusão e renda que, de fato, possibilitem alguma aproximação e transposição da linha abissal para quem os modos hegemônicos mostraram e mostram total impossibilidade. Impossibilidade essa, inclusive, que parece não se limitar a quem vive na rua, embora a atinja de modo tão singular, mas que parece se alastrar para outros sujeitos, de modo que, aos poucos, vai mostrando que essa é a realidade do trabalho no neoliberalismo e no seu modo de globalização hegemônica, e não uma consequência das incapacidades e limites individuais de determinadas populações ou pessoas.

Essas alternativas passam não só pela construção de outros vínculos com o trabalho e de acesso ao mesmo para ir ao encontro do que se deseja e do que é possível no capitalismo, mas também pela resignificação das próprias representações acerca do trabalho, que muitas vezes reproduzem perspectivas que os limitam a ver potências em outras formas de produzir e viver, o que fica evidente nos dois Estudos.

Na concepção da Sociologia das Ausências, é preciso romper com a monocultura dos saberes acerca do trabalho e suas potências e limites na modernidade bem como da sua lógica produtivista, buscando trazer à tona e dando visibilidade a novos argumentos, experiências e possibilidades, a partir não só da população em

situação de rua, mas de outros grupos populacionais que enfrentam igual exclusão, dando condições a uma ecologia de saberes e das produtividades, que permitem a visibilidade e credibilidade a outros modos, para além do capitalismo, mais coerentes, possíveis e emancipatórios para o Sul (SANTOS, 2010).

Ou seja, é a partir do presente e da ampliação das alternativas *disponíveis* pela sociologia das ausências, que também se faz possível substituir o vazio do futuro, na medida em que estas permitem identificar as alternativas *possíveis*, no cenário da Sociologia das Emergências, dando potência e esperança a um futuro esvaziado, tal como vimos na fala dos participantes do Estudo 2, em que a vida na rua parece longe de possibilitar alguma alternativa e alguma possibilidade, seja para o presente, seja para os planos e projetos de vida futuros.

Assim, as formas alternativas de conhecimento, produzidas a partir da ecologia de saberes, devem informar essas novas e alternativas formas de fazer e também de produção, que neutralizem ou previnam riscos e oportunizem novas possibilidades democráticas (SANTOS, 2010, p. 338). Isso consiste, portanto, em desconstruir práticas e concepções hegemônicas dando lugar, a partir de baixo, seja com a população em situação de rua e seus movimentos sociais, ou mesmo outros grupos que dialogam com esse contexto, novas gramáticas para as ações e políticas que se destinam a esse grupo social.

Somente assim serão possíveis políticas e ações que apostem nas relações e nos desejos, nas potências, nos saberes, nas experiências desses sujeitos e daqueles que vivem a violência e a invisibilidade extremas do Sul abissal, o que também se configura, não só como investimento no mundo do trabalho, mas de modo muito mais amplo, investimentos na vida desses sujeitos, o que, por si só já é contra-hegemônico. O que também nos faz pensar e defender que os serviços como o Centro Pop, por si só, também são contra-hegemônicos, carregando em si a potência para ações emancipatórias, mas o que exige também ser resistência para que consigam romper com práticas e metodologias imediatistas, que recrudescem ainda mais o lugar de exclusão, estigma e invisibilidade das pessoas em situação de rua.

Ações, portanto, que do foco assistencial/instrumental precisam assumir um caráter criativo, de participação e de emancipação, construídas a partir e com as pessoas que atendem, acompanham e com a rede que articulam, dialogam e, de certo modo,

disputam e tensionam um lugar de ação com essa população. Um desafio que começa já na perspectiva de que não se trata de serviços e ações da política de assistência social destinados como se fossem a única alternativa que restasse a quem não entrou no mercado e não compõe a lógica produtivista, mas que possam ser aquilo a que se propõem, no âmbito das suas garantias, proteções e direitos, possibilitando autonomia, acolhida, convivência familiar e comunitária, fortalecimento de vínculos, acesso a renda, participação social etc.

Políticas e ações que, desse modo, acolham e deem possibilidades de vida, conforme Marques e colaboradoras (2019), em detrimento do sequestro, da punição ou daquilo que deixa morrer “vidas desqualificadas”, como as da população em situação de rua, investindo em outros modos, rompendo com as ações punitivas, institucionalizantes, que impedem a autonomia e a potência dessas pessoas – e no seu oposto, possibilitem a emancipação social, a visibilidade e o exercício da cidadania.

E, por fim, no âmbito do trabalho, para além de apontar os limites desse cenário na modernidade, compreendemos a importância de levantarmos algumas pistas, que de forma propositiva, partem dos caminhos apontados nos Estudos 1 e 2, que revelaram, mais do que nunca, a necessidade de alternativas para além do que está posto.

Mencionada no Estudo 1 como uma ação possível para o acesso ao mundo do trabalho, mas aparentemente desconhecida pelos participantes do Estudo 2, a economia solidária pode se configurar como uma, dentre as alternativas que podem e têm potência de emergir e ampliar o futuro das possibilidades e alternativas nas formas de ocupar o trabalho para pessoas há tanto tempo excluídas do mundo do trabalho.

No contexto das outras economias e de outros saberes e formas de produzir, a economia solidária é ressaltada por Cunha e Lauris (2016, p. 158) como aquela “em que as noções de pertença dos indivíduos, as qualidades de cada pessoa e o bem-estar coletivo permanecem complementarmente intrincados”, sendo, portanto, uma proposta de “resistência ao modelo vigente”<sup>51</sup>, justamente porque, segundo Boaventura de Sousa Santos, o capitalismo é anti-solidário e anti-humanitário.

---

<sup>51</sup> Segundo Isabel Harari, foi esse o fio condutor do debate que aconteceu na Cúpula dos Povos, no Rio de Janeiro, em 2012, envolvendo Boaventura de Sousa Santos, Paul Singer e integrantes da RIPESS (Rede Internacional de Promoção da Economia Social e Solidária) da América Latina e Caribe. O artigo “*Boaventura critica a economia verde, e Paul Singer exalta a economia solidária*” está disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Boaventura-critica-a-economia-verde-e-Paul-Singer-exalta-a-economia-solidaria/4/25397>. Acesso em 11 Jan. 2020.

Ou seja, a economia solidária tem potência para romper com os limites impostos pelo capitalismo e sua lógica produtiva já que, segundo Singer (2002, s/p), “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa”, o que dá espaço para modos que atuem na contramão, na resistência e na contra-hegemonia a esse modo de produção, afinal

A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social (SINGER, 2002, s/p).

No âmbito da economia solidária como uma alternativa de inclusão no mundo do trabalho de pessoas em desvantagem social, podemos citar a Reforma Psiquiátrica que, na sua interface com a inclusão pelo trabalho, na perspectiva de outras formas de produzir, acabou por se alinhar à economia solidária enquanto um importante referencial no âmbito do eixo do trabalho no contexto da Reabilitação Psicossocial, constituindo-se e abrindo o precedente para negociar alguma forma de inclusão das pessoas com sofrimento psíquico e mesmo de outras, que ocupam o Sul abissal, no mundo do trabalho.

Porém, não bastam que essas alternativas olhem para o trabalho a fim de que produzam emancipação social, mas precisam se constituir, como afirmam Santos e Rodriguez (2005) em alternativas que além do econômico, olhem também para o social e o político, buscando novas formas de sociabilidade, a partir de parcerias, de redes, apoio dos movimentos sociais, de modo que haja um comprometimento geral, por uma via que, necessariamente, segundo os autores, seja democrática e participativa.

E para que assim sejam, e tendo em vista toda a pluralidade do Sul, faz-se importante, inclusive, que diferentes movimentos emancipatórios possam se articular, tais como o movimento feminista, os movimentos de luta contra o racismo, contra a discriminação da população LGBTQIA+ e demais grupos que ocupam esse lugar de discriminação, invisibilidade e colonização, de forma que em suas diferentes lutas, esse Sul se potencialize, e que seu pensamento “alternativo de alternativas” – as

---

epistemologias do Sul, baseadas no conhecimento-emancipação e na ecologia de saberes, redistribua a ansiedade ao restante da sociedade, ao Norte – ansiedade essa que se restringe somente nas experiências dos excluídos (SANTOS, 2010).

Ao encararmos o trabalho como um fator relevante no “fenômeno” da vida na rua, e olharmos para os princípios do próprio Movimento Nacional da População de Rua, movimento fundamental nas lutas dessa/com essa/para essa população, vemos que se pautam na democracia, valorização do coletivo, solidariedade, ética, trabalho de base, levantando a bandeira do resgate da cidadania por meio do trabalho digno, salários suficientes para o sustento, moradia digna, atendimento à saúde etc. (MNPR, 2010)<sup>52</sup> pautando os direitos sociais mínimos a serem assegurados pelo Estado por meio de políticas públicas planejadas de acordo com as singularidades dessa população, e conduzidas de forma equitativa e geridas para facilitar o acesso, e não recrudescer a exclusão.

Alinham-se, dessa forma, a alguns dos princípios da economia solidária como importante estratégia de organização, fortalecimento de coletivos e busca da autonomia através da geração de renda, destacando-se que o movimento de economia solidária ganha força no Brasil através, justamente, de trabalhadores que perderam seus empregos e que não conseguiram se reinserir no mercado de trabalho ou, ainda, por aqueles que sempre estiveram na informalidade ou mesmo os excluídos de quaisquer oportunidades de acesso à formalidade (LIMA, 2004; LEITE, 2009; SOUZA, 2011) – trajetórias que vão encontrar similitude nas dos participantes do Estudo 2 e na literatura que informou esse trabalho, mas também encontrou coerência no Estudo 1.

Assim, aproximar os princípios da economia solidária da vivência das pessoas em situação de rua, ou mesmo dos coletivos e movimentos sociais compostos por esse público têm a potência de ampliar a experiência desses sujeitos no processo de

---

<sup>52</sup> O MNPR, de acordo com sua própria definição, tem papel de despertar a consciência e a formação política bem como a organização das pessoas em situação de rua, a quem a própria vivência – árdua – da vida na rua, levaria os indivíduos a uma necessidade inerente de se organizar, “*para cuidar da vida, como no momento da alimentação, para a proteção do frio e durante o sono*”. Assim, o MNPR teria surgido como forma de articulação entre pessoas em situação de rua a fim de se enfrentar os riscos vivenciados na rua, bem como “*para repudiar o preconceito, a discriminação, as violações dos direitos humanos e (...) reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana*” (MNPR, 2010).

apropriação de sua própria realidade, na construção de sua autonomia (através do trabalho, da geração de renda e da construção de suas próprias escolhas, por meio e impulsionados pela autogestão) e em sua luta por uma sociedade menos desigual, de direitos e deveres justamente compartilhados e vivenciados.

Evidentemente que não estamos afirmando que essa seja a única via para a inserção no mundo do trabalho de populações tão vulneráveis como a população em situação de rua, tampouco deixando de considerar as dificuldades e também limites que a economia solidária ainda tem apresentado na modernidade, em que a resistência à hegemonia ao capitalismo se faz de forma bastante difícil, especialmente em termos de obtenção de renda que possa garantir autonomia e um afastamento total da lógica produtivista hegemônica. No entanto, no contexto da pergunta que nos propusemos responder, mediante as impossibilidades que foram se revelando na transposição da linha abissal e na emancipação social pela via do capitalismo e do trabalho hegemônico para o Sul, há pistas claras de que as alternativas contra-hegemônicas são mais do que necessárias, configurando-se, talvez, como uma forma mais concreta, mediante as alternativas que temos disponível, de que esses sujeitos consigam transitar por outras experiências, possam experimentar outras formas de trabalho e de se constituir como sujeito nessa relação, que não passem pela exploração e pela invisibilidade, ou por breves aproximações da linha, sem nunca conseguir formas de acesso que possibilitem transpô-la.

Fazer essa proposição, inclusive, coloca, conforme afirma Santos (2010), uma exigência cosmopolita subalterna, uma ação rebelde que possa buscar novas sociabilidades, alternativas, e que neutralizem a lógica de exclusão que se coloca a partir da globalização e do consenso neoliberal, oportunizando possibilidades de visibilidade, participação e emancipação social àqueles que são vítimas e produtos das exclusões abissais produzidas pela modernidade.

## 9. Reflexões para a Terapia Ocupacional

O fato de esse trabalho estar localizado numa discussão maior, que pretende ampliar a produção de conhecimento em terapia ocupacional, convoca-nos a finalizar essa tese partindo não somente das questões que aqui foram sendo tratadas, mas também daquilo que constitui o começo de um percurso profissional, antes mesmo de uma trajetória de pesquisa, cujos caminhos sempre foram trilhados com populações que ocupam o Sul abissal, fossem pelo seu sofrimento psíquico, pela pobreza, pelo uso de álcool e outras drogas, pela situação de rua, pela violência dos mais diferentes tipos, sobretudo, social. Entendendo que, embora as experiências sejam sempre singulares e individuais, são diretamente atravessadas pelas questões sociais, econômicas e políticas hegemônicas de determinada época, sendo que, nas últimas décadas, intensificam-se a lógica e a racionalidade impostas pela globalização neoliberal, que acirram as desigualdades e as exclusões sociais (SANTOS, 2010).

Nessa tentativa de articulação, partimos de um pressuposto de que os diferentes processos de exclusão e invisibilidade na sociedade moderna constroem, de certa forma, uma certa população com a qual a terapia ocupacional trabalha, em que seu lugar no Sul abissal impacta diretamente seu cotidiano, suas relações sociais e seus fazeres, seu lugar no mundo do trabalho, no território e nos muitos limites que se impõem à sua inclusão e participação sociais.

Por outro lado, acreditamos que as ações técnicas em terapia ocupacional carregam consigo um compromisso ético com a emancipação social e uma potência de vir a sê-lo, na medida em que se construam de modo horizontal, que sejam compartilhadas e corresponsabilizadas com os sujeitos a quem se destinam, que articulem os saberes múltiplos e plurais, de forma que as referências e os saberes do técnico não sirvam à colonização e a imposição de modos hegemônicos de vida e de fazeres, mas que, de modo contra-hegemônico, produzam visibilidade e existência aos desejos, às necessidades e aos sentidos dos sujeitos, por meio de ações e fazeres propositivos, comprometidos com os seus projetos de vida e criação de condições possíveis para sua concretização.

Apesar de ser o fio condutor que atravessou toda a construção dessa tese, esse outro não se limita à população em situação de rua. Afinal, esse Sul abissal também é ocupado pela pessoa com deficiência, isolada em seus territórios de existência; pelo

idoso ou pela criança vítima de violência, afastados do seu convívio familiar; das comunidades e os povos tradicionais invisibilizados em sua cultura, saberes e tradições; dos jovens pobres vivendo nas periferias, longe das escolas, distantes dos seus direitos sociais; vivendo na precariedade; os meninos e meninas em conflito com a lei; as pessoas com grave sofrimento psíquico; as mulheres vítimas de violência doméstica etc.

Sujeitos que embora de alguma forma sejam produto das lógicas hegemônicas e dos domínios que se impõem na sociedade moderna, são vistos como aqueles que “rompem” e desrespeitam essas mesmas imposições e aquilo que deles se espera, na forma como constroem e mantêm suas relações e vínculos sociais, na sua subjetivação, na forma como (não) se sujeitam à cultura dominante, às formas de consumo e trabalho hegemônicas, e aos tantos outros jugos do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado. Sujeitos sobranceiros, não são candidatos à cidadania, que é mais privilégio que direito, e da forma como compõem o Sul, dispõem de poucas alternativas para transpor a linha abissal que os separa do Norte.

Segundo Galheigo (2014, p. 219), as práticas em terapia ocupacional sempre foram atravessadas por fatores históricos e políticos e a forma como se relacionam em maior ou menor grau com esses aspectos, de certa forma, permite-nos constituir parâmetros de identificação ou diferenciação dessas práticas, muito embora,

[...] quando difundida para os países latino-americanos, a profissão surgiu com uma prática centrada na concepção de indivíduo, aquele que devia ser tratado, adaptado para ser independente. Uma prática centrada numa superação individual, de forma descontextualizada e a-histórica.

No resgate histórico da terapia ocupacional brasileira, identificamos que a profissão se constrói sob forte influência dos países do Norte (Estados Unidos e Europa), organizando e conduzindo as ações técnicas e profissionais, ao menos em um primeiro momento, a partir de referências e saberes elaborados em outras realidades, voltadas, especialmente, a adaptar os sujeitos às normas sociais e econômicas vigentes, tornando-os úteis e produtivos ou servindo à manutenção de dinâmicas institucionais voltadas à segregação e reabilitação da diferença.

No caso do trabalho, importante categoria que fundamenta os princípios da profissão, esse foi se constituindo como um instrumento e recurso terapêutico de modo a disciplinar, normatizar, favorecendo a aquisição de funções e habilidades que pudessem ser socialmente valorizadas e economicamente aceitas, respondendo muito mais às necessidades sociais, institucionais e de mercado, do que às necessidades dos



sujeitos, focando, desde sempre, nos fazeres e nas restrições individuais e em ações individualizantes (GHIRARDI, 2016; LUSSEI; MORATO, 2016).

Entretanto, como vimos, se as diferenças econômicas e sociais se acirram nas últimas décadas do século XX, especialmente a partir dos anos 1970, elas também possibilitaram o questionamento de referenciais até então hegemônicos para a terapia ocupacional, como o próprio uso do trabalho no interior das instituições bem como a partir da crítica à “visão reducionista dos problemas sociais” de modo que o “compromisso ético-político dos profissionais, com vistas à promoção da participação social e à emancipação das pessoas e coletivos” passasse a disputar as bases de uma nova epistemologia para a profissão (GALHEIGO, 2014, p. 220).

O trabalho, então, também passa a ser questionado como estratégia de ocupação e de reabilitação da força de trabalho para composição da racionalidade do modelo neoliberal e hegemônico, de individualização, competitividade, produtividade e exclusão, em que começa a haver uma mudança na “retórica da falta e da exceção individuais, em favor de uma abordagem da positividade da participação social e das formas sistêmicas de compartilhamento de fazeres em coletivos de trabalho e de lazer, por exemplo” (GHIRARDI; RESTELLI, 2016, p. 357), suscitando crítica e reflexão do seu papel como instrumento de manutenção do *status quo*, e assumido como um direito social e de cidadania, negado a muitos dos sujeitos com quem trabalhamos, apesar de continuar marcando importante lugar na vida dessas pessoas, a despeito de seus limites e contradições (LUSSEI; MORATO, 2016).

Assim, abordar a temática do trabalho nessa tese, tendo como fio condutor uma das populações-alvo da nossa prática profissional, permitiu reiterar o fato de que o trabalho na modernidade tem produzido falsas inclusões – já que essas muitas vezes apenas permitem tocar a linha abissal, por serem muito precárias, configurando-se em exclusões quase que radicais, recrudescendo os sujeitos na sua condição de não-cidadãos, excluídos e responsabilizados pelo seu fracasso e a incapacidade de conseguir e se manter trabalhando.

A articulação dessa constatação com a discussão dos limites da emancipação social no capitalismo torna premente à profissão refletir sobre a potência-necessidade-resistência de produzir/construir outras práticas voltadas ao trabalho com os sujeitos-alvo de suas práticas, pautando-se na criação de alternativas de acesso e na ampliação

do horizonte das possibilidades relacionadas ao trabalho para aqueles que ocupam o Sul abissal, com o cuidado ético constante de que as ações profissionais não reproduzam ou sirvam às lógicas que produzem não-existência e que naturalizam e reforçam as diferenças e as desigualdades.

Embora a emancipação social não se configure uma discussão específica da terapia ocupacional, ela pode ser trazida para esse campo de forma a constituir parâmetros ou mesmo referenciais teóricos e metodológicos para a profissão. Argumentamos, portanto, que os saberes e a construção que Boaventura de Sousa Santos faz acerca desse conceito ao longo de sua obra, têm a potência de informar práticas e metodologias em terapia ocupacional, na medida em que se construam verdadeiramente com os sujeitos, no compartilhamento de saberes (e validação desses saberes), de descolonização do saber do técnico em prol de um saber-fazer junto, compartilhado, em que o técnico faça a mediação dos acessos e dos processos de participação e inclusão social, por meio da construção de alternativas, de possibilidades para além do hegemônico, de rompimento com as lógicas e monoculturas que excluem e afastam esses sujeitos do reconhecimento e da visibilidade (LUSSEI, 2020).

Nesse sentido, as referências históricas e dominantes acerca do trabalho, como recurso terapêutico, adaptador e normalizador e que há algum tempo vêm coexistindo e disputando lugar com ações que encaram o trabalho como direito a ser garantido/acessado, ampliam-se quando falamos de emancipação social, uma vez que, nessa mesma tese, temos falado do seu limite irreconciliável no capitalismo. Logo, as ações em terapia ocupacional voltadas à emancipação social a partir do referencial que temos utilizado, não se voltam apenas à mediação e valorização de qualquer acesso ao trabalho, uma vez que, dessa forma, embora sob um discurso diferente, possa continuar servindo à reprodução do modo de produção hegemônico.

Ao pensar esse acesso, portanto, é fundamental que haja reflexão sobre aquilo que rege essa inclusão na atual conjuntura – como fomos tratando ao longo de toda essa tese, de modo que o trabalho hegemônico e socialmente valorizado é justamente aquele que exclui, classifica os sujeitos e reproduz desigualdades intrínsecas ao capitalismo. Logo, não basta pensar o trabalho como um fim, e não mero recurso, das ações em terapia ocupacional, ainda que concebido como direito e dispositivo de produção de vida (LUSSEI; MORATO, 2016), mas entender que, se a emancipação social é também o

fim que se pretende nessa ação, ela só se torna possível por meio de alternativas contra-hegemônicas, ou seja, anticapitalistas (LUSSI, 2020).

Isto é, alternativas que rompam com as lógicas hegemônicas que as sustenta, de modo que o trabalho como forma de inclusão, pertencimento e participação social somente o será se forjado na composição de outros conhecimentos e racionalidades, a partir de modos alternativos de promoção desse acesso, de produção e de vida. Em modos e práticas que respondam às necessidades dos usuários em detrimento do cumprimento de exigências do modo de produção hegemônico e do modelo econômico vigente (LUSSI; PEREIRA, 2016), de modo que possam assumir o protagonismo de suas vidas, por uma real autonomia, em que os fazeres individuais e coletivos se entrelacem e criem possibilidades de resistência e de emancipação social (LUSSI, 2020).

Não por acaso, mais uma vez assumimos a economia solidária, articulada ao campo da terapia ocupacional e sua interface com o trabalho para grupos em desvantagem social, como alternativa para constituição de ações com maior potencial de inclusão e emancipação social, partindo das incapacidades do capitalismo em incluir esses sujeitos (LUSSI; PEREIRA, 2016) e de uma terapia ocupacional que pretenda a inclusão dos sujeitos em contextos de exploração do capital e da lógica produtivista.

Assim, numa perspectiva que caminhe com a ecologia dos saberes e das produtividades (SANTOS, 2010)

[...] faz-se necessário também compreender o lugar que o trabalho ocupa nos processos de exclusão/inclusão na sociedade capitalista de forma geral, isto é, partindo-se de uma perspectiva que não esteja vinculada ao campo da saúde. Mais que isso, deve-se explorar formas alternativas ao modelo capitalista de organização do trabalho para que seja possível torná-lo também uma verdadeira ferramenta de inclusão social. Assim, os pressupostos teóricos da economia solidária se apresentam como campo fértil de reflexões e práticas (LUSSI; PEREIRA, 2016, p. 373).

A economia solidária, enquanto modo alternativo, não encara apenas o trabalho de modo diferente, mas também os modos de vida e a relação com a sociedade, na defesa de uma sociedade mais justa, autônoma e solidária, de forma que possa se configurar como eixo norteador e estratégia para inclusão no e pelo trabalho para uma terapia ocupacional que o assuma como forma de ação e intervenção com vistas à emancipação social, de modo que não sirva à lógica da sociedade neoliberal e das expectativas que essa coloca nos sujeitos, assumindo uma ação comprometida com as

necessidades dos sujeitos, potencializando e ampliando seus repertórios e fazeres, de suas redes sociais de suporte e construindo alternativas, juntamente com eles, para que seus projetos de vida possam existir e ter perspectivas de sustentação (LUSSI; MORATO, 2016).

E se no âmbito do trabalho conseguimos pensar essa correlação, para além dele, entendendo que a vida das pessoas que ocupam o Sul são negadas e invisibilizadas em vários de seus contextos, faz-se necessário que práticas emancipatórias em terapia ocupacional possam também se materializar em ações que busquem dar visibilidade às suas reais necessidades, saberes populares e seus modos de vida singulares, buscando reconstruir sentidos e acessos que permitam a transposição da linha abissal, não no intuito de produzir deslocamentos que levem esses sujeitos a se adaptarem à lógica hegemônica, a se enquadrar em um Norte que somente os exclui, mas dando visibilidade, ampliando suas possibilidades e construindo um pensamento pós-abissal, com base nos saberes e nas práticas desses sujeitos enquanto um povo oprimido, invisibilizado, colonizado e excluído (LUSSI, 2020). Assim, para Núñez (2019), esse Sul na terapia ocupacional busca ir além de tudo que se coloca como referência tradicional, eurocêntrico, capitalista, colonizador e patriarcal nas práticas profissionais, voltando-se aos excluídos, subordinados, invisibilizados, oprimidos, com vistas à transformação das condições de dominação e opressão (NÚÑEZ, 2019).

Uma terapia ocupacional que seja propositiva, no âmbito da identificação e construção de possibilidades com esses sujeitos, que favoreça sua participação, sua visibilidade, sua emancipação e que considere a pluralidade e a diversidade de saberes e experiências que os sujeitos carregam em suas trajetórias e o atravessamento que o contexto cultural, social, econômico e político impõem em seu cotidiano.

E numa perspectiva da Sociologia das Ausências, construir visibilidade e presença daquilo que cotidianamente é esquecido, rechaçado, desacreditado em seus saberes, culturas, resistências e modos de produzir vida e valor social, e que limita seu horizonte de possibilidades e a materialização de seus projetos de vida e, de forma que, sejam potencializadas ações técnicas que façam vir à tona, no contexto da Sociologia das Emergências, alternativas possíveis de viver e fazer, assumindo que a “possibilidade é o movimento do mundo” (SANTOS, 2010, p. 177). Ou seja, criando com os sujeitos condições de que sejam construídas expectativas e caminhos que apontem para a

emancipação social, que deem esperança e sentido para seu cotidiano e do que está por vir, potencializando saberes e práticas voltadas à transformação social.

De modo mais amplo, esse percurso de pesquisa também nos faz pensar no engajamento do técnico no âmbito das políticas sociais, em que o terapeuta ocupacional deve refletir sobre se as práticas que os serviços onde está inserido são compatíveis com aquilo que os usuários identificam de suas dificuldades cotidianas, com suas reais demandas, sobretudo, se são pensadas e planejadas com os próprios usuários. Um exemplo são as respostas e as articulações institucionais que os Centros Pop têm viabilizado no sentido da inclusão produtiva – essencialmente as qualificações profissionais, as (im)possibilidades estruturais e o desejo e as condições dos sujeitos para realizá-las, o que ficou bastante evidente no Estudo 2. , no que diz respeito à não coerência com o que eles de fato querem/necessitam, chamando o terapeuta ocupacional à corresponsabilização e ao compromisso ético, mas também de resistência, na modificação de práticas hegemônicas, colonizadoras e que vão na contramão da emancipação social.

Encerramos essa reflexão com três apontamentos mais específicos relacionados à temática da tese: o primeiro deles é que há que se dizer que nem mesmo o trabalho contra-hegemônico é capaz de tirar das ruas por si só (ou de modo mais genérico, tirar da exclusão) e que o mesmo é uma, das muitas estratégias de acesso e direitos que precisam ser assegurados, devendo, portanto, ser articulado às outras necessidades, especialmente à moradia, caso contrário, corremos o risco de reproduzir a lógica da responsabilização e culpabilização individuais pelo fracasso diante do desejo de sair das ruas ou da exclusão abissal.

A segunda, é que mesmo no contexto de uma alternativa emancipatória, como a Economia Solidária, o trabalho somente deverá ser considerado uma possibilidade de emancipação social para aqueles que assim desejarem, entendendo que há muitos modos de vida, incluindo a vida na rua, e permanecer nela pode ser um deles, convocando os serviços e seus profissionais a se corresponsabilizarem na construção de outras estratégias de resposta frente às demandas que surgem desse desejo. Afinal, o fato de estar na rua não implica, necessariamente, querer sair dela, e querer sair dela pela via do trabalho.

Por fim, torna-se fundamental refletir sobre o trabalho não como porta de saída, mas como possibilidade de inclusão, resposta institucional e emancipação social, desde que rompa com os olhares hegemônicos que se têm sobre ele como estratégia higienista e de assistencialismo. À essa população, o trabalho precisa servir como mediação da emancipação social, da visibilidade, de resistência, a partir de suas vivências, saberes e possibilidades, o que nos faz insistir na defesa de que o trabalho precisa ser proposto sempre a partir da reflexão daquilo que ele serve na modernidade e que isso se constitui pista fundamental à terapia ocupacional que se propõe a refletir e constituir ações técnicas, éticas e de emancipação social com as populações com quem trabalha.

## 10. Considerações Finais

O presente estudo teve como objetivo geral compreender as relações da população em situação de rua e o mundo do trabalho, na atualidade, por meio da identificação e caracterização de ações e experiências de inclusão produtiva junto à essa população bem como de suas próprias histórias pessoais e de trabalho, o que se deu a partir de dois Estudos, sendo o primeiro com enfoque respostas institucionais voltadas à inclusão no trabalho dessa população, bem como os significados construídos sobre as mesmas por serviços específicos destinados às pessoas em situação de rua (Centros Pop), e o segundo, realizado com as próprias pessoas em situação de rua, com intuito de compreender esse cenário com elas, a partir de suas histórias e percursos de trabalho.

No Estudo 1, de modo geral, vimos que as alternativas ora ofertadas para essa inclusão produtiva apontam para o acesso ao trabalho no mercado formal, capitalista em que, à essa inclusão, condiciona-se a saída das ruas, o pertencimento social, a cidadania e o resgate da autonomia para essas pessoas. O viés das estratégias e ações disponíveis são essencialmente individualizantes, com destaque para a qualificação profissional, um consenso seja no cenário nacional como na literatura internacional, voltadas a adaptar e enquadrar os sujeitos às lógicas de produtividade que se acirram nesse cenário contemporâneo do mercado de trabalho, sendo que disso decorre, automaticamente, a responsabilização pelo fracasso dessa inclusão no trabalho, justificada na (in)capacidade em conseguir trabalho, como se esse estivesse amplamente disponibilizado.

A ideia que os serviços apresentam do trabalho como forma de pertencimento social corrobora a concepção do mesmo como mecanismo integrador e de coesão social por excelência, como meio de vinculação do sujeito à sociedade contemporânea. Entretanto, se na sua falta há produção de exclusão, é preciso que essa mesma exclusão exista, pois é disso que se retroalimenta o capitalismo enquanto modo de produção hegemônico, o que nos foi dando pistas de que as possibilidades de pertencimento, via inclusão no e pelo trabalho no capitalismo, são bastante remotas ou mesmo inexistentes.

O Estudo 1 também mostrou que as respostas institucionais voltadas à inclusão produtiva dessa população, mediadas essencialmente pelos Centros Pop, embora aproximem os sujeitos do cenário do trabalho, a partir da divulgação e acesso de

informações sobre o mercado de trabalho, de referência domiciliar, de oferta de cursos de qualificação profissional estão muito distantes de garantir inclusões concretas.

De algum modo, porém, vemos que o discurso dos participantes rompe com uma forma hegemônica de assistência a essa população, pois, numa perspectiva de interdisciplinaridade, chama novos atores do Estado e das políticas sociais à corresponsabilização no planejamento e oferta de ações para esse público o que implica, inclusive, responsabilizar as políticas específicas de trabalho e geração de renda e emprego, a quem compete a proposição de ofertas específicas nesse contexto, de modo que serviços como Centros Pop, no que lhes competem como serviços da Política de Assistência Social, sejam espaços de articulação e travessia para o acesso ao trabalho.

Esse dado também nos permite avançar na reflexão de que, para além do relevo nos fatores individuais e de práticas focalizadas e assistencialistas, as ações que buscam inclusão no trabalho de populações tão vulneráveis precisam articular múltiplos saberes e redes, incluindo, sobretudo, os da própria população em situação de rua, para proposição e avaliação das ações que lhes são destinadas, algo que foi sinalizado no Estudo 2.

Colocadas no Estudo 1 como condições para inserção em ações para inclusão produtiva, a motivação e o interesse esbarram em ofertas pouco alinhadas às reais necessidades, desejos e demandas, bem como às possibilidades dos sujeitos em situação de rua, como vimos no Estudo 2, o que implica numa necessidade de redesenho de ações que possam partir da descolonização do suposto saber técnico e das políticas, permitindo construções horizontalizadas e saberes compartilhados.

Ressalta-se que o acesso às atividades de inclusão no trabalho não pode ser condição de acesso para outros direitos, já que isso reafirma lugares de exclusão, assim como ao se cobrar frequência em equipamentos socioassistenciais para ofertar determinadas ações em contraposição a programas e ações que têm sido descritos na literatura, como o *Housing First* e o próprio modelo do “Braços Abertos” que se aproximou do primeiro, em que respostas imediatas no âmbito da moradia, do cuidado e do trabalho representam um contraponto fundamental a uma lógica hegemônica de processualidade e meritocracia.

No âmbito daquilo que os serviços elencam como dificuldades para inclusão produtiva da população em situação de rua, predominam desafios atribuídos aos



indivíduos, como a baixa escolaridade, uso problemático de álcool e outras drogas, o sofrimento psíquico e até mesmo a sua incapacidade de gerir recursos financeiros da forma como se julga apropriado, muito embora o fato de os serviços e as políticas específicas para essa população serem recentes e o preconceito, o estigma que predominam acerca dessa população não sejam desconsiderados pelos participantes do Estudo 1 – discriminação que também é sinalizada pelas próprias pessoas em situação de rua que compartilharam suas experiências no Estudo 2.

As perspectivas, saberes, trajetórias e experiências dos quatro participantes, todos em situação de rua, foram mostrando, no Estudo 2, que embora seja considerado como o trabalho ideal, os acessos ao trabalho formal e ao trabalho como forma de transposição da linha abissal para esses sujeitos estão todos bloqueados. Assim como evidencia os limites do trabalho na modernidade como fonte de autonomia, emancipação e da própria superação de rua, limites que são impingidos não só a essas pessoas, mas para todo e qualquer sujeito, especialmente aqueles que estabelecem relações precárias, intermitentes e provisórias ou de exclusão total desse mundo, o que só não faz transpor a linha, como também sedimenta contingentes cada vez maiores no Sul abissal, em que o trabalho reitera lugares de exclusão e não-cidadania.

Considerado na política pública para população em situação de rua como estratégia fundamental de inclusão social, esse trabalho foi mostrando que, de modo hegemônico, marca apenas o lugar de exclusão e de assistência a esses sujeitos. O que também vai mostrando o quanto temos sido carentes em pensar e propor alternativas a esse acesso ao trabalho pelas pessoas vulneráveis e excluídas, já que se insiste nas opções que a globalização neoliberal e o capitalismo propõem, o que também sinaliza um desinteresse em pensar alternativas de inclusão para esses sujeitos excluídos radicalmente, afinal nesse lugar, são operatórios ao funcionamento desse modo.

Isso nos leva diretamente ao questionamento (e a uma resposta aparentemente evidente) se a inclusão no e pelo trabalho é possível de ser concretizada ou se apenas é uma ilusão, uma promessa irrealizável do capitalismo, desejada por todos, mas disponível e alcançada apenas por alguns, o que, inclusive, alimenta as expectativas dos sujeitos por essa inserção, como vimos no Estudo 2.

A propósito, esse segundo momento da pesquisa foi fundamental, uma vez que pesquisar com a população em situação de rua – mesmo que o “com” não tenha sido de

forma completa – e não apenas sobre ela, foi determinante para que pudéssemos compreender os percursos do trabalho e das suas (im)possibilidades de inclusão por essa via na modernidade. Suas histórias, localizadas no extremo do Sul abissal, mostraram os desafios e os limites que se impõem à sua inclusão, não somente, mas também pela via do trabalho. Extremos que vão mostrando a esses sujeitos outras formas de fazer para sobreviver e também de resistência para continuar no jogo que é negociar a inclusão daqueles que fogem às regras de uma sociedade neoliberal, mas a quem são fundamentais.

A partir de suas trajetórias, os participantes do Estudo 2 mostraram que seus percursos de trabalho foram acompanhando as próprias transformações do mesmo, especialmente para o mais velho deles, para quem as décadas de 1990 e 2000, como resultado das décadas anteriores, trouxeram consigo mudanças fundamentais nos processos de trabalho, afastando os sujeitos de tal modo que, embora estivessem ali, a partir desse período, mantiveram-se apenas às margens.

Assim, a população em situação de rua deu visibilidade àquilo que o trabalho se tornou na atualidade, bem como a fragilidade de vinculá-lo à cidadania, aos direitos, à vida digna, já que seus processos estão cada vez mais desregulamentados e informais, e a culpa pelo insucesso pesa sobre os ombros, a autoestima e as relações possíveis para cada um desses sujeitos que acabam vendo nas ruas, a forma de sobreviver, mas também resistir.

Resistir à exploração, aos pagamentos injustos, ao jugo dos colegas e dos profissionais, à escassez de alternativas e a imposição, de certo modo, dessa pouca oferta, ao desejo de se incluir e à frustração dessa impossibilidade. Mas também de elaboração de outras estratégias e racionalidades que permitem alguma forma de se manter “vivo” nesse cenário, recorrendo ao trabalho informal que, apesar de perverso, garante sobrevivência, mantendo a dignidade, ao saber o quanto vale essa “inclusão” e do quanto que se está disposto a pagá-la. São, então, formas de resistência que negociam sua visibilidade, alguma inclusão e até mesmo sua própria existência, afinal, precisam sobreviver à vida indigna que lhes foi/é imposta.

Além da visibilidade à temática, à própria população em situação de rua, suas trajetórias, bem como os limites e as possibilidades voltadas à inclusão produtiva num contexto de globalização neoliberal, a perspectiva da Sociologia das Ausências também

nos permitiu compreender que a composição de outras racionalidades alternativas, contra-hegemônicas precisam ser construídas, de modo que somente assim, alguma possibilidade de emancipação social pela via do trabalho possa ser acessada.

No contexto da ecologia de saberes e de produtividades, vamos encontrando em outros modos de ser e estar na sociedade e na relação econômica, do fazer e da produção de valor social, de consumo e de participação democrática, por meio, por exemplo, da economia solidária, formas anticapitalistas capazes de manter viva a relação com o trabalho emancipatório, apontando para uma necessidade premente de busca por alternativas ao mercado de trabalho capitalista, para o qual/no qual a emancipação social não se faz possível. Assim, os empreendimentos econômicos solidários, as cooperativas (tradicionalmente bastante ocupadas por catadores de materiais recicláveis) seriam uma resposta para a exclusão abissal desses sujeitos e nos quais, talvez, o pertencimento e autonomia, a partir da participação democrática, solidária e autogestionária, sejam possíveis.

Isso traz, entretanto, a necessidade de uma ressignificação daquilo que se coloca como hegemônico, inclusive para as próprias pessoas em situação de rua, possibilitando que os sujeitos que podem se beneficiar desse acesso ampliem o horizonte das alternativas de lugares de inclusão e participação social disponíveis.

Outro elemento importante e que aparece de forma ambígua entre os Estudos 1 e 2 é o papel dos Centros Pop, que se por um lado constituem espaços potentes para as ações voltadas à inclusão produtiva, especialmente por meio da articulação com diferentes setores e iniciativas públicas e privadas para garantir o acesso a direitos e a sensibilização social quanto a esse aspecto, por outro, é colocado num lugar que carece de ações mais estruturadas, especialmente a partir da superação de práticas de caráter mais imediatista.

O Estudo 2 nos deu possibilidade, por exemplo, de refletir sobre a necessidade da constituição de ações capazes de sustentar a elaboração de projetos de vida de longo prazo a essas pessoas, de modo que a atuação dos Centros Pop, pela potência na reconstrução de projetos de vida, de redes de suporte e apoio e na intermediação do acesso aos direitos sociais, seja coerente com aquilo preconizado na Política Nacional para a População em Situação de Rua, na Tipificação Nacional dos Serviços

Socioassistenciais e nas diretrizes da Política de Assistência Social, com foco nas ações de protagonismo, em detrimento de práticas de assistencialismo e tutela.

No que tange às limitações desse estudo, ressaltamos a possibilidade do duplo papel da pesquisadora, também como profissional da equipe de um dos Centros Pop pesquisados, na relação com os participantes da pesquisa no Estudo 2, ter enviesado e estereotipado alguns dos discursos que surgiram nas narrativas dos sujeitos, muito embora, por outro lado, esse mesmo vínculo possa ter favorecido o acesso aos mesmos e as suas histórias. Isto é, reconhecemos essa possível limitação, na perspectiva da colonização das narrativas, invisibilizando a verdade real dos sujeitos, ou mesmo da possível confusão dos papéis de técnica *versus* pesquisadora, mas entendemos que ela não inviabilizou o processo construído com os participantes e, talvez, tenha facilitado a proximidade e o estar com eles.

Ou seja, se por um lado, a experiência, a convivência e o vínculo a partir da relação técnica pré-estabelecida com os usuários-participantes pode ter favorecido a confiança e a adesão à proposta da pesquisa, por outro, apesar do cuidado para que essa relação pudesse ser o mais horizontalizada possível, as diferenças de classe e de poder implícitas na relação técnico-usuário, marcadas também na relação “técnica-pesquisadora” com os “usuários-participantes” não podem ser ignoradas. Partimos, portanto, da clareza dessa constatação na condução do processo e também para compreensão dos limites da parcialidade frente à familiaridade com o mesmo.

Além disso, tendo em vista que a utilização do Centro Pop ou outros serviços públicos não é generalizável a toda a população em situação de rua, também entendemos que existe uma limitação no fato de não termos incluído outros modos de vida na rua, o que também nos faz sugerir, assim como Schewitzer (2017), a realização de pesquisas com aqueles que não são usuários de tais políticas públicas.

Nesse sentido, outra limitação foi a de não termos conseguido incluir, dentre os participantes, outros grupos representativos da rua, como as mulheres, particularmente aviltadas pelos atravessamentos patriarcais e machistas que assolam as relações que estabelecem nesse cenário e que poderiam ter trazido outra tônica para essa discussão, na singularidade das suas vivências e saberes produzidos na rua, trazendo outras/suas marcas na relação com o trabalho e as possibilidades nesse cenário.

Apesar do recorte dado ao trabalho, é também necessário entender que a complexidade da vida e dos processos de exclusão que a atravessam requer que sejam articulados outros contextos e, portanto, isso revela que o Sul precisa ser olhado por diferentes políticas sociais, de modo que essas possam ser (re)formuladas de forma a produzir vida, respeito e cuidado. No entanto, na atual conjuntura, em que o desmonte e o desinvestimento na vida constituem a diretriz, torna-se particularmente desafiador, no contexto da micropolítica, fortalecer a ação técnica, ética e as potências dos saberes, do controle social e dos movimentos sociais como forma de resistir e sobreviver.

Por fim, vemos que a invisibilidade da população em situação de rua para a sociedade e para algumas setores ainda permanece como um grande desafio, uma vez que a suposta visibilidade trazida pelo Decreto 7053/2009 parece disputar lugar com práticas de segregação e repressão desses sujeitos, tentando mantê-los sempre às margens.

E assim, ressaltamos que o trabalho é elemento importante, mas não atua isolado na superação da situação de rua, entendendo a necessidade do olhar ampliado e da criação de políticas que contemplem a complexidade do viver nas ruas, na precariedade, na vulnerabilidade e no risco social. Isso leva-nos a pensar na relevância de fortalecer a autoestima, a (re) construção de identidades, a convivência e o acesso a direitos básicos e à sobrevivência digna para essas populações como princípio fundamental para quaisquer intervenções subsequentes.

Isso se configura em ações que vão para além da discussão do trabalho, mas que também envolvem outras políticas e a necessidade de articulações intersetoriais que deem perspectivas de construção de projetos de vida concretos e autonomia para esses sujeitos, que possam compor outras racionalidades de ser e de estar nessa sociedade excludente, que encontra meios de sobreviver na partilha dos saberes e no otimismo de que ainda existem alternativas para o hegemônico e excludente, para o que parece o fim da linha, ou a impossibilidade de jamais transpô-la.

## REFERÊNCIAS

ABBOTT, M. L.; BLAKE, G. F. An intervention model for homeless youth. **Clinical Sociology Review**, v. 6, n. 1. p. 148-158, 1988.

ADORNO, R. C. F.; SILVA, S. L. Cenas do mapeamento da rua: diários e discussões dos educadores. In: LESCHER, A. D.; SARTI, C.; BEDOIAN, G.; ADORNO, R. C. F.; SILVA, S. L. **Cartografia de uma rede**. São Paulo: Projeto Quixote, UNIFESP, FSP/USP, UNCDP, Ministério da Saúde, 1999. p. 9-32.

ALCANTARA, S.; ABREU, D.P.; FARIAS, A.A.F. Pessoas em Situação de Rua: das Trajetórias de Exclusão Social aos Processos Emancipatórios de Formação de Consciência, Identidade e Sentimento de Pertença. **Revista Colombiana de Psicología**, 24(1), 129-143, 2015.

ALMEIDA, S.F. **Andarilhos da Esperança**: estudo sobre a luta política impulsionada pela vida na rua e seus processos educativos sistematizada na experiência do Fórum da População de Rua de São Carlos/SP entre 2016 e 2017. 376f. Tese. (Doutorado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ALVES, E. L. G.; VIEIRA, C. A. S. Qualificação profissional: uma proposta de política pública. In: ALVES, E. L. G. (Org.). **Modernização produtiva e relações de trabalho no Brasil**: perspectivas de políticas públicas. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília, DF: Ipea, 1997. p. 63-91.

ANTUNES, R. **O caracol e sua concha**. Ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, R. As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais. In: SILVA, M.O.S; YAZBEK, M.C. **Políticas Públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ªed., São Paulo: Cortez, 2015.

AZEVEDO, B.M.S.; CARVALHO, S.R. Diário de Campo como ferramenta e dispositivo para o ensino, a gestão e a pesquisa. In: CARVALHO, S.R.; FERIGATO, S.; BARROS, M.E. (Org.). **Conexões: Saúde Coletiva e Políticas da Subjetividade**. 1ed. São Paulo: Hucitec, 2009, v. 1, p. 204-219.

BALASSIANO, M.; SEABRA, A.A.; LEMOS, A.H. Escolaridade, Salários e Empregabilidade: Tem Razão a Teoria do Capital Humano? **RAC**, v. 9, n. 4, Out./Dez. 2005: 31-52.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 5. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

BECK, S. K., TRUTKO, J., ISBELL, K., ROTHSTEIN, F., & BARNOW, B. **Employment and training for America's homeless: Best practices guide**. Washington, DC: U.S. Department of Labor, 1997.

BORIN, M. Os moradores de rua em São Paulo e suas relações com o mundo do trabalho. **CADERNOS METRÓPOLE**, N. 12, pp. 49-64, 2º sem. 2004.

BORYSOW, I.C.; FURTADO, J.P. Acesso e intersetorialidade: o acompanhamento de pessoas em situação de rua com transtorno mental grave. **Physis** (UERJ. Impresso), v. 23, p. 33-50, 2013.

BORYSOW, I.C.; FURTADO, J.P. Acesso, equidade e coesão social: avaliação de estratégias intersetoriais para a população em situação de rua. **Rev Esc Enferm USP**; 48(6):1069-76, 2014.

BOSCHETTI, I. Seguridade social no Brasil: conquistas e limites à sua efetivação. In: CFESS; ABEPSS (Orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF: CEAD: Ed. UNB, 2009.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social e trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. LEI Nº 8.080, **Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências**. Brasília: DF, 19 Setembro 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8080.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm). Acesso em 14 Set. 2019.

BRASIL. Lei nº 8742. **Lei Orgânica de Assistência Social**. LOAS. Brasília: DF, 7 de Dezembro de 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social PNAS/ 2004 e Norma Operacional Básica NOB/SUAS**. Brasília, Novembro de 2005. Disponível em: [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia\\_social/Normativas/PNAS2004.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf). Acesso em 21 Set. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **I Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua: relatório**. Brasília, DF : MDS, 2006.

BRASIL. **Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua**. Brasília: MDS, 2008a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua: Sumário Executivo**. Brasília, DF: Meta Instituto de Pesquisa de Opinião; SAGI, 2008b.

BRASIL. **Guia de geração de trabalho e renda: nova perspectiva na elaboração de políticas, programas e projetos de geração de trabalho e renda**. – Brasília: Fundação

Banco do Brasil; São Paulo, SP: Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, 2008c

BRASIL. Presidência da República. **Decreto 7053**, 23 de Dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua. Brasília, 2009a

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. **Resolução nº 109**, de 11 de Novembro de 2009. Brasília, 2009b.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações Técnicas**: Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) e Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Vol. III, Brasília, DF – 2011a.

BRASIL. Presidência da República. **LEI Nº 12.435**, DE 6 DE JULHO DE 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. 2011b. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm#art1). Acesso em 07 Set. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 33**, Define a Promoção da Integração ao Mercado de Trabalho no campo da assistência social e estabelece seus requisitos, de 28 de Novembro de 2011. Brasília, 2011c.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **NOB-RH ANOTADA E COMENTADA**. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Assistência Social, 2011d.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução nº 17**, Ratifica a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. de 20 de junho de 2011. Brasília, 2011e.

BRASIL. Ministério da Saúde. **PORTARIA Nº 122**, DE 25 DE JANEIRO DE 2011 Define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua. 2011f. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122\\_25\\_01\\_2012.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2012/prt0122_25_01_2012.html). Acesso em 14 Dez. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Resolução Nº 9**, Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS. 15 DE ABRIL DE 2014. Brasília, 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. **Guia de Cadastramento de Pessoas em Situação de**



**Rua.** 3ª edição atualizada, 2015a. Disponível em: [https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro\\_unico/\\_Guia\\_Cadastramento\\_de\\_Pessoas\\_em\\_Situacao\\_de\\_Rua.pdf](https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/cadastro_unico/_Guia_Cadastramento_de_Pessoas_em_Situacao_de_Rua.pdf) Acesso em: 02 Dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. **Cadastro Único** – o que é e para que serve. [recurso eletrônico]. 2015b. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/cadastro-unico/o-que-e-e-para-que-serve> Acesso em 02 Dez. 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Acessuas Trabalho** Orientações Técnicas. Programa Nacional de Promoção do Acesso do Mundo do Trabalho 1ª ed. Brasília, DF., 2017.

BURKE, C. et al. Losing work: regional unemployment and its effect on homeless demographic characteristics, needs and health care. **Journal of health care for the poor and underserved**, v. 24, n. 3, ago, 2013. p. 1391-1402.

BÜLL, S. **Histórias de trabalho e outras histórias no trecho**. 136p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Pontifícia Universidade Católica, Campinas. 2010.

BURSZTYN, M. Da pobreza à miséria, da miséria à exclusão – o caso das populações de rua. In. BURSZTYN, M (org). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

CARDONA, M.G.; CORDEIRO, R.M.; BRASILINO, J. Observação no cotidiano: um modo de fazer pesquisa em psicologia social. In: SPINK et al (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2014.

CARVALHO, A.M.P. Pensamento de Boaventura de Sousa Santos em foco: A reinvenção da emancipação em tempos contemporâneos. **Seminário“Diálogos Jurídicos – Pós-Graduação em Direito**. Universidade Federal do Ceará, 2009.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In. WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (orgs.) **Desigualdade e Questão Social**. São Paulo: EDUC, 1997.

CASTEL, R. As transformações da questão social. In: BELFIORE-WANDERLEY, M.; BÓGUS, L.; YAZBEK, M.C. (Org.). **Desigualdade e a questão social**. 2 ed. São Paulo: EDUC, 2000. p. 235-272.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Uma crônica do salário. 11ªed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

CIDADE, E.C.; MOURA, Jr. J.F.; XIMENES, V.M. Implicações Psicossociais da pobreza na vida do povo latinoamericano, **Psicologia Argumento**, 30(68), 87-98, 2012.

COIMBRA, C. M. B.; NASCIMENTO, M. L. Análise de implicações: desafiando nossas práticas de saber/poder. In GEISLER, A.R.R.; ABRAHÃO, A.L.; COIMBRA, C.M.B. (Orgs.). **Subjetividades, violência e direitos humanos**: produzindo novos dispositivos em saúde. Niterói, RJ: EdUFF, 2008, pp. 143-153.

COOK, J. A., PICKETT-SCHENK, S. A., GREY, D., BANGHART, M., ROSENHECK, R. A., & RANDOLPH, F. Vocational outcomes among formerly homeless persons with severe mental illness in the ACCESS program. **American Psychiatric Association**, 52(8), 1075–1080, 2001.

COSTA, A.P.M. População em situação de rua: contextualização e caracterização. **Revista Virtual Textos & Contextos**, nº 4, dez. 2005.

CUNHA, T.; LAURIS, E. À procura de um outro constitucionalismo económico: construindo a cidadania a partir de iniciativas de economia solidária e popular lideradas por mulheres do Sul. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 150-175.

ESCOREL, S. **Vidas ao léu**: Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 1999.

ESCOREL, S. Vivendo de teimosos – moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In. BURSZTYN, M (org). **No meio da rua** – nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro. Garamond, 2003.

ESCOREL, S. Exclusão Social. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/excsoc.html>. Acesso em 05 Jan 2018.

FARIAS, V.C.C. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua do município de Porto Alegre**. 140f. Dissertação. (Mestrado em Assistência Social), Pontifícia Universidade Católica Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2007.

FELDMANN, S; FERRETTI, E. **Informal Work and Social Change**: a bibliographic survey. London: Cornell University Press, 1998.

FERGUSON, K. M. Merging the Fields of Mental Health and Social Enterprise: Lessons from Abroad and Cumulative Findings from Research with Homeless Youths. **Community Ment Health J**, v. 48, 2012. p. 490–502.

FERGUSON, K. M. et al. Employment Status and Income Generation Among Homeless Young Adults: Results From a Five-City, Mixed-Methods Study. **Youth & Society**, v. 44, n. 3, 2012. p. 385 –407.

FERGUSON, K. M.; XIE, B.; GLYNN, S. Adapting the Individual Placement and Support Model with Homeless Young Adults. **Child Youth Care Forum**, v. 41, 2012. p. 277–294.

FERREIRA, A.C. Para uma concepção decente e democrática do trabalho e dos seus direitos: (re)pensar o direito das relações laborais. In. SANTOS, B.S. (org) **A globalização e as Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005.

FIORATI, R.C.; CARRETA, R.Y.D.; PANUNCIO-PINTO, M.P.; LOBATO, B.C.; KEBBE, L.M. População em vulnerabilidade, intersectorialidade e cidadania: articulando saberes e ações. **Saúde Soc.** São Paulo, v.23, n.4, p.1458-1470, 2014.

FORRESTER, V. O horror econômico. São Paulo, Ed. Unesp, 1997, 154 p.

FRIGOTTO, G. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: O trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, Fundação Carlos Chagas/Cortez, n. 47, p. 38-45, 1983.

FRIGOTTO, G. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito. In: FRIGOTTO, G. (Org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 25-54.

FRIGOTTO, G. CIAVATTA, M. Educar o trabalhador cidadão produtivo ou o ser humano emancipado? A formação do cidadão produtivo. A cultura do mercado no ensino médio técnico. 1ªed.Brasilia: INEP/MEC, 2006, v. 1, p. 55-70.

FRIGOTTO, G. **Juventude com vida provisória e em suspenso**. Rio de Janeiro, UERJ/FAPER e CNPq, Documentário, (2009). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yXj6pTXn7zs>. Acesso em 27 Dez. 2019.

FRIGOTTO, G. Políticas Públicas de Educação, Emprego e Renda para Jovens Trabalhadores e a Promessa Ilusória de Inclusão e de “Empregabilidade”. **Seminário de Pesquisa: a crise da sociabilidade do capital e a produção do conhecimento**, Rio de Janeiro, 3 e 4 de dezembro de 2009; Coordenadores: Gaudêncio Frigotto, Maria Ciavatta e Marise Ramos. - Rio de Janeiro: UFF, UERJ e EPJIV, 2013.

GAIGER, L.I.G. A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003. Disponível em: [http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco\\_sol\\_mod\\_cap.pdf](http://www.ufpa.br/itcpes/documentos/eco_sol_mod_cap.pdf). Acesso em: 13 de Setembro de 2015.

GALHEIGO, S.M. Sobre identidades, latinoamericanidades e construção de saberes em Terapia Ocupacional: diálogos com Boaventura de Sousa Santos. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 22, n. 1, p. 215-221, 2014.

GALVANI, D. **Pessoas em situação de rua na cidade de São Paulo**: itinerários e estratégias na construção de redes sociais e identidades. 273f. Dissertação. (Mestrado em Ciências). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GHIRARDI, M.I.G.; LOPES, S.R. BARROS, D.D; GALVANI, D. Vida na rua e cooperativismo: transitando pela produção de valores. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, 9(18), 601-610, 2005 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-)

32832005000300014&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S1414-32832005000300014. Acesso em 15 Set. 2015.

GHIRARDI, M.I.G. Terapia Ocupacional em processos econômico-sociais. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 1, p. 17-20, 2012.

GHIRARDI, M.I.G. Terapia Ocupacional e processos econômico-sociais. In: LOPES, R.E.; MALFITANO, A.P.S. (orgs). **Terapia Ocupacional Social: desenhos teóricos e contornos práticos**. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

GHIRARDI, M.I.G.; RESTELLI, A. Trabalhar, cuidar, festejar: dimensões coletivas do fazer comum. In: SIMÓ, S. et al. **Terapias Ocupacionales desde el Sur**. Derechos humanos, ciudadanía y participación. Santiago: Editorial USACH, 2016. p. 357-370.

GIROLA, C. M. Rencontrer des personnes sans abris: Une anthropologie réflexive. **Politix**, v. 34, p. 87-98, 1996. <http://dx.doi.org/10.3406/polix.1996.1033>

GODOY, A.S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63 Mar./Abr. 1995a

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, June 1995b. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20 Jan. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901995000300004>.

GOMES; D.F.; ELIAS, F.T.S. Políticas públicas de assistência social para população em situação de rua: análise documental. **Com. Ciências Saúde**; 27(2):151-158, 2016.

GRACE, M.; GILL, P. R. Improving Outcomes for Unemployed and Homeless Young People: Findings of the YP4 Clinical Controlled Trial of Joined Up Case Management. **Australian Social Work**, v. 67, n. 3, 2014. p. 419–437.

GRAY, H. M. et al. How do homeless adults change their lives after completing an intensive job-skills program? A prospective study. **J. Community Psychol.**, v. 45, 2017. p. 888–905.

HARVEY, D. **O neoliberalismo história e implicações**. São Paulo. Editora Loyola. 2005.

HESS, R.. Momento do diário e diário dos momentos. In: SOUZA, E.C.; ABRAHÃO, M.H.M.B. (Orgs.) **Tempos, narrativas e ficções: a invenção de si**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006, p.89-103.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Pesquisa. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua PNAD Contínua**. Indicadores mensais produzidos com informações do trimestre móvel terminado em julho de 2019. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/d12e28f89183a325025c7073a02ba535.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/d12e28f89183a325025c7073a02ba535.pdf). Acesso em: 8 set 2019.

INGOLD, T.; ALMEIDA, RAFAEL ANTUNES. **Antropologia versus etnografia**. São Paulo: Cadernos de Campo, 2017.

LAMEIRAS, M.A.P.; CORSEUIL, C.H.; RAMOS, L.R.A.; CARVALHO, S.S.. **Carta de Conjuntura Mercado de Trabalho**. IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada SEÇÃO VIII, NÚMERO 43 — 2 ° TRIMESTRE DE 2019. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618\\_cc\\_43\\_mercado\\_de\\_trabalho.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf). Acesso em 8 Set 2019.

LEITE, M.P. A Economia Solidária e o Trabalho Associativo - Teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 4 (69):31-51, 2009.

LIMA, J.C. O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: O Paradigma Revisitado. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 19 ( 56: 45-62) outubro/2004.

LUSSI, I.A.O.; MORATO, G.G. Terapia Ocupacional e Trabalho. Perspectivas históricas e possibilidades no campo da saúde mental. In. MATSUKURA, T.S.; SALLES, M.M. (org) **Cotidiano, atividade humana e ocupação**: perspectivas da terapia ocupacional no campo da saúde mental. Edufscar. São Carlos, 2016.

LUSSI, I.A.O.; PEREIRA, M.A.O. Trabalho, reabilitação psicossocial e Terapia Ocupacional: a estratégia da economia solidária para articulação desses campos. In. SIMÓ, A. S. et al. (org). **Terapias ocupacionales desde el sur**: derechos humanos, ciudadanía y participación. Santiago: Editorial USACH, 2016. p. 371-390.

LUSSI, I.A.O.; RICCI, T.E.; PINHO, R.J. Percepções sobre trabalho: análise de concepções de pessoas em situação de rua. **Rev Cad de Terap Ocup da UFSCar**. 2017; 4(25):779-793.

LUSSI, I. A. O. Emancipação social e terapia ocupacional: aproximações a partir das epistemologias do Sul e da ecologia de saberes. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 2020. (em Avaliação).

MAKIWANE, M.; TAMASANE, T.; SCHNEIDER, M. Homeless individuals, families and communities: The societal origins of homelessness. **Development Southern Africa**, v. 27, n. 1, mar. 2010. p. 39-49.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE, M.C.; ALMEIDA, M.A.; OMOTE, S. (Org.). **Colóquios sobre pesquisa em educação especial**. Londrina: Eduel, 2003, p. 11- 25.

MALFITANO, A.P.S.; MARQUES, A.C.R. A entrevista como método de pesquisa com pessoas em situação de rua: questões de campo. **Cad. Ter .Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 19, n. 3, p. 289-296, 2011.

MARCOLINO, S.C. **Saída das ruas ou reconstrução de vida**. A trajetória de estudantes universitários ex-moradores de rua em São Paulo. 80f. (Dissertação) Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2012.

MARQUES, A.L.M.; MÂNGIA, E. F. Itinerários terapêuticos de sujeitos com problemáticas decorrentes do uso prejudicial de álcool. **Interface** (Botucatu. Online), v. 17, p. 433-444, 2013.

MARQUES, C.F.; ROBERTO, N.L.B.; GONÇALVES, H.S.; BERNARDES, A.G. O que Significa o Desmonte? Desmonte Do que e Para Quem? **Psicologia: Ciência e Profissão** 2019 v. 39 (n.spe 2.), e225552, 6-18.

MARRONE, J. Creating Hope Through Employment for People Who are Homeless or in Transitional Housing. **American Journal of Psychiatric Rehabilitation**, v. 8, 2005. p. 13-35.

MARTINS FILHO, M.T.; NARVAIS, P.C. O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico. **Saúde em Debate**. Rio de Janeiro, v. 37, n. 99, p. 646-654 out/dez 2013.

MARTINS, B.S. Revisitando o desastre de Bhopal: os tempos da violência e as latitudes da memória. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 116-148

MATTOS, R.M. **Situação de rua e modernidade: a saída das ruas como processo de criação de novas formas de vida na atualidade**. Dissertação. (Mestrado em Psicologia) Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MATTOS, R.M.; HELOANI, R.; FERREIRA, R.F. O trabalhador em situação de rua: algumas ações coletivas atuais. **Mental**. Barbacena, v. 06, p. 103-121, 2008.

MBEMBE, A. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, (32), 122-151, 2016.

MEDEIROS, A. **Pessoas em situação de rua: a saída para a saída. Um estudo sobre pessoas que saíram das ruas**. Tese. 187 f. (Doutorado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2010.

MEDRADO, B.; SPINK, M. J.; MÉLLO, R. P. Diários como atuantes em nossas pesquisas: narrativas ficcionais implicadas. *In*: SPINK et al (Orgs). **A produção de informação na pesquisa social: compartilhando ferramentas**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2014.

MELO, T.H.A.G. Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua. **Revista Florestan Fernandes - Ano 3 - N. 1 - Pag. 10-31**. 2016.

MELO, N.M. A esmola e a economia da rua: táticas de obtenção de dinheiro entre moradores de rua. *In*: **41 Encontro Anual da Anpocs**, 2017, Caxambu-MG, 2017a.

MELO, T.H.A.G. **Política dos “improváveis”**: Percursos de engajamento militante no Movimento Nacional da População de Rua (MNPR). Tese. 341f. (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017b.

MENDES, C.R.P.; FILLIPEHARR, J. Vivência nas ruas, dependência de drogas e projeto de vida: um relato de experiência no CAPS-ad. **Rev. Psicol. Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 90-97, jun. 2014. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2014000100012&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100012&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 15 jan. 2020.

MINAYO, M.C.S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, M.C.S. Prefácio *In*. ONOCKO CAMPOS, R.T.; FURTADO, J.P.; PASSOS, E.; BARROS, R.B. **Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental**: desenho participativa e efeitos da narratividade. 1 ed. São Paulo: Aderaldo & Rotchschild Editores, 2008, v.1. 420p.

MOURA JR., J. F., XIMENES, V. M.; SARRIERA, J. C. Práticas de discriminação às pessoas em situação de rua: histórias de vergonha, de humilhação e de violência em Fortaleza, Brasil. **Revista de Psicologia**, 22(2), 18-28, 2013. doi: 10.5354/0719-0581.2013.30850

MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA (MNPR). Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua: **Conhecer para Lutar**. Projeto de Capacitação e Fortalecimento Institucional da População em Situação de Rua – MDS/UNESCO/Instituto Pólis, 2010. Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/887/887.pdf>. Acesso em 25 Set. 2014.

MUNOZ, J. P.; REICHENBACH, D.; HANSEN, A. M. W. Project Employ: Engineering hope and breaking down barriers to homelessness. **Work**, v. 25, 2005. p. 241-52.

NARDI, H. **Trabalho e ética**: os processos de subjetivação de duas gerações de trabalhadores metalúrgicos e do setor informal (1970-1999). Tese. Doutorado em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2002. 350f.

NASCIMENTO, E.P. Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In. BURSZTYN, M. (org) **No meio da rua**: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2003.

NATALINO, M.A.C. **Estimativa da população em situação de rua no Brasil**. IPEA, Brasília, 2016.

NEVES, D.P. Mendigo: o trabalhador que não deu certo. **Ciência Hoje**. São Paulo, v. 4 p.28-36, 1983.

NEVES, D.P. Habitantes de rua e vicissitudes do trabalho livre. **ANTROPOLÍTICA** Niterói, n. 29, p. 99-130, 2. sem. 2010.

NUNES, J.A.; SIQUEIRA-SILVA, R. Dos “abismos do inconsciente” às razões da diferença: criação estética e descolonização da desrazão na Reforma Psiquiátrica Brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 208-237.

NÚÑEZ, C.M.V. Terapias Ocupacionales del Sur: una propuesta para su comprensión. **Cad. Bras. Ter. Ocup.**, São Carlos, v. 27, n. 3, p. 671-680, 2019.

OLIVEIRA, M. M. Os desafios enfrentados pela população de rua de Juiz de Fora frente à proposta da economia solidária. *In: Encontro Internacional de Economia Solidária: O discurso e a prática da economia solidária*. São Paulo: Nesol, 2007. p. 01-12.

OLIVEIRA, L.M.F.; MARTINS JUNIOR, A. “Sem lugar no mundo”: a circulação dos itinerantes no interior paulista. **SERV. SOC. REV.**, Londrina, V. 16, N.1, P. 193-210, JUL./DEZ. 2013

OLIVEIRA, L. F. A construção das “Populações-Alvo” nas políticas públicas: o caso dos moradores de rua de São Carlos. *In. RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (org). Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCar. 2016.

OLIVEIRA, J.C.P.; MORAIS, F. A. M. ; OLIVEIRA, A. L. ; SILVA, G. M. ; SILVA, C. N. M. . O questionário, o formulário e a entrevista como instrumentos de coleta de dados: vantagens e desvantagens do seu uso na pesquisa de campo em ciências humanas. *In: III Congresso Nacional de Educação - CONEDU*, 2016, Natal/RN. p. 1-13, 2016.

OLIVEIRA, L.F. **O alcance da proteção social à população em situação de rua: a fuga do paradigma do direito**. Tese. 313f. Doutorado em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina, 2017.

O'GRADY, B.; BRIGHT, R.; COHEN, E. Subemployment and street youths: an analysis of the impact of squeegee cleaning on homeless youths. **Security Journal**, v. 11. p. 315-23, 1998.

ORTH, T.; REIS, P.L.A.; GUIMARÃES, G.T.D. Inclusão produtiva: um desafio à política de assistência social. **VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, Maranhão, 2013.

PAIVA, A.B.; MESQUITA, A.C.S; JACCOUD, L.; PASSOS; L. O novo regime fiscal e suas implicações para a política de assistência social no Brasil. **Nota técnica nº 27**. IPEA. Brasília, 2016. Disponível em: [https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/nt\\_27\\_IPEA\\_regime\\_fiscal\\_assistencia\\_social.pdf](https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2016/09/nt_27_IPEA_regime_fiscal_assistencia_social.pdf). Acesso em: 25 jul. 2019.

PAUGAM, S. **Desqualificação Social**: ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Educ/Cortez, 2003.



PAUGAM, S. O enfraquecimento e a ruptura dos vínculo sociais. In. SAWAIA, B. (org). **As artimanhas da exclusão social: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8ª ed. Petropolis, RJ, Vozes, 2008.

PAULON, S. M. A Análise de Implicação como Ferramenta na Pesquisa-intervenção. **Psicologia & Sociedade**, 17 (3), 18-25, set-dez: 2005.

PICKETT- SCHENK et al. Employment Histories of Homeless Persons with Mental Illness. **Community Mental Health Journal**, V. 38, N. 3, Jun. 2002. p. 199-211.

POREMSKI, D.; WHITLEY, R.; LATIMER, E. Barriers to obtaining employment for people with severe mental illness experiencing homelessness. **J Ment Health**, v. 23, n. 4, 2014. p. 181–5.

POREMSKI, D. et al. Employment and Income of People Who Experience Mental Illness and Homelessness in a Large Canadian Sample. **CanJPsychiatry**, v. 60, n. 9, 2015. p. 379–85.

PRATES, J.C.; PRATES, F.C.; MACHADO, S. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.191-215, jul./dez. 2011.

RAMOS, C. A. **Políticas de Geração de Emprego e Renda**. Justificativas teóricas, contexto histórico e experiência brasileira. Brasília: Departamento de Economia. UNB, 2003.

RODRIGUES, N. Boaventura de Sousa Santos. *Políticas para quem?* **Revista Angolana de Sociologia**, Online, 10, 2012.

ROSA, C.M.M. **Vidas de Rua**. São Paulo: Hucitec: Associação Rede Rua, 2005.

ROSENHECK, R. A.; MARES, A. S. Implementation of Supported Employment for Homeless Veterans With Psychiatric or Addiction Disorders: Two-Year Outcomes. **PSYCHIATRIC SERVICES**, v. 58, n. 3, mar. 2007. p. 325-33.

SANTOS, B.S. A Construção Multicultural da Igualdade e da Diferença. **Oficina do CES**. Nº 135: Publicação seriada do Centro de Estudos Sociais. Praça D. Dinis. Colégio São Jerónimo, Coimbra. 1999a Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/135/135.pdf>. Acesso em 25 Jul. 2018.

SANTOS, B.S. **Pela mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. 7ªed. Porto: Edições Afrontamentos, 1999b.

SANTOS, B.S. As tensões da Modernidade. **Fórum Social Mundial**, Biblioteca das alternativas, 2001. Disponível em:

SANTOS, B.S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, Outubro, pp. 237-280, 2002. Disponível em:

[http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia\\_das\\_ausencias\\_RCCS63.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.PDF) Acesso em: 10 Abr. 2018.

SANTOS, B.S. Poderá o direito ser emancipatório? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 65, Maio, p. 3-76, 2003. Disponível: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera\\_o\\_direito\\_ser\\_emancipatorio\\_RCCS65.PDF](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/podera_o_direito_ser_emancipatorio_RCCS65.PDF) Acesso em: 16 Nov 2017.

SANTOS, B.S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

SANTOS, B.S.; RODRÍGUEZ, C Para ampliar o cânone da produção. In. SANTOS, B.S. (org.) **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, B.S. (org) **A globalização e as Ciências Sociais**. 3ª ed. São Paulo: Ed. Cortez, 2005b.

SANTOS, B.S. Para além do pensamento abissal. Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 71-94, Nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 Fev. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.

SANTOS, B.S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, B.S. **A cidadania a partir dos que não são cidadãos**. 2012 (1h14m51s). Publicado pelo canal ALICE CES. Publicado pelo canal ALICE CES. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uhhI72rKxt8> Acesso em 05 Outubro 2018. (a)

SANTOS, B.S. **Por quê as epistemologias do Sul?** 2012 (1h18m57s). Publicado pelo canal ALICE CES. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ErVGiIUQHjM> Acesso em 05 Outubro 2018 (b)

SANTOS, K. P. Política de qualificação profissional: avanços e perspectivas no Estado do Amapá. **PRACS**. Macapá, n. 6, p. 149-163, dez. 2013

SANTOS, B.S. **Epistemologias do Sul: Desafios Teóricos e Metodológicos**. 2016. (1h22m45s). Publicado pelo canal ALICE CES Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=q75xWUBI8aY> Acesso em 05 Outubro 2018.

SANTOS, B.S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, no 43, set/dez 2016, p. 14-23.

SÃO PAULO. **Decreto N° 49.688**, de 17 de Junho de 2005, que Reorganiza a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, Disponível em:

<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2005/decreto-49688-17.06.2005.html>. Acesso em 22 Jun 2018

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Desenvolvimento Social. **Censo SUAS: Centro Pop. Estado de São Paulo 2015** [recurso eletrônico]. São Paulo: Secretaria de Desenvolvimento Social, Coordenadoria de Gestão Estratégica, 2017. 63f. Disponível em:  
<http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/1502.pdf>  
Acesso em 15 Mai. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social. **DRADS. c 2018 a.** Disponível em:  
[http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/institucional\\_drads](http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/portal.php/institucional_drads). Acesso em 22 de junho de 2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho. **Frente de Trabalho.** São Paulo. 2018 b Disponível em:  
<http://www.emprego.sp.gov.br/emprego/frente-de-trabalho/>

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho. **Time do Emprego.** São Paulo. c2018 c. Disponível em:  
<http://www.emprego.sp.gov.br/qualificacao-profissional/time-do-emprego/>. Acesso em 03/12/2018.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria Estadual do Emprego e Relações do Trabalho. **Postos de Atendimento ao Trabalhador (PATs).** São Paulo. c2018 d Disponível em:  
<http://www.emprego.sp.gov.br/emprego/postos-de-atendimento-ao-trabalhador/> Acesso em 03/12/2018

SARTI, C.A. Porque usar técnicas etnográficas no mapeamento. In: LESCHER, A. D.; SARTI, C.; BEDOIAN, G.; ADORNO, R. C. F.; SILVA, S. L. **Cartografia de uma rede.** São Paulo: Projeto Quixote, UNIFESP, FSP/ USP, UNCDP, Ministério da Saúde, 1999. p. 9-32.

SCHWEITZER, L. **Os Sentidos do Trabalho para Trabalhadores Informais em Situação de Rua.** Dissertação. 231f. (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SENNETT, R. **A cultura do novo capitalismo.** Rio de Janeiro: Record, 2006.

SHAHEEN, G.; RIO, J. Recognizing Work as a Priority in Preventing or Ending Homelessness. **J Primary Prevent**, v. 28. p. 341–58, 2007. Disponível em:  
<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/17564838> Acesso em 15 Mai. 2018.

SHIER, M. L.; JONES, M. E.; GRAHAM, J. R. Employment Difficulties Experienced by Employed Homeless People: Labor Market Factors That Contribute to and Maintain Homelessness. **Journal of Poverty**, v. 16, p. 27–47, 2012.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B.S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SINGER, P. **Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas**. 8ªed., São Paulo: Contexto, 2012.

SILVA, M.L.L. **Trabalho e População em Situação de Rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SNOW, D.; ANDERSON, L. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Petrópolis: Vozes, 1998. 528 p.

SOUZA, A.R. Um exame da economia solidária. **Otra Economía**, 5(9):173-184, julho, 2011.

SOUZA, E. S.; SILVA, S. R. V.; CARICARI, A. M. Rede social e promoção da saúde dos “descartáveis urbanos”. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, São Paulo, v. 41, p. 810-814, 2007. Número Especial. <http://dx.doi.org/10.1590/S0080-62342007000500012>.

SOUZA, F.V.F. Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações. **O Social em Questão** - Ano XVII - nº 30 pp. 287 – 298, 2013. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_30\\_Souza\\_14.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_30_Souza_14.pdf) Acesso em 04 Jul 2018.

SPOSATI, A. O caminho do reconhecimento dos direitos da população em situação de rua: de indivíduo à população. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação e Secretaria Nacional de Assistência Social. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2009.

STOFFELS, M.G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

TYGEL, D. **Trilhas da inclusão: envolver o mundo com o cooperativismo social**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2017.

TSEMBERIS, S., GULCUR, L., NAKAE, M. Housing first, consumer choice, and harm reduction for homeless individuals with a dual diagnosis. **American Journal of Public Health**, 94(4), 651–656, 2004. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC1448313/> Acesso em: 06 Dez 2018.

VALENCIO, N.F.L.S.; PAVAN, B.J.C.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. Pessoas em situação de rua no Brasil: estigmatização, desfiliação e desterritorialização. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 21, pp. 556- 605, dezembro de 2008.

VARANDA, W.; ADORNO, R.C.F. Descartáveis urbanos: discutindo a complexidade da população de rua e o desafio para políticas de saúde. **Saude soc.**, São Paulo , v. 13, n. 1, p. 56-69, Apr. 2004 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902004000100007&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 28 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902004000100007>.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, E. O. (Org.). **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social**. Rio de Janeiro: Zahar, p. 36-47, 1978.

VELHO, G. O desafio da proximidade. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.). **Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 11-19, 2003.

VÉRAS, M.P.B. Exclusão Social – Um problema de 500 anos (notas preliminares) In. SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

VERIDIANO, A.L.; ANDRADE, L.; GOMES, A.H. Práticas intersetoriais na atenção às pessoas em situação de rua: uma atuação entre “saúde” e “assistência social”. **Visão**. Caçador/SC, v. 6, n. 2, p. 155-166, jul./dez. 2017.

VIEIRA, M.A.C.; BEZERRA, E.M.R; ROSA, C.M.M. **População de Rua: quem é, como vive, como é vista**. São Paulo: Hucitec, 1992.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In. SAWAIA, B. (Org.). **As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo , n. 110, p. 288-322, June 2012 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282012000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 05 Jan. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000200005>.

ZUVEKAS, S.H.; HILL, S.C. Income and Employment Among Homeless People: The Role of Mental Health, Health and Substance Abuse. **J. Mental Health Policy Econ**. 3, 153–163, 2000.

## APÊNDICES

## APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO SEMI-ESTRUTURADO ESTUDO 1

**QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO PARA MAPEAMENTO JUNTO AOS  
CENTROS POP DO ESTADO DE SÃO PAULO/SP**

Participante nº \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_\_

**I- DADOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS DO INFORMANTE**

1) Nome \_\_\_\_\_ 2) Idade \_\_\_\_\_

2) Sexo: Feminino ( ) Masculino ( )

3) Qual é sua Formação Profissional?

Curso \_\_\_\_\_

Instituição de Ensino \_\_\_\_\_

Ano de Conclusão \_\_\_\_\_

4) Qual o seu maior nível de formação acadêmica?

( ) Ensino médio completo

( ) Ensino superior completo/ graduação

( ) Especialização/Área: \_\_\_\_\_

( ) Mestrado/Área: \_\_\_\_\_

( ) Doutorado/Área: \_\_\_\_\_

( ) outro. Qual? \_\_\_\_\_

5) Há quanto tempo trabalha neste Centro Pop?

6) Qual o cargo atual? Já exerceu outros cargos ou funções nesta unidade socioassistencial? Caso sim, qual (is)?

7) Qual a atividade profissional exercida?

8) Há quanto tempo trabalha com população em situação de rua?

( ) menos de 1 ano

( ) de 1 a 3 anos

( ) 3 a 5 anos

( ) 5 a 10 anos

( ) mais de 10 anos



**II - DADOS SOBRE O CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO EM POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA (CENTRO POP)**

- 1) Nome \_\_\_\_\_
- 2) Endereço \_\_\_\_\_
- 3) Município \_\_\_\_\_
- 4) Telefone \_\_\_\_\_
- 5) Endereço eletrônico (se houver) \_\_\_\_\_
  
- 6) Este Centro Pop possui algum tipo de divulgação virtual (blog/rede social/página na internet). Caso sim, qual o endereço/link?
  
- 7) Há quanto tempo esse Centro Pop está em funcionamento?  
 Menos de 1 ano  
 Entre 1 e 2 anos  
 Entre 3 e 4 anos  
 Mais de 5 anos
  
- 8) Quantas pessoas são atendidas diariamente?  
 até 30 pessoas  
 entre 30 e 50 pessoas  
 mais de 50 pessoas
  
- 1) Quais as ações/serviços oferecidas por este Centro Pop? (Assinale as alternativas desejadas, podendo assinalar mais de uma opção)  
 Acolhimento/Triagem  
 Atendimento Individualizado  
 Atendimento Familiar/Visita Familiar  
 Oficinas/Grupos Socioeducativos  
 Assembleia  
 Abordagem Social  
 Encaminhamento para demais políticas públicas (saúde, educação, habitação, etc)  
 Outra \_\_\_\_\_

9) Qual a equipe deste Centro Pop?

<b>Categoria Profissional</b>	<b>Carga Horária Semanal</b>	<b>Quantidade</b>
Assistente Social		
Psicólogo		
Coordenador		
Terapeuta Ocupacional		
Outro profissional previsto na Resolução CNAS nº17/2011 Qual(is)?		
<b>Profissional de Nível Médio</b>		
Auxiliar Administrativo		
Outro. Qual (is)?		
<b>Outros profissionais</b>		

### **III - ASPECTOS GERAIS DA DIMENSÃO DA INCLUSÃO PRODUTIVA E O CENTRO POP**

- 2) Como você e sua equipe definem *inclusão produtiva*?
- 3) Como você e sua equipe entendem a questão da inclusão produtiva no acompanhamento de pessoas em situação de rua?
- 4) Em que momento é realizada a coleta de informações sobre o percurso de trabalho dos usuários?
- ( ) Recepção/primeiro atendimento
- ( ) Construção do projeto de acompanhamento
- ( ) Processo de desligamento
- ( ) outro? Descreva \_\_\_\_\_

- 5) Como o aspecto da inclusão produtiva é abordado com os usuários acompanhados/atendidos pelo Centro Pop. (Assinale as alternativas desejadas, podendo assinalar mais de uma opção)

- ( ) Em atendimento individual  
 ( ) Em atendimento individual específico sobre o tema  
 ( ) Em oficinas/grupos socioeducativos  
 ( ) Em oficinas/grupos socioeducativos específicos sobre o tema  
 ( ) Somente com encaminhamentos  
 ( ) Outros \_\_\_\_\_

- 6) Dentre as ações voltadas à inclusão produtiva elencadas abaixo, quais são executadas pelo Centro Pop? <sup>1</sup>

*5.1 Encaminhamento para capacitação profissional/curso profissionalizante*

- ( ) Sim ( ) Não

Caso sim, quais as áreas de capacitação/profissionalização abrangidas por esses cursos?

Onde são ofertadas?

Desde quando são ofertadas?

São específicas para população em situação de rua?

( ) sim

( ) não

Você julga essa ação importante?

( ) sim

( ) não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

*5.2 Cessão de espaço físico para realização de cursos de capacitação profissional ofertados por outras instituições*

Sim ( ) Não ( )

<sup>1</sup> Tais ações foram extraídas do Questionário Censo SUAS, versão 2016.

Caso sim, quais cursos são ofertados?

Desde quando são ofertadas?

São específicas para população em situação de rua?

( ) sim

( ) não

Você julga essa ação importante?

( ) sim

( ) não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

*5.3) Cadastramento para participação em programas de qualificação profissional*

Sim ( ) Não ( )

Caso sim, como se dá esse cadastramento e para quais programas ele se destina?

Desde quando essa ação é ofertada?

São específicas para população em situação de rua?

( ) sim

( ) não

Você julga essa ação importante?

( ) sim

( ) não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

*5.4) Encaminhamento para programas de geração de trabalho e renda*

Sim ( ) Não ( )

Caso sim, como se dá esse encaminhamento e para quais programas ele se destina?

Desde quando essa ação é ofertada?

São específicas para população em situação de rua?

sim

não

Você julga essa ação importante?

sim

não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

*5.5) Assessoramento para formação de cooperativas ou associações (unidades produtivas)*

Sim  Não

Caso sim, descreva como isso acontece.

Desde quando essa ação é ofertada?

São específicas para população em situação de rua?

sim

não

Você julga essa ação importante?

sim

não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

*5.6) Informações atualizadas sobre vagas disponíveis no mercado de trabalho*

Sim  Não

Caso sim, de onde tais informações são obtidas?

De que forma essas informações são divulgadas aos usuários?

Desde quando essa ação é ofertada?

Você julga essa ação importante?

sim

( ) não

Justifique sua resposta \_\_\_\_\_

- 7) Você e sua equipe realizam **outras ações**, diferentes das supracitadas, com intuito de promover inclusão produtiva da população em situação de rua? Quais são elas e sua finalidade?
- 8) Quais os critérios para participação/inclusão das pessoas em situação de rua acompanhadas pelo Centro Pop em ações de inclusão produtiva?
- 9) Você e sua equipe realizam alguma **articulação** (com outros setores/instituições) voltada à inclusão produtiva da população em situação de rua no município em que está inserido? Caso sim, descreva como tais ações e articulações foram idealizadas e acontecem.
- 10) Você e sua equipe conhecem alguma ação voltada à inclusão produtiva da população em situação de rua no município em que está inserido (mesmo que essa ação não seja articulada pelo Centro Pop, podendo ser ofertada, por exemplo, por organizações sociais, entidades socioassistenciais, etc)? Caso sim, descreva e forneça informações sobre onde e como essa oferta é feita.
- 11) Caso o Centro Pop **NÃO** desenvolva nem articule ações voltadas à inclusão de pessoas em situação de rua no mercado de trabalho, elenque as razões pelas quais essa oferta não é feita.
- 12) Você considera que existem outras ações no escopo da inclusão produtiva que poderiam ser articuladas pelo Centro Pop e oferecidas pelo município? Caso sim, exemplifique e justifique.
- 13) Para você e sua equipe, quais os maiores desafios para inclusão produtiva de pessoas em situação de rua?
- 14) Para além do seu município de atuação, você e sua equipe conhecem alguma iniciativa, ação ou programa, dentro de estado de São Paulo/SP, que ofereça ações de inclusão produtiva, específicas ou não para população em situação de rua?
- 15) Gostaria de acrescentar algo que não foi questionado acerca do tema? Comente.

## APÊNDICE B – Carta de Autorização para os Centros Pop.

### CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Ao Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar),

Prezado Comitê de Ética em Pesquisa da UFSCar, na função de representante legal da \_\_\_\_\_, informo que o projeto de pesquisa intitulado “População em Situação de Rua e o mundo do trabalho: experiências, ações e articulações para inclusão produtiva no Estado de São Paulo/SP” apresentado pelo (a) pesquisador (a), Roberta Justel do Pinho e que tem como objetivo principal “identificar, caracterizar e compreender ações de inclusão produtiva destinadas à população em situação de rua no estado de São Paulo/SP” foi analisado e autorizada sua realização apenas após a apresentação do parecer favorável emitido pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar. Solicito a apresentação do Parecer de Aprovação do CEP-UFSCar antes de iniciar a coleta de dados nesta Instituição.

**“Declaro conhecer a Resolução CNS 466/12. Esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infra-estrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem estar.**

Assinatura: \_\_\_\_\_

(representante legal)

Nome completo \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_

Telefone para contato \_\_\_\_\_

Email \_\_\_\_\_

---

Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar / Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos,  
Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP – Brasil.  
Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

## APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Coordenadores Centro Pop

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de doutorado “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O MUNDO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS, AÇÕES E ARTICULAÇÕES PARA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO/SP”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. O objetivo geral da pesquisa é identificar, caracterizar e compreender ações de inclusão produtiva destinadas à população em situação de rua no estado de São Paulo, na perspectiva dos profissionais e pessoas inseridas nas ações.

Você está sendo convidado (a) para participar dessa pesquisa por ser gestor (a) ou profissional atuante em Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), há, no mínimo, seis (6) meses.

Sua participação ocorrerá na primeira fase desta pesquisa e consistirá, após o seu consentimento, em responder a um questionário semiestruturado, por meio de um formulário eletrônico elaborado por meio do Google Docs. Tal questionário busca, principalmente, mapear e caracterizar as iniciativas voltadas à inclusão produtiva da população em situação de rua no estado de São Paulo/SP. O tempo previsto e aproximado para esse preenchimento são 45 minutos.

Sua participação nesta pesquisa não trará benefícios diretos a você, entretanto, contribuirá para a obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos, colaborando com suas reflexões sobre as estratégias de inclusão produtiva que vêm sendo articuladas e adotadas, suas características, potencialidades, dificuldade e limites, bem como poderá contribuir para a proposição de políticas públicas concernentes com essa realidade e suas demandas.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar, retirando seu consentimento. Além disso, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com serviço a que está vinculado (a).

A participação na pesquisa não acarretará em despesas para você, já que ela ocorrerá à distância, por meio do preenchimento de um formulário eletrônico. Também não haverá nenhuma forma de remuneração por sua participação. Entretanto, eventuais despesas com transporte e alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, serão ressarcidas pela pesquisadora. Você também tem o direito de buscar indenização diante de eventuais danos que essa participação puder lhe causar.

Sua participação nesta pesquisa possui alguns riscos mínimos, como: possível desconforto e/ou indisposição diante das questões levantadas durante a sua colaboração no estudo, talvez relacionadas a informações que não gostaria de compartilhar. Caso isso ocorra, você possui total liberdade de não responder às questões, ou até mesmo deixar de contribuir com esta pesquisa, evitando assim quaisquer possíveis danos.



Para a minimização dos riscos na coleta de dados, disponibilizamos o contato telefônico e por correio eletrônico, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo. A pesquisadora estará disposta a lhe oferecer suporte e acolhimento em situações de desconforto ou constrangimento, como também esclarecimentos durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos adotados por este estudo.

Os dados dos Questionários serão armazenados no aplicativo Google Docs. Esse conjunto de dados irá compor uma parte dos resultados da pesquisa, sendo utilizados para elaboração de relatórios parcial e final da mesma, além de poderem ser divulgados em publicações científicas e acadêmicas. Para preservação da sua identidade, seu nome sempre estará em sigilo, sendo substituído por códigos numéricos.

Você poderá acompanhar os resultados do estudo durante qualquer etapa, sempre que solicitado. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados coletados somente para o objetivo relacionado a este estudo e descrito neste termo de consentimento.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. Você também receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades e que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

Informações do Pesquisador Principal para contato:

Nome: Roberta Justel do Pinho

Endereço: Rodovia Washington Luiz, Km. 235, c.p 676 - CEP 13.565-905, São Carlos – SP - Brasil.

Contato telefônico: (16) 99769-2463/ (16) 98136-2463

E-mail: [roberta1712@yahoo.com.br](mailto:roberta1712@yahoo.com.br)

Local e Data

---

Nome do Pesquisador (a)

---

Assinatura do Pesquisador (a)

---

Assinatura do Participante

## APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – População em Situação de Rua

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de doutorado “POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA E O MUNDO DO TRABALHO: EXPERIÊNCIAS, AÇÕES E ARTICULAÇÕES PARA INCLUSÃO PRODUTIVA NO ESTADO DE SÃO PAULO/SP”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional (PPGTO) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), sob orientação da Profa. Dra. Isabela Aparecida de Oliveira Lussi. O objetivo geral da pesquisa é identificar, caracterizar e compreender ações de inclusão produtiva destinadas à população em situação de rua no estado de São Paulo, na perspectiva dos profissionais e pessoas em situação de rua.

Você está sendo convidado (a) para participar dessa pesquisa por pessoa em situação de rua, acompanhado por um Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop), e com perspectiva de inclusão no mundo do trabalho.

Sua participação consistirá, após o seu consentimento, em responder a uma ou mais entrevistas presenciais que buscam compreender ocorrerá como as pessoas em situação de rua percebem suas trajetórias na tentativa de inclusão produtiva. O tempo previsto e aproximado para esse procedimento são 45 minutos.

Sua participação nesta pesquisa não trará benefícios diretos a você, entretanto, contribuirá para a obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos, colaborando com suas reflexões sobre as estratégias de inclusão produtiva que vêm sendo articuladas e adotadas, suas características, potencialidades, dificuldade e limites, bem como poderá contribuir para a proposição de políticas públicas concernentes com essa realidade e suas demandas.

Sua participação nesta pesquisa não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar, retirando seu consentimento. Além disso, sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com serviço a que está vinculado (a).

A participação na pesquisa não acarretará em despesas para você, já que ela ocorrerá à distância, por meio do preenchimento de um formulário eletrônico. Também não haverá nenhuma forma de remuneração por sua participação. Entretanto, eventuais despesas com transporte e alimentação decorrentes da sua participação na pesquisa, serão ressarcidas pela pesquisadora. Você também tem o direito de buscar indenização diante de eventuais danos que essa participação puder lhe causar.

Sua participação nesta pesquisa possui alguns riscos mínimos, como: possível desconforto e/ou indisposição diante das questões levantadas durante a sua colaboração no estudo, talvez relacionadas a informações que não gostaria de compartilhar. Caso isso ocorra, você possui total liberdade de não responder às questões, ou até mesmo deixar de contribuir com esta pesquisa, evitando assim quaisquer possíveis danos.

Para a minimização dos riscos na coleta de dados, disponibilizamos o contato telefônico e por correio eletrônico, caso necessite de maior espaço de diálogo por algum

sentimento de desconforto e/ou indisposição decorrente do processo. A pesquisadora estará disposta a lhe oferecer suporte e acolhimento em situações de desconforto ou constrangimento, como também esclarecimentos durante o curso da pesquisa, a respeito dos procedimentos adotados por este estudo.

Os dados dos Questionários serão armazenados no aplicativo Google Docs. Esse conjunto de dados irá compor uma parte dos resultados da pesquisa, sendo utilizados para elaboração de relatórios parcial e final da mesma, além de poderem ser divulgados em publicações científicas e acadêmicas. Para preservação da sua identidade, seu nome sempre estará em sigilo, sendo substituído por códigos numéricos.

Você poderá acompanhar os resultados do estudo durante qualquer etapa, sempre que solicitado. A pesquisadora se compromete a utilizar os dados coletados somente para o objetivo relacionado a este estudo e descrito neste termo de consentimento.

Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para esclarecimento de eventuais dúvidas. Você também receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal. Você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação agora ou a qualquer momento.

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar. O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UFSCar que tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades e que funciona na Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de São Carlos, localizada na Rodovia Washington Luiz, Km. 235 - Caixa Postal 676 - CEP 13.565-905 - São Carlos - SP - Brasil. Fone (16) 3351-8110. Endereço eletrônico: [cephumanos@ufscar.br](mailto:cephumanos@ufscar.br)

Informações do Pesquisador Principal para contato:

Nome: Roberta Justel do Pinho

Endereço: Rodovia Washington Luiz, Km. 235, c.p 676 - CEP 13.565-905, São Carlos – SP - Brasil.

Contato telefônico: (16) 99769-2463/ (16) 98136-2463

E-mail: [roberta1712@yahoo.com.br](mailto:roberta1712@yahoo.com.br)

Local e Data

---

Nome do Pesquisador (a)

---

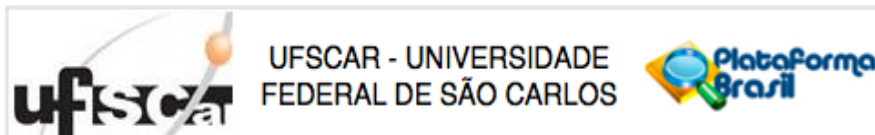
Assinatura do Pesquisador (a)

---

Assinatura do Participante

# ANEXO

## ANEXO A



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** População em Situação de Rua e o mundo do trabalho: experiências, ações e articulações para inclusão produtiva no Estado de São Paulo/SP

**Pesquisador:** ROBERTA JUSTEL DO PINHO

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 71740317.1.0000.5504

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Terapia Ocupacional - PPGTO

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 2.243.665

**Apresentação do Projeto:**

Nas últimas décadas, a população em situação de rua assume nova configuração, composta especialmente por sujeitos excluídos do e pelo mundo do trabalho ou com relação frágil e temporária com o mesmo. Para muitos autores, o trabalho assume papel fundamental que leva pessoas à rua ou de manutenção nessa situação, via o desemprego. O Referencial Teórico adotado inscreve-se no bojo das epistemologias do Sul, da nova morfologia do trabalho e de outras economias, como a Economia Solidária. Objetivo: Identificar, caracterizar e compreender ações de inclusão produtiva destinadas à população em situação de rua no estado de São Paulo, na perspectiva dos profissionais e pessoas inseridas nas ações.

Metodologia: trata-se de pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e analítico. Na Fase 1, será realizado um mapeamento e caracterização de ações e articulações para inclusão de pessoas em situação de rua no estado de São Paulo, por meio de levantamento realizado a partir dos Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros Pop). A partir das informações obtidas na Fase 1, na Fase 2, buscar-se à aprofundar o conhecimento sobre iniciativas que se destacam por seu possível caráter de originalidade e inovação de atuação na dimensão da inclusão produtiva de pessoas em situação de rua. Por fim, na Fase 3, deverão ser entrevistadas pessoas em situação de rua participantes de tais iniciativas, abordada na etapa

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

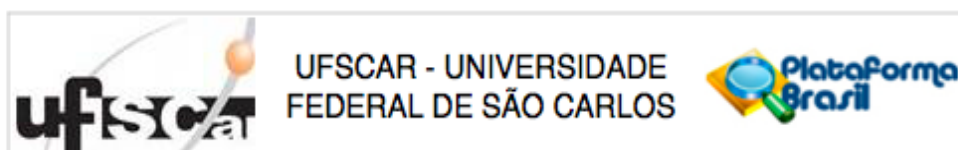
**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.243.665

anterior do estudo, com intuito de apreender sua percepção acerca dessas iniciativas de inclusão produtiva, bem como de sua participação nas mesmas. Os dados obtidos por meio dos protocolos de informações pessoais

e profissionais dos participantes bem como por meio dos questionários semiestruturados serão analisados descritivamente. Os dados coletados por meio das entrevistas serão submetidos à Análise Temática.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

Identificar, caracterizar e compreender ações de inclusão produtiva destinadas à população em situação de rua no estado de São Paulo, na perspectiva dos profissionais e pessoas inseridas nas ações.

Objetivo Secundário:

1) Identificar as ações que vêm sendo articuladas e promovidas no âmbito da inclusão produtiva, destinadas à população em situação de rua no Estado de São Paulo, a partir dos Centros Pop, executores da política pública de assistência social para essa população; 2) Caracterizar as iniciativas de inclusão produtiva que se destacam e se diferenciam no âmbito de inclusão produtiva para população em situação de rua, bem como compreender como foram concebidas, estruturadas, seus objetivos e perspectivas adotadas; 3) Compreender como pessoas em situação de rua participantes de iniciativas para inclusão produtiva descrevem e analisam as mesmas bem como sua participação em tais ações;

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Os riscos e benefícios foram ponderados.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e analítico, com relevância científica, social e política, respeitando todos os princípios éticos da Resolução 510/2016.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Todos os documentos do protocolo foram enviados. Foram anexados os termos de autorização de instituições do Centro Pop de São Carlos, Embu das Artes e Atibaia. A pesquisadora se compromete a enviar os outros Termos de Autorização das Instituições em que os participantes serão recrutados. Os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLEs) foram revistos conforme solicitação da

Endereço: WASHINGTON LUIZ KM 235  
 Bairro: JARDIM GUANABARA CEP: 13.565-905  
 UF: SP Município: SAO CARLOS  
 Telefone: (16)3351-9683 E-mail: cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.243.665

versão anterior do parecer. Entretanto, orienta-se a pesquisadora inserir a palavra "assinar" antes da palavra "rubricar" na frase dos TCLEs: "Você também receberá uma via deste termo, rubricada em todas as páginas por você e pela pesquisadora, onde consta o telefone e o endereço da pesquisadora principal", conforme orientações do CONEP, de acordo com a Resolução 510 de 2016, artigo 17, capítulo III, item X, inciso 3º.

**Recomendações:**

Inserir a palavra "assinada" na frase dos TCLEs.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Aprovado, porém, complementar nos TCLEs a palavra "assinada" na frase acima citada.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_937422.pdf	07/08/2017 09:16:04		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AnexoVIII_carta_autorizacao.pdf	07/08/2017 09:09:41	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Outros	carta_resposta_pendencias.pdf	07/08/2017 08:55:07	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_sao_carlos.pdf	07/08/2017 08:52:23	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_embu_das_artes.pdf	07/08/2017 08:52:00	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_atibaia.pdf	07/08/2017 08:51:28	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anexo_V_modificado_fase_III.pdf	07/08/2017 08:51:11	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	Anexo_III_modificado_fase_II.pdf	07/08/2017 08:50:48	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA **CEP:** 13.565-905  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9683 **E-mail:** cephumanos@ufscar.br



Continuação do Parecer: 2.243.665

Justificativa de Ausência	Anexo_III_modificado_fase_II.pdf	07/08/2017 08:50:48	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	anexo_I_modificado_fase_I.pdf	07/08/2017 08:50:15	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Outros	AnexoVII_entrevista_semiestruturada_p op_rua.pdf	05/07/2017 23:45:53	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Outros	AnexoVI_protocolo_identificacao_pesso as_em_situacao_de_rua.pdf	05/07/2017 23:44:33	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Outros	AnexoIVquestionario_iniciativas.pdf	05/07/2017 23:43:14	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Outros	AnexoII_questionario_mapeamento.pdf	05/07/2017 23:41:46	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Brochura_Projeto.pdf	05/07/2017 23:33:15	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_ribeirao_preto.pdf	05/07/2017 23:18:56	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_presidente_prudente.pdf	05/07/2017 23:15:48	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_ourinhos.pdf	05/07/2017 23:14:50	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_jundiai.pdf	05/07/2017 23:14:25	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_cubatao.pdf	05/07/2017 23:11:54	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_birigui.pdf	05/07/2017 23:10:19	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_taboao_da_serra.pdf	05/07/2017 22:59:37	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	centro_pop_limeira.pdf	05/07/2017 22:59:16	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235

**Bairro:** JARDIM GUANABARA

**CEP:** 13.565-905

**UF:** SP

**Município:** SAO CARLOS

**Telefone:** (16)3351-9683

**E-mail:** cephumanos@ufscar.br





Continuação do Parecer: 2.243.665

Justificativa de Ausência	centro_pop_limeira.pdf	05/07/2017 22:59:16	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_guarulhos.pdf	05/07/2017 22:58:57	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_diadema.pdf	05/07/2017 22:58:33	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	centro_pop_araras.pdf	05/07/2017 22:40:07	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	AnexoIX_justificativa.pdf	05/07/2017 22:39:08	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito
Folha de Rosto	Folha_de_rosto.pdf	05/07/2017 22:19:23	ROBERTA JUSTEL DO PINHO	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SAO CARLOS, 28 de Agosto de 2017

---

**Assinado por:**  
**Priscilla Hortense**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** WASHINGTON LUIZ KM 235  
**Bairro:** JARDIM GUANABARA  
**UF:** SP **Município:** SAO CARLOS  
**Telefone:** (16)3351-9683 **CEP:** 13.565-905  
**E-mail:** cephumanos@ufscar.br